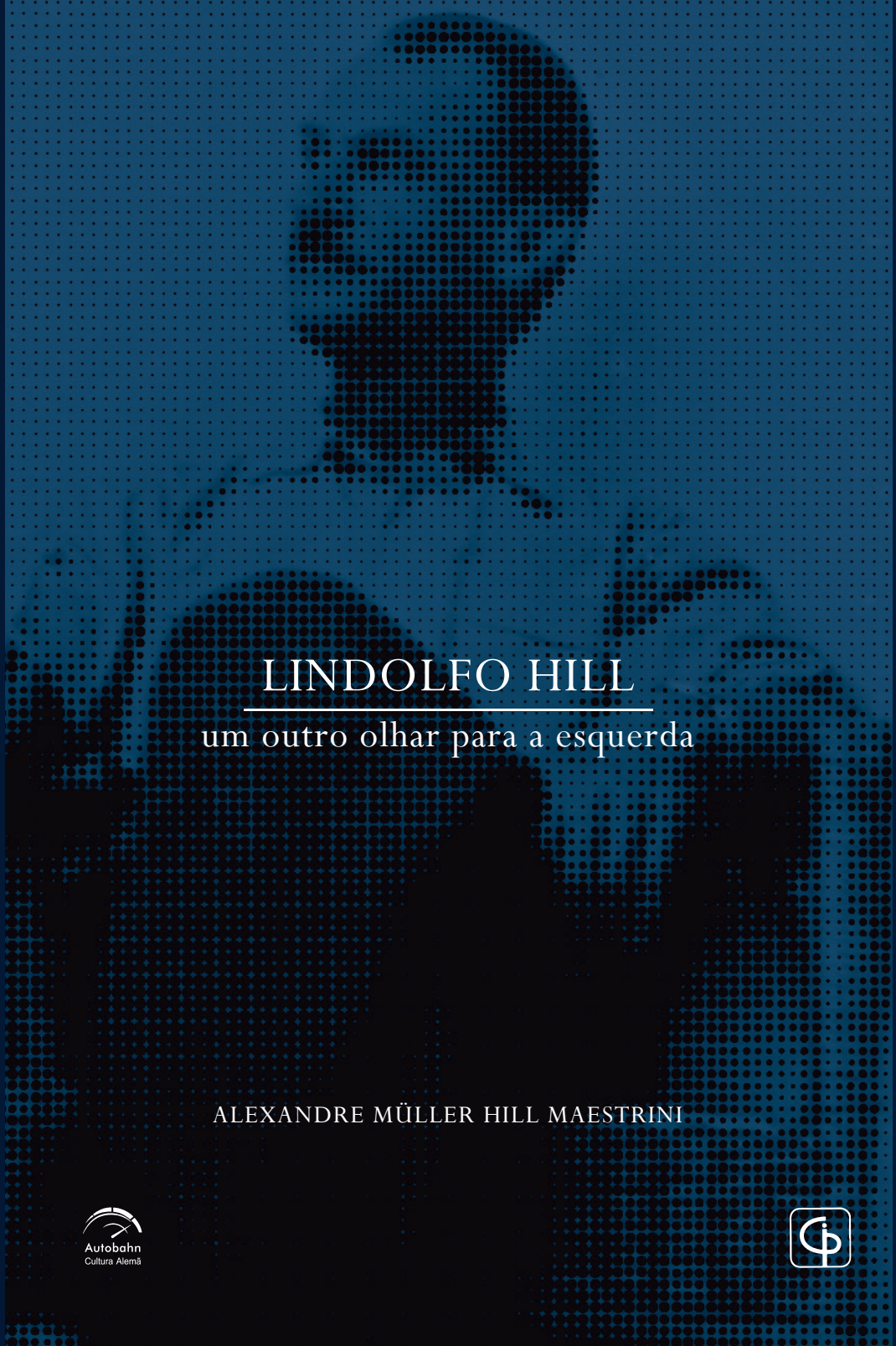


LINDOLFO HILL

um outro olhar para a esquerda

ALEXANDRE MÜLLER HILL MAESTRINI

Autobahn
Cultura Alemã

ALEXANDRE MÜLLER HILL MAESTRINI

LINDOLFO HILL
UM OUTRO OLHAR PARA A ESQUERDA

LINDOLFO HILL
acervo da família Hill

Alexandre Müller Hill Maestrini

LINDOLFO HILL
UM OUTRO OLHAR PARA A ESQUERDA

Instituto
Caio Prado Jr.

1ª edição
São Paulo, 2021

Instituto Caio Prado Jr., 2021

Edição *Alexandre Müller Hill Maestrini*
Revisão *Marisa Timponi P. Rodrigues*
Capa *Lindolfo Hill (arquivo da Família Hill)*
Diagramação e Edição Gráfica *Bruno Santana*

Conselho editorial: Angélica Lovatto (UNESP), Antonio Carlos Mazzeo (USP), Armando Boito (UNICAMP), Bia Abramides (PUC/SP), Edmilson Costa (ICP), José Paulo Netto (UFRJ), Luiz Eduardo Motta (UFRJ), Mauro Iasi (UFRJ), Milton Pinheiro (UNEB), Osvaldo Coggiola (USP), Paulo Barsotti (FGV/SP), Plínio de Arruda Sampaio Jr. (UNICAMP), Renata Gonçalves (UNIFESP), Sérgio Lessa (UFAL), Sofia Manzano (UESB)

Copyright @2021 Alexandre Müller Hill Maestrini

CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
Bibliotecário: Lucas Rafael Pessota CRB-8/9632

M1861 Maestrini, Alexandre Müller Hill
Lindolfo Hill : um outro olhar para a esquerda / Alexandre Müller Hill Maestrini. - São Paulo : Instituto Caio Prado Jr, 2021.
250 p.

ISBN 978-65-87543-07-9

1. Marxismo 2. Política 3. Biografia I. Título.

CDD 335.43
CDU 141.82

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.
1ª edição: agosto de 2021

INSTITUTO CAIO PRADO JR.
Rua Dr. Alfredo Ellis, 183 – sala 124 – Bela Vista
01322-050, São Paulo – SP
icaioprado@gmail.com
mtpinh@uol.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9
APRESENTAÇÃO 11
IMPRESSÕES 13
INTRODUÇÃO 15
ORIGEM GERMÂNICA 23
CONTEMPORANEIDADE 27
CONTATO COM O PCB 31
VARGAS, II GUERRA E PCB 45
PCB DE JUIZ DE FORA 49
CARREIRA POLÍTICA NACIONAL 53
NOVOS VENTOS NA POLÍTICA MUNDIAL 83
EMPURRADO PARA A ILEGALIDADE 107
TENDÊNCIAS DE DIREITA 123
A REVOLTA DOS CIVIS 135
A QUARTELADA 141
O GOLPE NA QUARTELADA 151
O GOLPE POLÍTICO 153
O GOLPE JURÍDICO 155
JAPONA NÃO É TOGA 157
LIMPEZA POLÍTICA 169
INIMIGOS DO REGIME 175

IMPOSIÇÃO DO SILÊNCIO 179

LIBERDADE DE EXPRESSÃO
OU SUBVERSÃO? 183

OPOSIÇÃO CONSENTIDA 189

BRUTALIDADE DISFARÇADA
DE LEGALIDADE 193

VIDA NA CLANDESTINIDADE 209

LUTA PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO 217

TRISTE FIM DE UM VISIONÁRIO 229

DITADURA NUNCA MAIS 239

AGRADECIMENTOS 243

PERGUNTAS E REFLEXÕES 245

POSFÁCIO 247

PREFÁCIO

O momento histórico da publicação deste livro não poderia ser mais oportuno, pois homenagear este grande defensor dos direitos da classe trabalhadora e das liberdades democráticas, Lindolfo Hill, significa trazer sua prática de vida como exemplo que mesmo nos períodos mais obscuros de história política brasileira, é possível acreditar, resistir e lutar por uma sociedade justa e igualitária.

Oportuno porque passamos por um momento de retrocesso dos direitos da classe trabalhadora e das liberdades democráticas duramente conquistadas, muitas delas com a participação de Lindolfo Hill. No Brasil e no Mundo, o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais e o reaparecimento de movimentos reacionários, que classe trabalhadora e das liberdades democráticas duramente conquistadas, muitas em plena luz do dia querem novamente tentar calar as vozes de todos os que se opõem ao modelo de sociedade que hoje vivemos, reafirma a importância da organização e mobilização dos que acreditam que uma nova sociedade é possível. Nas ruas alguns novamente bradam: morte aos comunistas!!

Na história política brasileira, da nova república até nossos dias, o PCB foi marcado por uma sistemática repressão, que o forçou à clandestinidade por mais da metade de sua existência de quase 100 anos (1922 – 2022). Lindolfo Hill vivenciou na pele grande parte deste período.

Quando os militantes do PCB-JF, organizando a corrente sindical Unidade Classista na cidade, resolveram homenagear Lindolfo Hill dando seu

nome ao Comitê de Base, pouco sabíamos sobre nosso Camarada, uma vez que todos os documentos do Partido Comunista Brasileiro, aqui em Juiz de Fora, e em grande parte do Brasil, foram confiscados pelas ditaduras e por revisionistas que trataram a documentação como propriedade particular, além da tentativa de apagar da história um dos mais importantes lutadores da Classe Operária de nossa cidade.

Nesta importante obra, de pesquisa e resgate histórico da organização da Classe Trabalhadora em Juiz de Fora, o autor Alexandre Müller Hill Maestrini, não só resgata a história de Lindolfo Hill, mas também faz uma abordagem da organização do PCB em Juiz de Fora, do PCB em Minas Gerais e Nacional, bem como os momentos históricos vividos por Lindolfo Hill desde a chegada de sua família da Alemanha em 1858.

Além de sua participação política em Juiz de Fora como militante comunista, sua atuação como vereador (caçado arbitrariamente) e sua importante participação na articulação e fundação do MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), do qual foi coordenador nacional, vivenciamos na obra a dificuldade de uma militância Comunista nos momentos de repressão, com constantes perseguições, prisões, exílios e o distanciamento da família.

Com este livro, vemos a dimensão da militância do Camarada Lindolfo Hill, no seu tempo um dos mais destacados quadros do Partido Comunista Brasileiro nacionalmente. Militou com Luiz Carlos Prestes, Mariguela, Pedro Pomar, Ivan Ramos Ribeiro, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, dentre outros valorosos Camaradas. Foi membro do Comitê Central do PCB.

Lindolfo viveu momentos difíceis de um militante comunista. Sua atuação e dedicação ao Partido Comunista Brasileiro e às lutas trabalhistas lhe custaram emprego, liberdade, convívio com a família, constantes mudanças de endereço e longos períodos na clandestinidade.

As histórias dos militantes comunistas sempre estarão ligadas às histórias de lutas de seu povo, sua gente, onde mora, trabalha ou estuda, entrelaçada aos sonhos de paz, pão, trabalho, terra e moradia.

Injustamente relegado pela história oficial e vigorosamente reavivado pelas linhas do autor, fica, para as gerações atuais e futuras, continuar o regaste da história de vida e exemplo militante de Lindolfo Hill, intimamente ligadas à classe trabalhadora juiz-forana e brasileira.

Fomos, somos e seremos comunistas

Por Luiz Carlos (Kaizim) Torres Martins Júnior

Coordenador do Comitê de Base Lindolfo Hill - Unidade Classista - JF

Membro do Comitê Regional do PCB - MG

APRESENTAÇÃO

Juiz de Fora se destaca muito cedo, ao eleger Lindolfo Hill, o primeiro vereador comunista da cidade, em 1947, com a segunda maior votação entre os eleitos. Diante da informalidade do partido naquela época ele foi eleito pelo PTB.

Atualmente o Comunismo é legítimo e legalizado, porém ainda é demonizado por setores que não compreendem a democracia e o real significado da palavra (do latim *communis*: comum, universal), uma ideologia política e socioeconômica, que pretende promover o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária.

Vivenciei a dura realidade do preconceito racial e partidário, quando do lançamento e durante o processo e campanha eleitoral a qual disputei a prefeitura de Juiz de Fora pelo PCdoB. Ainda reflexo de bombardeios com imagens nefastas das atividades comunistas que supostamente "matavam gente dormindo, estupravam e assaltavam" visão maniqueísta criada sobre o comunismo.

Em 2020, na disputa pela PJF, me vi em pleno ano de 1937/1938, na histeria anticomunista por alguns grupos. Lindolfo Hill, Juiz-forano nato, nascido em 1917 na Avenida Américo Lobo, no Bairro Manoel Honório, perde o pai com um mês de idade. Triste situação parecida com a minha que perdi meu pai com 10 meses de idade. Lindolfo Hill seguiu a profissão

de seu pai como pedreiro. Uma vez mais coincide com meu trabalho em Juiz de Fora: ajudante de pedreiro, chegando a trabalhar de pedreiro. Lindolfo Hill começa sua militância ainda jovem, com 17 anos. Novamente coincide com o início de minha militância em Juiz de Fora no movimento jovem, estudantil e movimento negro.

Não podemos permitir que sejam esquecidos, ou mesmo apagados, os importantes feitos e obras desse que considero ícone comunista e lutador juiz-forano. Jamais deixaremos deturpar e cair no esquecimento essa importante e comovente história. Faz-se necessário que essa obra pensada por Alexandre Müller Maestrini contribua para imortalização da figura de Lindolfo Hill e torná-lo símbolo não só do município de Juiz de Fora, mas de um cidadão honrado e mostrando sua importância para a conquista da democracia no Brasil.

Lindolfo Hill teve atuação marcante no Sindicato da Construção Civil de nossa cidade, inclusive presidindo o sindicato no período de 1942 a 1945. Primeiro Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado de Minas Gerais (FETICOM-MG). Ajudou a fundar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Participou como Delegado Nacional do Congresso Sindical Mundial em Paris entre os dias 20-09 a 08-10-1945.

Lindolfo Hill dedicou sua vida ao partido, à liberdade política, às causas sociais e à família. Em seu tempo, lutou pelo direito à cidadania plena e pelo direito às próprias opiniões que eram repreendidas.

Essa obra tem a finalidade de que forças sejam mobilizadas para o resgate de suas referências através de documentos da injusta cassação de seu mandato de vereador na câmara municipal. Documentos esses extraviados e "confiscados", em 1950 e em 1964, sendo que, até a presente data, não fazem parte do arquivo da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Declaração de Lindolfo Hill: "Sem participação direta e ativa do proletariado na vida política não pode haver democracia".

Boa leitura!

Por Fernando Luiz Eliotério

Ex-presidente do PCdoB de Juiz de Fora

Primeiro Candidato do PCdoB a prefeito de Juiz de Fora, em 2020.

IMPRESSÕES

Nossas considerações iniciais se voltam para o desconhecimento deste personagem e suas ações políticas, mesmo para antigos moradores da cidade de Juiz de Fora. A pesquisa do autor aborda questões sociais e a dificuldade de entender o sistema de classe, divididos entre pobres, rotulados como de esquerda e ricos dominantes, de direita, que fizeram do anticomunismo a bandeira para manterem seus privilégios. Lindolfo Hill não teve reconhecimento de sua luta por se juntar à classe menos privilegiada, prejudicando sua imagem perante a sociedade.

Seus ascendentes alemães chegaram ao Brasil, escolhendo Juiz de Fora como ponto de partida para a construção de uma nova vida o que, de certa forma, contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Desde cedo, Lindolfo Hill se volta para questões políticas, interessado na fundação do PCB, sempre muito atuante dentro do partido e seu viés ideológico, com questionamentos ligados à desigualdade já existente entre ricos e pobres.

Por conta da guerra, os imigrantes foram limitados e vigiados, principalmente italianos e alemães, resultando na desconfiguração do partido comunista e, como consequência, a repressão se torna ainda maior, com prisões aos líderes até então. A carreira política de Lindolfo Hill ganha corpo ao ser designado pelo partido em Minas Gerais para representar o estado em uma conferência nacional. Logo após, se torna presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústria da Construção e do Mobiliário no Estado,

caracterizando-o como relevante ator nas lutas de questões sociais. Após a anistia do partido, o movimento político passa por transformações ao conquistar a liberdade para organizações partidárias, aumentando a importância da sua atuação dentro do principal eixo da política nacional.

Juiz de Fora se destaca no cenário ao eleger o primeiro vereador comunista da cidade como o segundo mais votado, mas Lindolfo Hill tem sua candidatura ligada ao PTB, diante da informalidade do PCB no TSE. O livro apresenta em detalhes uma linha temporal, registrando acontecimentos políticos no Brasil, refletidos pela ordem mundial, fato que apresenta as lutas do personagem com seus ideais sempre voltados para as classes dominadas e, nesse ínterim, Lindolfo Hill entra na clandestinidade após perder o mandato. Mesmo assim, contribuiu com o processo de reestruturação da linha política do PCB, desenvolvendo importantes ações em diversas regiões do país. Somente após doze anos, com a inauguração de Brasília foi absolvido pelos crimes então acusado.

A trajetória da política nacional tem pontos primordiais apresentados pelo autor, tendo como protagonista Lindolfo Hill neste cenário político. Sua imagem cai no ostracismo devido à ilegalidade provocada pela ditadura de 1964 e, somente anos depois, foi reconhecido pelo então vereador juiz-forano Geraldo Magela, homenageando-o dando seu nome a uma singela rua da cidade.

Após leitura, percebemos o quão importante é conhecer nossa história. O livro mostra de uma forma de fácil compreensão o desenvolvimento do partido comunista que cresce junto com o protagonista que aos 17 anos foi convidado a fazer parte do PCB. A leitura é leve e didática, mostrando aos leitores a trajetória do partido e de Lindolfo Hill dentro do mesmo.

Apesar de tantos dados históricos e datas, não é uma leitura maçante. Acreditamos que para leitores interessados na história de uma época que poucos conhecem, o livro terá uma ótima aceitação. Muitos moradores de Juiz de Fora ao lerem este livro perceberão que nada conhecem de nossa cidade, mesmo os que viveram aqui a vida toda e que tenham mais de 50 anos.

O autor possui uma forma de escrever sobre um assunto que seria bastante cansativo, se não intercalasse o passado e o presente. Agradecemos a oportunidade de ter lido seu manuscrito antes da publicação e conhecido um pouco da história de Juiz de Fora através de suas palavras.

Bons momentos de reflexão!

Por Maria Orminda A. de Almeida e Dr. Luiz Carlos Pessoa Nery

INTRODUÇÃO

Caro(a) leitor(a),

este livro não tem a pretensão de ser a biografia definitiva de Lindolfo Hill, pois novos documentos e pesquisas podem surgir e transformar minha interpretação.[1] Uma certeza é que Lindolfo Hill fez parte da história do PCB em Juiz de Fora, em Minas Gerais e no Brasil. Foi com o objetivo de fazer justiça a este personagem da cidade que resolvi pesquisar sua história e resgatar sua memória para que pudéssemos homenagear os que no passado lutaram por nós.

Mesmo sem conhecer a fundo, muita gente se opôs ao pensamento comunista e utilizou o anticomunismo com bandeira para justificar diversas barbaridades. Então, proponho refletirmos juntos durante a leitura desse livro:

Ser comunista é legal? Está dentro da lei vigente?

Ser comunista é legal? É democrático pensar assim?

Ser comunista é legal? Tenho direito de ser comunista?

Ser comunista é legal? Faz bem sonhar como comunista?

Em respeito e homenagem ao pensamento de Lindolfo Hill utilizei esta pergunta com dubiedade, propositalmente, para colocar uma luz diferente sob os julgamentos sobre o comunismo da época. Infelizmente, na época de Lindolfo, a militância no partido político comunista brasileiro implicava

1 PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. p. 19.

historicamente o risco de morte, a tortura, a prisão, o exílio e a clandestinidade. Mas, em sua grande maioria, os comunistas da época de Lindolfo eram pessoas que tinham aderido ao partido, pois desejavam uma sociedade mais justa, mais igualitária e alguns por identificação com as lutas operárias e ou por fortalecer as organizações sindicais das quais participavam. Sonhar era crime? E ainda é?

Todo ser humano é produto de seu tempo e precisa ser interpretado, levando-se em conta o contexto e a temporalidade no qual viveu. Em sua existência terrena entre 1917 e 1977, Lindolfo Hill se tornou uma das vítimas de regimes autoritários, da ditadura militar, da falta de democracia do período e da falta da liberdade de expressão. Os fatores e acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais o levaram Lindolfo Hill a fazer o que fez, pensar o que ele pensou, baseou suas decisões e influenciou sua visão de mundo.

Na sua época, a militância política de esquerda implicava o abandono de familiares e amigos e a vida na clandestinidade. Mesmo sabendo destes perigos ele ousou com sua coerência política e na defesa de seus ideais sociais. Para Lindolfo Hill ser comunista não era somente entrar para o partido, mas sim uma opção de vida.[2] Para ele, liberdade era uma vida sem medo e ele pensava que liberdade perde sua eficácia, quando se converte em privilégio.

Lindolfo foi o maior expoente político da família Hill de Juiz de Fora que se dedicou e lutou por melhores condições na sociedade brasileira, uma história que se confunde com a do PCB local e nacional e revela a face brutal da repressão do Estado Brasileiro para garantir os interesses da elite no poder, seja esta civil ou militar ou civil-política-militar.

O ser humano é prisioneiro de sua temporalidade.

Viajar, conhecer o mundo, ler livros estrangeiros e saber dos feitos internacionais é muito bom, porém é necessário que se conheça muito bem onde se está vivendo, a história do município onde cada um foi criado, dar valor ao que se está criando e desenvolvendo, mas acima de tudo é preciso reconhecer os personagens que construíram esta história. No caso de Lindolfo Hill, quero com estas pesquisas contrariar a máxima que diz: "os seres humanos são como os rios, sempre desprezados no lugar onde nascem".

2 RAMOS, Carlos Alexandre. *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983).* São Paulo: UFSC. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/962/5615.pdf

Porém leitores, para entender a razão dessa minha afirmação é preciso ler este livro até o fim.

Às vezes é importante inverter a lógica usada até hoje no Brasil, que vem desde sua "descoberta", usando uma abordagem positivista e enaltecedora dos heróis "ricos e brancos" preocupados com a memória da classe dominante. É fundamental não só replicarmos a história «oficial» onde o vencido nunca teve vez, por isso o resgate é essencial. Lindolfo Hill não fez, até hoje, parte dos vencedores da "história oficial", por isso revirar o passado dele e apresentar um resgate literário foi minha busca em restituir sua imagem de importância para Juiz de Fora e para o Brasil.[3]

Sei que pesquisar o comunismo no Brasil é um prato cheio para os acusadores de plantão! Mas que fique aqui bem claro que acredito que não foi por acaso que em meu caminho me deparei com uma pessoa, um parente próximo, um lutador pelos direitos sociais dos menos privilegiados. Querer eliminar e aniquilar o adversário político já é antidemocrático, porém, se mesmo assim existir um grupo que queira eliminar o comunismo, que o faça dentro das regras da democracia e do estado de direito.

Meu tio-avô Lindolfo Hill, independentemente de ter sido comunista ou não, pensava livremente de uma forma diferente do poder constituído da época em que viveu. Acredito que não existia e não existe a necessidade de se sujeitar o povo a um desastroso regime de exceção ou extralegal. Para quem não conhece minhas ideias, antes de ler este livro, é bom saber de minhas convicções:

1) Defendo sempre que não se corrige as falhas da democracia com menos democracia, mas sim com mais democracia;

2) Repudio ditaduras de direita e de esquerda;

3) Defendo a liberdade democrática de expressão e o estado de direito;

4) Repudio a baderna e a tortura, o desrespeito à constituição, o autoritarismo e a arbitrariedade;

5) Não sou comunista, mas sim um ser humano social, inquieto e amante dos valores democráticos.

No atual momento político de 2018-2021 (período de minhas pesquisas), com um Brasil dividido e polarizado, com certeza muitos que estão hoje no poder gostariam que Lindolfo Hill fosse esquecido e apagado; mas

3 ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. 1984. 312 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, SP: Campinas. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279042

foi justamente para evitar isso que decidi contar sua história, neste momento, a história de um herói social, pois acredito na liberdade de opinião como bem maior.

Com este livro não pretendo cometer anacronismo, isto é, utilizar os conceitos e ideias do presente para analisar os fatos do passado, pois sei que isso poderia de forma equivocada julgar valores que não pertenciam ao mesmo tempo histórico em que Lindolfo viveu. Mesmo com pesquisas profundas estou consciente que só pude ver a vida de Lindolfo Hill "por um buraco de fechadura" e que mais pesquisas e revelações precisam ser feitas e arquivos que hoje se encontram em estado de confidencialidade precisam ser disponibilizados.

Entender o Brasil e a política nacional não é simples, ainda mais com análises retrospectivas. Sociologicamente persiste no país uma divisão entre pobres (dominados e automaticamente considerados esquerdistas) e os ricos (dominantes e considerados direitistas que fizeram do anticomunismo a bandeira para manter seus privilégios supostamente ameaçados). Uma direita que combatia violentamente uma "suposta" tentativa de ditadura de esquerda/comunista, porém aceitava a chegada de uma ditadura da direita/fascista para que continuassem cada vez mais rica. Por outro lado, a esquerda polarizava e considerava reacionário e conservador todos que não fossem esquerda mais radical.[4]

Em Juiz de Fora, Lindolfo Hill saiu da zona de conforto, tomou partido, juntou-se aos explorados, defendeu valentemente os oprimidos contra os exploradores e teve covardemente cassado seu mandato legítimo de vereador conquistado nas urnas. Apesar disso, até hoje Hill nunca foi nem simbolicamente redimido e nem oficialmente reconhecido. Muito pelo contrário, documentos da cassação da Câmara Municipal de Juiz de Fora foram "confiscados" com paradeiro desconhecido em 1950 e em 1964 e, até hoje, não devolvidas aos arquivos da Câmara Municipal.

Quem será que tem medo da transparência?

Em 2022, o PCB completará 100 anos de existência no Brasil e este livro é uma semente de esperança que lanço para que juntos possamos analisar os fatos passados, preservando a distância temporal, com a lógica em busca da verdade, do entendimento e do debate, mantendo os princípios democráti-

4 VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira., 1965. p. 3 e 9.

cos de liberdade de expressão e da suposição da inocência.

Minha busca por informações objetivou contribuir para relembrarmos daqueles que se empenharam pela liberdade no seu sentido mais amplo. É fundamental resgatarmos as histórias de vida daqueles que lutaram por nós, não importando qual linha de pensamento adotaram, contanto que o motivo central seja sempre o ideal de um governo mais justo e social.

A motivação que me levou a escrever este livro foi o convencimento de que a democracia exige a legalidade de todos os partidos políticos, todas as colorações e todas as correntes de pensamento e ação, contanto que todos respeitem as leis e a constituição. Ao contrário seria democracia uma palavra falada "de boca pra fora", sem o real pensamento democrático de aceitar a opinião dos outros seres humanos, seja ela qual for. Por sua coerência política e ideais sociais, Lindolfo Hill acabou pagando um alto preço.

A democracia é bem mais capaz de atingir as legítimas aspirações do povo brasileiro do que a mais bem "organizada" das ditaduras.[5]

Deveria ser um dever cívico da sociedade juiz-forana e dos historiadores em geral recuperarem a trajetória deste símbolo da cidade e do Brasil: Lindolfo Hill, herói de um tempo não muito remoto onde a cidadania plena e o direito à própria opinião não podiam ser vivenciados na sua totalidade. Esse era o ponto de vista das classes dominantes brasileiras da época.

Nenhum ser humano é perfeito e nem tem razão absoluta, porém alguns tiveram a audácia de dizer que Hill era ingênuo. Mas, depois de muito pesquisar, percebi aos poucos que Lindolfo Hill foi um símbolo de caráter inabalável e que em suas convicções ele concluía que um país rico é um país sem pobreza e desigualdades. Será que é proibido sonhar? Minha resposta é um sonoro não.

Dentro da minha cabeça mando eu.

Lindolfo Hill, o primeiro vereador comunista de Juiz de Fora, foi parcialmente eliminado de arquivos e demonizado pelo estigma do partido comunista, mas permaneceu na memória de seus familiares e de muitos que realmente o conheceram. Sua trajetória pessoal se relaciona com muitas

5 ALVES, general Osvino Ferreira. 26.6.1962 . Em: CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil.* Volume 2º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 183.

histórias coletivas e de um tempo em que a liberdade era coisa rara e lutar por ela considerado um heroísmo – ou era loucura?

Como um trabalhista de verdade, Hill definia sua vida por retidão, abnegação, ligação direta com o proletário, sendo ele mesmo um deles, mantinha contato constante com suas bases, defendia a legislação, o direito e causa dos trabalhadores e a proteção da família. Valores que estiveram presentes em toda sua vida partidária, sindical, política e parlamentar.[6]

O PCB não era um partido de mártires, mas sim de esperançosos no rumo de uma utopia. Um partido de homens comuns, com erros e acertos, sucessos e fracassos, bem brasileiros, bem nacionais.[7] Lindolfo jamais perdeu a sua essência, a crença num partido de trabalhadores, de indivíduos de carne e osso, comuns, mas que organizados e atuantes poderiam modificar a realidade em busca de um futuro melhor.[8] Por todos estes motivos tomei para mim, como meu dever cívico, resgatar sua história e oferecer ao meu tio-avô Lindolfo Hill esta homenagem póstuma.

Bem-vindo ao Estado golpista (1930, 1945, 1954, 1961, 1964, dentre outros) e suicida chamado Brasil - e você leitor, é parte deste experimento! Sinta-se parte dessa *terra brasilis* da contrarrevolução preventiva, pátria da guerra civil sem fim, dos genocídios sem nome, dos massacres sem documentos, dos golpes, dos processos de acumulação de capital feitos através de bala e medo contra quem se mover e tudo isso aplaudido por parte da população.[9]

Porém, calma! O Brasil não é exceção, todos os povos têm dificuldades em exercitar a memória de seus anos de ditadura. Não tenhamos ilusões, muitos franceses têm dificuldades de se relacionar com a França de Vichy, os alemães com a Alemanha do ditador Hitler, os russos com a Rússia do ditador Stálin e não seria diferente os brasileiros e as brasileiras terem dificuldades de lidar com os fatos de um Brasil ditatorial de 1964-1979, de um

6 OLIVEIRA, Luis Eduardo de. *Movimentações classistas e luta por direitos na Era Vargas.* In: *Trabalho, Proteção e Direitos: O Brasil na Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 85-86.

7 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a edição. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro, 1989. p. 14.

8 SOUZA, Igor Dias Domingues. *Neres e o VI Congresso do PCB: organizar as massas contra a ditadura pela base.* Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 172.

9 LIMA, Kátia. *A Obra Sociológica de Florestan Fernandes*: Capitalismo Dependente e Contrarrevolução Preventiva. Em 6. Colóquio Internacional Marx e Engels GT 2 - Os Marxismos. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/a-obra-sociologica-de-florestan-fernandes.pdf

espírito de ex-colônia dominada, de uma sociedade escravagista e de uma história de muitos golpes militares, civis e políticos.

Mas lembre-se leitor(a), o poder é individual e vem de você mesmo, não é uma outorga de uma autoridade ou instituição. Assuma este poder!

Será mesmo que o olhar da memória é autoflagelação ou libertador? Até que ponto é melhor ser positivista e olhar pra frente, enterrando o passado, ou debater extensivamente para cicatrizar as feridas de dentro pra fora? Eu escolhi conhecer o passado para curar e libertar nosso futuro.

As ditaduras de todas as colorações instalam regimes do medo e este mesmo medo impede o questionamento das desigualdades que geram ainda hoje um Brasil instável com o fantasma ditatorial rondando e esperando para ressuscitar a qualquer momento.

> **Numa real democracia ser de direita, liberal, centro, de esquerda, trabalhista, socialista ou comunista é uma escolha pessoal e deveria ser respeitada. Porém uma ditadura não permite oposição de verdade.**

Acredito que somente teremos paz social, quando o Brasil fizer as reformas necessárias para criar uma sociedade mais justa:

1) Reforma agrária para criar uma numerosa classe de pequenos empreendedores rurais que estabilizarão a produção de alimentos, extinguindo a fome;

2) Reforma urbana para regular, planejar e estruturar o crescimento das cidades e suas populações;

3) Reforma e revisão do pacto federativo, pois a vida acontece nos municípios;

3) Reforma bancária com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais;

4) Reforma política, eleitoral e partidária com fidelidade partidária real e voto não obrigatório.[10]

Além dessas reformas que o país sempre precisou, aguardaremos ainda a reforma trabalhista, a reforma educacional e outras.

10 REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 24 e 72.

ORIGEM GERMÂNICA

Os bisavôs germânicos de Lindolfo Hill, Margaretha e Franz Hill, viviam numa casa simples no vilarejo de Wendelsheim no Grão-Ducado de Hessen (atualmente Alemanha) e de lá emigraram para o Brasil em busca de uma vida melhor no ano de 1858.[11] Franz nasceu em 22.5.1824 na cidade de Gensingen e casou-se com Margaretha Debler Hill. Ela tinha nascido em 16.8.1827 em Erbes-Büdesheim. O jovem Franz mudou-se para a cidade vizinha de Neubamberg, época em que conheceu Margaretha e tiveram uma filha, batizada de Margaretha Hill, em 20.2.1850.

A vida tomava seus rumos e, no ano seguinte, em 26.6.1851, em Wendeslheim falecia a sogra Margaretha Reinig Debler, mas também nascia em Wendelsheim, em 14.12.1851, a segunda filha do casal, Klara Hill. Com a família crescendo, resolveram se casar na igreja católica e Franz mudou-se definitivamente para Wendelsheim, passando a morar com a família Debler, na rua Neugasse 14.[12]

A vida não era fácil, mas o casal foi novamente agraciado, em 28.12.1855, com o nascimento de mais um filho que batizaram de Johannes Hill. Três anos mais tarde, em 1858, o casal emigrou para o Brasil, trazendo seus 3

11 ZIMMERMANN, Ivone. *Alemães e Austríacos em Juiz de Fora* — Retrato de uma Época: Genealogia das famílias Zimmermann e Umsonst. Rio de Janeiro: Editora Publit Soluções Editoriais, Vol. 2. 2015.

12 SCHWIND, Jakob. Entrevista sobre a história de Wendelsheim com o historiador Jakob Schwind. Wendelsheim – Alemanha, 15.7.2016

filhos e o sogro viúvo Jacob Debler. Boa parte das despesas da viagem e da nova vida na região do Parahybuna (atual Juiz de Fora – MG) foram financiadas com a venda da casa do sogro em Wendelsheim e, apesar do jovem casal ter emigrado com poucas posses em 1858, deixou para seus descendentes de Juiz de Fora uma boa herança com três alqueires de terra em capoeira, calculada no inventário em 24.5.1912, no valor de 900$000 (novecentos mil réis).

No local tinha uma casinha, um moinho e aguadas na "colônia Hill", como eram conhecidas as terras deles situadas no distrito desta cidade e fazendo divisa com a Fazenda de Santa Cândida (atual bairro Parque das Águas),[13] divisa com José Francisco de Assis e divisa com as terras da Câmara Municipal.[14] Em 1912 a família já estava na segunda geração e os herdeiros de Margaretha Debler Hill e Franz Hill já tinham formado uma grande família em Juiz de Fora:

Johannes "João" Hill, alemão, nascido em 1855 com 52 anos, casado com Bárbara Scoralick;

1) Margaretha "Margarida" Hill, alemã, nascida em 1850 com 54 anos;
2) Phillip "Felippo" Hill, 50 anos, solteiro;
3) Maria Hill, 44, solteira e residente em Pirapora;
4) Wunibaldo Hill (falecido), representado por seu filho Pedro Hill, 24 anos, casado com Florinda Augusta Hill, residentes na cidade;

Klara "Clara" Hill Thielmann (nascida em 1851 e falecida), representada por seus três filhos Sophia "Hill" Thielmann, 30 anos, viúva; Margarida "Hill" Thielmann Kappel, 28 anos, casada com Carlos Christiano Henrique Kappel e Wunibaldo "Hill" Thielmann, 27 anos, casado com Carolina Sell Thielmann.

Na abertura do inventário, os herdeiros decidiram vender, por procuração, os direitos da herança para Nicolau Jacob Scoralick por 250$000 (duzentos e cinquenta mil réis).[15]

O avô materno de Lindolfo Hill, Johannes Hill, nasceu em 28.12.1855 em Wendelsheim, na rua Neugasse 14 e emigrou em 1858 com os pais Margaretha e Franz para o Brasil.[16] Os desterrados imigrantes germânicos que

13 Disponível em: https://url.gratis/tih5PK

14 Arrolamento de Franz e Margaretha Hill – Fundo do Fórum Benjamin Colucci. , Juiz de Fora: Arquivo Central da UFJF. Caixa 60 / 30. Proc.

15 Fundo do Fórum Benjamin Colucci. Juiz de Fora: Arquivo Central da UFJF. Caixa 2808/ 23. Espólio de Franz e Margaretha Hill – Proc.

16 MAESTRINI, Alexandre Müller Hill. *Franz Hill – Diário de um Imigrante Alemão.* Juiz de Fora: Editora Editar, 2015.

aqui chegaram, sem relação com a terra, precisaram de um bom tempo até se adaptarem.

Johannes cresceu na Cidade do Parahybuna onde passou a exercer a profissão de ferreiro, casando-se com Dona Carolina Johanetta Weitzel, ela também filha de imigrantes germânicos, porém já nascida nesta cidade em 20.8.1862. Ela era filha dos germânicos Ignez Groben e Joseph Peter Weitzel; este casal também tinha emigrado para o Brasil da mesma região do Grão-Ducado de Hessen, da cidade vizinha de Gau-Bickelheim.

Carolina e Johannes passaram a morar com os pais Franz e Margaretha em uma das casinhas na Villagem da rua da ex-colônia de Dom Pedro II nº 70 (atual rua Bernardo Mascarenhas 707). Foi neste local, conhecido como a "Colônia Hill", que tiveram seus três descendentes. Em 29.3.1880, o nascimento do primogênito Carlos José Hill (pai de Lindolfo Hill) trouxe alegria para a família; mas, para a tristeza geral, já em dezembro de 1881 falecia o patriarca imigrante Franz Hill.

A vida continuava e com apenas 27 anos incompletos, no dia 25.3.1889, falecia a esposa Carolina deixando os três filhos aos cuidados do pai Johannes.[17] Ele sabia que os pequeninos precisavam de uma "mãe", assim já no ano seguinte, em 4.9.1890, Johannes Hill, germânico de nacionalidade, mas assinando com o nome abrasileirado de "João", casou-se novamente no regime de comunhão de bens com Bárbara Scoralick. Ela, com 26 anos, tinha nascido na Cidade do Parahybuna, no dia 29.10.1868, e era filha de Magdalena e Jacob Scoralick, amigos do pai Franz Hill. A cerimônia simples desse segundo casamento de "João" foi realizada às 14 horas, na casa da família Hill, pelo Juiz de Paz George Francisco Grande.

O novo casal Bárbara e Johannes, com seus três filhos, continuaram a morar na casa da família Hill, na Villagem. O terreno da casa tinha 7,5 metros de frente e sessenta de fundos, medindo no total 450 metros quadrados.[18] A morada simples no valor de 473$000 (quatrocentos e setenta e três mil réis) era de um pavimento, um pouco recuada do alinhamento da rua, coberta de telhas e assoalhada. Na fachada frontal da "casa dos Hill", em estilo padrão das casas da Villagem, com duas janelas na frente, a entrada era feita pela lateral no térreo.

O pai de Lindolfo Hill, Carlos José Hill, com a profissão de constru-

17 Fundo do Fórum Benjamin Colucci. Juiz de Fora: Arquivo Central da UFJF. Caixa 239 / 23. Inventário de Joanna Hill – Proc.

18 O terreno dos Hill chegava até a divisa da antiga Escola Agrícola – local do atual 17. Batalhão Logístico Leve na rua General Deschamps Cavalcanti, localizado na antiga região da Boa Vista, hoje conhecido como Bairro Fábrica.

tor, viveu em Juiz de Fora, exercendo seu ofício como profissional liberal e administrando uma pequena empresa da construção civil. A empresa registrada como "Carlos Hill – Construtor de Obras" funcionava na Avenida Américo Lobo 795. Especializada em pequenas obras, era também um dos fornecedores de materiais para as obras públicas da Câmara de Juiz de Fora, que nesta época fazia também o papel de poder executivo como prefeitura. No ano de 1916, entregou 157 carroças de areia para a construção do "paredão da Germânia", que estava sendo executada pelo poder público municipal.[19]

Os pais de Lindolfo casaram-se no Fórum de Juiz de Fora, às 15:30 horas, no dia 17.5.1902. A mãe Dona Eliza Scoralick Hill era filha dos imigrantes germânicos Anton "Antônio" Scoralick e Dona Margaretha "Margarida" Hahn Scoralick. No dia do nascimento de Lindolfo/Lindolpho ambos os avós já eram falecidos.

Filho de Dona Eliza Scoralick Hill e Carlos José Hill, Lindolfo Hill nasceu em Juiz de Fora, no dia 15.1.1917, às 23 horas. Veio ao mundo na casa onde moravam na Avenida Américo Lobo, 795 no Bairro Manoel Honório. Como a maioria dos descendentes de imigrantes germânicos de Juiz de Fora, Lindolfo Hill não era de família rica; e comum para a época, Lindolfo foi registrado somente no dia 19.1.1917.

Infelizmente Lindolfo veio a perder o pai tragicamente no dia 18.2.1917, quando tinha apenas 1 mês de idade e, sem a força de trabalho do pai, cresceu em condição econômica humilde em Juiz de Fora junto com os 4 irmãos Maria, Ermelinda "Linda", Madalena "Lena" e Carolina Hill. Foram criados sob os cuidados amorosos de sua mãe Eliza Scoralick Hill, mas, sem o marido, a vida tinha se tornado mais difícil para a viúva de Carlos José Hill.

19 AHJF. *Fundo República Velha*. Série de obras públicas, fornecedores (em organização). Juiz de Fora, 5 de fevereiro de 1917.

CONTEMPORANEIDADE

Coincidência ou contemporaneidade, do outro lado do mundo, em outubro e novembro de 1917, ano do nascimento de Lindolfo Hill, em Petrogrado e Moscou os bolchevistas (totalitaristas) derrotaram as correntes socialistas mais moderadas e implantaram, pela primeira vez na história da humanidade, a ditadura do proletariado.

O primogênito Lindolfo Hill ainda era pequeno, quando entre 25 a 27.3.1922, ocorreu o Congresso de Fundação do Partido Comunista do Brasil em Niterói, mas o que poderiam fazer 73 militantes espalhados pelo Brasil? [20] Participou também um grupo de Juiz de Fora. O estatuto do partido PC-SBIC (Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista) foi publicado no Diário Oficial da União em 7.4.1922.[21] No âmbito internacional, em dezembro de 1922, ocorreu o I Congresso dos Sovietes de toda a união e a ocasião marcou a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com quatro participantes: Rússia, Bielorússia, Ucrânia e Transcaucásia. [22]

Três anos mais tarde, em 1925, nascia o Partido Comunista de Minas Gerais, formando seu primeiro núcleo em Juiz de Fora pelas mãos do cario-

20 KONDER, Leandro. *As ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1996. p 32.

21 VINHAS, Moisés. *O Partidão – A luta por um partido de massas 1922-1974*.São Paulo: Editora Hucitec, 1982. p. 9 e 10.

22 PERALVA, Osvaldo. *Pequena história do mundo comunista*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964. p. 71 e 79.

ca Adelyno Decola dos Santos e de Luiz Zuddio. Em Juiz de Fora, residiam alguns estudiosos das questões sociais surgidas no "pós-guerra" e o PCB procurava levar a semente das ideias aos centros industriais e ferroviários. Em seguida o PCB buscou levar as ideias comunistas às repartições públicas, aos meios estudantis e comerciais. Juiz de Fora não foi diferente, uma das cidades industriais da época, oferecia um solo fértil para todas essas atividades.

Luiz Zuddio era um jovem contabilista, o guarda-livros responsável pela contabilidade da empresa onde trabalhava. Tinha uma certa folga, andava de bicicleta para baixo e para cima, fazendo contato com o pessoal. Toda noite dava aulas de marxismo na União Operária, como Marx fazia na Europa. Ele trabalhava voluntariamente nas portas de fábrica, mas sabia que era preciso educar os trabalhadores. Zuddio tinha uma perspectiva extraordinária, uma consciência do futuro do movimento social e reunia grupos de operários para ensinar aos líderes operários economia política, mais-valia e outros, fazendo com que os operários ficassem sabendo como eram roubados e assim poderiam ter consciência de classe para lutar melhor.[23]

Este era o trabalho de instrução que os comunistas acreditavam e realizavam, mas eram sempre vigiados pela polícia política e assim muitos dos envolvidos na atividade foram perseguidos. Zuddio foi assassinado por militares em 9.11.1935, quando fazia pichações em muros em Juiz de Fora,[24] além de distribuir panfletos do Comitê Regional da Mata do PC-SBIC no bairro São Mateus.[25]

Na outra ponta extrema direita "das ideologias", em 30.12.1924 era criado o órgão do governo brasileiro, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Federal, utilizado principalmente durante a ditadura do Estado Novo e mais tarde no Regime Militar ditatorial iniciado em 1964, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder.

---

23 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

24 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por uma vanguarda revolucionária*: Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964). Doutorado em História - UFJF. Programa de Pós-Graduação em História. Juiz de Fora, 2017.

25 SANTOS, Alessandra Monzo dos. *O PCB e seus militantes*: alguns indícios de sua atuação e trajetória em Juiz de Fora (1930-1964). Em: Anais Eletrônicos do I Seminário Dimensões da Política na História: *Estado, Nação, Império*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2007.

Entre 16 e 18 de maio de 1925, ocorreu no Rio de Janeiro o II Congresso do PCB, onde se discutiu a política nacional e a situação internacional. Na parte de organização, os temas foram a reforma do estatuto, as células, os comitês regionais, o serviço da direção, os comitês de agitação e de propaganda e a organização da Juventude Comunista.[26]

Inclusive com uma seção em Juiz de Fora, os comunistas pleiteavam a nacionalização das terras e divisão dos latifúndios, a abolição da dívida pública, a nacionalização de empresas, indústrias e bancos "imperialistas", a liberdade de expressão e imprensa, o direito de greve, a jornada de trabalho de 8 horas, a lei de férias, o aumento do salário e outras medidas sociais para os trabalhadores. Nessa época o Brasil era considerado um país semicolonial de economia agrária baseada na grande propriedade, na exploração das grandes massas camponesas e economicamente dominado pelo imperialismo (empresas estrangeiras).[27]

O Brasil acabara de sair do regime escravista em 1888 e, com o início da industrialização brasileira, as condições de vida e trabalho do proletariado eram bastante difíceis com a jornada de trabalho chegando a 13, 14 até 15 horas por dia, sem descanso semanal remunerado nem férias anuais. Vale lembrar que nesta época não existia o contrato de trabalho e os operários eram admitidos e despedidos verbalmente, sem qualquer tipo de indenização. Em caso de doença ou acidente de trabalho, o empregado não contava com assistência do empregador.

Com salários baixos, a vida dos trabalhadores era precária, resultava em subnutrição e más condições de moradia. O ciclo econômico e social era vicioso: com o custo de vida alto, crianças e mulheres também eram obrigadas a entrar no mercado de trabalho e, consequentemente, a abundância de mão-de-obra acarretava desemprego e queda nos salários.[28]

26 SEGATTO, José Antônio et alli. *PCB: Memória fotográfica (1922-1982)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 16.

27 ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto* – 1922 – 1930. Belo Horizonte: Editora Oficina dos Livros. 1989. p. 22, 31, 43 e 51.

28 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro., 1989. p. 19.

CONTATO COM O PCB

Foto: arquivo da família Hill.

O jovem Lindolfo cresceu em sua cidade natal Juiz de Fora, na Zona da Mata das Minas Gerais - Brasil, e, seguindo a profissão de seu falecido pai, tinha se tornado trabalhador da construção civil, exercendo a profissão de pedreiro.

Em janeiro de 1927, com a suspensão do Estado-de-Sítio, que durou de 1922 a 1926, o PCB fazia sua primeira "tentativa" de atuação na legalidade através da criação do Bloco Operário e Camponês (BOC) com todas as condições para participarem da vida política eleitoral.

Os militares iniciaram as propagandas anticomunistas,[29] mas, mesmo

29 FICO, Carlos. *O golpe de 1964* – momentos decisivos. Belo Horizonte: Editora FGV, 2014. p. 24.

neste cenário, a União Operária de Juiz de Fora, que tinha sido legitimamente fundada em 1.7.1927 sob orientações dos militantes comunistas, manteve a tradição dos trabalhadores locais de se organizarem em associações de diversos ofícios.

Dentro da União Operária, membros do PCB exerciam certa supremacia e compunham a comissão executiva. O estatuto da União Operária foi também elaborado pelos companheiros de orientação comunistas José Marcílio, secretário-geral; João Salvi, tesoureiro; Luiz Zuddio, primeiro-secretário e Sebastião Bernardes, como procurador.[30]

Em 29.12.1928, o PCB reuniu 31 delegados no III Congresso Nacional em Niterói, na sede da Federação Operária do Estado do Rio, com uma polêmica interna sobre a atuação do partido no âmbito sindical, além de uma extensa pauta com 16 temas no sentido de aprofundar a análise da situação econômica, política e social do Brasil e o papel da classe operária no movimento revolucionário em marcha desde 1922.

Com mais de 70% de analfabetos (que não podiam participar das eleições!), o Brasil continuava na mão de um legislativo e um executivo já constituídos e dominados pelas oligarquias; já que nesta época ainda não existia a Justiça eleitoral. Em 1930, com um golpe militar, Getúlio Dorneles Vargas chega ao poder. Neste ano, o PC contava com somente 800 militantes espalhados pelo imenso Brasil.[31] Assim, se recusando a enquadrar-se na lei de sindicalização da Era Vargas, em 1930-1931, a União Operária se viu fragilizada e desarticulada, sofrendo sob a vigilância, repressão policial e cada vez mais criminalizada.

Foi nesta mesma época de Getúlio Vargas que começaram as práticas violentas de torturas contra os "inimigos políticos", isto é, todos aqueles que pensavam diferente. Em Juiz de Fora, além de perseguirem sistematicamente os comunistas, as autoridades policiais, visando intimidar os trabalhadores locais, ameaçavam ampliar o raio de ação repressivo até para pessoas suspeitas de serem simpatizantes do "credo vermelho" e da União Operária.[32]

---

30 SANTOS, Alessandra Monzo dos. *O PCB e seus militantes*: alguns indícios de sua atuação e trajetória em Juiz de Fora (1930-1964). Em: Anais Eletrônicos do I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império. Juiz de Fora :Clio Edições Eletrônicas, 2007.

31 KONDER, Leandro. *As ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna., 1996. p 37.

32 OLIVEIRA, Luis Eduardo de. Movimentações classistas e luta por direitos na Era Vargas. Em *Trabalho, Proteção e Direitos: O Brasil na Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

O contexto mundial também estava se alterando e em fevereiro de 1933, com a provocação montada pelos nazistas na Alemanha, com a farsa do incêndio no *Reichstag* (Parlamento Alemão), Hitler chega ao poder, justificando a repressão contra os comunistas. A repercussão mundial foi imediata. No Brasil, em março de 1933, o Superior Tribunal Eleitoral recusou o pedido de registro do PCB, considerando-o um partido "internacionalista".

Anos mais tarde, em interrogatório no SNI (Serviço Nacional de Informação), na rua Uruguaiana, décimo andar do conhecido edifício da Casa da Borracha, o próprio Lindolfo Hill contaria sua história, começando por 1934. Nesse ano o jovem operário da construção civil, residente na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, então com 17 anos de idade, começou a participar como associado da União Operária, organização dos trabalhadores da cidade de Juiz de Fora. O ingresso de Hill na referida organização tinha sido influenciado por vários companheiros de trabalho na Companhia Pantaleone Arcuri.

Na mesma época, Lindolfo foi também convidado a participar da formação do PCB da cidade, tendo tomado parte em várias reuniões da "Célula da Empresa", como era então chamada. A célula era o local de referência localizado num bairro ou local de trabalho em que atuavam os militantes do PCB. Naquelas reuniões, entre outros assuntos, conversava-se sobre questões relacionadas com a empresa, como o salário, a importância de conseguirem férias remuneradas, que então não recebiam.

O questionamento diário básico dos que têm pouco é sempre: por que o pobre trabalha toda vida e nunca tem nada?[33]

No início de 1935, o país se encontrava em desordem financeira com um vultuoso *déficit* que levou ao desencanto da população. Para se manter no poder, Getúlio Vargas tivera que fazer grandes concessões aos grupos oligárquicos estaduais e, em contraponto, as insatisfações populares estavam sendo direcionadas para o movimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), lançada publicamente no Rio de Janeiro em 30.3.1935, com cerimônia no Teatro João Caetano.

Em menos de três meses, a ANL já contava com mais de 1600 núcleos espalhados por todo o território nacional; só na capital federal Rio de Ja-

p. 90-93.

33 SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 36.

neiro eram 50 mil inscritos.[34] A ANL lutava por um poder democrático, defendia o anti-imperialismo, a reforma agrária e a luta antifascista.[35] Neste cenário político, ainda em meados de 1935, atendendo a convite de um cunhado, foram ambos para o Rio de Janeiro e Lindolfo Hill passou residir com um outro cunhado. Durante esse tempo que viveu no Rio, não teve nenhuma ligação com o PCB ou com sindicatos.

Lindolfo vivenciou a época da Revolta Comunista de 1935, erroneamente designada "Intentona Comunista", pois essa designação pejorativa significa "intento temerário", termo utilizado pelos meios oficiais de propaganda e comunicação da época na tentativa de desqualificar a revolta legítima do povo. Todavia era isso que a repressão queria e o governo elaborou uma mitologia sobre uma "sangrenta intentona", que na verdade agitara o fantasma do comunismo e contra os movimentos democráticos. As calúnias de um "brutal" movimento insurrecional não tinham base factual, nem das investigações policial-militares, nem do Superior Tribunal Militar.[36]

Sob a inspiração do Partido Comunista do Brasil tinha sido criada a ANL com a finalidade de defender a liberdade de expressão, nacionalizar empresas, realizar a reforma agrária, suspender a dívida externa e instaurar o governo popular. Motivos muito justos, porém o expressivo crescimento da ANL e os protestos populares, preocupavam o regime varguista, que tentava detê-la. Os insatisfeitos da ANL se organizaram em uma revolta armada e tentaram derrubar o governo do presidente Getúlio Vargas.

Um governo que não admite oposição é ditatorial!

Em uma de suas frentes, a ANL lutava contra o Integralismo de caráter nacionalista e corporativista social, em outra frente a ANL lutava contra o governo autoritário de Getúlio Vargas que, com uma canetada, nomeava e destituía qualquer um.[37] Desde a decretação da Lei de Segurança Nacional em 1935, a "Lei Monstro", sancionada em 4.4.1935, elaborada por Vicente Rao, notório adepto do fascismo,[38] o regime vinha se fechando. Percebendo

34 PRESTES, Anita Leocádia. *Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Editora Brasiliense. 2008. p. 102.

35 Disponível em: http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=150

36 SEGATTO, José Antônio et alli. *PCB: Memória fotográfica (1922-1982)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 43.

37 CID, Wilson. *À margem do Paraibuna.* Juiz de Fora: Editora Templo., 2018. p. 112.

38 PRESTES, Anita Leocádia. *Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. São

a forte oposição, o governo tentou deter a ANL e a "colocou" na ilegalidade em 11.7.1935, utilizando-se da nova Lei de Segurança Nacional.

Para contestar a proibição da atuação da ANL, iniciaram-se os levantes em datas diferentes em cada Estado. Concentradas nos quartéis militares e com pouco envolvimento da população civil, em novembro de 1935, ocorreram sublevações nos Estados Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro. Esses movimentos revoltosos, formados por intelectuais, trabalhadores e militares, foram uma resposta à dissolução da ANL.

Diante dessa situação, renascia o "Salvacionismo" dos militares no Brasil. Esse fenômeno não é difícil de compreender, considerando-se o processo histórico da formação da sociedade brasileira, marcado pela inegável força das classes dominantes que sempre souberam impor aos setores populares uma desorganização e desestruturação social, se tornando uma sociedade excludente em relação aos "de baixo", não restando espaço para que o povo organizado pudesse influir na vida nacional.

Tradicionalmente, na sociedade brasileira, os setores populares sempre enfrentaram dificuldades de participação organizada, seja através de partidos, associações, sindicatos e outras formas de caráter social ou político. Restava a consequência natural da expectativa de um "golpe salvador" desfechado pelos militares em substituição do papel das vontades das massas oprimidas.

Foi nesse contexto que o PCB, com dificuldades de mobilizar o povo, o qual passaria ironicamente a ver nos militares a possibilidade de abertura de caminho para uma insurreição popular. Para os planos dos comunistas, o capitão Luiz Carlos Prestes deveria assumir o comando das Forças Armadas e garantir a fidelidade aos objetivos revolucionários do PCB. E, visando a vender o sensacionalismo, a imprensa "carregava na tinta" – exagerava para vender - e as ações dos revolucionários ganhou face grotesca de barbárie, destruição e violência. Nesses relatos, os comunistas teriam "supostamente" cometido atos hediondos e eram classificados como indivíduos alienados da sociedade brasileira.

Por um longo período, os ouvintes das rádios e os leitores dos jornais foram bombardeados com imagens nefastas das atividades comunistas que supostamente "matavam gente que dormia, estupravam e assaltavam", criando uma visão maniqueísta do comunismo.

Paulo: Editora Brasiliense, 2008. p. 77.

O primeiro Estado a sublevar-se foi o Rio Grande do Norte. Na capital Natal, em 23.11.1935, militares insurgiram-se no 21° Batalhão de Caçadores e instalaram o Comitê Popular Revolucionário. Em 24.11.1935, eclodiu a revolta em Pernambuco no 29° Batalhão de Caçadores. A sublevação militar foi antecedida por greves, principalmente dos trabalhadores da Estrada de Ferro *Great Western*.

A última sublevação ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, no 3° Regimento de Infantaria da Praia Vermelha e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, em 26.11.1935. As revoltas foram sufocadas pelas forças legalistas e as greves insufladas pelo Partido Comunista do Brasil não tiveram a dimensão esperada, desse modo, não puderam respaldar os revoltosos. Uma marca do movimento foi a "resistência" contra o governo organizado pelo capitão do Exército Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, debelada pelas tropas de Getúlio Vargas.

Um capitão como chefe? Salvacionismo militar? A história é cíclica? Analisemos o Brasil em 2018.

Aproveitando-se deste cenário, em 25.11.1935 tinha sido enviado ao Congresso Nacional o pedido de decretação de estado de sítio em todo território nacional. Em março de 1936, as três emendas à constituição foram aprovadas e deliberavam na primeira emenda sobre a equiparação do estado de sítio ao estado de guerra, a segunda emenda possibilitava excluir das Forças Armadas os militares, "tidos como comunistas", e a terceira emenda permitia exonerar sumariamente funcionários públicos civis. Armado com estes superpoderes, o Estado empreendeu uma campanha de repressão política.[39]

O "pavor aos vermelhos" deu início a uma campanha anticomunista consolidando no imaginário em pouco tempo a associação do pensamento comunista com o "mal", isto é doença, demônio, violência, imoralidade etc. Como consequência, a perseguição aos comunistas e às pessoas consideradas ameaças ao regime se acirrou. Porém, na verdade, o PCB era ainda um partido pequeno, débil, heterogêneo, clandestino, sistematicamente perseguido e com dificuldades de formular uma orientação política adequada à realidade.[40]

O governo de Vargas utilizou-se das revoltas de 1935 como pretexto

39 MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil.* Rio de janeiro: Eduerj, 2006. p. 50-52.

40 PRESTES, Anita Leocádia. *Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Editora Brasiliense., 2008. p. 84, 142, 143.

para exagerar (!) o perigo da ascensão comunista ao poder. No Exército foram expulsos os elementos mais radicais. No Congresso criou-se o Tribunal de Segurança Nacional para julgar crimes políticos, a ANL foi desarticulada e seus simpatizantes perseguidos.

O conceito de esquerda e direita surgiu somente a partir da Revolução Francesa em 1879, quando aliados do rei se sentavam à direita e seus opositores à esquerda.[41] Como na vida política não existe vácuo, eliminada a esquerda, a direita "florescia". Em setembro de 1936, os integralistas promovem marcha "dos camisas verdes" em apoio ao governo de Getúlio Vargas. Em poucos dias, a esposa de Luiz Carlos Prestes é expulsa do país - no 7º mês de gravidez e esperando uma filha brasileira - e entregue ilegalmente, na calada da noite, à Gestapo (*Geheimstaatspolizei*), o serviço secreto alemão. O futuro de Olga Benário estava marcado: os campos de concentração. A jovem comunista alemã tinha sido destinada em 1934 para acompanhar o brasileiro Luiz Carlos Prestes na sua volta de Moscou ao Brasil. Durante a viagem eles se disfarçaram de um casal em lua de mel e acabaram se apaixonando de verdade.[42] Em 1942, Olga foi assassinada na câmara de gás no campo de concentração nazista de *Bernburg*![43]

Internacionalmente, a Alemanha nazista e o império Japonês assinaram em 25.11.1936 o Pacto *Anticomintern*, declarando oficialmente a posição nazista e fascista contra o Comunismo Internacional. Atento aos desdobramentos do cenário internacional da época, Lindolfo Hill trabalhou somente até fins de 1936 no Rio de Janeiro, quando decidiu voltar para Juiz de Fora e também para seu antigo empregador, a construtora Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri, que neste ano começava a construção da Casa D'Italia com doações de membros da comunidade italiana para terem um local onde se encontrariam e preservariam cultura. O terreno para construção da Casa D'Itália tinha sido adquirido pelos italianos em 11.10.1933.[44]

Em sua cidade natal, Lindolfo encontrou-se com antigos companheiros, mas já não aconteciam mais reuniões oficiais como no passado, devido aos perigos em decorrência dos desdobramentos e acontecimentos no país.

41 GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte do Zumbi dos Palmares. Vol. 1.* Editora Globo Livros. Rio de Janeiro, 2019. p. 155.

42 PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo., 2015. p. 157-161.

43 SEGATTO, José Antônio et alli. *PCB: Memória fotográfica (1922-1982)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 50.

44 Disponível em: https://casaditaliajf.wordpress.com

Mais amadurecido, Lindolfo Hill já tinha se tornado um simpatizante da luta de classe pelos direitos trabalhistas e Juiz de Fora vivia uma expansão econômica. Lindolfo lia Karl Marx que escreveu, "a burguesia quer lucro e os trabalhadores salário: se sobem os lucros, baixam os salários; se sobem os salários baixam os lucros".

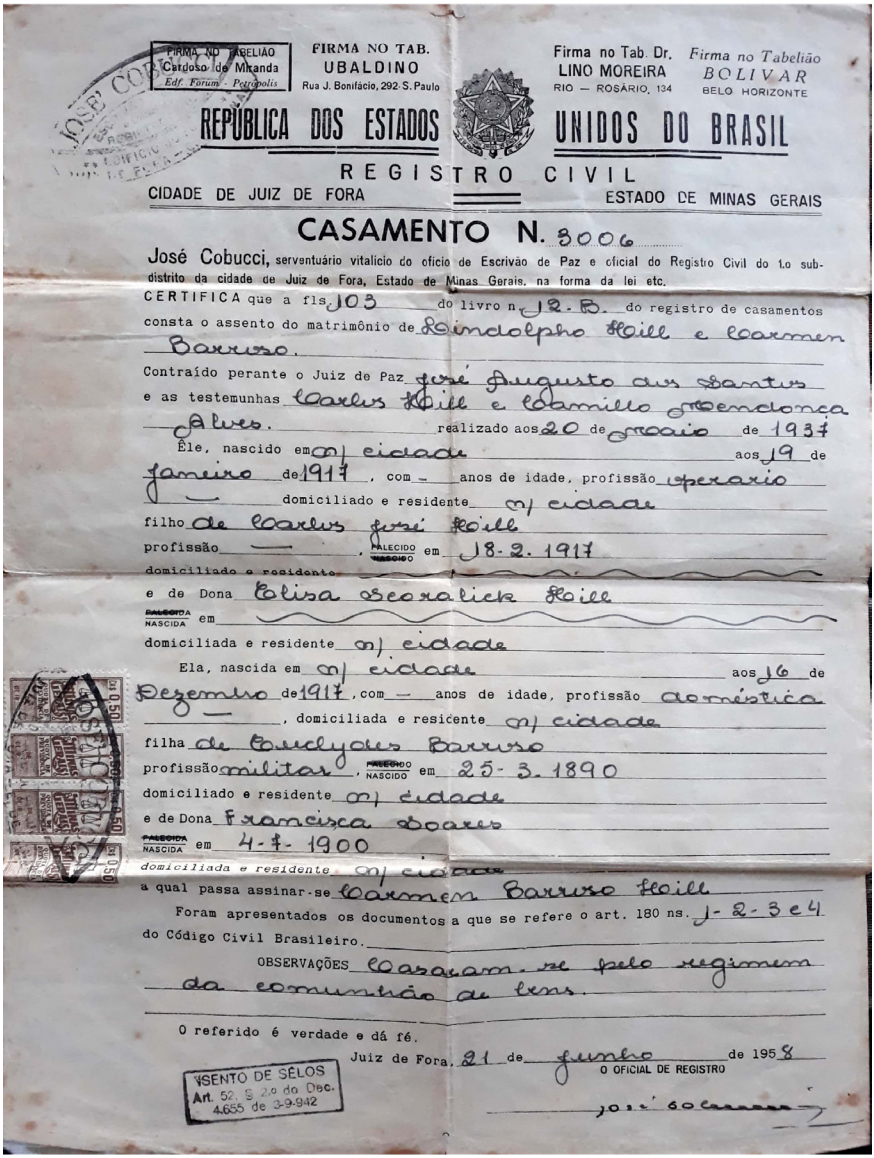
> **Hill já sabia que esse era o conflito fundamental entre as duas classes, denominado estado de guerra.**[45]

Como a União Operária de Juiz de Fora já não existia mais, Lindolfo Hill ingressou no Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil, instituição reconhecida pelo Governo Vargas e que se enquadrava na lei de sindicalização. Nesta época, o município de Juiz de Fora vivia o processo de verticalização e a construção civil empregava cada vez mais operários.

Neste reinício em sua cidade natal, além das tarefas e atividades de pedreiro, Lindolfo se limitava a participar das assembleias que o sindicato realizava, de suas festas, excursões e etc. Como vários sindicatos utilizavam a mesma sede social, Lindolfo mantinha relações com antigos companheiros e fazia novas amizades com trabalhadores de outras profissões.

Os antepassados de Hill eram imigrantes germânicos e católicos praticantes, ao contrário de Lindolfo Hill que era ateu. Em 20.5.1937, ainda muito jovem, Lindolfo casou-se com Dona Carmem Barroso pelo regime de comunhão de bens, em uma cerimônia religiosa católica, realizada na Igreja da Glória. Nascida em 16.12.1917, Carmen era filha de Francisca Soares e (por ironia do destino) do militar Euclydes Barroso. O amor de Carmem e Lindolfo foi selado em um momento político conturbado do país, mas as famílias ainda nada sabiam das atividades políticas de Lindolfo.

45 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 1º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora,, 1966. p. 56.



FIRMA NO TABELIÃO Cardoso de Miranda Edf. Forum - Petropolis

FIRMA NO TAB. UBALDINO Rua J. Bonifácio, 292-S. Paulo

Firma no Tab. Dr. LINO MOREIRA RIO — ROSÁRIO, 134

Firma no Tabelião BOLIVAR BELO HORIZONTE

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

CIDADE DE JUIZ DE FORA — ESTADO DE MINAS GERAIS

CASAMENTO N. 3006

José Cobucci, serventuário vitalício do ofício de Escrivão de Paz e oficial do Registro Civil do 1.o sub-distrito da cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, na forma da lei etc.

CERTIFICA que a fls 103 do livro n 12-B. do registro de casamentos consta o assento do matrimônio de Raindolpho Hoill e Carmen Barroso.

Contraído perante o Juiz de Paz José Augusto dos Santos e as testemunhas Carlos Hoill e Camillo Mendonça Alves. realizado aos 20 de Maio de 1937

Êle, nascido em m/ cidade aos 19 de Janeiro de 1917, com — anos de idade, profissão operario — domiciliado e residente m/ cidade filho de Carlos José Hoill profissão —, FALECIDO NASCIDO em 18-2-1917 domiciliado e residente —

e de Dona Elisa Georgina Hoill FALECIDA NASCIDA em — domiciliada e residente m/ cidade

Ela, nascida em m/ cidade aos 16 de Dezembro de 1917, com — anos de idade, profissão domestica — domiciliada e resicente m/ cidade filha de Euclydes Barroso profissão militar, FALECIDO NASCIDO em 25-3-1890 domiciliado e residente m/ cidade e de Dona Francisca Soares FALECIDA NASCIDA em 4-7-1900 domiciliada e residente m/ cidade a qual passa assinar-se Carmen Barroso Hoill

Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 ns. 1-2-3 e 4 do Código Civil Brasileiro.

OBSERVAÇÕES Casaram-se pelo regimem da comunhão de bens.

O referido é verdade e dá fé.

Juiz de Fora, 21 de Junho de 1938

O OFICIAL DE REGISTRO

ISENTO DE SÊLOS Art. 52, § 2.o do Dec. 4.655 de 3-9-942

A igreja católica em seu jornal O Diário, de 27.7.1937, na página 2, escrevia e acirrava a guerra contra a "ameaça comunista" ateísta e fazia suposições, que, vindo da igreja, ganhavam caráter de vaticínio: ..."o golpe comunista rebentará dentro de pouco... os católicos..."

... "gritarão na ponta da faca dos comunistas"
... "gritarão diante das filhas e esposas violadas"
... "gritarão diante de seus bens saqueados"
... "gritarão diante das igrejas incendiadas e altares profanados".

Logo o episcopado brasileiro tornaria público a Carta Pastoral e mandamentos do episcopado brasileiro sobre o comunismo ateu. Assinado por dezenas de bispos e arcebispos, cardeal do RJ e primaz da Bahia o documento instigava os católicos a lutarem contra o desafio comunista, identificado como "mal absoluto".

Desde agosto de 1937, com as eleições presidenciais se aproximando, o presidente Vargas já sabia que não tinha maioria no Congresso. Era necessário eliminar os concorrentes e para alcançar legitimidade; Getúlio Vargas precisaria de uma fachada e álibi para endurecer e defender a "legalidade" e "libertar" o país da ameaça do comunismo.

O embuste conspiratório de um suposto Plano Cohen caiu como uma luva, um verdadeiro Frankenstein que o general Góes Monteiro deu vida!

Na verdade, o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército e declaradamente germanófilo, desvirtuou um documento do Boletim secreto da AIB, escrito pelo então integralista e capitão do exército brasileiro Olympio Mourão Filho.[46] Este documento deveria ter sido somente parte do 4º Boletim de Informações do Serviço Secreto da AIB (SSAIB), escrito em "forma de plano" para ser distribuído internamente dentro da AIB. Um capítulo II "previa" que aconteceria uma insurreição comunista no país e Mourão assinou de "brincadeira" com o nome "Cohen", o que daria um "caráter internacional".

O chefe dos Integralistas, Plínio Salgado, era um dos que apoiava o movimento nacionalista contra a "ameaça comunista" e tinha sido ele quem tinha pedido ao Mourão que escrevesse um informe interno como estudo de tática no caso de um "suposto" levante comunista. Para cumprir sua missão, Mourão tentara "raciocinar por escrito segundo as concepções do inimigo".

46 POMAR, Wladmir. *Pedro Pomar, uma vida em Vermelho*. São Paulo: Editora Xamã., 2003. p. 72.

Diga-se de passagem que o texto tinha sido reprovado por Plínio Salgado por considerá-lo fantasioso demais e pedira para que Mourão o reescrevesse. Sendo integralista, anticomunista e ideologicamente de direita, Mourão tinha exagerado na caricatura e no preconceito contra os comunistas, uma tortuosa intriga que objetivava uma insurreição para instalar uma república comunista no Brasil.

Mesmo com tantas deficiências, porém tendo caindo em mãos erradas (do general Góes), o tal Plano Cohen foi "denunciado" em 30.9.1937 pelo Ministro da Justiça Eurico Gaspar Dutra (outro germanófilo). Logo foi apresentado o embuste manipulado como tendo sido "descoberto" pelo serviço secreto do exército e apreendido em poder de representantes da Internacional Comunista no Brasil.

A estratégia do golpista general Pedro Aurélio de Góes Monteiro era pedir ao Congresso a aprovação do Estado de Guerra para combater e reprimir o suposto "fantasma do comunismo" e depois suspender as garantias constitucionais. Sob pressão militar e sem nunca terem visto (repito, sem nunca terem visto!) o suposto "Plano Cohen", os deputados federais aprovaram o estado de guerra (!), confiando somente nas palavras do general e do Ministro da Justiça!

Depois de aprovado, o regime de exceção serviu de fachada para que o presidente Getúlio Vargas implantasse o Estado Novo, em 1.10.1937, com poderes ditatoriais. O Estado Novo vinha somente como uma atualização ideológica do autoritarismo brasileiro de fundo patriarcal e oligárquico. Ainda em outubro uma comissão anunciava o fechamento de lojas maçônicas com a "suposição" (palavras como esta, sem prova!) que "existem provas de perigosas infiltrações comunistas na maçonaria". Alegando razões semelhantes fecharam também as casas espíritas. As orientações eram que os comunistas deveriam ser isolados em ilhas, mas os "recuperáveis" deveriam ser enviados para colônias agrícolas e receber "reeducação moral e cívica".

Logo em seguida, em 10.11.1937, Getúlio Vargas "mandou fechar" o Senado e a Câmara dos Deputados e o Brasil mergulhou na ditadura que duraria até 1945.[47] Foi criada a Comissão de Repressão ao Comunismo e as prisões em massas tornaram-se frequentes, "justificadas" (outra palavra sem provas!) pela necessidade da eliminação da esquerda no país.[48] Mas o perigo "iminente" (outra palavra sem provas!) era totalmente falso, já que

47 SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 42, 59 e 68.

48 Disponível em: https://www.infoescola.com/historia/intentona-comunista/

os principais chefes estavam presos.

O histerismo anticomunista levou a nação à ditadura!

Sob a liderança de Getúlio Vargas, o Brasil acompanhava a construção de um sistema repressivo. O período foi marcado pela suspensão das eleições presidenciais previstas para 3.1.1938, da intervenção federal nos estados e pelas prisões arbitrárias da Polícia Política com as desculpas de manter a ordem política e social.

Logo nos primeiros dias, Getúlio Vargas promulgou o Decreto-lei n. 37, dissolvendo todos os partidos políticos, milícias cívicas, restringindo o uso de uniformes e simbologias dessas entidades. Com isso o governo praticamente liquidou a democracia e o PCB sob ataques e repressão. Nada foi poupado, o esquema montado era visando a eliminar todos oposicionistas: maçons, comunistas e integralistas, ancorando-se num sistema de trocas de informações, espionagem e propaganda.

Foto: Casamento de Lindolfo Hill e a esposa Carmen Barroso (arquivo da Família)

VARGAS, II GUERRA E PCB

Apesar das pressões e do contragosto da esposa, a partir de 1938 Lindolfo se manteve ativo na vida sindicalista e partidária de Juiz de Fora. Logo viriam os filhos de Lindolfo e Carmen, Ivanícia Hill (1938), Maurício Hill (1940), Carlos Hill Neto (1942).[49]

No final de 1939, a polícia prendeu ou dispersou os vários Comitês regionais e o Comitê Central do PCB, debilitando o partido. O que não impediu que internamente indivíduos comunistas presos ou soltos subsistissem com atuação política, mesmo que bastante limitada com precárias manifestações práticas e ideológicas.

Ironia do destino: comunistas, integralistas e outras colorações políticas contra o regime de Getúlio Vargas acabaram caindo nas mesmas celas da prisão destinadas para a "ilegalidade", em um regime ditatorial.

Em 1940, apesar de seu governo paternalista e autoritário, Getúlio Vargas era paradoxalmente considerado o "pai dos pobres" e a favor de uma revolução social através da evolução da classe operária dentro do regime democrático e dos princípios cristãos. Embarcado no navio Minas Gerais o presidente pronunciou discurso "simpático ao nazifascismo", mas por outro lado foi criado no governo Vargas o Ministério do Trabalho e a questão tra-

49 HILL, Carmem Déa. Entrevista com a filha de Lindolfo Hill. Rio de Janeiro, 5.5.2018.

balhista e social passou a não ser mais considerada caso de polícia.

Em 1941 o Brasil acelerava sua industrialização e fundava a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) em Volta Redonda. Novos ventos na Europa, em meados deste ano os tanques alemães invadiram a União Soviética com repercussões mundiais. Churchill, Roosevelt e Stálin programaram uma conferência de cúpula para definirem como combater a ofensiva da Alemanha nazista contra a ameaça imperialista. No Brasil Getúlio Vargas buscava manter uma neutralidade bélica e propôs uma união nacional para defender o país.

Em 29.1.1942 o mundo já estava vivendo reflexos da Segunda Guerra Mundial e no Brasil, após o anúncio do ministro Oswaldo Aranha que o Brasil rompera as relações diplomáticas com as nações do Eixo, várias resoluções foram lançadas pelo Brasil. No Rio de Janeiro, em 22.8.1942, Getúlio Vargas se reúne com seus ministros no Palácio Guanabara; depois de uma hora e meia de reunião, o governo anunciou que o Brasil estava em "estado de beligerância" com a Alemanha Nazista e a Itália Fascista, o que na prática era uma clara declaração de guerra às ditaduras fascistas da direita europeia. Resolução de guerra paradoxal no momento histórico, pois Vargas combatia o comunismo e namorava com as nações italiana e alemã.

> **Contraditoriamente o Brasil de Vargas combatia no exterior regimes autoritários de Hitler e Mussolini, ao mesmo tempo em que o regime interno implantado no país era bastante parecido aos autoritarismos da Alemanha e Itália.*[50]***

Nos dias que precederam a decisão de Getúlio, o país já vivia sob o choque causado por uma série de ataques aos navios brasileiros em águas territoriais. Seis deles foram afundados pelo submarino alemão U-507 em um espaço de apenas cinco dias, com mais de 600 mortos. Foi assim que em todo país, o Estado Brasileiro voltou-se então contra os imigrantes de países do Eixo, aprofundou-se na colaboração militar com os norte-americanos e permitiu a instalação de bases aeronavais ianques no Nordeste do Brasil.[51]

Mesmo antes da guerra, a campanha de nacionalização iniciada com o Estado Novo em 1937 já tinha praticamente abolido o sistema de escolas e publicações locais em língua estrangeira por todo o Brasil. Em janeiro de 1942, falar alemão, japonês ou italiano já tinha sido proibido em

50 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro, 1989. p. 50-53.

51 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record., 2000. p. 55.

vários estados, pois o Brasil rompeu relações com os países do Eixo, mas as restrições passaram a ser reforçadas depois da declaração de guerra.[52]

Foto: Delegacia de São Lorenzo, RS – 2.3.1942 (acervo de Adilberto Luiz Hammes)

Reflexo internacional, em Juiz de Fora o ambiente tinha ficado tenso e a repressão aos imigrantes germânicos e italianos era sentida com as prisões, os interrogatórios, as ameaças e as disputas pessoais. Lindolfo preocupava-se com seus parentes descendentes de alemães. Nesta época muitas empresas empregavam estrangeiros e Getúlio Vargas estabeleceu a nacionalização do operário, obrigando que no mínimo 2/3 dos empregados deveriam ser brasileiros, gerando uma grande onda de "naturalizações".

Em várias cidades que abrigavam colônias germânicas, italianas e japonesas muitas limitações foram colocadas aos imigrantes e seus descendentes, dentre elas a necessidade destes se cadastrarem na polícia, viajarem somente com salvo-conduto, proibição de se falar alemão, italiano e japonês em público, de exporem sua simpatia por estes, mudarem de residência somente com consentimento da polícia e obrigatoriedade de registrarem suas armas. Além disso ficou proibido distribuir material impresso nos idiomas do Eixo, fazer saudações destes países e cantar os hinos destes países, entre outras proibições.

Foi nessa época que as famílias de imigrantes decidiram parar de passar a tradição oral em seu idioma materno para as novas gerações, representando uma perda inestimável deste patrimônio imaterial trazido em suas bagagens.

52 Disponível em: http://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-75-anos-brasil-declarava-guerra-%C3%A0-alemanha/a-40193784

Nas casas dos imigrantes, o idioma oficial passou a ser o português.

Com a entrada do Brasil na guerra, os sindicatos se incorporaram ao grande movimento nacional de apoio e ajuda às Forças Expedicionárias Brasileiras enviadas à Europa. Na época, como as outras correntes políticas, o PCB de Lindolfo Hill voltava à sua maior atividade para sua reorganização, já que estava desarticulado desde 1935.

Junto com alguns companheiros, Lindolfo começou a se encontrar e resolveram por conta própria que deveriam organizar o PCB de Juiz de Fora. As conversas giravam em torno dos acontecimentos da guerra e a participação do Brasil e a possibilidade de mudança no rumo da ditadura do Estado Novo, além de questões ligadas ao interesse local, bem como descobrir pessoas simpatizantes ao PCB. Na época Lindolfo presidiria o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Juiz de Fora, onde atuou entre 1942 e 1945.

No Rio de Janeiro, Pedro Pomar, Maurício Grabois e João Amazonas se encontravam para trocarem ideias sobre como se reorganizar o PCB, que se encontrava acéfalo e não possuía secretariado nacional, o que não impedia que por todo o país grupos organizados falassem em nome dos comunistas. Essa célula inicial no Rio de Janeiro já se autodenominava Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e achavam que era preciso trabalhar para reorganizar o PCB em todo Brasil e depois convocar uma conferência para reestruturar a direção comunista nacional. Além disso acreditavam que seria necessário discutir tática política e realizar a reorganização sem chamar a atenção das forças repressivas.[53]

53 POMAR, Wladmir. *Pedro Pomar, uma vida em Vermelho*. São Paulo: Editora Xamã, 2003. p. 99 e 105.

PCB DE JUIZ DE FORA

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, na qual os imigrantes e seus descendentes começaram a ser presos, em Juiz de Fora, o tio de Lindolfo, Jacó Hill (avô do autor), chegou a ser constrangido e ficou muito envergonhado, pois foi recolhido pela polícia somente por causa do seu sobrenome alemão. Jacó Hill recebeu a "visita" da polícia dentro da Marcenaria Renascença, onde trabalhava para seu filho. Jacó não ofereceu resistência, mas, ao chegar na delegacia, o delegado se surpreendeu ao ver à sua frente o seu conhecido, tranquilo e pacato cidadão de Juiz de Fora.

A notícia se espalhou rapidamente e com o pedido de intervenção por parte do sobrinho Lindolfo Hill, que na época já era um conhecido e ativo sindicalista, o delegado mandou soltar o tio Jacó imediatamente. Além da influência política de Lindolfo, o delegado também conhecia muito bem a rotina "simples" de Jacó Hill entre sua casa no Morro da Glória, a morada dos filhos, a igreja e o trabalho, sempre andando a pé.

Em tom de brincadeira, o delegado disse para Jacó e Lindolfo que: "quem deveria ter sido preso era o primo de Lindolfo, Geraldo Hill", filho de Jacó, pois este sim gostava de enaltecer os alemães nas rodas com os amigos e dizia em bom som que os alemães eram os que trabalhavam muito e que o Brasil precisa era trazer mais imigrantes 'para melhorar o país!'. O empresário Geraldo Hill sempre afirmava abertamente, mas o tom era de brincadeira, valorizando a característica trabalhadora de seus antepassados e por

comparação depreciava os brasileiros que 'não queriam trabalhar direito'".[54]

Lembrando que em maio de 1943 a III Internacional Comunista (KOMINTERN) deixou de existir e os partidos comunistas de diversos países passaram a não contar mais com um centro dirigente e guia para o movimento comunista internacional.[55]

Em meados de 1943, apareceu em Juiz de Fora o ativista Pedro Pomar do PCB do Rio de Janeiro, que veio conversar com um grupo de pessoas sobre a organização do PCB em Juiz de Fora, participaram Lindolfo Hill, João Medeiros, Orlando Oliveira, Aloísio de Sousa e outros. A partir deste momento, Pedro Pomar passou a visitar frequentemente a cidade e apoiar o grupo de Juiz de Fora a criar raízes entre os trabalhadores e as camadas populares para forjar um poderoso movimento antifascista.

Nestas reuniões Pedro Pomar falava em nome de uma comissão nacional do PCB, contava das movimentações das correntes políticas e manifestações no seio da Ditadura de Vargas, entre outros assuntos.

Num desses encontros, ficou decidido que o líder juiz-forano Lindolfo Hill deveria ir à Belo Horizonte se encontrar num determinado "ponto" com João Amazonas, codinome "Severino", para discutir a participação de Minas Gerais na Conferência Nacional do PCB, que estava sendo preparada para fins de 1943. Na reunião em BH, se encontraram Lindolfo Hill, João Amazonas, Armando Ziller, José Militão Soares, Amélio Marques e Orlando Bonfim.

Os "pontos" (pontos de encontro) eram sagrados na luta clandestina. Ninguém podia faltar a eles e não deveriam chegar atrasados, nem antes do "minuto exato". Todos insistiam no rigor dos pontos e indicavam com veemência que os participantes do encontro conhecessem previamente a área e o transporte, pois era preciso evitar qualquer imprevisto de última hora.

Outra precaução para o "ponto" era a de observar bem as redondezas a fim de verificar a presença de qualquer pessoa suspeita, evitando que qualquer militante fosse preso por descuido. Envolvido em atividades consideradas não legais pelo governo, Lindolfo Hill se tornou uma "sombra sem imagem", pois acostumou-se a andar preferencialmente de noite, evitando transitar durante o dia. Já nas horas livres, quando encontrava com os amigos e familiares gostava de conversar de música, literatura e artes em geral,

54 Entrevista com José Carlos "Hill" Schmitz, trisneto do imigrante Franz Hill, sobre a família Hill. Em Juiz de Fora. 24.9.2017.

55 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro, 1989. p. 57.

se mostrando uma pessoa muito culta.

A vida na clandestinidade, Lindolfo sabia que precisava seguir as regras. As casas utilizadas para as reuniões, conhecidas como "aparelhos", eram apenas conhecidas pelo dirigente responsável, pelos que moravam na casa e pelo caseiro. Os demais, que participavam das reuniões, não deveriam conhecer a localização, eram conduzidos de olhos vendados até dentro do local.[56]

Na ocasião do encontro na capital mineira, Lindolfo Hill descreveu como estavam os andamentos na organização do PCB em Juiz de Fora e que as atividades do comitê de Juiz de Fora do PCB eram exitosas em decorrência da tradição de lutas operárias na "Manchester Mineira", uma cidade industrial com uma dúzia de fábricas de tecido e outros setores com grandes fábricas para a época.

Em Minas Gerais, os sindicatos eram controlados pelo Ministério do Trabalho e a Igreja Católica tinha criado e dirigia os círculos operários católicos. Além disso, com o atraso intelectual-político dos operários era difícil o trabalho dos militantes do PCB para conseguirem arregimentá-los para atuações em organizações ilegais. Por outro lado, desde que não fossem notórios subversivos, os membros do partido e ou pessoas ligadas ao PCB poderiam perfeitamente ser diretores de sindicatos e atuar neles com relativa liberdade, como aconteceria com Lindolfo Hill.[57]

Os grupos comunistas do Rio de Janeiro e São Paulo se unificaram no CNOP para preparar uma conferência nacional de reorganização com dois objetivos básicos: unificar a tática política e eleger uma nova direção, onde Luiz Carlos Prestes deveria ser eleito secretário-geral do PCB. Para isso Pedro Pomar, Ivan Ramos Ribeiro, Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos formaram a comissão organizadora do evento. Os trabalhos incluíam a escolha dos participantes, dos transportes, do local adequado e seguro, a organização dos "pontos" de encontro, do abastecimento prévio e acomodação para 50 pessoas, montagem do serviço de segurança, planos de retirada e contingência, entre outros.

56 POMAR, Wladmir. *Pedro Pomar, uma vida em Vermelho*. São Paulo: Editora Xamã, 2003. p.24.

57 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record., 2000. p. 59 e 132.

CARREIRA POLÍTICA NACIONAL

Em 1.5.1943, o governo de Getúlio Vargas não revogou as conquistas trabalhistas, mas sim ordenou-as estrategicamente na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Infelizmente impôs "atestado ideológico" aos sindicalistas, facilitando a política industrializante com normas autoritárias que intensificaram a exploração da mão-de-obra assalariada. Era o controle ideológico sobre os trabalhadores e a tentativa de apagamento das lutas de classe.[58]

Nesse ano, Getúlio Vargas seguia no seu projeto de industrialização e criou a Companhia Vale do Rio Doce. O governo também tinha sido o responsável pela inovação da licença maternidade e do salário-mínimo em 1940, que na sua concepção deveria oferecer condições de alimentação e moradia aos trabalhadores,[59] proporcionando ganhos materiais e simbólicos aos trabalhadores urbanos. O salário-mínimo passou a poder ser reclamado legalmente na justiça.

Entre 27.8. e 30.8.1943, realizou-se num sítio no sopé da Serra da Mantiqueira, em Barra do Piraí-RJ, na região do Vale do Paraíba-RJ, a II

58 NERES, José Francisco. *Porque sou comunista*. Em *Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior., 2019. p. 20.

59 PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araújo. *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2005. p. 61 e 329.

Conferência Nacional do PCB. Lindolfo Hill de Juiz de Fora e José Militão Soares de Belo Horizonte tinham sido designados para representar Minas Gerais na conferência. O trem Maria Fumaça era na época o único transporte possível, apesar de conectar os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, tinha o defeito de deixar os delegados somente nas estações ferroviárias.

Para manter o sigilo, foi preciso organizar os "pontos" para levarem os participantes até o sítio de carro. Estrategicamente escolhida, Barra do Piraí-RJ era perfeita para o evento clandestino; um entroncamento ferroviário importante, mas foi preciso definir dias, horários e estações diferentes entre Barra do Piraí-RJ e Volta Redonda-RJ. Dois pequenos caminhões foram organizados para recolher os delegados que desembarcavam em estações diferentes previamente combinadas. De olhos vendados eram colocados sentados na boleia do caminhão e levados para o sopé da serra. De lá eles seguiam a pé até a casa do sítio, local da conferência.

Neste evento liderado por Diógenes de Arruda Câmara e reunindo 48 militantes,[60] que ficou conhecido como a Conferência da Mantiqueira, foi aprovada o Comitê Central do PCB com Luiz Carlos Prestes (ainda na prisão), João Amazonas, Maurício Grabois, Álvaro Câmara, Ivan Ribeiro, Astrogildo Pereira, Carlos Marighella, Francisco Gomes e Lindolfo Hill.

Já que alguns dos eleitos se encontravam presos, escolheu-se um Comitê Executivo do qual Lindolfo Hill, operário da construção civil de Juiz de Fora, também fazia parte junto com Pedro Pomar, Maurício Grabois, João Amazonas, José Medina, Diógenes Arruda Câmara e Milton Caires.[61] Reconhecendo a liderança de Prestes, esse novo grupo dirigente assumiu a frente do partido com a missão de reunificá-lo e reorganizá-lo, depois que o núcleo dirigente anterior tinha desaparecido com prisões dos seus antigos membros.[62]

Com os reflexos da Segunda Guerra Mundial, os delegados comunistas aprovaram uma nova orientação política imediata de união nacional contra o nazifascismo, luta pelas liberdades democráticas, pela anistia, pela luta contra a carestia e a legalidade do PCB.[63]

60 *Jornal Tribuna Popular*. Rio de janeiro. 27.6.1946. p. 1.

61 RAMOS, Carlos Alexandre. *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983).* UFSC, SP. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/962/5615.pdf

62 PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58):* Luís Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. p. 46.

63 SEGATTO, José Antônio et alli. *PCB: Memória fotográfica (1922-1982).* São Paulo: Edi-

Depois da Conferência da Mantiqueira Lindolfo Hill voltou para a sua vida de pedreiro e membro da diretoria do sindicato, porém agora também com uma nova função de membro do Comitê Central do PCB, o que fez com que Lindolfo precisasse se deslocar diversas vezes para o Rio de Janeiro e para Belo Horizonte.

A Aliança entre URSS, USA, França e Inglaterra para derrotar a Alemanha de Hitler trouxe ventos de "tolerância" ao comunismo influenciado pela União Soviética e a esperança de legalização do PCB no Brasil.

No ano seguinte, já vivendo na capital mineira, em 12.2.1944, o atuante Lindolfo se tornou o primeiro presidente na recém-fundada Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado de Minas Gerais (FETICOM-MG). A Federação, com sede em Belo Horizonte, representava o terceiro Grupo de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Lindolfo Hill atuava na coordenação e assistência aos sindicatos afiliados, além de representar a categoria profissional.[64]

Esporadicamente em Juiz de Fora para visitar os familiares e amigos, o atuante Lindolfo foi designado pelo Presidente do Conselho Regional do Trabalho da terceira Região para suplente de vogal representante dos empregados da Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora.[65]

Em 28.2.1945, o Governo Federal decretou o Ato Adicional n.9, fixando o prazo para a marcação das eleições presidenciais, para governos estaduais e para as legislaturas, desencadeando assim a reorganização partidária. Em 18.4.1945, o PCB finalmente conquistou a anistia com o Decreto-lei n.7474, que possibilitou a volta dos que se encontravam no exílio. Os presos políticos foram libertados, incluindo Luiz Carlos Prestes, e foi conquistada uma relativa liberalização da sindicalização e a liberdade de organização partidária, inclusive do PCB.[66]

Foram mantidos os princípios básicos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, que proibia a formação de confederações gerais de trabalhadores, mas foram admitidas associações representativas de categorias profissionais específicas. Junto com seus camaradas que lutavam pela

tora Brasiliense,1982. p. 69.

64 Disponível em: http://feticom-mg.org.br/plus/modulos/conteudo/?tac=historia

65 Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2194394/pg-25-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-02-1944/pdfView

66 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro, 1989. p. 57.

liberdade e pela democracia sindical, Hill passou a ser um atuante membro também em São Paulo. Com a anistia, 148 experientes ex-presos políticos foram reintegrados aos quadros do PCB, mas no total não passavam de 4.000![67]

Luiz Carlos Prestes foi finalmente colocado em liberdade em 19.4.1945 e o PCB vivia os bons ventos da sonhada legalidade partidária.[68] O atuante Lindolfo Hill ajudou a formar e coordenar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), órgão intersindical de envergadura nacional, fundado por iniciativa dos comunistas em 30.4.1945 no Rio de Janeiro. O órgão tinha sido fundado com a participação de cerca de 300 líderes sindicais oriundos de 13 estados diferentes e tinha o objetivo de não só unificar os trabalhadores, mas também de inserir os sindicatos e o movimento operário na política geral e nos movimentos democráticos.

O MUT foi criado aproveitando os espaços abertos por Vargas, porém não recebeu o reconhecimento do Ministério do Trabalho e assim escapava ao controle dos sindicatos oficiais. Mas como o movimento tinha sido organizado sob a influência do PCB foi logo classificado ironicamente como "organização de agentes provocadores moscovitas".

Já Luiz Carlos Prestes valorizava e considerava o MUT como a organização máxima do proletariado e o movimento defensor de seus direitos,[69] uma alternativa organizatória oposta à estrutura sindical oficial, tendo como objetivo fundamental a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Na prática, os objetivos do MUT eram grandes e compatíveis com as aspirações de Lindolfo Hill:

1) A conquista da melhoria do nível de vida dos trabalhadores;
2) A luta pelo aumento dos salários, a contenção da carestia (inflação),
3) A maior eficiência da produção, a cooperação com os patrões progressistas;
4) A conquista da liberdade sindical;
5) A transformação do MUT em uniões e federações sindicais.

O Movimento Unificador dos Trabalhadores soube aproveitar bem a paralisia das direções sindicais e assumiu o papel de interlocutor dessas

67 PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Rio de Janeiro: SciELO - Centro Edelstein, 2009.

68 Disponível em: http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=150

69 CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1982. p. 95.

categorias nas negociações com o governo.[70] A associação de caráter interprofissional MUT fugia aos moldes da CLT e, no seu ato de criação, pretendia cooperar com os profissionais liberais, os estudantes, os intelectuais, os artistas, além da burguesia industrial, comercial, financeira e agrária e das forças armadas - o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

A proposta era lutar pelo ingresso maciço dos trabalhadores nos sindicatos, pois o MUT considerava também a unidade dos trabalhadores fundamental para o projeto de construção de um Brasil industrializado, com uma grande agricultura mecanizada, de um amplo e estável mercado interno, baseado na mais alta capacidade aquisitiva do povo e dos trabalhadores.

Lindolfo Hill tinha sido designado pelo PCB para funcionar como o braço sindical do partido dentro do MUT. Foi confiada a Hill a importante missão de unificar os trabalhadores, promover a sindicalização em massa, estender a sindicalização aos trabalhadores rurais e reunir toda a classe em uma central única.[71] Nesta época, a classe operária rural contava com mais de 20 milhões de camponeses sem o menor trato com a terra, analfabetos, vivendo de culturas de subsistência, com pouca higiene, conforto e cultura e trabalhando com equipamentos atrasados.[72] O MUT começou a lutar imediatamente pela completa liberdade sindical, rompendo com as injustificáveis restrições e interferências.[73]

Com a nova liberdade, o PCB crescia de modo excepcional e, em Minas Gerais, em 30.6.1945, fundava-se o primeiro Comitê Estadual. Como secretário-geral foi designado Armando Ziller, nascido no Rio de Janeiro em 3.12.1908, fez seus estudos secundários como interno no Colégio Metodista Granbery, de Juiz de Fora, onde seu pai lecionava.

Ziller conheceu o comunismo em Juiz de Fora através de Luiz Zuddio, mas, aos 17 anos, tinha abandonado os estudos e se tornado funcionário do Banco do Brasil para poder ter condições financeiras de se casar. Apesar de ter passado no concurso pensava: "um banco é a cidadela do capitalismo, a caixa-forte; é onde está a raiz de todo esse mal. O que vou fazer lá dentro?"[74]

---

70 PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luís Carlos Prestes e a política do PCB.* São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. p. 84.

71 REBELO, Aldo. *Palmeiras Corinthians 1945: o jogo vermelho*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

72 POMAR, Wladmir. *Pedro Pomar, uma vida em Vermelho*. São Paulo: Editora Xamã., 2003. p. 143.

73 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro, 1989. p. 65.

74 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado

Entre os membros efetivos do Comitê Estadual do PCB estava também Lindolfo Hill, representante da construção civil, que em breve seria designado Secretário de Organização do partido em Minas Gerais.

No plano internacional, depois do final do governo da Alemanha nazista com a rendição em 8.5.1945, os chefes militares russo Stálin, americano Truman e o britânico Churchill se encontraram na cidade de Potsdam, na Alemanha, no dia 17.7.1945. Trocaram fotos e brindes pela cooperação pacífica e ressaltaram o papel importante do presidente americano Truman na manutenção da amizade russo-americana. A URSS socialista tinha participado no processo vitorioso do conflito, mas o mundo receava o crescimento do movimento socialista pelo mundo. Apesar disso, as potências vencedoras sublinhavam o entendimento mútuo e o trabalho em equipe para a reconstrução da Alemanha e para a saída para o caos causado pela Segunda Guerra.[75]

Os bons ventos de esperança e cooperação vindos da Europa refletiam na liberdade do PCB no Brasil. No estádio do Pacaembu na capital paulista, em 15.7.1945, no evento do partido, mais de cem mil pessoas se reúnem para ouvir Luiz Carlos Prestes. Após nove anos incomunicável na prisão, Prestes aponta o caminho da união nacional, pedindo as massas trabalhadoras da cidade e do campo que usem as armas da democracia: a livre discussão, livre organização e sufrágio universal para construir o futuro do Brasil.[76]

Nas Minas Gerais, o movimento comunista estava em ascensão. No dia 18.7.1945, Lindolfo foi junto com o companheiro Orlando Franchine, ambos representando o Comitê Municipal do PCB de Juiz de Fora, ao ato de instalação do Comitê Municipal do PCB de Barbacena.[77] No mês seguinte, com as atividades políticas de Hill se intensificando, ele viajou para o Rio de Janeiro no dia 10.8.1945 e, durante as reuniões do Comitê Nacional do PCB, Lindolfo tomou a palavra, fez algumas sugestões sobre os informes dos trabalhos sindicais sobre a organização, divulgação e trabalho de massa.[78]

---

de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

75 ANDREAS-FRIEDRICH, Ruth. *Diário de Berlim ocupada, 1945-1948*. São Paulo: Editora Globo, 2012. p. 69-70.

76 Disponível em: http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=153

77 *Jornal Tribuna Popular RJ*. Edição 62 de 1.8.1945, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/531

78 *Jornal Tribuna Popular RJ*. Edição 71 de 11.8.1945. Disponível em: http://memoria.

Além dos líderes comunistas de Juiz de Fora que trabalhavam bastante no campo ideológico, o PCB local tinha muitos ativistas e entre eles existia sempre uma diferença de postura. As más-línguas sempre faziam piada sobre essa dificuldade de unidade dentro do próprio partido e diziam que "os comunistas só se uniam, quando estavam dentro da cadeia". O que não era verdade, pois essas divergências internas eram razoáveis e naturais, tendo em vista as discussões em relações aos métodos de se chegar no poder.

Historicamente, o PCB sempre foi um partido muito preocupado com o "como fazer". Ideologicamente seus membros sempre acompanhavam as situações calamitosas daqueles que sofriam, praticando um ativismo muito pragmático e muito baseado na solidariedade. Nessa linha, em Juiz de Fora, Lindolfo Hill e Irineu Guimarães mantinham-se focados num idealismo que emocionava desde o princípio do PCB na cidade.[79]

Foto: Luiz Carlos Prestes orador em pé e Lindolfo Hill (1. da direita, mesa inferior).[80]

bn.br/DocReader/154547/607

79 CID, Wilson. Entrevista sobre as memórias de Lindolfo Hill concedida ao autor em 3.1.2019. Juiz de Fora, MG.

80 SEGATTO, José Antônio et alli. Foto da Plenária do Comitê Nacional do PCB no Rio

Com o fim da II Guerra Mundial e já em liberdade, no dia 14.8.1945, durante o discurso de posse de Luiz Carlos Prestes como secretário-geral do PCB na 14. Sessão Plenária do PCB no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o líder inspiraria o partido com a definição de Comunista:

> "Comunista é aquele que quer a negação disso que aí temos, a negação da miséria e da fome, do atraso, do analfabetismo, da tuberculose, do impaludismo, do barracão e do trabalho de enxada de sol a sol nas fazendas do senhor, além da negação da censura à imprensa e das limitações de toda ordem às liberdades civis, a negação enfim de exploração do homem pelo homem".

Junto com Luiz Carlos Prestes na mesa diretora que presidiu a sessão, conhecida como Pleno da Vitória, se encontravam os membros do Comitê Nacional do PCB: Pedro Pomar, Lindolfo Hill, Ivan Ramos Ribeiro, Arruda Câmara, Maurício Grabois, Álvaro Ventura, Francisco Gomes, Jorge Hermes e Agostinho Dias de Oliveira. Prestes ainda demonstrou satisfação pela entrada do PCB na legalidade e na participação da reconstrução democrática da nação brasileira.[81]

Nessa época, Lindolfo Hill era considerado um dos elementos de expressão do PCB e o "mais jovem membro efetivo" da Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil no Rio de Janeiro. Com apenas vinte e oito anos de idade, ele já tinha dez anos de lida partidária.[82] A comissão executiva é o órgão dirigente executivo do comitê central com atribuições de, entre outras, dirigir toda atividade partidária.

O PCB não só voltava a editar semanalmente o jornal *A Classe Operária* como seu órgão central e *A Tribuna Popular* no Rio de Janeiro, mas tinha outros 25 jornais de diferentes tipos em oito estados, possuindo editoras em vários deles, publicava livros, folhetos e organizava palestras e cursos para os militantes.

O país parecia ingressar num período de pleno exercício das liberdades democráticas depois do PCB ter atuado clandestinamente por quase duas décadas. Mas liberdade significava para os comunistas assumir responsabilidade política. Antes perseguido, agora o partido estava embalado pelos ventos da tolerância das forças de direita, que não podiam deixar de reco-

---

de Janeiro, 14.8.1945. Em: *PCB: Memória fotográfica (1922-1982)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

81 *Jornal Tribuna Popular RJ*. Edição 74 de 15.8.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/628

82 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 25.8.1945. Disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/07/image-121.jpg

nhecer a importância da URSS para a derrota do inimigo nazista.[83]

A derrota do regime nazifascista na Europa, a admiração pelos feitos militares da União Soviética e a legalidade atraíram um maior número de pessoas para o PCB. O partido foi surpreendido com o volume de novos adeptos e a atração contrastava com a incapacidade e a falta de experiência administrativa em organizar a estrutura partidária.

Diante da "enchente" de novos filiados e simpatizantes,[84] o partido chegou a ter 200 mil afiliados, o que aumentava visivelmente a influência do PCB no movimento sindical.[85] Em poucos meses pós legalidade, em vista desta explosão da militância, perceberam que o partido não tinha um contingente de pessoas preparadas para dirigir tal crescimento. O PCB encontrou sérias dificuldades de elaborar políticas internas para se avançar na luta dos trabalhadores rumo ao socialismo, bem como planos para fortalecer a própria organização partidária.[86]

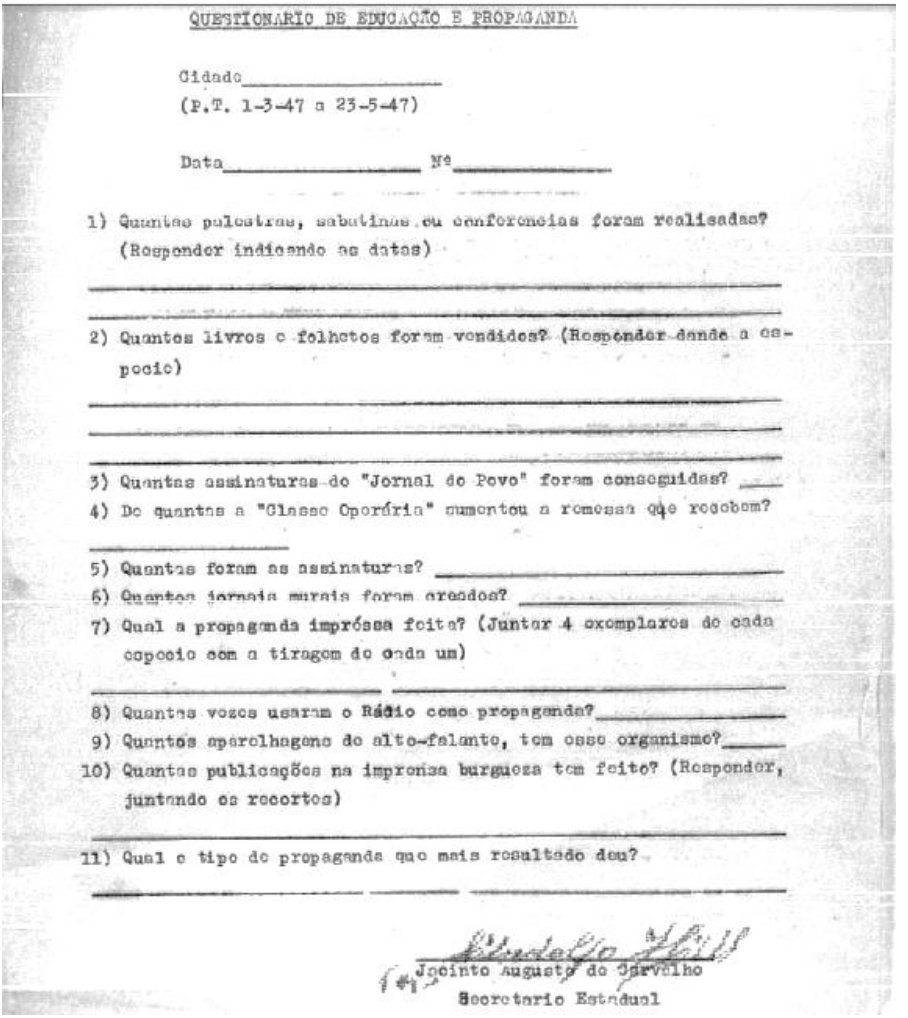
Os ventos da legalidade do PCB no Brasil sopravam também na cidade de Juiz de Fora, Lindolfo Hill e seus companheiros providenciaram a instalação do Comitê Municipal e alugaram parte de um prédio na esquina da rua Halfeld. Hill era considerado um atuante secretário político do Comitê Municipal de Juiz de fora do PCB e às vezes assinava pelo secretário estadual do Comitê Estadual do PCB, Jacinto Augusto de Carvalho.

83 ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Editora Atual Editora LTDA,1996. p. 27.

84 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 68-69, 78.

85 MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999. p. 73.

86 PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58):* Luís Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. p. 32.



QUESTIONARIO DE EDUCAÇÃO E PROPAGANDA

Cidade_____
(P.T. 1-3-47 a 23-5-47)

Data_____ Nº_____

1) Quantas palestras, sabatinas ou conferencias foram realisadas? (Responder indicando as datas)

2) Quantos livros e folhetos foram vendidos? (Responder dando a especie)

3) Quantas assinaturas do "Jornal do Povo" foram conseguidas? ____

4) De quantas a "Classe Operária" aumentou a remessa que recebem?

5) Quantas foram as assinaturas? _____

6) Quantos jornais murais foram creados? _____

7) Qual a propaganda imprêssa feita? (Juntar 4 exemplares de cada especie com a tiragem de cada um)

8) Quantas vezes usaram o Rádio como propaganda?_____

9) Quantos aparelhagens de alto-falante, tem esse organismo?_____

10) Quantas publicações na imprensa burgueza tem feito? (Responder, juntando os recortes)

11) Qual o tipo de propaganda que mais resultado deu?

Lindolfo Hill
Jacinto Augusto de Carvalho
Secretario Estadual

Foto: Assinatura de Lindolfo Hill, 1945, em nome do Secretário Estadual do PCB MG.[87]

Ainda em agosto de 1945, foi convocado um congresso na Europa de todas as organizações operárias do mundo que seria realizada em Paris em setembro deste ano. Na delegação de cunho semioficial foram Pedro de

87 Fonte: "*Barbacena*". Pasta 4505, imagem 41. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4505

Carvalho Braga do Rio de Janeiro, Guilherme Tubi de São Paulo e Lindolfo Hill de Minas Gerais. O Governo Federal custeou as viagens e concedeu passaporte diplomático para os delegados. O PCB tinha conseguido finalmente vida legal em todo território brasileiro.

No dia 24.8.1945, liderados por Hill, os três delegados do MUT para o Congresso Operário Mundial foram recepcionados no Rio de Janeiro às 17 horas pelo embaixador da França no Brasil, o general D'astier de La Vigerie, o qual ofereceu um coquetel.[88] Em seu discurso, Alcy Pinheiro, representando o MUT, declarou que o proletariado francês tinha sido a viga mestra da formidável vitória dos princípios da liberdade e da justiça na França.

Os delegados do M.U.T., na Embaixada da França, ao lado do general d'Astier de la Vigerie

BRASILEIROS, NO CONGRESSO OPERARIO MUNDIAL

Recebida ontem, na embaixada da França a delegação do Movimento Unificador dos Trabalhadores que vai a Paris

"O proletariado francês, mobilizado pelo poderoso C. G. T., foi a viga mestra da formidavel vitoria dos principios da liberdade e da justiça", disse o sr. Alcy Pinheiro, saudando o gen. D'Astier

Foto: *Jornal Tribuna Popular* de 25.8.1945. Lindolfo Hill (1. da direita)

Visando às eleições presidenciais e legislativa de 2.12.1945, o PCB entrou em 3.9.1945 com pedido de registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral para se qualificar para as disputas eleitorais.

Ainda em 1945, esse descendente de germânicos se tornou o primeiro

88 *Jornal Tribuna Popular RJ*. Edição 82 de 24.8.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/700

membro da família Hill a retornar à Europa de seus antepassados germânicos. Junto com outros membros do PCB, Lindolfo partiu para Paris fazendo o caminho inverso de seu trisavô Franz Hill na travessia do atlântico para ser um dos representantes dos trabalhadores brasileiros no Congresso da Federação Internacional do Trabalho em Paris.[89] Assim, no dia 5.9.1945, Lindolfo Hill e os companheiros, sempre muito elegantes de terno, gravata e chapéu, zarparam do cais do porto do Rio de Janeiro no navio "Pedro II", saudados por uma multidão de trabalhadores, desejando aos que partiam votos de boa viagem. Em entrevista ao Jornal Tribuna Popular RJ, Lindolfo Hill enfatizou que:

> A participação em um congresso mundial através de legítimos representantes do proletariado acentua a responsabilidade como trabalhadores.[90]

A Tribuna Popular, o órgão mais importante para a ampliação política do PCB, de 9.9.1945, trazia uma reportagem sobre "Os que forjaram o Partido Comunista para a etapa da legalidade": entre os conhecidos Arruda Câmara, João Amazonas e Maurício Grabois estava o jovem Lindolfo Hill com os predicados de possuir um notável poder mobilizador de massas. Com apenas 28 anos, já reivindicava os direitos de sua classe e êxitos notáveis no trabalho na ilegalidade.

Tribuna POPULAR

Foto: reunião do PCB nacional. Prestes (1. esquerda) e Lindolfo Hill (3. da direita).[91]

Lindolfo Hill serviu vivamente a causa partidária do PCB em Juiz de Fora.[92]

89 *Folha Capixaba*, Vitória, 9.10.1945. Conferência Mundial dos Sindicatos. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100706/538

90 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 6.9.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/792

91 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 9.9.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/824

92 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 26.10.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocRea-

A legalidade do PCB representava a saída do casulo e o início das atividades expostas. Os representantes do PCB estadual de MG tinham que enviar os documentos necessários para o registro e também eram obrigados a enviar os nomes dos responsáveis pela direção estadual, que ainda era uma entidade clandestina. Para tanto foi realizada uma assembleia na capital Belo Horizonte, no Estádio do Paissandu onde, às pressas, uma lista dos membros do Comitê Estadual foi elaborada para ser apresentada no evento: Armando Ziller, José Militão Soares e Adelino Roque Vieira como secretários, como encarregado da divulgação foi designado Marco Antônio Tavares Coelho, depois conhecido como secretário de Agitação e Propaganda (AGITROP). Outros membros do interior estavam na direção como o líder ativista Lindolfo Hill, de Juiz de Fora, Jacinto Augusto de Carvalho, da cidade de Raposos e Nelson Cupertino, de Uberlândia. Era o primeiro ato público do PCB em Minas Gerais.[93]

Ainda durante a vigência do governo Vargas, em 1945, com a finalidade de promover a articulação do Estado com a classe trabalhadora urbana por meio da escolha de representantes ligados ao operariado, foi criado o partido PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A criação deste partido visava a formar uma ligação com os trabalhadores brasileiros para esvaziar a influência dos comunistas no movimento operário. Por estar na legalidade, a sigla PTB logo se tornou uma alternativa para os trabalhadores que não desejavam se aliar às concepções comunistas do PCB.[94] Em razão do longo período na clandestinidade, em várias eleições os comunistas optaram por concorrer aos pleitos pela legenda do PTB: inclusive Lindolfo Hill em Juiz de Fora. A criação do Partido Trabalhista conteve parcialmente e dividiu a influência do PCB entre os trabalhadores.

Em Juiz de Fora, outro destaque do diretório do PCB Municipal era Marco Antônio Tavares Coelho, sob eterna vigilância dos órgãos de segurança. Já a militância vinha dos ramos mais expressivos de setores que mais empregavam o operariado. Na cidade não tinha uma greve que não mobilizasse os alfaiates, os carroceiros e os trabalhadores em calçados. Depois se juntaram com grande força os tecelões e os motoristas.[95] As greves eram

der/154547/1167

93 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record., 2000. p. 76-77.

94 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por uma vanguarda revolucionária: Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964).* Doutorado em História - UFJF. Programa de Pós-Graduação em História. Juiz de Fora, 2017.

95 CID, Wilson. *À margem do Paraibuna*. Juiz de Fora: Editora Templo, 2018. p. 217.

consideradas pelos comunistas como a forma de manifestação mais eficiente e produtiva, bem como teste de arregimentação de lideranças.[96] Assim o grupo ativo do PCB de Juiz de Fora já tinha um bom relacionamento em três ou quatro fábricas de tecidos e uma empresa estatal que já fabricava material bélico para o Exército Brasileiro desde 1934, além de alguns grupos estudantis e universitários.

Hill se encontrava em Paris no Congresso Sindical Mundial que acontecia em Paris entre os dias 28.9. - 8.10.1945. Lá compareceram delegações de todos os países livre, organizações operárias internacionais como a CGT *Confédération générale du travail* francesa, a União dos Trabalhadores da Inglaterra, a FSO dos Estados Unidos, etc. Ausentaram-se aqueles que se encontram ainda sob governos fascistas como Espanha, Grécia, Paraguai e outros que não puderam ser admitidos como a Alemanha e outros.

No Brasil grupos trabalhistas ligados a Getúlio participaram da campanha "Queremismo" pela sua manutenção no poder, mas os setores de oposição temerosos se juntaram aos militares e juntos orquestraram a derrubada do "ditador" Getúlio Vargas, deposto em 29.10.1945. Mais um golpe militar com a "fachada restauradora" da democracia.

Trabalhadores do Brasil no Congresso Sindical Mundial

Lindolfo Hill chefe da delegação brasileira de regresso de Paris fala á "Tribuna"

Sem a participação direta e ativa do proletariado na vida política não pode haver democracia

Como foi noticiado amplamente, Realizou-se em Paris, de 28 de Setembro a 8 de outubro deste ano, o Congresso Sindical Mundial, ao qual compareceram delegações de todos os países livres. Só os que se encontram ainda sob governos fascistas, como Espanha, Portugal, Grecia, Paraguai e outros não puderam ser admitidos, o mesmo acontecendo com a Alemanha.

O Brasil lá esteve, ocupando

a honra de ser eleito pelo Congresso Sindical Mundial para o cargo de vogal do Conselho da Confederação Sindical Mundial, organizada no decorrer da primeira fase dos trabalhos do Congresso.

Um dos membros dessa Delegação chegou ontem a esta capital por via aérea: o seu presidente Lindolfo Hill.

Assim que soubemos da sua descida no Aeroporto Santos Dumont, procuramos ouvi-lo. A

O sr. Lindolfo Hill, quando falava a nossa reportagem

Foto: Jornal Tribuna Popular de 9.11.1945

Logo em seguida Lindolfo chegou de volta ao Brasil de avião no dia 8.11.1945 no Aeroporto Santos Dumont e foi entrevistado ainda no saguão pelo Jornal Tribuna Popular interessado nas impressões do presidente da delegação brasileira sobre a primeira grande assembleia mundial de trabalhadores após o esmagamento militar do nazifascismo no mundo. Ainda

96 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil.* Volume 3º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora. 1966. p. 277.

no aeroporto, Hill declarou que:

> "Sem a participação direta e ativa do proletariado na vida política não pode haver democracia."

Para Hill, a Conferência tinha sido um marco internacional da construção pacífica de formas superiores de existência democrática para a humanidade. Lindolfo enfatizou que na Conferência Mundial estavam representados sessenta milhões de trabalhadores com vontade política na reestruturação do mundo sobre bases democráticas.

A comitiva brasileira teve a palavra no congresso e informou sobre a participação da FEB, a construção de uma nova democracia brasileira. Para orgulho de Lindolfo Hill, o MUT foi admitido internacionalmente por unanimidade como genuína expressão do movimento sindical no Brasil. A experiência de Hill em Paris possibilitou ao ativista brasileiro entrar em contato com elementos antifascistas internacionais e trabalhar para cimentar a solidariedade dos povos através da democracia.[97]

Era uma palavra de ordem do partido que todos os comunistas deveriam ficar dentro de seus sindicatos, não só como espectadores, mas como os mais participantes, primando pela assiduidade às reuniões, pela parte saliente nas resoluções, discutindo e levantando problemas. Era uma linha geral a necessidade de se intensificar o desenvolvimento do MUT, pois tinha sido através do representante Lindolfo Hill que, pela primeira vez na história do proletariado brasileiro o Brasil, tinha sido representado em Paris! A tarefa de fortalecer o PCB deveria ficar com os Comitês Municipais e com as células, responsáveis por organizar secretariados sindicais a fim de evitar as debilidades.[98]

No dia 10.11.1945, somente dois dias depois da chegada de Hill ao Rio de Janeiro, o PCB convocou os comunistas para uma homenagem a Lindolfo Hill no Instituto Nacional de Música que seria realizada no dia 13 às 20 horas.[99] A numerosa comissão organizadora do comício sindical representando 53 sindicatos do Distrito Federal e do Estado do Rio foi apoiada pela massa trabalhadora que queriam registrar a satisfação dos trabalhos da

97 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 9.11.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/1239

98 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por uma vanguarda revolucionária: Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964)*. Doutorado em História - UFJF. Programa de Pós-Graduação em História. Juiz de Fora, 2017.

99 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 10.11.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/1244

comissão em Paris.[100]

Poucos dias antes, no dia 2.11.1945, o Comitê Municipal do PCB em Juiz de Fora tinha lançado o Manifesto do Comitê Municipal do PCB ao povo, publicado no jornal Diário Mercantil,[101] jornal de Juiz de Fora dedicado ao público mais "popular" da cidade.[102]

Com a redemocratização, surgem novos partidos políticos de caráter nacional e as eleições para presidente da república voltam a ocorrer de forma direta, com a consagração do sufrágio universal.[103] Na capital Belo Horizonte, na esquina da avenida dos Andradas com rua Carijós, então sede provisória do PCB em Minas Gerais, Hill aguardava com seus camaradas o comício no qual seriam anunciados os candidatos ao cargo de deputado estadual nas eleições prometidas para o final daquele ano.[104] A movimentação política no país era intensa e nesta ocasião Hill foi escolhido pelo PCB mineiro como um dos candidatos a deputado estadual para disputar as eleições de 2.12.1945.[105]

No dia 15.11.1945, em reunião na Escola Nacional de Música no Rio de Janeiro foram apresentados os candidatos a senadores e deputados federais do PCB. Homens de várias profissões, autênticos filhos do povo, operários, camponeses, agricultores, comerciantes, industriais, intelectuais, médicos advogados, engenheiros, escritores e militares. Entre eles estava Lindolfo Hill, candidato a deputado estadual à histórica constituinte com a participação do PCB. Outro juiz-forano o Professor Irineu Guimarães também estava na lista de candidatos a deputado por Minas Gerais.

Em discurso, Luiz Carlos Prestes reafirmou o programa mínimo de união nacional do Partido Comunista e leu o compromisso do partido: "Os

100 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 11.11.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/1252

101 SANTOS, Alessandra Monzo dos. *O PCB e seus militantes: alguns indícios de sua atuação e trajetória em Juiz de Fora (1930-1964).* Em: Anais Eletrônicos do I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2007.

102 ARMOND, Vívian Marília Oliveira; SANTOS, Sabrina Cárter Filgueiras dos e MUSSE, Christina Ferraz. *A ditadura civil-militar e a repressão contra os jornalistas de Juiz de Fora*. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0889-1.pdf

103 Disponível em: https://jus.com.br/artigos/12872/historico-do-processo-eleitoral-brasileiro-e-retrospectiva-das-eleicoes

104 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 15.11.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/1283

105 BORTOLOTI, Marcelo. *Drummond e o Partido Comunista*. 13.3.13. Disponível em: http://blogdoims.com.br/drummond-e-o-partido-comunista-por-marcelo-bortoloti

candidatos registrados sob a legenda do PCB, sendo comunistas ou não, comprometem-se ante a Nação a serem no parlamento brasileiro os mais intransigentes e infatigáveis lutadores contra o fascismo e a tudo fazerem pela ampliação e consolidação da democracia em nossa terra".[106]

Em Juiz de Fora, no dia 28.11.1945, os discursos dos comunistas Lindolfo Hill, do engenheiro Yêddo Daudt Fiúza e João Amazonas foram aplaudidos no comício com 35 mil pessoas que transbordava na Praça João Penido.[107] Na ocasião, o então candidato a deputado estadual, Lindolfo Hill, usando a palavra foi muito aplaudido ao dizer que:

> "Os trabalhadores de Juiz de Fora tinham a honra de receber o grande homem e candidato à presidência do Brasil Yêddo Fiúza, por quem tanto esperaram para marcharem juntos para a democracia".[108]

Em Belo Horizonte, em 30.11.1945, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais, presidida por Lindolfo Hill solicitou ao Ministério do Trabalho a aprovação das eleições de sua nova Diretoria. Em despacho, o Sr. Ministro, aprovou as eleições realizadas e autorizou posse imediata dos Delegados Sindicais, devendo o Conselho de Representantes, obedecer à seguinte constituição: pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Otávio José Soares e Cândido Siqueira de Belo Horizonte; pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil José Gonçalves Pimentel e Lindolfo Hill de Juiz de Fora, entre outros representantes de diversos sindicatos.[109]

Nas eleições de 2.12.1945, o PCB conseguiu eleger por Minas Gerais o deputado estadual Armando Ziller com 2845 votos.[110] O primeiro suplente foi nada menos que Lindolfo Hill, com 1600 votos.[111] Nessa eleição o PCB

106 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 14.11.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/1279

107 OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1866

108 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 29.11.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/1387

109 Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2581501/pg-26-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-11-1945/pdfView

110 CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração*. Edições Graal Ltda. Rio de Janeiro, 1982. p. 321.

111 Câmara dos Deputados. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1950. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/12956/dados_esta-

não elegeu Yêddo Fiúza para presidente, tendo sido eleito o general Eurico Gaspar Dutra com 3,2 milhões de votos e candidato apoiado por Getúlio Vargas. Porém o sucesso do PCB foi inconteste, Fiúza teve 10% dos votos válidos e o partido elegeu para senador Luiz Carlos Prestes pelo Distrito Federal com 157.397 votos e quatorze deputados federais.

Com o bom resultado das eleições, em 1945 Lindolfo se mudou para a capital mineira, foi também membro da Comissão Executiva do Comitê Estadual, em Belo Horizonte.[112] Além disso Hill colaborava com alguns trabalhos no recém-fundado Jornal do Povo. Em 21.12.1945, organizações trabalhistas da capital mineira, tendo à frente o Sindicato dos Trabalhadores em Construção e dos Mobiliários homenagearam o líder sindical Lindolfo Hill pela destacada atuação na França durante o Congresso Mundial, onde representou os trabalhadores brasileiros.[113]

tisticos_1945.pdf

112 OLIVEIRA, Luís Eduardo. *O Ascenso Político do Sindicalismo Trabalhista em Juiz de Fora (1951-1955*) — PPGH/UFF. Disponível em: http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.404.pdf

113 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 22.11.1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154547/1544

APRESENTADOS OS CANDIDATOS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

LUIZ CARLOS PRESTES LEU ONTEM NA ESCOLA NACIONAL DE MUSICA O PROGRAMA MINIMO DE UNIÃO NACIONAL DO P. C. B.

HOMENS DE VARIAS PROFISSÕES, AUTENTICOS FILHOS DO POVO

SÃO OPERARIOS, CAMPONESES, AGRICULTORES, COMERCIANTES, INDUSTRIAIS, INTELECTUAIS,

MEDICOS, ADVOGADOS, ENGENHEIROS, ESCRITORES E MILITARES

Programa mínimo de união nacional que será defendido no Parlamento pelos candidatos comunistas e não comunistas do Partido Comunista do Brasil

Tribuna POPULAR

"Os candidatos registrados sob a legenda do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, comunistas ou não, comprometem-se ante a Nação a serem, no Parlamento, os mais intransigentes e infatigáveis lutadores contra o fascismo e a tudo fazerem pela ampliação e consolidação da democracia em nossa terra"

LUIZ CARLOS PRESTES

A cerimonia do lançamento das Candidaturas do P. C. B.

O DISCURSO DO SR. ABEL CHERMONT

RELAÇÃO COMPLETA E DEFINITIVA DOS CANDIDATOS A SENADORES E DEPUTADOS PELO P. C. B.

Foto: *Jornal Tribuna Popular* de 16.11.1945 (Hill segundo de baixo para cima)

Com atividades intensas no Brasil, no dia 11.1.1946, às 20 horas, Lindolfo Hill participou como convidado do 1. Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo com a designação de falar sobre sua experiência na Conferência Sindical Mundial. Hill representava a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo.[114]

Em 31.1.1946, tomou posse o novo presidente, o general Eurico Gaspar Dutra e logo em 1.2.1946 iniciaram-se os trabalhos da Assembleia Constituinte.[115] Ainda em fevereiro, o Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro do PCB convocou o povo carioca para manifestar-se contra a Carta fascista de 1937 no comício monstro no Largo da Carioca; entre os oradores da noite estavam programadas as falas dos senadores Luiz Carlos Prestes e Pedro Pomar, de deputados e do líder do MUT Lindolfo Hill.[116]

Foto: *Jornal Tribuna Popular.*[117]

Prestes dizia que: "Não basta falar em união, é preciso lutar por ela e jamais esquecer de que se trata de uma luta contra o fascismo".

Em 16.3.1946, em entrevista ao jornal Tribuna Popular Hill protestou contra a polícia ter classificado o movimento MUT como ilegal, sendo que em todo os países democráticos as liberdades dos movimentos sindicais são considerados fatores de equilíbrio econômico, político e social. Lindolfo lembrou que quem foi derrotado foi o fascismo e que o MUT, reconhecido internacionalmente (!), era um instrumento da unidade e da solidariedade dos trabalhadores a serviço da democracia e da luta contra o fascismo.[118]

114 *Jornal Diário da Noite SP*. 12.1.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093351/3526

115 PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58):* Luís Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. p. 89.

116 *Jornal Diário de Pernambuco PE* 24.2.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/21645

117 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 23.2.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154547/1949

118 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 16.3.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/docrea-

No domingo, dia 17.3.1946, o líder sindical Lindolfo Hill foi esperado às 16 horas na Conferência no Sindicato dos Marceneiros, sob o patrocínio do Comitê dos Portugueses Antifascistas do RJ. O tema escolhido foi "A situação atual dos trabalhadores portugueses" e o local a sede de Sindicato dos Marceneiros do RJ na rua Marechal Floriano 225. O ponto alto da conferência foi um depoimento de um trabalhador brasileiro contra a ditadura de Salazar que desmente a imagem do paraíso português. Lindolfo Hill falou com propriedade de quem, depois de Paris, tinha passado alguns dias em Portugal onde pode visitar e presenciar a miséria em que vive o povo português e o ódio que estes preservam contra os governos opressores como o do ditador Salazar.

Lindolfo relatou as condições dos campos de concentração do Tarrafal em Portugal, que na sua vivência nada deviam aos campos de concentração nazistas.

Ainda no mês de março foi promulgado o Decreto-Lei n. 9.070, o qual, em meio a algumas disposições sobre dissídios coletivos de trabalho, regulamentava o direito de greve. Essa regulamentação, na prática, dava ao governo o direito de declarar todos os movimentos grevistas ilegais. E a repressão contra o MUT prosseguia; no início do mês de abril, foram presos Joaquim Barroso e Alcir Pinheiro, dois importantes dirigentes da organização.

O líder Lindolfo Hill discursou em 2.4.1946 na sessão plenária de domingo do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro, na rua do Senado 264, no Rio de Janeiro, sobre o direito de sindicalização para os servidores públicos, os assalariados e empregados domésticos. Hill lembrou que, cedendo à pressão dos reacionários, o governo se distanciou cada vez mais da classe operária e que este delicado momento exige dos trabalhadores uma enorme capacidade de organização: tendo sido muito aplaudido![119]

Na época, as atividades do sindicalista Lindolfo Hill eram intensas. No dia 9.4.1946, o jornal publicou a convocação para as palestras da Comissão Executiva do Comitê Metropolitano. Como ouvintes para as diversas palestras do dia 11.4.1946, quinta-feira, às 20 horas, foram convidados todos os membros dos secretariados dos comitês distritais e das células fundamentais e das respectivas seções de células divididos em grupos específicos.

Para o grupo II, relativo às células e distritais de Portuários e Méier,

---

der/154547/2082

119 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 2.4.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154547/2194

bem como as Células "7 de Abril" e "Antônio Passos Junior", foi designado o orador Lindolfo Hill com o tema "Situação Internacional - Estados Unidos, Inglaterra e URSS". O local escolhido foi o Instituto dos Arquitetos, no Edifício Odeon. Nos dias seguintes, Lindolfo participou de palestras nos outros 4 grupos do PCB – RJ, sempre falando para os membros sobre o mesmo assunto.[120]

Em 20.4.1946, o jornal *A Classe Operária* publicou que os comunistas, para melhor organizarem suas propagandas e desenvolvimento, decidiram centralizar suas atividades nas localidades que eles chamavam de "Cidades Fundamentais" de Minas Gerais, na seguinte ordem: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Nova Lima, Raposo, Sabará, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Itajubá e Caeté.

No dia 1.5.1946, Lindolfo participava do Congresso em sua cidade natal Juiz de Fora, que ocorreu no Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora às 20 horas. O sindicato tinha sido fundado em 27.10.1932 e funcionava nesta época na rua Halfeld 777.[121] Na ocasião, elegeu-se o deputado estadual Armando Ziller como representante mineiro na comissão para o congresso Nacional. No discurso de encerramento do II Congresso dos Trabalhadores de Minas Gerais, Lindolfo Hill alertou a todos:

> "Precisamos estar atentos contra os que pretendem fechar os organismos dos trabalhadores para deixar aberta a porta da III Guerra Mundial"

Hill, ao tomar a palavra, falou, eloquentemente e com seu típico vozeirão, que as provocações contra o MUT não eram por acaso, mas sim movidas por interesse dos inimigos dos trabalhadores, dos traficantes de armas, dos criadores do câmbio negro e dos imperialistas.[122] Lindolfo falou como quem parecia "antever o futuro" do movimento dos trabalhadores; o golpe ao movimento viria em seguida com o governo proibindo a existência do MUT, decretando, em maio de 1946, a intervenção nos sindicatos e suspendendo as eleições sindicais,[123] logo depois, em setembro de 1946, o MUT foi substituído pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB).[124]

120 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 9.4.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154547/2238

121 Disponível em: https://bancariosjf.com.br/site/quem-somos

122 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 5.5.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154547/2414

123 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro, 1989. p. 68.

124 Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movi-

O Governo não tinha reconhecido a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil), mas não impedia essas reuniões. Como a lei não permitia tanta brutalidade, a CTB continuou funcionando na Rua Evaristo de Morais - RJ. Já a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) foi reconhecida e teve Deocleciano Holanda Cavalcanti como primeiro presidente eleito, com todas as regalias e mordomias concedidas pelo Governo. Fizeram um banquete onde um dos camaradas do PCB participou, era o Lindolfo Hill, de Juiz de Fora, ainda desconhecido deles, porém já membro da comissão nacional executiva do PCB.[125]

Em 5.5.1946, houve uma profunda modificação no Comitê Estadual de Minas Gerais do PCB: Jacinto Augusto de Carvalho assumiu como Secretário Político; Lindolfo Hill como Secretário de Organização; Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior como Secretário de Educação e Propaganda; Armando Ziller como Secretário Sindical e Erdir Pena Oliveira como Secretário de Massas e Eleitoral. Mas essa alteração requerida ao TRE seria homologada somente em 27.11.1946.

No dia 16.5.1946, o PCB comemorou solenemente o aniversário do II Congresso do Partido Comunista do Brasil e preparou diversas conferências que culminaram com o grande comício no dia 23 deste mês, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro. Vários membros da Comissão Executiva se dividiram em diversos eventos. João Amazonas e Lindolfo Hill foram designados para serem os representantes da Executiva Nacional em Niterói.[126]

---

mento-unificador-dos-trabalhadores-mut

125 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

126 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 16.5.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154547/2482

A III CONFERENCIA NACIONAL DO P. C. B. SERA UM ACONTECIMENTO DECISIVO PARA O BRASIL

Tribuna POPULAR

UNIDADE DEMOCRACIA PROGRESSO

ANO II ☆ Nº 339 ☆ SABADO, 29 DE JUNHO DE 1946

Representantes De Todos Os Estados Participarão Da III Conferência Nacional Do P.C.B.

"MAIS PÃO PARA A BOCA E MAIS LIBERDADE PARA O PENSAMENTO"

E o que o deputado Campos Vergal espera que advenha das combinações politicas, era em desenvolvimento entre o PSD e a UDN — Anuncia-se para hoje o encontro entre o general Gaspar Dutra e o sr. Otavio Mangabeira

Equipamentos adquiridos pelo Brasil

Foto: Tribuna Popular, 29.6.1946

Em julho de 1946, o PCB convocou a III Conferência Nacional, de onde saiu o verdadeiro programa do partido. Com a palavra os líderes Luiz Carlos Prestes, Lindolfo Hill, Jorge Herlein e Agostinho Oliveira. Na oportunidade Hill declarou que:

> "Esta é uma grande oportunidade do PCB de analisar os problemas da pátria e Minas estará preparada para levar para a Conferência as conclusões das atividades do PCB em Minas Gerais, principalmente no período da legalidade".[127]

Instalada, ontem, a III Conferencia Nacional do P. C. B. ★ Completo acordo entre os Quatro Grandes em Paris e marcada para 29 do corrente a Conferencia da Paz ★ Miguel Aleman, candidato do povo e das forças progressistas, vence as eleições no México ★ Importante mensagem do MUT ao proletariado brasileiro

APRESENTADOS OS QUESITOS DO P. C. B. AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

"OS COMUNISTAS LUTAM CONTRA O IMPERIALISMO E EM DEFESA DA PAZ"

"NOSSA BANDEIRA É EXCLUSIVAMENTE A BANDEIRA DA DEMOCRACIA"

«É para resolver as grandes tarefas da revolução democratico-burguesa, que estendemos a mão a todos os patriotas. A reforma agraria torna-se dia a dia mais urgente em nossa Patria»

O discurso de Prestes ontem na instalação da III Conferencia Nacional do P. C. B.

Tribuna POPULAR

UNIDADE DEMOCRACIA PROGRESSO

ANO II ☆ Nº 347 ☆ TERÇA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1946

"Elaboraremos a verdadeira linha politica para o nosso Partido e para o povo — E' este o objetivo fundamental da Conferencia" — O MUT e sua luta pelas reivindicações do proletariado — De 800 membros em 1940 a 120.000 em 1945 — Saudação aos P. C. irmãos e seus grandes dirigentes

Foto: Tribuna Popular, 9.7.1946

127 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 29.5.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154547/2788

Na ocasião da III Conferência Nacional do PCB, no dia 8.7.1946, Lindolfo Hill participou da mesa diretora do Comitê Central junto com Luiz Carlos Prestes - secretário-geral, Álvaro Ventura - tesoureiro, Agostinho Dias de Oliveira, Jorge Herlein, Maurício Grabois, João Amazonas, Diógenes de Arruda Câmara, Clóvis Oliveira, Pedro Pomar e Francisco Gomes.[128]

Sempre discreto, Lindolfo Hill fazia mais uma vez parte do seleto Comitê Central do PCB nacional.[129]

O evento contou com a participação de representantes do Chile, Argentina, Uruguai e Cuba. Enormes filas se formaram defronte ao auditório da Associação Brasileira de Imprensa para participarem do concorrido evento e ouvir as palavras do secretário nacional Luiz Carlos Prestes,[130] já transformado em "mito" por Diógenes de Arruda Câmara.[131]

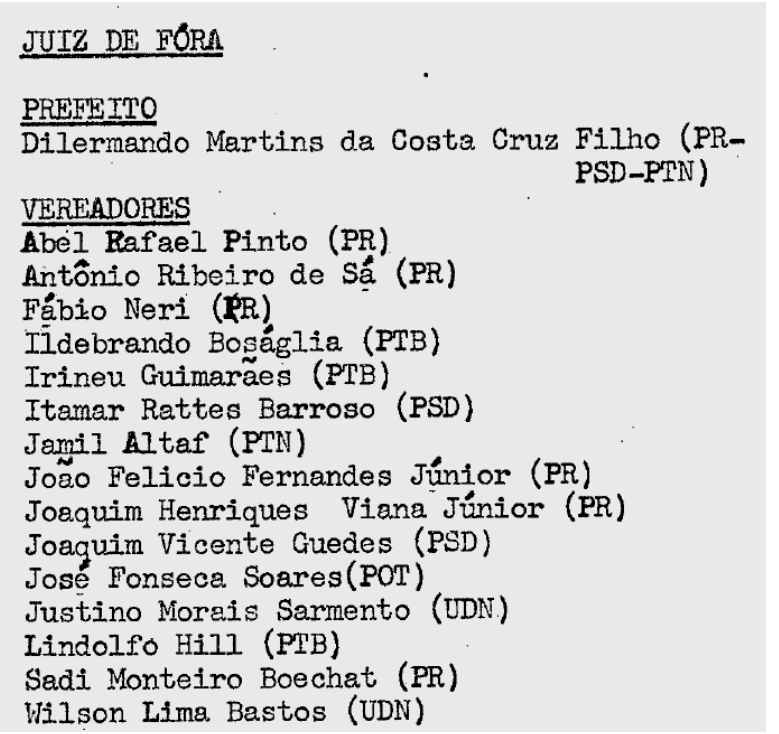
Em Juiz de Fora, Lindolfo Hill dividiu com Irineu Guimarães o protagonismo do grande capítulo do Partido Comunista local, porém, pelo momento político em que o Brasil vivia, foram demonizados pela sociedade conservadora juiz-forana. O PCB conseguiu eleger comunistas para o legislativo da cidade com base no fato de que os votos dos eleitores comunistas eram muito concentrados, baseada na capacidade de mobilização, capilaridade do movimento e poder de divulgação e de lastrear os líderes para os cargos disputados. Além disso a cidade tinha uma base trabalhista muito sólida que apoiavam as causas das lutas de classe por melhorias da vida e eliminação da inflação.

128 Disponível em: https://vermelho.org.br/2009/09/14/comunistas-da-capital-realizam-conferencia-neste-sabado/

129 RAMOS, Carlos Alexandre. *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)*. SP: UFSC. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/962/5615.pdf

130 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 9.7.1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154547/2844

131 PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)*: Luís Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. p. 34.



JUIZ DE FÓRA

PREFEITO
Dilermando Martins da Costa Cruz Filho (PR-PSD-PTN)

VEREADORES
Abel Rafael Pinto (PR)
Antônio Ribeiro de Sá (PR)
Fábio Neri (PR)
Ildebrando Boságlia (PTB)
Irineu Guimarães (PTB)
Itamar Rattes Barroso (PSD)
Jamil Altaf (PTN)
João Felicio Fernandes Júnior (PR)
Joaquim Henriques Viana Júnior (PR)
Joaquim Vicente Guedes (PSD)
José Fonseca Soares(POT)
Justino Morais Sarmento (UDN)
Lindolfo Hill (PTB)
Sadi Monteiro Boechat (PR)
Wilson Lima Bastos (UDN)

Foto: Arquivo do TSE.[132]

O operário Lindolfo Hill era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Juiz de Fora e com a reconquista das liberdades políticas, nas eleições municipais de 19.1.1947, a cidade de Juiz de Fora, com 34.408 eleitores,[133] uma população de 70.849,[134] elegeu seu primeiro vereador comunista.[135] Nesta época, os situacionistas se alinhavam no PSD

132 Secretaria de Gestão da Informação do Tribunal Superior Eleitoral. Seção de Arquivo. Arquivo enviado sob solicitação: *JuizdeFora-MG-EleiçõesMunicipais-19471547232561167.pdf* Disponível em: arquivo@tse.jus.br.

133 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

134 *Eleitorado brasileiro segundo as unidades da federação até dezembro de 1949.* Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1946/populacao_m_1946aeb_28_a_29.xls

135 PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araújo. *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2005. p. 70.

(Partido Social Democrático) e Getúlio Vargas tinha estimulado a criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Além destes dois no cenário político em oposição a Getúlio alinhavam-se a UDN (União Democrática Nacional) e o PR (Partido Republicano).

Foto: Santinho de propaganda dos vereadores eleitos.[136]

Em Minas Gerais, a maior força era sem sombra de dúvida o PSD e Juiz de Fora teve o primeiro prefeito eleito pelo povo em sufrágio universal: o médico Dilermando Martins da Costa Cruz Filho pela coligação PSD/PR/PTN.[137] Já Lindolfo Hill, a maior expressão do PCB de Juiz de Fora, venceu as eleições com o número 13 filiado ao partido PTB, tendo em vista que o Partido Comunista do Brasil estava na informalidade com registro cancelado no Tribuna Superior Eleitoral. Por isso o partido comunista tinha sido

136 Foto do arquivo pessoal da filha Déa Carmem Hill. *Álbum do centenário de Juiz de Fora 1850-1950*. Exemplar do arquivo pessoal de Eustácio Ribeiro Neto, membro do IHGJF.
137 Disponível em: http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/05/historiador-comenta-importancia-do-morro-do-imperador-para-juiz-de-fora.html

obrigado a se aliar com outros partidos para participar das eleições.

Com toda dificuldade, foi o reconhecimento do trabalho e a ascensão do pedreiro e representante da construção civil Lindolfo Hill à Câmara Municipal,[138] eleito com consideráveis 938 votos.[139] Lindolfo foi o segundo mais votado na cidade, depois de Hildebrando Bisaglia também do PTB com 1212 votos.[140] Os eleitos foram diplomados no dia 8.12.1947 para legislarem na cidade como vereadores entre 1947 e 1950.[141] Poucas vezes os candidatos marxistas Lindolfo Hill e Irineu Guimarães tinham condições de apresentar seus propósitos ideológicos com clareza e segurança; este e outros motivos impediram a legenda comunista de medir sua real força nas urnas.[142]

Em 10.9.1946, o Brasil ganhara uma nova Constituição Nacional e a participação do PCB foi decisiva em defesa permanente da democracia e dos direitos democráticos. Nos discursos do senador Prestes na constituinte, a reforma agrária era um tema recorrente:

> "(...) sem redistribuição da propriedade latifundiária (...) não será possível debelar grande parte dos males que atingem o país (...)".

Mesmo com a maioria das emendas progressistas do PCB rejeitadas, foram retomados princípios democráticos e sociais que tinham sido consagrados pela Constituição de 1934, mas que tinham sido abolidos pela ditadura do Estado-Novo.

Depois da constituinte nacional, os Estados ficaram na obrigação de promulgarem suas próprias constituições estaduais. No dia 18.10.1946, o PCB apresentou sua lista de candidatos à Assembleia Constituinte Mineira de 1947 escolhidos pela direção nacional do partido: Lindolfo Hill, Jacinto Augusto de Carvalho, Ticiano Ribeiro da Luz, Orlando Bonfim Júnior, Armando Ziller, Afrânio Azevedo, Renato Teixeira Magalhães, Irineu Guimarães e outros.[143]

---

138 Disponível em: http://pcbjuizdefora.blogspot.com.br/2012/07/carta-dos-comunistas-ao-povo-de-juiz-de.html

139 Disponível em: http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL303.pdf

140 *Jornal A Noite RJ*. 8.12.1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_04/49838

141 Disponível em: http://historiadejuizdeforalegislativo.blogspot.com.br/

142 CID, Wilson. *À margem do Paraibuna*. Juiz de Fora: Editora Templo, 2018. p. 218.

143 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: ht-

Logo foram convocadas eleições no Estado de Minas Gerais, em 19.1.1947, para formar a Constituinte Mineira. Em Juiz de Fora, por causa dos votos divididos entre estas duas figuras do PCB local, nem Lindolfo Hill com 1063 votos, nem Irineu Guimarães 684 votos foi eleito e os dois terminaram respectivamente em 4º e 7º lugares. Eleitos por Juiz de Fora para participarem foram: Arlindo Zanini pelo PTB com 4034 votos e em Dilermando Martins da Costa Cruz Filho do PR com 4123 votos.[144]

A Assembleia Constituinte de Minas Gerais foi instalada em Belo Horizonte no dia 17.3.1947 e na sua lista de eleitos pelo PCB constava somente o bancário Armando Ziller de Belo Horizonte, com 2.145 votos.[145] Ziller sentou-se na cadeira a ele destinada no plenário da Assembleia Mineira, solitariamente, sentindo-se como um combatente na Roma Antiga nos momentos que antecedem o encontro face a face com os leões no Coliseu.

Mesmo com somente um representante, o PCB Mineiro preparou um projeto inteiro e completo de Constituição Estadual. Como já tinha feito no âmbito nacional, fez no estadual, mais ou menos o mesmo em todos os Estados do Brasil. Para isso a direção nacional tinha cuidado de fazer esse negócio, por meio de um grupo de advogados capazes e especialistas no assunto. Adaptaram alguma coisa do projeto nacional para o Estado de Minas, pouca coisa aliás. Mimeografaram o projeto e distribuíram uma cópia para cada deputado eleito, prova de que o PCB estava querendo colaborar com todos os partidos, com o Governo e com todo o mundo.

A atuação de Armando Ziller na Constituinte mineira foi marcada pela extrema operosidade. Ocupou-se das mais diferentes matérias e elaborou, a propósito, um sem-número de projetos, emendas e sugestões, algumas das quais, transformadas em texto constitucional, vigoraram até há poucos anos. Qualquer que fosse a importância que o PCB reservasse à atividade parlamentar, independentemente da duração que viesse a ter seu mandato, Armando ZilIer estava disposto a ser um deputado exemplar - e o conseguiu.[146]

---

tps://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

144 *Jornal Gazeta de Notícias RJ*. 29.1.1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/30474

145 NOVAES NETTO, Arsênio Firmino de. *Irineu Guimarães, a prática socialista de um educador cristão*. São Paulo: Yangraf Gráfica e Editora Ltda, 2004. p. 196.

146 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

NOVOS VENTOS NA POLÍTICA MUNDIAL

Lindolfo Hill, como comunista convicto, estava pronto para exercer seu mandato de vereador em Juiz de Fora.[147] Porém a liberdade de expressão duraria pouco, embora adotando uma política de colaboração com o Estado, o PCB era acusado de organizar greves contra o governo e a carestia.

Em março de 1947, os ministros do exterior das quatro nações vitoriosas da Segunda Guerra Mundial se reuniram em Moscou. Molotov, Bevin, Bidault e Marshall tentavam acertar os ponteiros. Enquanto Hitler ainda era o inimigo comum, as visões dos adversários não faziam diferença. Tão logo os alemães foram derrotados, reacenderam as diferenças das visões de mundo.

O americano George Marshall anunciou um plano para assistência e reconstrução da Europa destruída, que ficou conhecido como Plano Marshall. Pensava-se que finalmente uma proposta construtiva tinha sido apresentada, mas bastou o presidente dos EUA fazer um discurso sobre a criação de um bloco europeu economicamente forte capaz de barrar o avanço do comunismo soviético que a agressividade dos dois lados reavivou a guerra fria com repercussões internacionais.

Estados aliados da URSS entravam no Bloco Oriental. Aliados dos EUA entravam no Bloco Ocidental. Foi criado o termo "cortina de ferro", pre-

147 BARBOSA, Silvana Mota et alli. *Anais eletrônicos do I Seminário de Política da História*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2007. Disponível em: http://www.ufjf.br/nucleodehistoria/files/2009/11/Anais-I-Seminario.pdf

tendendo separar os países capitalistas dos socialistas. Os EUA pregavam abertamente a luta contra o expansionismo soviético, a "guerra fria" e logo o panorama de antisovietismo e anticomunista refletira no cenário interno do Brasil, um brutal contraste com o panorama reinante.

No Brasil, os comunistas do PCB ligados a Luiz Carlos Prestes defendiam o caminho do desenvolvimento pacífico de um novo tipo de cooperação, visando a defender os interesses de toda a humanidade. Os EUA anunciaram uma campanha mundial de propaganda contra o comunismo e "convidaram" todos os jornais e revistas de orientação americana para tomar parte dela. Dentro do Brasil, o presidente Dutra adotou uma política de aproximação com os Estados Unidos e passou a perseguir sistematicamente os comunistas.[148]

Os ventos da história dissiparam o clima de cooperação entre as forças aliadas soviéticas, americanas e outras que tinha sido constituído para derrotar o fascismo na Europa. As máscaras caíram!

O que os anticomunistas não sabiam é que uma pessoa só se tornava um comunista quando enriquecia sua memória com conhecimentos das riquezas elaboradas pela humanidade e começava a se deter nas práticas diárias, no convívio com a realidade e com as massas de trabalhadores, utilizando-se de um senso crítico justo.

Nesta época, disparou-se no Brasil uma campanha para desacreditar o PCB, assim os comunistas passaram a ser acusados de "dirigidos por uma potência estrangeira", "teleguiados de Moscou", "espiões soviéticos", "instigadores de lutas de classes", "fomentadores do caos e da desordem", "destruidores da civilização ocidental e cristã", entre outros.[149]

Era um vale-tudo e um deputado federal até entrou então com representação no TSE contra o PCB, alegando que o partido usava símbolos internacionais da foice e martelo e se denominava Partido Comunista do Brasil, desta feita o PCB não seria um "partido brasileiro", portanto condenável. Mas, baseando-se na linha democrática pacifista do PCB, no dia 7.5.1947, Luiz Carlos Prestes estava seguro que o partido se manteria na legalidade. Porém após uma batalha judicial, o PCB teve seu registro cassado e culminou com o Mi-

148 ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Editora Atual Editora LTDA, 1996. p. 29.

149 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte, Editora Oficina do Livro, 1989. p. 66.

nistério do Trabalho, decretando a intervenção em cerca de 400 sindicatos.[150]

Para surpresa de muitos militantes como Lindolfo Hill, foi de causar estranheza o fato do PCB nem ao menos ter tentado imediatamente se defender pedindo ao Supremo Tribunal Federal que anulasse a decisão de 3 a 2 da corte eleitoral.[151] A explicação era que o líder Luiz Carlos Prestes confiava que tudo não passava de uma provocação do presidente-general Dutra e que os nove advogados do PCB, liderados por Sinval Palmeira teriam sucesso com o recurso imposto ao STF. Nada adiantou. A ordem judicial de fechamento das sedes partidárias já se cumpriu no dia seguinte e acarretou um corre-corre em todo o Brasil para retirar os fichários e queimar papéis.

O PCB tinha se iludido com uma aparente concordância internacional reinante entre a derrota do Eixo nazifascista e o início da Guerra Fria.[152] Os deputados federais do PCB Maurício Grabois e João Amazonas foram à tribuna protestar contra a cassação e pediam a renúncia do presidente Dutra, como fez também Luiz Carlos Prestes.

Contrariado pelos acontecimentos e pela passividade da direção do PCB, Lindolfo Hill voltou a morar em Juiz de Fora com a família. Em reunião realizada na cidade, resolveram continuar os trabalhos do partido, assim formaram uma nova Comissão Municipal do Partido Comunista. As atividades, mesmo que clandestinas, consistiam em militar nos sindicatos como associados, ir às portas das fábricas e construções onde conversavam com os operários sobre diversos assuntos do momento.

Ainda como suplente de deputado estadual mineiro, Lindolfo Hill foi orador convidado no comício para mais de três mil pessoas organizado pelo Partido Socialista Brasileiro em Nova Lima - MG no dia 19.6.1947. Na ocasião, Hill aclamou apoio para declaração de ilegalidade do fechamento do PCB, exigindo também a renúncia do presidente "ditador" general Eurico Gaspar Dutra.[153]

Mas era o próprio presidente-general que em setembro pressionava o

150 BRASIL, Tribunal Regional Eleitoral. Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947, que definiu o cancelamento do registro do PCB. Rio de Janeiro, 1947a. Disponível em: http://www.tre-sp.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/view

151 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 101.

152 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular., 2014. p. 23-24.

153 *Jornal Tribuna Popular RJ*. 20.6.1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154547/5003

Congresso para cassar os mandatos dos parlamentares comunistas.[154] Em 27.10.1947, o senado aprova o projeto de cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB. Ao mesmo tempo o Brasil rompe as relações diplomáticas com a União Soviética.[155]

Em Juiz de Fora, os trabalhos da Câmara Municipal tinham sido interrompidos truculentamente com o golpe de 10.11.1937 e "mantida" fechada por 10 anos, desde sua última sessão em 8.11.1937. Reabrindo em sessão solene somente em 8.12.1947 para dar posse aos vereadores eleitos: Lindolfo Hill, eleito pelo PTB, foi um dos vereadores empossados nessa ocasião.[156]

A qualidade dos vereadores daquela legislatura foi considerada muito boa e os debates interessava aos cidadãos. Lindolfo Hill era o representante dos operários e considerado um dos melhores da Câmara Municipal de Juiz de Fora.[157]

A cassação do registro do PCB acabou causando embaraços para o PTB, que assumiu o papel de agremiação política mais à esquerda do espectro partidário do Brasil da época.[158] O PCB tinha conseguido eleger, em todo o Brasil, 250 vereadores em diversas legendas, sendo 150 somente no estado de São Paulo. Mas logo veio a exclusão dos comunistas do sistema político-partidário brasileiro no dia 7.1.1948, quando o Congresso aprovou a cassação dos mandatos de todos os parlamentares do PCB que tinham sido eleitos nas eleições anteriores.[159]

Seguindo suas convicções comunistas, no plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, no dia 8.1.1948, Lindolfo Hill tomou a palavra pelo PTB, protestou e condenou a cassação do mandato dos comunistas. Além disso, acusou o governo federal e a própria pessoa do Presidente da República, ato que desencadeou apartes violentos com o vereador Abel Rafael Pinto, o qual defendia a cassação dos comunistas.[160] As posições integralis-

154 PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)*: Luís Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Editora Brasiliens, 2010. p. 106.

155 SEGATTO, José Antônio et alli. *PCB: Memória fotográfica (1922-1982)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 89.

156 AHJF. *Fundo livros Manuscritos e Impressos da Câmara Municipal e da Prefeitura de Juiz de Fora. Livros de Atas*, 8.12.1947, fl. 182.

157 NEVES, José Alberto Pinho. *Diálogos Abertos*. Vol 3. Disponível em: http://www.museudeartemurilomendes.com.br/r/da/da3.pdf

158 PASQUALINI, Alberto. *Trajetória Política e Pensamento Trabalhista*. Niterói: UFF, 2012. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1545.pdf

159 Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC

160 AHJF. *Fundo livros Manuscritos e Impressos da Câmara Municipal e da Prefeitura de*

tas de Abel confrontavam diametralmente com ideias comunistas de Lindolfo.[161] As posições dos dois se acirraram, Abel tinha nascido em Paraíba do Sul (RJ) e era filho de comerciante e delegado de polícia radicado em Juiz de Fora.

A violência contra o PCB continuou em todo o país e no Rio de Janeiro, no dia 8.1.1948, o delegado Fredgard Martins com sua tropa invadiu a sede e oficina do jornal *Tribuna Popular* na rua do Lavradio, cumprindo ordem do ministro da justiça que alegava ser o jornal "órgão extremista".

Em Juiz de Fora, Lindolfo Hill já se mostrava um vereador combativo em pouco tempo de trabalho. Idôneo e preocupado com o bem público,[162] mesmo sendo representante do PTB ele não se esqueceu de levar para o plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora suas ideias e seus ideais comunistas. Já nas primeiras sessões Hill foi eleito para a comissão de Obras Públicas e Viação, junto a Wilson de Lima Bastos e Irineu Guimarães, este último também comunista eleito pelo PTB.[163]

Na época, Juiz de Fora era um dos mais expressivos centros fabris de Minas Gerais e irradiava para toda a Zona da Mata as ideias comunistas. Hill já comandava também o movimento operário em Cataguases, Leopoldina, Além Paraíba, Santos Dumont e Barbacena,[164] mas no cenário mineiro do PCB, o município de Juiz de Fora era uma exceção. Com algumas indústrias de peso e influenciada pela proximidade com a capital Rio de Janeiro, a sociedade da época era culturalmente "arejada" e a imprensa local contava com alguns companheiros de Lindolfo. Além destes "fatores de ponta", a cidade já somava uma certa tradição em defesa dos trabalhadores, graças às atividades dos militantes iniciais, como o combativo Luiz Zuddio.

Lindolfo sabia que a luta era árdua, pois desde a virada para a república, a elite de Juiz de Fora e Região, que concentrava 29 Barões e Viscondes (29!), herdara a cultura da oligarquia cafeeira e escravagista. Com a decadência da cafeicultura essa mesma elite mudou seus investimentos para o setor fabril e acabou emprestando a Juiz de Fora seu famoso charme de

Juiz de Fora. Livros de Atas, 8.1.1948, fl. 194.

161 Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abel-rafael-pinto

162 SEFAIR, Luiz. Depoimento do ex-presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora ao autor. 27.7.2017.

163 AHJF. *Fundo livros Manuscritos e Impressos da Câmara Municipal e da Prefeitura de Juiz de Fora*. Livros de Atas, 19.12.1947, fl. 192.

164 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 81.

uma cidade francesa.

Na visão dos comunistas e trabalhistas, desde o fim da monarquia, do ciclo do café e o fim da escravidão os trabalhadores de Juiz de Fora vinham sendo muito mal tratados e sacrificados pelas indústrias tradicionais. Essas seguiam o padrão da época, manter os trabalhadores na condição de explorados. Padrão também se repetia nas outras cidades industriais da região. Com a estrutura do partido comunista, Lindolfo Hill apoiava pessoalmente os movimentos de luta de classe e a formação de novos núcleos e células do PCB.

Foi nesta sociedade com luxo, mas com enormes desigualdades e exclusão social que Lindolfo Hill e seus camaradas lutavam pelos direitos dos proletários.

Sempre que Hill e Guimarães ficavam sabendo de uma greve ou luta de classe – em um verdadeiro trabalho de formiguinha – lá iam os líderes se informar, apoiar, ficar na porta dos estabelecimentos e indústrias, conversar com os operários e denunciar os abusos. Sempre contra as oligarquias e a favor dos oprimidos! Foi assim que o decidido Lindolfo Hill conseguiu alcançar o apoio do proletariado local.[165]

No tempo em que estiveram ativos como vereadores entre 1948 e 1950, Lindolfo Hill e Irineu Guimarães lutaram na Câmara por condições de vida. Eles entraram com diversos pedidos ao executivo: capinas, manilhamentos, canalização, saneamento básico, abastecimento de gêneros alimentícios, transporte urbano, construção e manutenção da rede de esgoto, coleta de lixo, melhores salários, serviços de topografia, condições das calçadas, calçamentos de ruas, plano de igualdade urbana, linhas de bondes, águas pluviais, entre outros. O foco dos comunistas era sempre em busca de melhorias para os mais necessitados da municipalidade.

Lindolfo Hill subia na tribuna da CMJF, tomava a palavra e intercedia contra a cassação de direitos políticos em todo o território brasileiro, pedindo que respeitassem a constituição federal e o regime democrático.

Depois da histórica enchente de 1940, que assolara a região da cidade em torno do Rio Paraibuna, a municipalidade tinha construído a Vila Operária (atual bairro Furtado de Menezes) para abrigar as vítimas da catástrofe. Em 1948, o atuante vereador Lindolfo Hill entrou com pedido de melhorias para essa comunidade. A solução da época foi a retificação das curvas e o desassoreamento do rio que inicialmente emprestou seu nome

165 CID, Wilson. Entrevista sobre as memórias de Lindolfo Hill concedida ao autor em 3.1.2019. Juiz de Fora, MG.

para esta cidade, Santo Antônio do Parahybuna. Em 1949, quando o bairro Costa Carvalho sofrera com o lamaçal causado pela retificação do rio Paraibuna, Hill entrou com pedido de providências do executivo municipal para resolver as dificuldades.

Ainda neste ano pedira providências para envio de medicamentos para o Posto de Segurança e Higiene do Trabalho da cidade. Lindolfo seguia combativo e pedia informações ao prefeito sobre o pagamento do devido descanso semanal dos empregados da prefeitura. Além disso lutava para que os salários dos operários trabalhadores da Prefeitura pudessem ser aumentados, tendo em vista que com o elevado custo de vida e os descontos o salário não atingia 550 cruzeiros e não era suficiente para se manter uma família.[166]

Em uma proposição de se introduzir uma foto do Bispo Dom Justino José de Santana na CMJF, vários vereadores foram contra a ação, alegando que isto não poderia ser feito, enquanto o homenageado fosse vivo. Nesta ocasião, Hill se levantou e mostrou sua grandeza. Mesmo sendo ateu, pediu a palavra e se pronunciou argumentando que o caso deveria ser tratado administrativamente e internamente, pois esta discussão aberta e pública feria e expunha a autoridade eclesiástica da cidade. Com base neste episódio, era sabido que Hill sempre alinhava um discurso atento, contra as ofensas, a favor dos direitos humanos, defendendo a dignidade da pessoa e se posicionando com respeito das autoridades.

Lindolfo Hill viveu em uma época na qual a sociedade passou a viver com um espírito de solidariedade aflorado e em contrapartida ao desenvolvimento industrial se despertava para os direitos sociais e justiça social.

Como intelectual, Hill não precisava se subordinar a eventuais maiorias, pois acreditava ser próprio da democracia que as minorias não sejam obrigadas a se calarem diante das vontades da maioria. Ela entendia que o jogo democrático é assim mesmo, as minorias se tornam maioria e a maioria se torna minoria.

Seguindo seu coração e convicção, Hill não admitia mais ver meninos negros capinando as ruas em trabalhos forçados, sem horário de trabalho, somente por não terem pai nem mãe. Atento a esta situação, uma das intervenções clássicas e históricas de Hill foi em relação à Chácara dos Menores

166 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Pasta dos Processos dos Vereadores de Juiz de Fora* entre 1947-1950.

- Granja Escola, depois Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), localizada no bairro Linhares.

Na época, os meninos órfãos eram levados para a cidade, com pequenas picaretas, com a tarefa de limpar o mato das ruas e praças do centro. Hill se comoveu ao ver os responsáveis em atitudes de "feitores", como se os meninos fossem escravos, dando tapas e desrespeitando os jovens, sempre negros, por infelicidade e injustiça histórica da escravidão.

Além disso, os meninos partiam da Chácara em carroças ou a pé para irem ao centro e não tinham horário para pararem de trabalhar. Essas imagens dos meninos sofrendo maus-tratos e sendo punidos com demasiado rigor pelo inspetor Luis Viana, um dos responsáveis, chocavam Hill.

Foi nessa fase de uma sociedade em transformação que os comunistas sempre se levantavam imbuídos de solidariedade e protestavam contra os opressores e quem faltasse com o respeito. No plenário da Câmara, o vereador Lindolfo Hill reclamava que aquelas crianças deveriam ser assistidas e não colocadas para trabalhar como escravos. Protestou contra estas práticas e as condenou veementemente! O tema foi publicado nos jornais da época e virou assunto das conversas na cidade.

Junto com Irineu Guimarães, Lindolfo Hill conseguiu em plenário vencer com uma iniciativa para o fim da prerrogativa da Prefeitura de impor aos meninos da Chácara dos Menores a obrigação de capinarem as ruas da cidade sem qualquer benefício ou remuneração. Eles somente recebiam o asilo.[167] Foi com base nos protestos dos vereadores Hill e Guimarães que este resquício de "escravidão" foi abolido de Juiz de Fora.[168] Hill acreditava piamente e por isso conseguia passar a ideia que:

> *"Somente o comunismo com sua luta de classe poderia eliminar desigualdades e as grandes diferenças sociais".*

Com esta convicção, ele inspirava junto com Irineu Guimarães os acalorados discursos na Câmara dos Vereadores. Somava-se que o professor Irineu como uma pessoa de fé metodista, tendo sido educador de várias gerações, humanista e ex-reitor do Instituto Granbery, integrava em suas falas no parlatório da CMJF atitudes com um sentido comunista-religioso aliado com os ideais dos grandes pensadores norte-americanos como Jefferson,

167 CID, Wilson. *À margem do Paraibuna.* Juiz de Fora: Editora Templo, 2018. p. 215.
168 CID, Wilson. Entrevista sobre as memórias de Lindolfo Hill concedida ao autor em 3.1.2019. Juiz de Fora, MG.

Emerson e Lincoln.[169]

O cristão socialista Irineu Guimarães também pagou caro por sua ousadia e vanguardismo de sonhar com um mundo novo, para o qual acreditava que deveríamos nos preparar com uma proposta socialista na educação. Eram visões que Irineu aplicava no Instituto Granbery de Juiz de Fora, berço do metodismo no Brasil, visando à formação de "pessoas" com base nos ideais liberais norte-americanos. Como professor, Irineu procurou passar para seus alunos a dimensão marxista da realidade, a análise da mesma em sua totalidade em busca de uma ação, objetivando a transformação da sociedade.[170] Além de intelectual e político, o vereador e professor Irineu Guimarães era sócio da Livraria Castro Alves,[171] acreditando na cultura como mecanismo de transformação.

Numa época em que, sem a influência da televisão, os debates da CMJF eram muito concorridos e toda a mídia brasileira jornais Correio da Manhã, Correio da Noite, Diário de Notícias, Jornal do Brasil valorizavam o tema ideológico, entre outros. As mídias chegavam até a excitar os debates em Juiz de Fora, que apresentava uma Câmara Municipal com vereadores muito intelectualizados.

Hill e Guimarães tinham consciência de que faziam parte de um grupo minoritário na CMJF,[172] assim utilizaram o parlatório como "trincheira de debates" e muito ativos davam voz aos trabalhadores e minoritários. Lindolfo Hill foi protagonista dessa fase na cidade em que as pessoas tinham como programa o costume de ir até a Câmara dos Vereadores assistir aos debates. Depois destes 10 anos sem liberdade legislativa, as atividades dos vereadores eram marcadas por uma densidade ideológica profunda. A partir de 1947, com essa nova liberdade, o povo se interessava pelos assuntos do legislativo e lotava as sessões, principalmente quando os "apartes acalorados" aconteciam entre o Abel Rafael e Lindolfo Hill.

Os grandes debates e as discussões em Juiz de Fora eram travados pela

169 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 81.

170 SOUZA, Igor Dias Domingues. *Neres e o VI Congresso do PCB: organizar as massas contra a ditadura pela base*. Em *Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior., 2019. p. 163.

171 NOVAES NETTO, Arsênio Firmino de. *Irineu Guimarães, a prática socialista de um educador cristão*. São Paulo: Yangraf Gráfica e Editora Ltda, 2004. p. 14-168.

172 *Folha Mineira*, Juiz de Fora, 25.9.1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/xx3588/123

polarização. De um lado o trabalhista-comunista Lindolfo Hill, que junto com Irineu Guimarães, defendia as lutas de classe e a justiça social, do outro lado Abel Rafael Pinto com suas ideias integralistas dos republicanos.

O partido integralista que se denominava modernista-reformista exibia em sua bandeira o lema "Deus", "Pátria" e "Família". Era a versão nazifascista cabocla brasileira, inspirada no fascismo italiano. A Ação Integralista Brasileira (AIB) era um movimento ultrarreacionário no Brasil idealizado para abrigar o ideário fascista, criado na cidade de São Paulo em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado.[173] O ideário dizia que: "A doutrina fascista estabelece o Estado como espelho perfeito do homem, como a própria ampliação do indivíduo".

Na contextualização política, o Integralismo tinha sido criado para formar um grande movimento nacional fundamentado no latente nacionalismo da "brasilidade integral" com objetivo claro de colocar a religiosidade espiritual como elemento central do discurso conservador radical. Acreditavam em Deus, dirigindo o destino dos povos, a pátria como o "nosso lar" e a família como "início e fim de tudo". O Integralismo impunha ao militante um modo de ser, de se comportar, de falar, de vestir, de andar, de casar-se e de morrer.

Além disso, o AIB foi o partido fascista com maior sucesso fora da Europa e defendia um cristianismo radical que tinha sido liquidado nos anos 30 pela ditadura comandada por Getúlio Vargas.[174] Conhecido ex-militante da AIB, em Juiz de Fora Abel Rafael Pinto defendia ideologicamente a propriedade privada, o moralismo, valorizava o nacionalismo, o princípio da autoridade, a estrutura hierárquica da sociedade, o liberalismo econômico e principalmente combatia o comunismo; representado na política local pelas lideranças Lindolfo Hill e Irineu Guimarães.[175]

No plenário da Câmara Municipal Lindolfo travava constantes lutas contra o nazifascismo de Abel Rafael Pinto. Os embates atraiam o povo e os ânimos esquentavam.[176]

173 NOVAES NETTO, Arsênio Firmino de. *Irineu Guimarães, a prática socialista de um educador cristão*. São Paulo: Yangraf Gráfica e Editora Ltda, 2004. p. 44.

174 GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1985-1975).* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 23-72.

175 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ação_Integralista_Brasileira#Período_de_1945_a_1966

176 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro, 1989. p. 43.

Lindolfo Hill, com sua voz grossa e bem forte, lia da tribuna as mensagens do Partido Comunista e de sindicatos de orientação comunistas. É claro que Abel não concordava com os discursos de Hill e com seu autoritarismo queria cassar o direito de fala de Hill. A polarização era evidente, os ânimos esquentavam e o público adorava![177]

Mas jogaram água fria na fervura. A partir da redemocratização em 1947, era o repórter Almir de Oliveira quem cobria todos os debates diários na Câmara Municipal e escrevia em sua coluna no Diário Mercantil.[178] Almir, em conversa com Abel Rafael, perguntou-lhe: "Sabia que você está fazendo muita propaganda do Lindolfo Hill?". Com aquele jeitão peculiar Abel quis saber a razão e Almir respondeu: "Você provoca o Lindolfo Hill do Partido Comunista. Você entra na conversa dele e alimenta o debate. Cada um com a voz mais forte que a do outro no embate, até lá da rua o pessoal escuta a barulheira e sobe curioso para assistir. Com sua atitude o Lindolfo Hill recebe o que ele quer: o público!".[179]

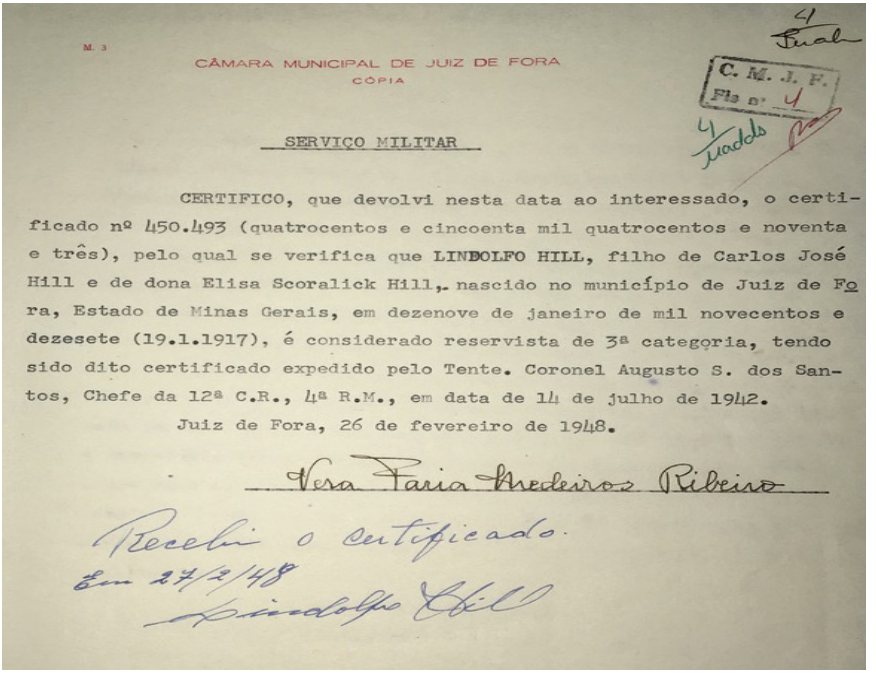
Abel reconheceu que era verdade e, depois de alguns calorosos embates, mudou estrategicamente seu comportamento. Em silêncio ouvia sem comentar as falas de Lindolfo Hill, que fazia suas leituras comunistas e inflamadas. Hill aguardava a reação, que não mais vinha, e ia sentar-se sem que houvesse qualquer barulho na Câmara. Uma grande decepção dos expectadores curiosos![180]

177 ARBEX, Alberto Ibrahim. Entrevista concedida ao autor em 14.12.2018. Juiz de Fora, MG.

178 CID, Wilson. *À margem do Paraibuna*. Juiz de Fora: Editora Templo, 2018. p. 70.

179 NEVES, José Alberto Pinho. *Diálogos Abertos*. Vol 3. Disponível em: http://www.museudeartemurilomendes.com.br/r/da/da3.pdf

180 Disponível em: https://historiadejuizdeforalegislativo.blogspot.ch/p/l-bras-schettino--2-legislatura-ns-32-e.html



M. 3

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
CÓPIA

C. M. J. F.
Fls n. 4

SERVIÇO MILITAR

CERTIFICO, que devolvi nesta data ao interessado, o certificado nº 450.493 (quatrocentos e cincoenta mil quatrocentos e noventa e três), pelo qual se verifica que LINDOLFO HILL, filho de Carlos José Hill e de dona Elisa Scoralick Hill, nascido no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, em dezenove de janeiro de mil novecentos e dezesete (19.1.1917), é considerado reservista de 3ª categoria, tendo sido dito certificado expedido pelo Tente. Coronel Augusto S. dos Santos, Chefe da 12ª C.R., 4ª R.M., em data de 14 de julho de 1942.

Juiz de Fora, 26 de fevereiro de 1948.

Vera Faria Medeiros Ribeiro

Recebi o certificado.
Em 27/2/48
Lindolfo Hill

Foto: Arquivo da CMJF, 1948.

Em 1948, Lindolfo e a esposa Carmen, ainda morando em Juiz de Fora, ganharam a quarta filha Vera Lúcia Hill.[181] O já vereador Lindolfo requereu e entregou à CMJF seu certificado de reservista recebido em 26.2.1948 o de 3ª. categoria n. 540.493 expedido pelo chefe da 12ª. C.R. da 4ª. Região Militar de Juiz de Fora. Mas a tranquilidade da família estava ameaçada. Com o retorno do PCB para a ilegalidade política todas as ações do partido eram monitoradas pelo DOPS de Minas Gerais, que também vigiava o convicto vereador Lindolfo Hill.

Em uma destas ações fizeram apreensões de documentos na capital Belo Horizonte, nos comitês do PCB de várias cidades em Minas Gerais e também em Juiz de Fora.[182] A rotina dos comunistas, suas ações e dificuldades eram relatadas pelos oficiais designados ao trabalho de vigilância à paisana

181 HILL, Carmem Déa Hill. Entrevista da filha de Lindolfo Hill concedida ao autor. Rio de Janeiro, 5.5.2018.

182 Departamento de Ordem Política e Social — DOPS. Arquivo Público Mineiro. *Pasta 4706, imagem 17, Rolo 068*. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4

ou infiltrados na facção política. Eram também foco do monitoramento todas as pessoas que, devido ao envolvimento em ações de cunho político e social, eram classificadas como subversivas pelos agentes do DOPS.

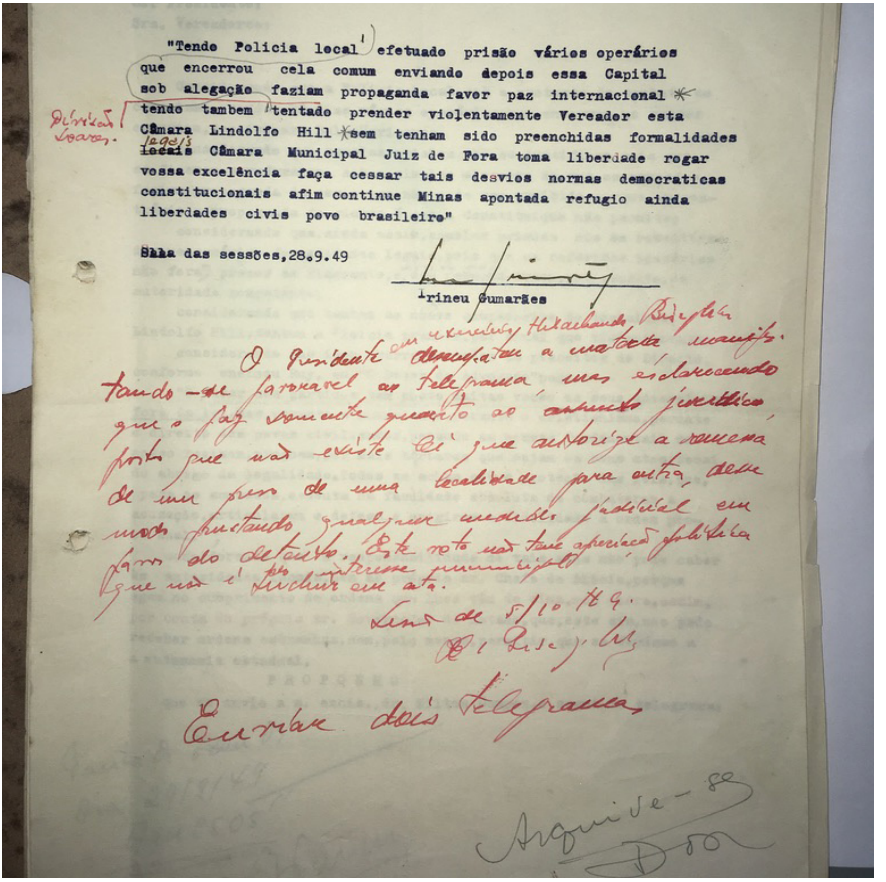
Um dos principais objetivos da Polícia Política era realizar o monitoramento das organizações de esquerda, dos boletins e dos informes que apresentavam com riqueza e detalhes informações sobre quem eram os membros do PCB em Minas Gerais. Eles expunham também a composição dos comitês, demonstravam os elementos mais atuantes na organização e as dificuldades operacionais do partido, bem como a disposição hierárquica dos membros da organização. Alguns agentes secretos chegaram a estabelecer relações bem próximas com os comunistas, participando de reuniões em células e comitês. Alguns "espiões do sistema" conseguiram frequentar até as residências dos "suspeitos".[183]

Durante o tempo em que tiveram seus mandatos, os comunistas Lindolfo Hill e Irineu Guimarães assinaram juntos vários projetos e indicações, entre os quais uma solicitação para que o prefeito estudasse com urgência a possibilidade de conceder aumento de salários aos operários trabalhadores da prefeitura e um pedido de aprovação do projeto que suspendia a ação de despejo por um ou dois anos.[184]

Na sessão da CMJF, do dia 5.10.1949, a pedido do amigo e vereador do PTB Irineu Guimarães, o presidente em exercício da CMJF, Hildebrando Bisaglia, enviou telegrama ao governador Milton Soares Campos, endereçado ao Palácio da Liberdade na capital Belo Horizonte. No texto, reitera o protesto contra a PMMG que tinha tentado prender violentamente o vereador Lindolfo Hill sem que tenham sido preenchidas as formalidades legais e pede ao governador, como chefe da Polícia Militar, que pare com estes desvios das normas democráticas constitucionais para que Minas Gerais continue a ser apontada como refúgio da liberdade civil do povo brasileiro.

Eram os primeiros indícios que a liberdade de expressão começava a ser novamente ameaçada.

183 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por onde andam os comunistas? O monitoramento do PCB através das correspondências do DOPS em Minas Gerais (1950-1970). VII Simpósio Nacional de História Cultural. História Cultural, escritas, circulação, leituras e recepções*. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 10 e 14 de novembro de 2014. p. 3 e 5.
184 SANTOS, Alessandra Monzo dos. *O PCB e seus militantes: alguns indícios de sua atuação e trajetória em Juiz de Fora (1930-1964).* Em: Anais Eletrônicos do I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônica, 2007.



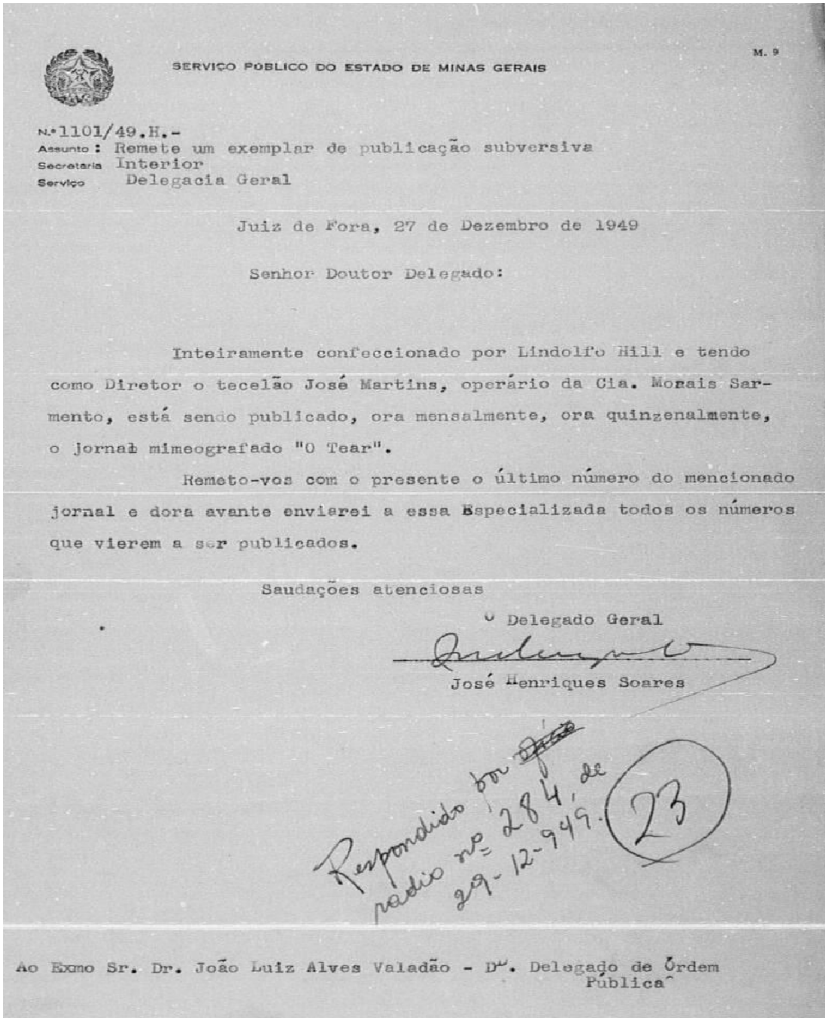
"Tendo Policia local efetuado prisão vários operários que encerrou cela comum enviando depois essa Capital sob alegação faziam propaganda favor paz internacional * tendo tambem tentado prender violentamente Vereador esta Câmara Lindolfo Hill *sem tenham sido preenchidas formalidades legais Câmara Municipal Juiz de Fora toma liberdade rogar vossa excelência faça cessar tais desvios normas democraticas constitucionais afim continue Minas apontada refugio ainda liberdades civis povo brasileiro"

Sala das sessões, 28.9.49

Trineu Gumarães

Foto: Arquivo da CMJF[185]

185 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Prontuário do Vereador Lindolfo Hill*. Juiz de Fora. 5.10.1949.



M. 9

SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nº 1101/49.H.-
Assunto: Remete um exemplar de publicação subversiva
Secretaria Interior
Serviço Delegacia Geral

Juiz de Fora, 27 de Dezembro de 1949

Senhor Doutor Delegado:

Inteiramente confeccionado por Lindolfo Hill e tendo como Diretor o tecelão José Martins, operário da Cia. Morais Sarmento, está sendo publicado, ora mensalmente, ora quinzenalmente, o jornal mimeografado "O Tear".

Remeto-vos com o presente o último número do mencionado jornal e dora avante enviarei a essa Especializada todos os números que vierem a ser publicados.

Saudações atenciosas

O Delegado Geral

José Henriques Soares

Respondido por Ofício nº 284, de 29-12-949. 23

Ao Exmo Sr. Dr. João Luiz Alves Valadão - Dº. Delegado de Ordem Pública

As atividades de Hill eram intensas. Quinzenalmente ou mensalmente, Lindolfo Hill confeccionava o jornal mimeografado *O Tecelão* junto como José Martins, diretor e tecelão operário da Companhia Moraes Sarmento. O jornal e as atividades dos ativistas vinham sendo acompanhadas pelo delegado de ordem pública José Henrique Soares do Serviço Público do Estado de Minas Gerais.

Com prisão preventiva decretada em final de 1949, Lindolfo foi para Niterói e passou a morar na casa de um companheiro e logo, buscando ficar

anônimo, mudou-se para a casa de um pedreiro amigo na capital Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão nas empreitadas do amigo. Em São Paulo, era Carlos Marighella que em plena clandestinidade atuava como secretário político do PCB paulista.

Lindolfo Hill, no Rio de Janeiro, também se viu forçado para a clandestinidade e "evaporou" do convívio social normal. Durante uns seis meses, Lindolfo ia sempre visitar a família que tinha ficado na cidade mineira de Juiz de Fora. Hill pegava o "noturno" entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, uma maria-fumaça que saia da Central do Brasil e precisava de umas sete horas, se tudo desse certo, o que não era frequente.

Ninguém entra na clandestinidade porque deseja.

Lindolfo usava esse trem que parava em Juiz de Fora no meio da madrugada na esperança de não ser descoberto pelos militares.[186] Numa destas viagens à cidade natal, Lindolfo foi informado pelo Comitê Central que ele deveria se transferir para São Gonçalo GB, onde sua missão seria se ligar ao PC local.

Desde a década de 1940, iniciou-se a instalação em São Gonçalo de grandes fábricas e indústrias em grande escala. No período da Segunda Guerra Mundial, São Gonçalo crescera de forma meteórica, com as grandes fazendas sendo desmembradas, mão de obra barata e abundante e grandes áreas disponíveis. A proximidade de São Gonçalo com a capital federal (a Cidade do Rio de Janeiro) e capital da Guanabara (Niterói) facilitava o escoamento da produção, tornando-se solo fértil ao seu desenvolvimento. Seu parque industrial se tornou o mais importante da região, o que lhe valeu o apelido de "Manchester Fluminense".[187]

Por estar sempre camuflando seu paradeiro e com toda a pressão política contra os comunistas, Lindolfo Hill aparecia cada vez menos as sessões da Câmara de Vereadores. Em 27.4.1950, em umas de suas últimas lutas como vereador Lindolfo entrou com um pedido de indicação junto ao Sr. prefeito de Juiz de Fora para que determinasse o pagamento dos salários dos operários da Prefeitura com regularidade, evitando o que vinha acontecendo de se atrasar os salários, acarretando grandes prejuízos aos operários.[188]

186 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 27.

187 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo_(Rio_de_Janeiro)

188 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Pasta*

No dia 28.4.1950, Lindolfo Hill proferiu seu último pronunciamento, como sempre inflamado!

Depois desta data Hill manteve a família em Juiz de Fora, mas praticamente desapareceu das atas das reuniões.[189] Neste ano de 1950, o PCB de Juiz de Fora contava aproximadamente com 514 filiados,[190] mas Lindolfo tinha passado a agir somente nos bastidores na tentativa de manter seu paradeiro em sigilo, protegendo assim também sua família e a esposa que tinha ganhado o quinto filho Aloísio Hill.[191]

Os trabalhos para as comemorações relativas ao primeiro de maio de 1950, em Juiz de Fora, dia do trabalhador, eram de grande relevância simbólica para o PCB. Ocasião em que se realizava festividades para reunir em locais públicos centenas de trabalhadores. Para Hill e seus companheiros era um momento propício para conseguir novos adeptos e distribuir propaganda do PCB, panfletos e jornais.

Sempre monitorados pelos agentes investigadores à paisana, com os militantes de Juiz de Fora foi apreendido na ocasião em uma gráfica local o material que o PCB de Juiz de Fora preparara para divulgar nas festividades de 1.5.1950. Lindolfo Hill seguia, divulgando panfletos com orientações claras direcionadas para a classe trabalhadora, visando a organizar-se em prol da constituição de sindicatos críticos.

No dia 12.7.1950, o juiz da terceira vara criminal do Rio de janeiro publicou o edital de citação para interrogatórios dos principais líderes do extinto PCB para prestarem depoimento, já que os oficiais de justiça não conseguiram encontrar os citados que teriam que responder por transgressões a vários artigos da lei de segurança. Entre os procurados para interrogatório estava Lindolfo Hill.[192]

Em 28.9.1950, os comunistas foram proibidos de participar de eleições por qualquer legenda e os escritórios eleitorais fechados pela polícia. Como consequência, já em outubro de 1950, Hill e outros comunistas tiveram pri-

---

dos Processos dos Vereadores de Juiz de Fora entre 1947-1950.

189 AHJF. *Fundo livros Manuscritos e Impressos da Câmara Municipal e da Prefeitura de Juiz de Fora. Livros de Atas,* 28.4.1950. fls. 57 e 58.

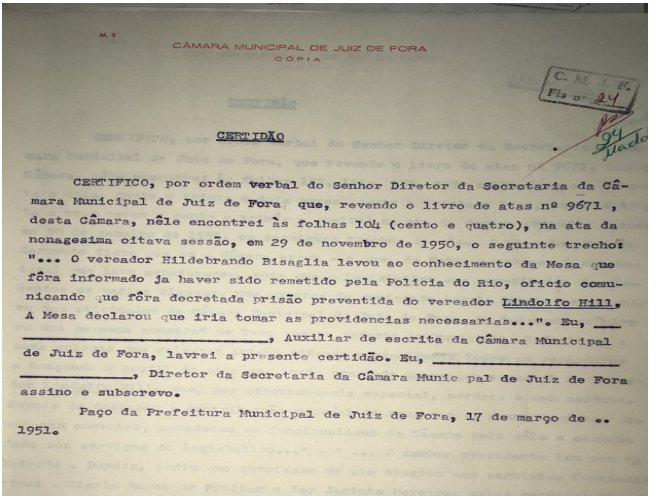
190 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por uma vanguarda revolucionária: Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos* Em Minas Gerais (1945-1964). Doutorado em História - Juiz de Fora: UFJF. Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

191 HILL, Carmem Déa. Entrevista com a filha de Lindolfo Hill. Rio de Janeiro, 5.5.2018.

192 *Jornal do Dia* RS. 13.7.1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/098230/8462

são decretada, devido aos trabalhos de agitação e propaganda.[193] Com um telegrama de Belo Horizonte, a SSP-MG informou a decretação da prisão do comunista juiz-forano Lindolfo Hill:

> Serviço Radiotelegráfico de Minas Gerais
>
> Secretário Segurança Pública. Belo Horizonte.
>
> Exmo. Sr. General Chefe de Polícia, comunico vossa excelência que Supremo Tribunal Federal decretou prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes bem como seguintes líderes comunistas: Lindolfo Hill, Hermes de Caires, Agostinho de Oliveira, Astrogildo Pereira Duarte, Álvaro Soares Ventura [...].[194]



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
CÓPIA

C. M. J. F.
Fls nº 24

24
Vado

CERTIDÃO

CERTIFICO, por ordem verbal do Senhor Diretor da Secretaria da Câmara Municipal de Juiz de Fora que, revendo o livro de atas nº 9671, desta Câmara, nêle encontrei às folhas 104 (cento e quatro), na ata da nonagesima oitava sessão, em 29 de novembro de 1950, o seguinte trecho: "... O vereador Hildebrando Bisaglia levou ao conhecimento da Mesa que fôra informado ja haver sido remetido pela Policia do Rio, oficio comunicando que fôra decretada prisão preventida do vereador Lindolfo Hill. A Mesa declarou que iria tomar as providencias necessarias...". Eu, _____, Auxiliar de escrita da Câmara Municipal de Juiz de Fora, lavrei a presente certidão. Eu, _____, Diretor da Secretaria da Câmara Munic pal de Juiz de Fora assino e subscrevo.

Paço da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 17 de março de .. 1951.

Foto: Arquivo da CMJF.[195]

A pressão aumentava e tendo em vista os "impedimentos" do vereador titular Lindolfo Hill e na sessão de 17.10.1950 a CMJF convocou o suplente Gabriel Gonçalves da Silva a comparecer. Na sessão do dia seguinte, em 18.10.1950, alguns vereadores ainda declararam estranhar que não tinha ainda sido deliberado sobre a suspensão definitiva de Hill, visto que ele

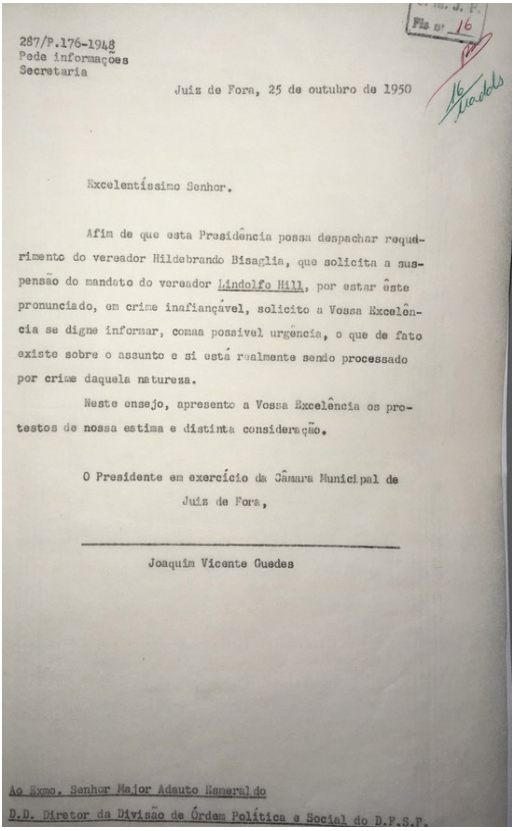
193 *Jornal Diário da Noite* SP. 12.7.1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093351/18122

194 Pasta 4111, imagem 4. Investigações diversas. *Fundo documental*: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4111

195 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Prontuário do Vereador Lindolfo Hill*. Juiz de Fora. 17.3.1951.

tinha sido condenado por crime inafiançável.[196]

Diante da investida do presidente Hildebrando Bisaglia sobre a prisão de Lindolfo Hill, o vereador Irineu Guimarães demonstrou alto espírito e sensibilidade política indo ao microfone para traçar algumas considerações sobre o trabalhismo e socialismo, além de alertar ao presidente da Câmara que ele estava esquecendo que sua atitude estava trazendo ao companheiro Hill prejuízos materiais, morais e políticos no final da legislatura.[197]



287/P.176-1948
Pede informações
Secretaria

Juiz de Fora, 25 de outubro de 1950

Excelentíssimo Senhor.

Afim de que esta Presidência possa despachar requerimento do vereador Hildebrando Bisaglia, que solicita a suspensão do mandato do vereador Lindolfo Hill, por estar êste pronunciado, em crime inafiançável, solicito a Vossa Excelência se digne informar, como possível urgência, o que de fato existe sobre o assunto e si está realmente sendo processado por crime daquela natureza.

Neste ensejo, apresento a Vossa Excelência os protestos de nossa estima e distinta consideração.

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de
Juiz de Fora,

Joaquim Vicente Guedes

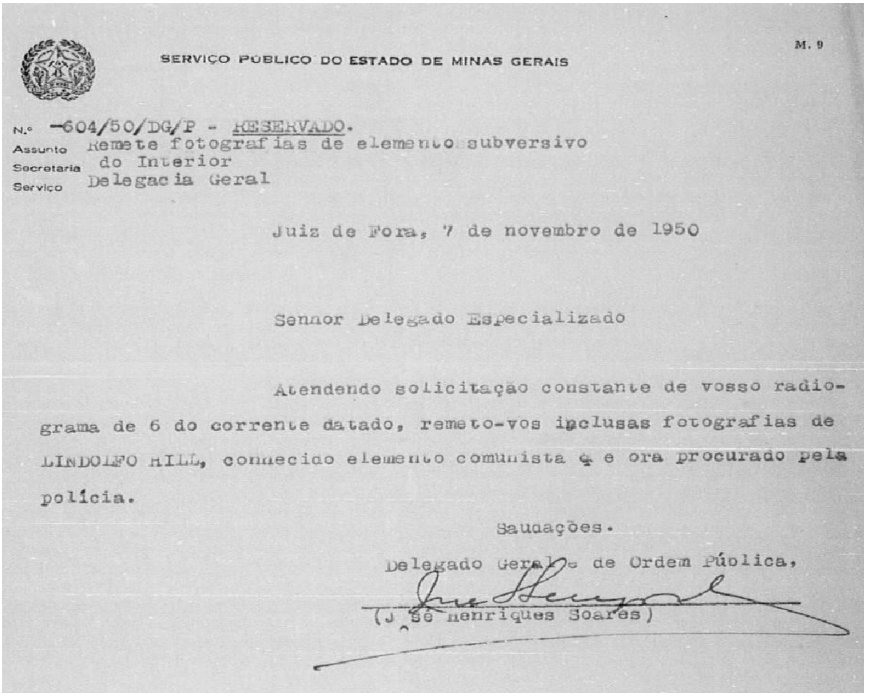
Ao Exmo. Senhor Major Adauto Esmeraldo
D.D. Diretor da Divisão de Órdem Política e Social do D.F.S.P.

Foto: Arquivo da CMJF.[198]

196 AHJF. *Fundo livros Manuscritos e Impressos da Câmara Municipal e da Prefeitura de Juiz de Fora*. Livros de Atas, 17. e 18.10.1950. fls. 85 e 86.

197 NOVAES NETTO, Arsênio Firmino de. *Irineu Guimarães, a prática socialista de um educador cristão*. São Paulo:Yangraf Gráfica e Editora Ltda, 2004. p. 193.

198 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Pron-*



M. 9

SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

N.º 604/50/DG/P - RESERVADO.
Assunto Remete fotografias de elemento subversivo
Secretaria do Interior
Serviço Delegacia Geral

Juiz de Fora, 7 de novembro de 1950

Senhor Delegado Especializado

Atendendo solicitação constante de vosso radiograma de 6 do corrente datado, remeto-vos inclusas fotografias de LINDOLFO HILL, conhecido elemento comunista e ora procurado pela polícia.

Saudações.

Delegado Geral de Ordem Pública,

(J. Sá Henriques Soares)

Com um mandado de prisão preventiva "decretada" em 24.10.1950, o plenário da Câmara de Juiz de Fora pode discutir a substituição de Hill por seu suplente.[199]

Com sua longa trajetória de ilegalidade, o PCB consolidou a perda de projeção política e social, assim, em 7.11.1950, o descendente de germânicos Lindolfo Hill foi considerado pelo Delegado Geral da Ordem Pública do Estado de Minas Gerais como elemento subversivo e procurado pela polícia.[200] Na verdade, somente um mês depois, em 20.11.1950, a presidência da CMJF foi informada "por ofício" da decretação da prisão preventiva de Lindolfo.[201]

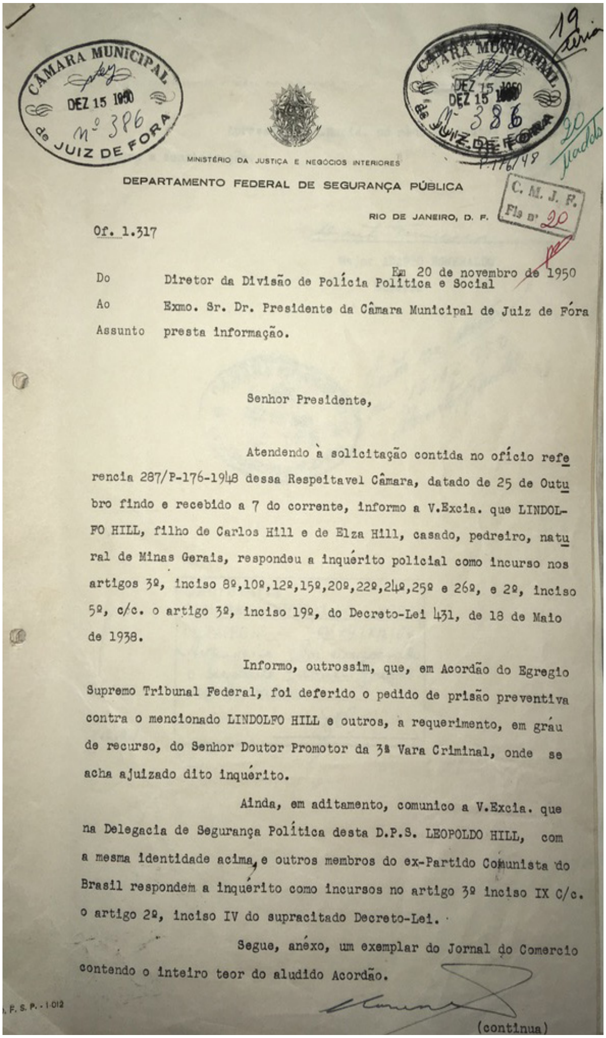
---

tuário do Vereador Lindolfo Hill. Juiz de Fora. 25.10.1950.

199 *Folha Mineira*, Juiz de Fora, 30.11.1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/xx3588/253

200 Disponível em: https://shortest.link/zpB

201 AHJF. *Fundo livros Manuscritos e Impressos da Câmara Municipal e da Prefeitura de Juiz de Fora*. Livros de Atas, 20.11.1950, fl. 104.



CÂMARA MUNICIPAL DEZ 15 1950 nº 386 de JUIZ DE FORA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

RIO DE JANEIRO, D. F.

C. M. J. F. Fls nº 20

Of. 1.317

Em 20 de novembro de 1950

Do Diretor da Divisão de Polícia Política e Social

Ao Exmo. Sr. Dr. Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fóra

Assunto presta informação.

Senhor Presidente,

Atendendo à solicitação contida no ofício referencia 287/P-176-1948 dessa Respeitavel Câmara, datado de 25 de Outubro findo e recebido a 7 do corrente, informo a V.Excia. que LINDOLFO HILL, filho de Carlos Hill e de Elza Hill, casado, pedreiro, natural de Minas Gerais, respondeu a inquérito policial como incurso nos artigos 3º, inciso 8º,10º,12º,15º,20º,22º,24º,25º e 26º, e 2º, inciso 5º, c/c. o artigo 3º, inciso 19º, do Decreto-Lei 431, de 18 de Maio de 1938.

Informo, outrossim, que, em Acordão do Egregio Supremo Tribunal Federal, foi deferido o pedido de prisão preventiva contra o mencionado LINDOLFO HILL e outros, a requerimento, em gráu de recurso, do Senhor Doutor Promotor da 3ª Vara Criminal, onde se acha ajuizado dito inquérito.

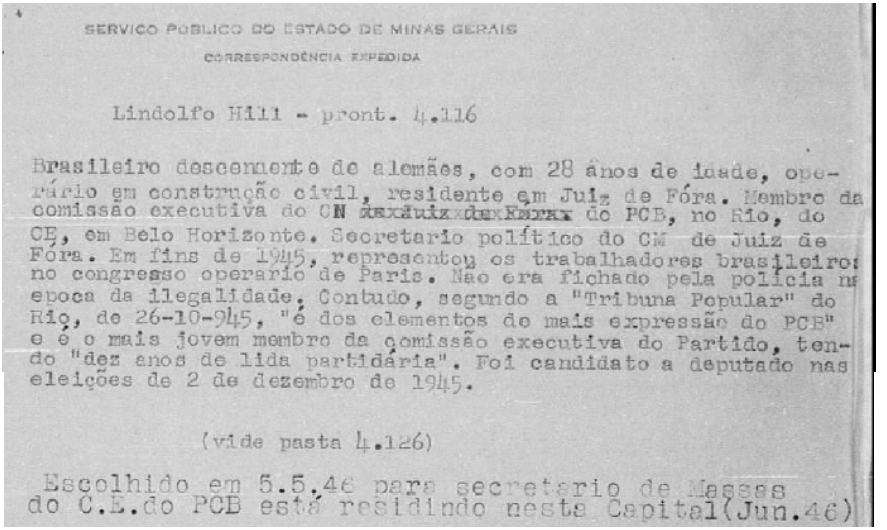
Ainda, em aditamento, comunico a V.Excia. que na Delegacia de Segurança Política desta D.P.S. LEOPOLDO HILL, com a mesma identidade acima, e outros membros do ex-Partido Comunista do Brasil respondem a inquérito como incursos no artigo 3º inciso IX c/c. o artigo 2º, inciso IV do supracitado Decreto-Lei.

Segue, anéxo, um exemplar do Jornal do Comercio contendo o inteiro teor do aludido Acordão.

(continua)

Foto: Arquivo da CMJF.[202]

202 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Arquivos sobre o Vereador Lindolfo Hill*. Juiz de Fora. 20.11.1950.



SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

Lindolfo Hill - pront. 4.116

Brasileiro descendente de alemães, com 28 anos de idade, operário em construção civil, residente em Juiz de Fóra. Membro da comissão executiva do CN ~~de Juiz de Fóra~~ do PCB, no Rio, do CE, em Belo Horizonte. Secretario político do CM de Juiz de Fóra. Em fins de 1945, representou os trabalhadores brasileiros no congresso operario de Paris. Não era fichado pela policia na epoca da ilegalidade. Contudo, segundo a "Tribuna Popular" do Rio, de 26-10-945, "é dos elementos de mais expressão do PCB" e é o mais jovem membro da comissão executiva do Partido, tendo "dez anos de lida partidária". Foi candidato a deputado nas eleições de 2 de dezembro de 1945.

(vide pasta 4.126)

Escolhido em 5.5.46 para secretario de Massas do C.E.do PCB está residindo nesta Capital(Jun.46)

Em 15.12.1950, a CMJF recebeu também ofício do Departamento Federal de Segurança Pública do Rio de Janeiro, informando o fato do vereador Hill responder inquérito policial e já ter sido expedida ordem de "prisão preventiva" contra o vereador. Diante deste fato o suplente de Lindolfo Hill, Gabriel Gonçalves da Silva, foi convocado às pressas pelo vereador Hildebrando Bisaglia e empossado na mesma sessão.[203]

Bisaglia (PTB) tinha sido o vereador mais votado em Juiz de Fora e por isso era o presidente da CMJF. Logo em seguida os delatores do exército infiltrados na Câmara Municipal acusaram o vereador Joaquim Henrique Vianna Junior, como secretário da Mesa Diretora da CMJF, de ter aprovado, em 17.12.1950, um voto de louvor ao ex-vereador comunista Lindolfo Hill.

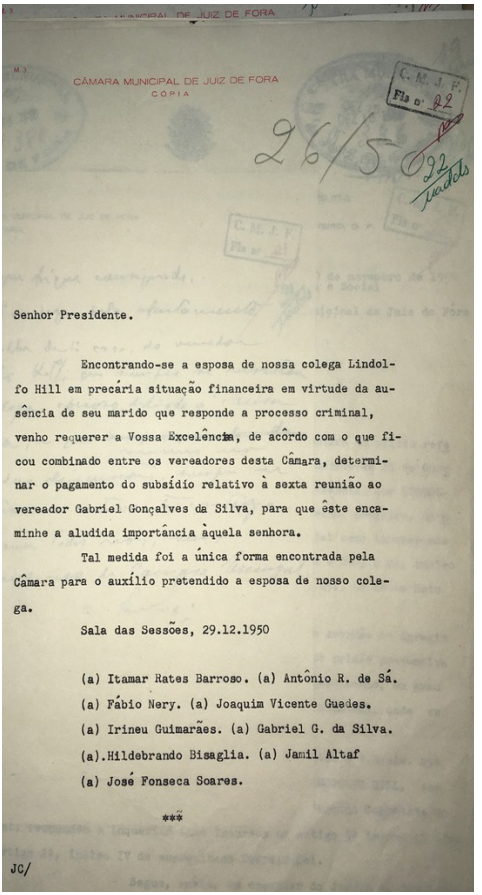
A repressão estava por todo lado, mas nem todos queriam que Lindolfo fosse afastado, no dia 19.12.1950, mesmo sem número de vereadores presentes suficientes para deliberações, o Sr. Ribeiro de Sá fez elogio a Lindolfo Hill, propondo um voto de pesar pelo afastamento do vereador dos trabalhos da CMJF.[204]

Na última sessão da CMJF do ano, no dia 29.12.1950, os vereadores

203 AHJF. *Fundo livros Manuscritos e Impressos da Câmara Municipal e da Prefeitura de Juiz de Fora. Livros de Atas*, 15.12.1950, fl. 112.

204 *Jornal Folha Mineira MG* 20.12.1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/361763/314

deliberaram o pagamento do subsídio relativo à sexta reunião legislativa para Carmen Hill, esposa de Lindolfo, que estava em precária situação financeira após o afastamento do vereador que respondia a um processo criminal. O dinheiro deveria ser entregue ao vereador Gabriel Gonçalves da Silva para que este encaminhasse para a família de Lindolfo Hill. Entre os vereadores que assinaram a ata constava ainda a assinatura de Irineu Guimarães, que mesmo sendo um membro do PCB não tinha ainda sofrido com a repressão.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
CÓPIA

C. M. J. F.
Fls nº 22

26/5

22 vadas

Senhor Presidente.

Encontrando-se a esposa de nossa colega Lindolfo Hill em precária situação financeira em virtude da ausência de seu marido que responde a processo criminal, venho requerer a Vossa Excelência, de acôrdo com o que ficou combinado entre os vereadores desta Câmara, determinar o pagamento do subsídio relativo à sexta reunião ao vereador Gabriel Gonçalves da Silva, para que êste encaminhe a aludida importância àquela senhora.

Tal medida foi a única forma encontrada pela Câmara para o auxílio pretendido a esposa de nosso colega.

Sala das Sessões, 29.12.1950

(a) Itamar Rates Barroso. (a) Antônio R. de Sá.
(a) Fábio Nery. (a) Joaquim Vicente Guedes.
(a) Irineu Guimarães. (a) Gabriel G. da Silva.
(a).Hildebrando Bisaglia. (a) Jamil Altaf
(a) José Fonseca Soares.

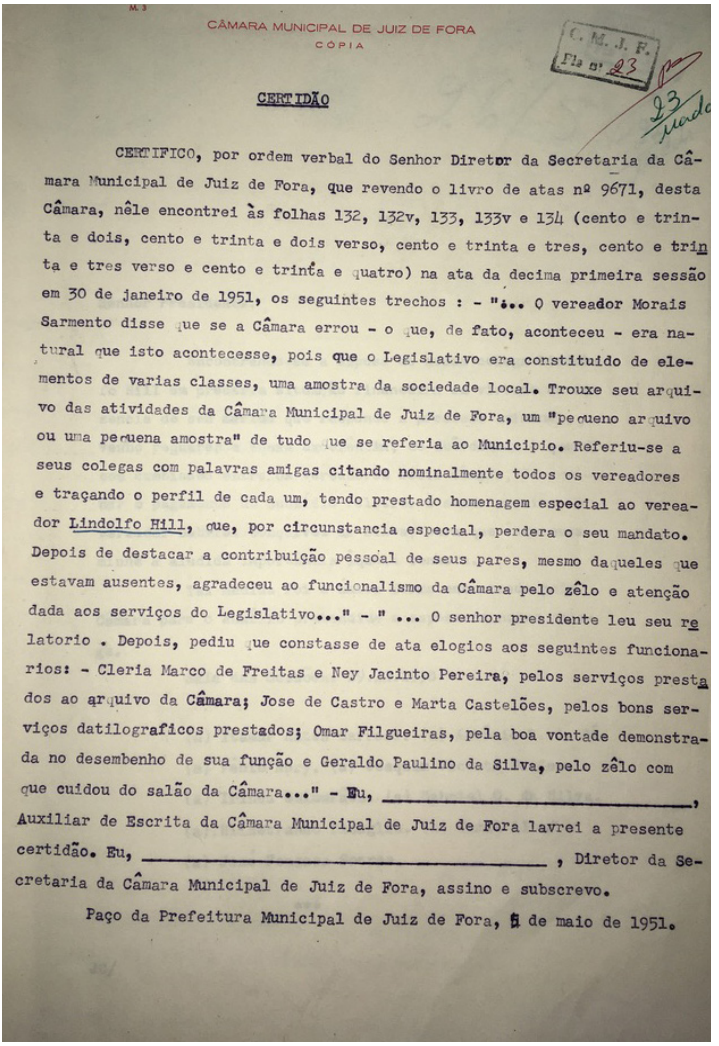
***

JC/

Foto: Arquivo da CMJF[205]

205 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Prontuário do Vereador Lindolfo Hill*. Juiz de Fora. 29.12.1950.

EMPURRADO PARA A ILEGALIDADE



M 3

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
CÓPIA

C. M. J. F.
Fls n. 23

23 Maio

CERTIDÃO

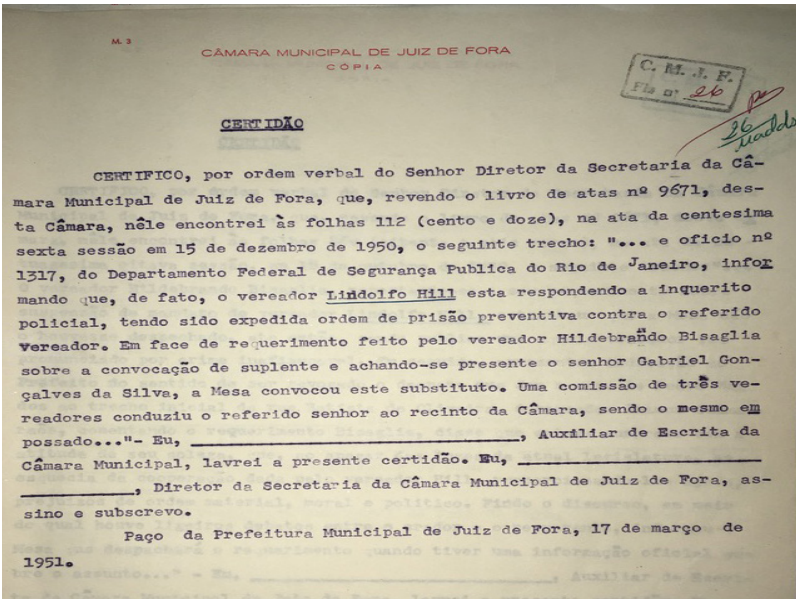
CERTIFICO, por ordem verbal do Senhor Diretor da Secretaria da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que revendo o livro de atas nº 9671, desta Câmara, nêle encontrei às folhas 132, 132v, 133, 133v e 134 (cento e trinta e dois, cento e trinta e dois verso, cento e trinta e tres, cento e trinta e tres verso e cento e trinta e quatro) na ata da decima primeira sessão em 30 de janeiro de 1951, os seguintes trechos : - "... O vereador Morais Sarmento disse que se a Câmara errou - o que, de fato, aconteceu - era natural que isto acontecesse, pois que o Legislativo era constituido de elementos de varias classes, uma amostra da sociedade local. Trouxe seu arquivo das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora, um "pequeno arquivo ou uma pequena amostra" de tudo que se referia ao Municipio. Referiu-se a seus colegas com palavras amigas citando nominalmente todos os vereadores e traçando o perfil de cada um, tendo prestado homenagem especial ao vereador Lindolfo Hill, que, por circunstancia especial, perdera o seu mandato. Depois de destacar a contribuição pessoal de seus pares, mesmo daqueles que estavam ausentes, agradeceu ao funcionalismo da Câmara pelo zêlo e atenção dada aos serviços do Legislativo..." - " ... O senhor presidente leu seu relatorio . Depois, pediu que constasse de ata elogios aos seguintes funcionarios: - Cleria Marco de Freitas e Ney Jacinto Pereira, pelos serviços prestados ao arquivo da Câmara; Jose de Castro e Marta Castelões, pelos bons serviços datilograficos prestados; Omar Filgueiras, pela boa vontade demonstrada no desembenho de sua função e Geraldo Paulino da Silva, pelo zêlo com que cuidou do salão da Câmara..." - Eu, _____, Auxiliar de Escrita da Câmara Municipal de Juiz de Fora lavrei a presente certidão. Eu, _____ , Diretor da Secretaria da Câmara Municipal de Juiz de Fora, assino e subscrevo.

Paço da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 5 de maio de 1951.

Foto: Arquivo da CMJF[206]

206 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Prontuário do Vereador Lindolfo Hill.* Juiz de Fora. 5.5.1951.

Depois de efetivado o afastamento,[207] Lindolfo, agora sem o mandato de vereador, foi empurrado para a militância na ilegalidade em dedicação total ao PCB. Lindolfo foi especialmente homenageado na CMJF, logo na primeira sessão do ano de 1951, pelo vereador Moraes Sarmento que reafirmou que a cassação de seu mandato tinha acontecido em circunstância especial e que a CMJF errara na decisão.



M. 3

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
CÓPIA

C. M. J. F.
Fls n. 26

CERTIDÃO

CERTIFICO, por ordem verbal do Senhor Diretor da Secretaria da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que, revendo o livro de atas nº 9671, desta Câmara, nêle encontrei às folhas 112 (cento e doze), na ata da centesima sexta sessão em 15 de dezembro de 1950, o seguinte trecho: "... e oficio nº 1317, do Departamento Federal de Segurança Publica do Rio de Janeiro, informando que, de fato, o vereador Lindolfo Hill esta respondendo a inquerito policial, tendo sido expedida ordem de prisão preventiva contra o referido vereador. Em face de requerimento feito pelo vereador Hildebrando Bisaglia sobre a convocação de suplente e achando-se presente o senhor Gabriel Gonçalves da Silva, a Mesa convocou este substituto. Uma comissão de três vereadores conduziu o referido senhor ao recinto da Câmara, sendo o mesmo empossado..."- Eu, _____, Auxiliar de Escrita da Câmara Municipal, lavrei a presente certidão. Eu, _____, Diretor da Secretaria da Câmara Municipal de Juiz de Fora, assino e subscrevo.

Paço da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 17 de março de 1951.

Foto: Arquivo da CMJF[208]

Já na clandestinidade, Lindolfo Hill ajudou no processo de reestruturação da linha política adotada pelo PCB no início da década de 1950. Foram expressas claras orientações do partido para o aumento do raio de atuação para além do segmento operário, pois um dos objetivos do partido era a ampliação da esfera dos trabalhos para o perímetro rural, através da inserção do trabalhador camponês na vida política.[209]

207 *Folha Mineira*, Juiz de Fora, 20.12.1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/xx3588/314

208 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Prontuário do Vereador Lindolfo Hill*. Juiz de Fora. 15.12.1950.

209 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por onde andam os comunistas? O monitoramento do PCB através das correspondências do DOPS em Minas Gerais (1950-1970)*. VII Simpósio Nacional de História Cultural. História Cultural, escritas, circulação, leituras e

Em 11.5.1951, com os operários organizando-se cada vez mais, foi fundada em Juiz de fora a União dos Trabalhadores de Juiz de Fora, a qual se filiou à União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais. No ato da fundação os associados aprovaram moção de solidariedade aos líderes sindicais presos ou perseguidos, entre eles Lindolfo Hill, João Amazonas e Pedro de Carvalho Braga.[210]

Mesmo considerado ilegal e na condição de foragido da polícia, durante a década de 1950, o líder sindical Lindolfo Hill foi fundamental para o PCB em Minas Gerais na realização de constante trabalho de expansão das suas ações. Mesmo sofrendo constantes repressões da polícia, Hill desenvolvia atividades de grande operosidade e se dedicava exclusivamente ao PCB, por isso era mantido financeiramente pelo partido. Os ordenados, porém, eram muito baixos.[211]

> **Em 26.5.1951, João Amazonas, Lindolfo Hill, Roberto Morena e muitos outros assinaram um pacto para a Paz. Eles queriam que as cinco grandes potências mundiais Estados Unidos, União Soviética, República Popular da China, Grã-Bretanha e França se reunissem e concluíssem o Pacto pela Paz; para o pacto convocavam também todas as nações.**[212]

Para não ser preso, Lindolfo Hill era obrigado a mudar com frequência de nome e de paradeiro. Mesmo assim, em junho de 1951, antes da visita do Presidente da República Getúlio Vargas em Uberaba MG, os jornais noticiavam que Lindolfo Hill fora localizado pela Polícia Civil junto com Luiz Carlos Prestes no pontal do Triângulo Mineiro.[213]

Nesta época de ilegalidade, o Comitê Central do partido tinha modificado sua estrutura e criara os Comitês Avançados, regionalizando a organização, porém enfraquecendo os Comitês Estaduais. Em Minas Gerais foram criados 16 comitês municipais, só em Juiz de Fora foram criadas 64 células. Cada "Célula" continha entre 15 a 20 militantes, uma espécie

recepções. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 10 e 14 de novembro de 2014.

210 *Jornal Imprensa Popular RJ*. 686 de 11.5.1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/108081/602

211 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 2º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora., 1966. p. 34.

212 *Jornal Imprensa Popular RJ*. 26.5.1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/108081/674

213 *Jornal Correio da Manhã.RJ*. 10.6.1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/9823

de modelo reduzido do próprio partido com o objetivo de ligar em mão dupla partido-massas. Existiam comunistas em diversos segmentos, entre outras estavam a Célula Tiradentes, no Segundo Batalhão de Polícia Militar; a Célula Duque de Caxias para os sargentos, praças e oficiais da ativa do Exército; a Célula Luiz Zuddio na fábrica militar de munições no bairro Benfica, IMBEL. Foi também nesta época que, com a regionalização, o Comitê Avançado de Juiz de Fora passou a estar subordinado à Seção do Rio de Janeiro, pela proximidade geográfica e histórica com a capital federal.[214]

Certa vez houve um problema na fábrica de explosivos do Exército, no bairro Benfica, pois a célula Luiz Zuddio do PCB e uns dez ou onze companheiros começaram a vender sem nenhuma cautela dentro da fábrica o jornal do partido *A Classe Operária*. Mas houve uma denúncia e o comandante da 4ª Região Militar Ângelo Mendes de Morais, que era um homem severo na luta contra o comunismo, ergueu um estrado, convocou todos e formou os soldados lá na frente para expor os comunistas. Não teve conversa: pegou os comunistas e os expulsou.[215]

A clandestinidade na verdade impulsionou a modernização e reorganização do partido. Depois do Manifesto de Agosto, o comitê central do PCB resolveu empreender um vasto trabalho de preparação de seus militantes, a fim de que o partido pudesse impulsionar transformações revolucionárias. Deu-se início ao trabalho de educação dos ativistas, até então inexistente. Foram montadas infraestruturas necessárias como escolas, automóveis, motoristas e auxiliares para que se realizassem os cursos de pequena e longa duração. Vários dirigentes com nível cultural mais elevado foram destacados para atuarem como professores.

Esta decisão visava a corrigir o atraso político e teórico dos militantes do PCB que ocupavam postos de direção municipal, distrital e estadual.[216] Assim, em pouco tempo, o partido já pedia para Hill se mudar para Valença RJ e ajudar no Comitê Local. Nesta época, Lindolfo Hill passou a morar na casa de um companheiro de partido e, em troca, ajudava-o na oficina, realizando pequenos trabalhos como pedreiro. Dois meses, depois Hill alugou

214 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por uma vanguarda revolucionária: Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbano*s Em Minas Gerais (1945-1964). Doutorado em História -. Juiz de Fora: UFJF. Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

215 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

216 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 141.

uma casa e conseguiu transferir a família para aquela cidade, permanecendo por pouco mais de 1 ano.

Em breve, o PCB pediu a transferência de Lindolfo Hill para São Gonçalo GB e lá foi ele, convicto, com toda a família a serviço do partido. A esposa Carmen era contra a vida sindical de Lindolfo, pois achava que estava prejudicando a família e sempre fazia pressão para que ele abandonasse a lida partidária e voltassem para Juiz de Fora, onde ela gostaria de viver perto de sua família.[217]

Em Juiz de Fora MG, a divulgação do panfleto manifesto intitulado *Ao povo e à classe operária*, em outubro de 1951, fez insuflar no Instituto Granbery uma ação contra os comunistas da escola, Prof. Irineu Guimarães e o Dr. Thomaz Bernardino. Nesse manifesto, o Comitê Municipal de Juiz de Fora do PCB se dirigiu ao povo da cidade no sentido de alertá-lo da gravidade da situação da época e convocando-o a se organizarem em torno dos nove pontos do Manifesto de Agosto de 1950 lançado pelo PCB. Ao final do panfleto com palavras de ordem:

> Abaixo a política de fome e de guerra. Por aumento de salários! Por uma política de paz! Liberdade para Lindolfo Hill – Viva o PCB! Viva Luiz Carlos Prestes.[218]

Na ocasião da comemoração do dia primeiro de maio de 1952, os comunistas pretendiam coordenar uma ação de agitação e propaganda política. Alguns dias depois, um informe foi enviado pelo Delegado Geral de Juiz de Fora, em 6.5.1952, relatando a apreensão de materiais ao Delegado de Ordem Pública de Belo Horizonte:

> "Ao Exmo. Sr. Dr. José Henrique Soares. Delegado de Ordem Pública — Belo Horizonte
>
> Senhor Delegado, comunico-vos que as solenidades do dia Primeiro de Maio do corrente ano se processaram na maior ordem. Na véspera, a turma da Ordem Política conseguiu apreender, em uma tipografia, cerca de 500 boletins comunistas assinados por Lindolfo Hill, os quais assim não chegaram a ser distribuídos. Junto, remeto-vos alguns exemplares do aludido documento para vosso conhecimento.
>
> Atenciosas saudações, Delegado Geral".[219]

217 HILL, Carmem Déa. Entrevista com a filha de Lindolfo Hill. Rio de Janeiro, 5.5.2018.
218 NOVAES NETTO, Arsênio Firmino de. *Irineu Guimarães, a prática socialista de um educador cristão*. São Paulo: Yangraf Gráfica e Editora Ltda., 2004. p. 163-165.
219 Departamento de Ordem Política e Social — DOPS. Arquivo Público Mineiro. *Pasta*

Nesta situação vivenciada pelos militantes de Juiz de Fora, na mesma ocasião foi apreendido, em uma gráfica local, o material que o PCB local preparava para divulgar nas festividades do primeiro de maio. Mas as ações do partido já vinham sendo acompanhadas por investigadores à paisana, conforme comunicação:

> "Serviço Público do Estado de Minas Gerais
> cópia de comunicação
>
> Comunico a V. Excia. que consegui depois de várias investigações apurar que os comunistas pretendiam fazer um grande derrame de boletins comunistas que seriam espalhados nesta cidade, em comemoração à passagem do primeiro de maio do ano em curso. Apurei que esses boletins seriam confeccionados na rua Batista de Oliveira e, entrando em contato com o proprietário da mencionada tipografia, pude verificar tratar-se de pessoa idônea e de confiança, combinando com ele, em face das investigações efetuar a prisão da pessoa que fosse buscar aquele material, o que se verificou na data desta ordem de serviço, por volta das dezessete horas, quando efetuei a prisão do comunista Aulo Moreira Ramos, no momento em que colocava em um automóvel dois grandes embrulhos com farta quantidade de boletins [...] assinados pelo conhecido comunista Lindolfo Hill, foragido desta cidade e contra quem existe mando de prisão da polícia, digo da Justiça do Rio de Janeiro [...]
>
> Juiz de Fora, 2 de maio de 1952
>
> José Braga, investigador nº 31".[220]

O panfleto citado pelo investigador José Braga seria distribuído por Lindolfo Hill e seus camaradas entre os trabalhadores de Juiz de Fora nas comemorações do primeiro de maio de 1952 continha um texto onde Hill falava sobre a necessidade de luta da classe trabalhadora, pois somente a partir da melhoria das condições de trabalho, seria possível reduzir as desigualdades sociais:

> "Aos operários e aos trabalhadores de Juiz de Fora

4706, imagem 17, Rolo 068. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4

220 *Pasta 4706, imagem 16.* Juiz de Fora, 2 de maio de 1952. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706

> Aproveitando a oportunidade das comemorações do 1º de maio - data magna dos trabalhadores de todo o mundo - me dirijo a todos os operários da minha terra natal, possuído da maior alegria e cheio de entusiasmo - apesar de todas as perseguições policiais - para lhe enviar a minha saudação proletária e amiga. [...] Os operários de Juiz de Fora podem confiar em suas próprias forças, organizando-se cada vez mais nos seus sindicatos, realizando assembleias [...] A organização da classe operária será fator inicial e importante para a conquista das suas reivindicações econômicas e políticas. [...]
>
> Juiz de Fora, 1º de Maio de 1952
>
> Lindolfo Hill"

Nos materiais apreendidos, Hill explicava a concepção do PCB que a união das classes trabalhadoras era fator importante para a transformação social e a luta deveria se dar mediante a organização de sindicatos e através da realização de reuniões e assembleias, para que os movimentos da classe trabalhadora fossem planejados e organizados. Lindolfo Hill seguia lembrando que somente a partir da constituição de órgãos de representação e liderança é que o trabalhador teria condições de reivindicar as suas demandas.[221]

A partir de 1951, passaram pelos cursos elementares do partido, 1960 alunos, pelos cursos médios 1492 alunos e pelo curso superior do Comitê Central 554 alunos. Mas esses cursos eram para formar os "cabos e sargentos do exército revolucionário", já os elementos mais categorizados deveriam cursar a escola do Partido Comunista da União Soviética.[222]

Desde 1950, o PCB enviava para a URSS turmas para cursos superiores de dois anos, cursos de um ano ou cursos de seis meses de duração. A palavra "superior" se liga à profissionalização do comunista enquanto "revolucionário" e visava a formar indivíduos capazes de dirigir uma organização política clandestina e revolucionária.[223] Assim, todos os anos um grupo de brasileiros do PCB era escolhido para estudar em Moscou no Instituto da América Latina, um órgão da Academia de Ciências da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O objetivo era instruir os comunistas estrangei-

221 *Pasta 4706, imagem 18. Juiz de Fora - comunismo*. Fundo documental: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4706

222 PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Rio de Janeiro: SciELO - Centro Edelstein., 2009. p. 18.

223 SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini. *Memórias de uma educação clandestina: comunistas brasileiros e escolas políticas na União Soviética na década de 1950.* Educar em Revista, n. 66, p. 193-208, out./dez. Curitiba, 2017.

ros na "escola de quadros".

Os alunos eram escolhidos e indicados pela direção do PCB entre os membros do Comitê Central e dirigentes de importantes organizações partidárias.[224] No ano de 1952, Lindolfo Hill foi indicado pelo PCB para participar de um curso em Moscou. Os escolhidos receberam as ordens de providenciar os documentos rotineiros como certidão de identidade e certificado de reservista para obterem os passaportes.

A decisão de Hill de deixar a esposa com quatro filhos pequenos para cuidar foi dolorida, mas fazia parte de suas convicções e sua dedicação ao PC. Além disso, tinha recebido a promessa que a família estaria sob a proteção e cuidados do partido.

Em 5.1.1953, foi criada a Lei de Segurança Nacional, LSN n. 1802, que estabelecia os crimes contra o Estado Brasileiro e sua ordem política. Em março deste ano, os comunistas organizaram uma das maiores greves operárias da história do Brasil. Com forte impacto na vida política nacional, a greve mobilizou mais de 300 mil trabalhadores e teve a duração aproximada de trinta dias. Pressionado Getúlio Vargas indica o trabalhista João "Jango" Goulart para o Ministério do Trabalho que reajustou o salário-mínimo em 100%.[225] Para o sistema estabelecido "os comunistas" infringiam a LSN.

Os ventos mudavam na União Soviética com o falecimento, no dia 5.3.1953, do líder Josef Stálin. Nesse mesmo dia, um triunvirato assumiu o governo e iniciaram uma luta pelo poder: Malienkov, Molotov e Béria.[226] Mesmo com este cenário de mudanças políticas russas, já nos primeiros dias de setembro de 1953, Lindolfo Hill partiu de avião para a cidade de Praga na Tchecoslováquia, com escala em Zurique na Suíça. Em Praga, aguardou por cerca de um mês as chegadas dos outros 42 integrantes do grupo, antes de prosseguirem viagem, chegando na União Soviética em 6.11.1953. Outra delegação do PCB, chefiado por Carlos Marighella, viajou para a recém-criada República Popular da China e depois visitou também a URSS.[227]

Hill e os companheiros chegaram em Pushkino, nos arredores de Mos-

224 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 328-329.

225 BUONICORE, Augusto. *João Amazonas: um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. p. 37.

226 PERALVA, Osvaldo. *Pequena história do mundo comunista*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964. p. 115-117.

227 SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p.96.

cou, na antiga Universidade Lênin, rebatizada de Escola Superior do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Ficaram em um casarão com dois pavimentos onde funcionavam os cursos especiais para brasileiros. O curso teve a duração de dezoito meses. Os companheiros não se conheciam por nomes e eram obrigados a usarem nomes de guerra. Inclusive os documentos de identidade soviéticos incluíam esses pseudônimos e os estudantes recebiam 300 rublos por mês.

Somente depois de voltarem ao Brasil, viriam a se conhecer pelo nome verdadeiro, dentre eles estavam João Amazonas – "o velho Cid", Pedro Pomar, Mário Alves, Armênio Guedes, Hércules Correa, Osvaldo Peralva, Armando Frutuoso, João Macna e Apolônio de Carvalho, entre outros. Todos eram funcionários remunerados do PCB, pois o partido providenciava que eles vivessem por conta do trabalho partidário e garantia assim que estariam sempre à disposição, quando fosse preciso, que pudessem se manter e agir na clandestinidade e dispostos a mudar de residência.[228]

Juntos em Moscou, Hill e os camaradas receberam seis horas de intensivas aulas diárias, num total de 1.800 horas de estudo em vários assuntos: doutrinação política, história da Rússia, história geral do movimento proletário, geografia geral, História do PCUS, geografia econômica, relações internacionais, filosofia, o idioma russo, entre outros assuntos do comunismo internacional. Todas as aulas eram dadas em russo, com um tradutor retransmitindo-as em espanhol. [229]

No Brasil, as forças policiais sabiam que Lindolfo agia na clandestinidade, mas não sabiam que ele tinha deixado o país. Assim, em maio de 1954, Hill foi considerado foragido pela Delegacia Especializada de Ordem Pública de Minas Gerais e consta que, nesta época, Lindolfo Hill tinha "sido visto" pelos informantes da polícia no Vale do Rio Doce, em Caratinga, Aimorés, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Medina e Afonso Arinos.[230]

O Boletim 31, da Delegacia Especializada de Ordem Pública da Chefia da Polícia do Estado de Minas Gerais, relatou que, no dia 9.5.1954, o *Jornal do Povo* tinha publicado os nomes dos candidatos comunistas a cargos eletivos para as próximas eleições de 3.10.1954 e Lindolfo Hill listado como candidato a vereador em Juiz de Fora, apesar de acharem que ele estava foragido.

228 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 3º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 7.

229 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 2º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 19-21, 68-69.

230 Disponível em: http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL103P1.pdf

Conforme boletins da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Lindolfo Hill estava sendo monitorado pois tinha sido inserido no Processo de Carlos Prestes.[231] Com mais de onze mil páginas, o processo tinha sido iniciado em 1936, marcado pela prisão de Luiz Carlos Prestes e de sua esposa alemã Olga Benário. Um Tribunal de Segurança Nacional tinha sido criado por Getúlio Vargas para processar e julgar os chamados "crimes contra a segurança nacional".[232] No dia 8 de junho do mesmo ano, no relatório da PMMG, consta que Lindolfo "estava" no Vale do Rio Doce, com passagens por Caratinga, Aimorés, Governador Valadares e Teófilo Otoni.

Informações erradas, pois Lindolfo Hill ainda se encontrava na União Soviética.

Nesta época, o gaúcho João Goulart do PTB era o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; um ministério forte e político que englobava a Previdência Social, a construção de casas populares e as relações do Estado Brasileiro com os trabalhadores e empresários. Quando Goulart assumiu a frente do ministério em junho de 1953, ele alterou as relações entre o governo, os trabalhadores e os empresários. Até então as greves dos trabalhadores eram debeladas com ações policiais, mas João Goulart passou a chamar as partes interessadas, sindicatos, empregados e empregadores para reuniões com objetivo de buscarem um acordo. Democratizando o Ministério do Trabalho, os movimentos reconhecem o novo *modus operandi* do ministro como um democrata, um homem do diálogo, que propõe reformas; o que seus adversários interpretam como demagogia.

Como João Goulart ganha projeção nacional, ele começa a levantar a bandeira das reformas com a concordância dos movimentos de esquerda e se torna uma liderança das esquerdas e presidente do PTB nacional. Depois do aumento do salário-mínimo, 82 coronéis do exército enviaram ao Ministro da Guerra um "Manifesto dos Coronéis" alertando sobre um suposto perigo da "subversão comunista", levando à demissão do Ministro do Trabalho. Apesar de demitir João Goulart, logo em maio, o presidente Vargas confirma o aumento de 100% do salário-mínimo e acrescenta ainda uma revisão automática a cada três anos.

A pressão ao governo era enorme, com as forças internacionais no país

231 Disponível em: http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL101P1.pdf

232 Disponível em: http://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/3459-anita-prestes-recebe-processo-de-luiz-carlos-prestes-digitalizado-pelo-stm

exigindo a abertura indiscriminada de nosso país, e a interrupção de crédito nacional em nome do "controle da inflação", deixando Vargas num "beco sem saída".[233] Na madrugada de 24.8.1954, a notícia do suicídio do presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, rodou o mundo e chegou até os ouvidos de Lindolfo e seus camaradas em Moscou.

Com a notícia do suicídio, a massa brasileira foi para as ruas e o PCB decidiu acompanhar a "voz popular". Um mês depois, em setembro de 1954, ainda sem saberem que Hill estava em Moscou, Lindolfo e seus companheiros estavam ameaçados de captura para a abertura de processos em separado.[234]

Indiferente ao suicídio de Getúlio Vargas e a situação política do país e do mundo, o PCB realizou na clandestinidade entre 7 e 11.9.1954 seu IV Congresso do Partido Comunista em São Paulo.

Somente em abril de 1955, Lindolfo Hill regressou de Moscou para o Rio de Janeiro e foi inicialmente para um endereço no bairro Vila Isabel RJ, local que lhe tinha sido destinado por Sérgio Holmos ainda em Moscou. Quando chegou ao Brasil, Lindolfo ainda não sabia o endereço certo dos familiares, pois, neste tempo que esteve fora, a família tinha "se mudado". Somente depois de um tempo voltou para o município de São Gonçalo GB, onde foi se encontrar com a família no bairro de Alcântara.

No reencontro, Lindolfo Hill ouviu enfurecido os relatos e queixas de seus familiares sobre o período que esteve em Moscou, pois eles tiveram que passar por muitas privações. Revoltado com a situação relatada, Hill foi imediatamente tomar satisfações com os responsáveis do partido, pois não tinham cumprido o prometido em relação aos cuidados da família no Brasil enquanto esteve na URSS. Insatisfeito, Lindolfo disse ao PCB que gostaria de começar a preparar a volta para Juiz de Fora.

Por conta deste acontecimento lhe foi proposto ir residir em Petrópolis RJ e integrar o PCB local para, com calma e tempo, preparar sua volta para Minas. Muito por força da esposa Carmen, que tinha toda família em Juiz de Fora e gostaria de voltar para perto de seus entes queridos, Lindolfo entendia também que a família da esposa significaria apoio para o cuidado dos filhos e o conforto da própria esposa Carmen. Até fins de 1955, já com dois filhos na idade de ajudarem nas despesas da casa, foi mais fácil a adap-

233 GOMES, Ciro. *Projeto Nacional: o dever da esperança*. São Paulo: Editora LeYa, 2020. p. 38.

234 *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21.9.1954. 1. Caderno, p. 5, Prosseguirá o processo contra Prestes. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/40267

tação onde moraram perto do centro da Cidade Imperial.

Mas nessa época o país estava envolvido nas disputas eleitorais e nas eleições de outubro de 1955 o PCB resolveu apoiar o candidato à presidência Juscelino Kubitschek Oliveira pelo partido PSD e para vice o candidato do PTB João Goulart. Em contrapartida dessa aliança, o PCB esperava a aceitação de um programa mínimo de quatro pontos, negociada por João Amazonas:

1. a sonhada legalização democrática e liberdade;
2. uma política externa de paz;
3. melhores condições de vida para os trabalhadores e medidas de reforma agrária;
4. defesa de uma política nacional de petróleo e minérios.[235]

Em 31.1.1956, Juscelino assumiu a Presidência da República. Ele não cumpriu a promessa de legalização do PCB, porém permitiu que o partido viesse para a legalidade "de fato".

Entre 14. e 26.2.1956 foi realizado em Moscou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.[236] No Brasil o núcleo dirigente era formado nesta época por Luiz Carlos Prestes como secretário-geral, Diógenes Arruda Câmara como detentor do controle da máquina partidária, Maurício Grabois, João Amazonas, Carlos Marighella, Pedro Pomar e entre outros estava Lindolfo Hill.[237]

Ainda na época em que a família do casal Hill ainda estava escondida em Petrópolis RJ, no ano de 1956, recebeu mais um presente, a sexta filha e a caçula Carmem Déa Hill. Hoje ela lembra que mesmo com pouca convivência com o pai, os filhos lembram de Lindolfo Hill com carinho; uma pessoa muito inteligente e que fazia questão de formar uma vasta biblioteca, mas era rígido com relação ao modo de vida. Honestíssimo na vida privada e como ativista do PCB, Hill era visto como um visionário e idealista em seus pensamentos de reforma agrária, casa própria para todos e assuntos de cunho social, as vezes interpretado como ingenuidade política.[238]

---

235 BUONICORE, Augusto. *João Amazonas: um comunista brasileiro.* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. p. 42.

236 VINHAS, Moisés. *O Partidão – A luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. p. 163.

237 Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-do-brasil-pc-do-b

238 HILL, Carmem Déa. Entrevista com a filha de Lindolfo Hill. Rio de Janeiro, 5.5.2018.

Lindolfo Hill encarava a adesão ao comunismo como uma entrega total, não fazendo sentido distinguir entre privado e público. Para os militantes comunistas existia apenas uma vida, a ser dedicada integralmente ao partido. O partido era tudo para os integrantes, a razão de ser e a grande família.[239]

Uma das lutas de Lindolfo era por uma jornada de trabalho justa, além de se posicionar contrário ao trabalho de menores, sobre os quais pendiam abusos não muito diferentes da escravidão.[240] Sempre mantendo uma "camuflagem" de sua vida particular para evitar retaliações e prisões, Hill levou a família toda para Pedro do Rio RJ e em seguida para a cidade de Correias RJ.

O dirigente máximo do PCB Luiz Carlos Prestes ainda se encontrava clandestino e escondido em uma casa no subúrbio carioca.[241] Todas as famílias dos ativistas sofriam nesta época, pois a rotina de prender e soltar fazia parte do processo de intimidação política. Em Minas Gerais, com uma economia bastante descentralizada, o PCB atuava também na área industrial da periferia da capital Belo Horizonte, onde se situavam as indústrias metalúrgicas, químicas e têxteis, bem como na zona de extração de minérios e ouro em Nova Lima.

Em 1956, já se vivia uma certa liberdade consentida: O PCB ainda não era legal, pois Juscelino não tinha cumprido a promessa de legalização, mas sem repressão os comunistas atuavam quase que abertamente; uma semilegalidade. O partido começou a se envolver nos debates sobre o apoio ou "não" às políticas e o plano de metas do presidente Juscelino de "50 anos em 5". Com plena efervescência e semilegal, o PCB estava empenhado em vários projetos de sociedade para o Brasil em resposta aos problemas estruturais.

Como forma de aperfeiçoar a formação dos militantes do PCB mineiro, foram implantados os Planos de Estudos que continham temáticas relacionadas tanto à ideologia, quanto ao objetivo central do partido. Essa foi uma das estratégias adotadas para que os militantes pudessem compreender a dinâmica das ações e qual o foco do trabalho dos comunistas.

Era importante compreender a realidade em que o trabalhador estava inserido para elevar a sua consciência de classe, conhecer o território e as

239 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 1. "O PCB E a Moral Comunista". *Locus: Revista De História 3 (1)*. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20440.

240 CID, Wilson. *À margem do Paraibuna*. Juiz de Fora: Editora Templo, 2018. p. 214.

241 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2014. p. 33.

condições de vida dos trabalhadores mineiros e realizar a transformação social. As 11 áreas temáticas eram:

1) Produção do estado: sua relação com o país;

2) Produção industrial: desenvolvimento, características, que setor se desenvolve mais, capitalismo de estado, desenvolvimento independente, relação com a produção agropecuária: problemas e soluções;

3) Produção pecuária: desenvolvimento, características, relação com a produção agrícola e industrial: problemas e soluções;

4) Produção agrícola: desenvolvimento, características, relação com a produção agrícola e industrial: problemas e soluções;

5) Monopólio da terra: Tendências, características, problemas e soluções. (Projetos de Reforma agrária, imposto territorial);

6) Penetração do capitalismo na agropecuária: emprego de máquinas, emprego de capital, a luta pelo financiamento e suas consequências, restos feudais;

7) Classes e camadas sociais - sobretudo, no campo: desenvolvimento e características;

8) Empobrecimento absoluto e relativo da população, sobretudo do proletariado;

9) Preços dos produtos industriais e agrícolas;

10) Produção pecuária, do café, arroz, milho, feijão e outras culturas. Como se produz cada uma? Relações econômicas e sociais na produção de cada uma;

11) Fatores históricos sociais que teriam levado a modificação na predominância de uma ou de outra classe. (A revolução de 1930). Classes e partidos Políticos.[242]

No ano de 1958, o Supremo Tribunal Federal brasileiro reconheceu que a qualquer cidadão cabe o direito de ser comunista. Nesta ocasião, os comunistas interpretaram como se tivessem também o direito a propagar as ideias comunistas.

Em todos os países onde vale o regime democrático, os partidos comunistas têm assegurada sua existência legal. Já a proscrição destes é uma característica dos sistemas políticos reacionários, que negam os direitos e as liberdades democráticas dos cidadãos.[243]

242 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por uma vanguarda revolucionária: Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos Em Minas Gerais (1945-1964).* Doutorado em História - UFJF. Programa de Pós-Graduação em História. Juiz de Fora, 2017.

243 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 2º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 19-21.

Logo em 20.3.1958, Hill e seus companheiros receberam uma boa notícia, um Juiz determinou à polícia que revogassem a prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Sérgio Holmos e outros militantes do PCB, incluindo a de Lindolfo Hill que se encontrava preso.[244]

Nesta época, o PCB vivia uma doce ilusão, uma visão romântica, queria o capitalismo de estado sem monopólio nem latifúndio.[245] Mas, nos últimos 10 anos de 1949 – 1958, a produção industrial tinha aumentado 235%, não acompanhada pelo desenvolvimento do campo de apenas 142%. Criou-se assim um grave desequilíbrio e parte da população rural foi deslocada para os centros urbanos, que cresceram como cogumelos.[246]

Hill foi novamente colocado em liberdade condicional junto com Luiz Carlos Prestes e seus companheiros,[247] mas eles continuariam sendo monitorados. Conforme pasta 3730 do DOPS, da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais (SSP-MG), Lindolfo Hill era muito conhecido e "velho militante", dirigente do PCB desde os dezoito anos, tinha recebido a missão de reorganizar o partido em Campinas SP e cidades vizinhas.[248]

Lindolfo Hill usava o codinome "Luiz" e, conforme foto n. 251 do arquivo do SNI sobre os militantes do PCB, entregava o jornal *Voz Operária*, tinha sido responsável por contatar os estudantes e apoiar a criação da Base Universitária de Campinas SP, onde eles desenvolviam os trabalhos do partido, lendo e discutindo os conteúdos dos jornais. Lindolfo era um dos "assalariados" do PCB e frequentemente tinha que deixar a família sem dizer o paradeiro, partindo para suas tarefas prioritárias do partido. A esquerda crescia, mas o deputado federal eleito pelo PRP Plínio Salgado compunha, em fevereiro de 1959, a bancada integralista da Câmara dos Deputados, que tinha entre eles o integralista juiz-forano Abel Rafael Pinto, velho conheci-

244 *Jornal Imprensa Popular* RJ. Edição 2369 de 21.3.1958, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/108081/15202

245 MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e tempo, 1989. p. 294.

246 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 3º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 487.

247 *Jornal O Dia,* Curitiba, 21.3.1958, *Prestes em liberdade condicional.* Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/092932/96190

248 Arquivo Público Mineiro — Arquivos da Polícia Política — *Acervo do período de 1927 a 1982.* Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=3730

do de Lindolfo Hill nos embates na Câmara Municipal de Juiz de Fora, na época em que os dois eram vereadores.

> **Com o objetivo de contrapor e coordenar as forças de direita, empresários brasileiros e estrangeiros, militares, líderes religiosos e sindicais criaram, em agosto de 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado também pelo imperialismo americano.**

Em novembro de 1959, o processo, que tanto colocava medo, foi arquivado por decurso de prazo legal e em vista disso, nada mais impedia a volta da família Hill para Juiz de Fora MG. Mesmo com as perseguições cada vez mais duras, Lindolfo transferiu a família para Juiz de Fora, no bairro de Benfica. Estas mudanças repentinas impossibilitavam aos filhos criarem raízes em algum lugar, pois o líder familiar Hill estava sempre mudando. Os filhos imaginavam que o pai estava "viajando" ou escondido, porém não conheciam seu paradeiro ou se ele estaria preso? Em outras de suas diversas mudanças de endereço para camuflar-se e tentando dar uma vida normal aos filhos e esposa, Lindolfo levou a família para o bairro Megiolário (atual bairro Nossa Senhora Aparecida) e depois para o bairro Santa Terezinha, na rua Ouro Preto, também em Juiz de Fora MG.[249]

Ao contrário do que todos imaginavam, em sua cidade natal Juiz de Fora, a receptividade não foi nada fácil! Lindolfo tentou dedicar-se novamente à sua profissão de pedreiro, porém ninguém lhe dava um emprego. Foi então que ele decidiu trabalhar por conta própria como pedreiro e chegou a construir três casas residenciais, um prédio de dois pavimentos e uma fábrica de calçados. Nos seus momentos de lazer ainda descia com os amigos a principal rua da cidade, a famosa rua Halfeld, e gostava de mostrar seu relógio de bolso que recebera de presente durante seu "exílio" na Rússia.[250]

249 HILL, Carmem Déa. Entrevista com a filha de Lindolfo Hill. Rio de Janeiro, 5.5.2018.
250 ARBEX, Alberto Ibrahim. Entrevista concedida ao autor em 14.12.2018. Juiz de Fora, MG.

TENDÊNCIAS DE DIREITA

A inauguração de Brasília, em 21.4.1960, pelo presidente Juscelino Kubitscheck, foi uma festa da velha política num cenário novo. Como uma cobra, o país queria abandonar uma pele velha e comemorar um triunfalismo ufanista de uma suposta nova era para o Brasil. Logo após, em julho deste ano, Luiz Carlos Prestes e outros 14 comunistas foram absolvidos pelos crimes de provocação e incitação depois de doze anos (desde 1948), entre eles estava Lindolfo Hill.[251] Nessa época, na antiga capital da república Rio de Janeiro, já existiam 194 favelas com 1 milhão de habitantes e dentre eles 540 mil eram crianças, na maioria abandonadas.

> **Além disso, a chaga do analfabetismo persistia, envergonhava e humilhava o povo brasileiro. O PCB lutava contra essas injustiças e os fatos que mais da metade da população adulta do Brasil não sabia ler, a criminalidade entre a juventude era espantosa, alastrava-se a prostituição e a mortalidade infantil era uma das mais altas do mundo.**[252]

Mesmo neste cenário de desolação social, neste ano, a direita se fortalecia, registrando a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma organização civil de inspiração católica tradiciona-

251 *Jornal Correio da Manhã* RJ 2.7.1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/6872

252 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 3º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 423.

lista, pautada na tradição católica e no combate às ideias maçônicas, socialistas e comunistas. As eleições presidenciais se aproximavam e o líder do PCB, Luiz Carlos Prestes, decide apoiar o candidato à presidência da República, general Henrique Teixeira Lott, um militar legalista, em dobradinha com João Goulart do PTB, trabalhista e candidato à reeleição para vice-presidente.

A política é assim, decide-se pragmaticamente de acordo com o momento, o PCB decidiu apoiar um militar para o governo. O general Lott não escondia seu anticomunismo, mas era o candidato mais avançado que se apresentava e o PCB acreditava que, apoiando João Goulart, teria a possibilidade do país conseguir avanços rumo ao desenvolvimento do capitalismo autônomo e da democracia, com condições favoráveis para combater o imperialismo e preparar a etapa seguinte: a tomada democrática do poder pela classe operária.[253] O outro candidato era Jânio Quadros UDN, apoiado pelos grupos conservadores, que criou a ilusão de um Estado atuante como árbitro dos interesses de classes, mas sem se vincular a nenhumas delas.[254] A campanha usava o símbolo espartano da vassoura, que varreria a corrupção e sanearia a vida política do Brasil.

A vida partidária continuava e, entre 28.8. e 6.9.1960, realizou-se o V Congresso do PCB com a participação de mais de 400 delegados. O local do evento escolhido foi a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Edifício Glória, sala 303, na Cinelândia, coração do Rio de Janeiro RJ. Nesta época, o PCB já sofria novamente com agentes infiltrados do DOPS que recolhiam informações sobre os comunistas.

> **O "etapismo" era uma característica e interpretação do PCB, na qual a revolução ocorreria através de etapas ou estágios de desenvolvimento, sendo necessário que se desenvolvesse o capitalismo por completo para que então se pudesse rumar para o socialismo.**[255]

Nas resoluções políticas do V Congresso estavam mescladas as concepções

253 MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999. p. 90, 136, 149.

254 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p. 19.

255 SOUZA, Igor Dias Domingues. *Neres e o VI Congresso do PCB: organizar as massas contra a ditadura pela base*. Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 168.

de todas as "tendências" e "grupos" dentro do partido. Porém foi nessa ocasião que se definiu a ruptura com o grupo chamado de "estalinista": João Amazonas, Diógenes Arruda, Pedro Pomar e outros. Nas novas concepções do grupo liderado por Prestes, o PCB indicou como tarefas essenciais as medidas radicais para eliminar as explorações dos monopólios estrangeiros, a transformação da estrutura agrária, a eliminação dos monopolistas da terra, o desenvolvimento independente da economia nacional, a elevação do nível material e intelectual dos operários, camponeses e de todo o povo, a garantia das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos.

Segundo a proposta, na época, os latifundiários monopolizavam a terra e exploravam as massas camponesas, empurradas para viver como párias da sociedade. Eram mais de 10 milhões de camponeses sem a posse da terra, em contraponto, aos 149 mil grandes proprietários, ocupando 75% das terras produtivas. Estes cobravam pesadas taxas de arrendamento que, somadas em 2 ou 3 anos, poderiam chegar aos preços das próprias terras arrendadas. O PCB achava que os destinos do país não poderiam continuar nas mãos de um número reduzido de latifundiários, banqueiros e industriais e precisavam clamar a favor de transformações.[256]

Mas o cenário estava mudando e, como, nesta época, a eleição de presidente e vice não eram vinculadas, vencem, em 3.10.1960, o presidente Jânio Quadro, com 5.636.623 votos (48,26%), e, para vice-presidente, reelegem João Goulart, com 4.547.010 votos. A UDN esperava que Jânio implementasse uma política dura contra os movimentos de operários e popular e contra os comunistas. Para os conservadores, o novo presidente realizava manobras de sabor esquerdista, agitando a bandeira da lei antitruste, da remessa de lucros e reforma agrária. Isso contrariava os apoiadores da direita e uma ala dos militares que não queriam um vice-presidente com tendências de esquerda, o qual eles consideravam perigoso, temendo uma ditadura de esquerda,

... porém de comunista Jânio e Goulart nada tinham.

O presidente Jânio Quadros assume em meio a uma grave crise econômica. Critica seu antecessor JK que pretendia voltar à presidência em 1965, o novo presidente toma medidas de desvalorizar a moeda, reformar o sistema cambial, contém os salários, congela os subsídios à importação de produtos

256 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 3º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 425 e 428.

básicos como trigo e combustíveis, impactando imediatamente no aumento de preços do pão e do transporte. As medidas contribuíram para o descontentamento da sociedade como um todo e a queda de popularidade do governo Quadros. O PCB se decidiu por uma ferrenha oposição ao governo, enquadrando-o de entreguista e denunciando a política de estabilidade econômica. O enraizamento do PCB dentro da política brasileira era grande com o "partido", atuando junto aos sindicatos, movimento estudantil e movimento camponês.

Os agora opositores de Jânio Quadros buscavam um pretexto para combater o governo e o acharam na política externa, de relações comerciais e diplomáticas com os países comunistas. Jânio não queria demonstrar um alinhamento automático com os Estados Unidos. Lembrando que, em 1959, os EUA tinham também recebido a USSR em Washington para reatar relações. Mas para o êxito do plano da oposição ao governo brasileiro era preciso invocar o sentimento cristão do povo brasileiro contra o "comunismo ateu",

> **"... mas Armando Ziller lembra que o Partido comunista não foi criado para combatera ideia de Deus, mas para socializar os meios de produção e acabar com a miséria. O resto é sequência. Nunca foi princípio do PCB acabar com a ideia de Deus."**[257]

Seguindo uma política externa amistosa, sete meses depois de eleito, o presidente Jânio Quadros designa o vice Goulart para uma missão comercial para negociar com a República Popular da China. Durante esta viagem, numa sexta-feira, dia 25.8.1961, o presidente Jânio Quadros renuncia ao cargo de presidente, pensando em traumatizar a opinião pública e ser reconduzido pelo povo com poderes extraordinários. Sua estratégia deu errado, já que a renúncia é um ato unilateral e não depende de votação! Fato consumado!

Uma reunião extraordinária foi convocada com deputados e senadores e, como o vice estava fora do Brasil, assumiu, interinamente a Presidência da República, o presidente da Câmara dos Deputados Pascoal Ranieri Mazzilli,[258] que logo este se tornou um fantoche. Apenas três dias após a renúncia de Jânio Quadros, Mazzilli entregou mensagem ao Congresso

257 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

258 CHAGAS, Carlos. *A Ditadura Militar e os Golpes Dentro do Golpe 1964 - 1969: a História Contada por Jornais e Jornalistas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2a edição, 2014. p. 29-30.

Nacional, dizendo que os três Ministros da Guerra, marechal do exército Odylio Denys, vice-almirante da marinha Sílvio Heck e da aeronáutica o brigadeiro-do-ar Gabriel Grün Moss, responsáveis pela ordem interna do país, manifestaram absoluta inconveniência do regresso do vice-presidente João Belchior Marques Goulart ao Brasil. Violando a legalidade democrática,[259] os chefes militares justificavam com a acusação de Goulart querer entregar os sindicatos aos comunistas e ter a intenção de reduzir as Forças Armadas a milícias comunistas.[260] Na verdade os três militares tentaram impedir que Goulart tomasse posse.[261]

Os militares nem esperaram a decisão do Congresso e começaram imediatamente a prender líderes sindicais e líderes estudantis, que ficaram incomunicáveis. Milhares de civis e militares legalistas são presos e a crise estava instalada. O Congresso, buscando superar o impasse, "adotou" às pressas (por imposição dos militares!) o sistema parlamentarista estabelecido por Emenda Constitucional, desrespeitando todos os prazos regimentais e, visando a restringir os poderes de João Goulart com um poder executivo forte e decidido. Essa emenda à constituição "conciliatória", de 2.9.1961, venceu por 233 contra 55 e previa ainda que deveria ser realizado um plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou volta ao presidencialismo.

Era um "esparadrapo sujo que o congresso aplicou sobre a pobre ferida aberta", resultado da agressão pelos militares na fraca democracia brasileira.[262]

De volta ao Brasil, o vice-presidente Jango (que constitucionalmente deveria assumir a presidência) é obrigado pelos militares a aceitar uma solução provisória, o parlamentarismo. João Goulart tomou posse, em 7.9.1961, como Chefe de Estado-Presidente e como Primeiro Ministro o Congresso Nacional escolheu o deputado federal Tancredo Neves do PSD; um cambalacho feito às custas do povo.[263] Povo brasileiro que havia concedido seu

259 MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 90.

260 Disponível em: https://www.camara.leg.br/radio/programas/279426-janio-quadros-renuncia-comeca-o-parlamentarismo/

261 SILVA, Hélio. General Olympio Mourão Filho. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda., 1978. p. 28 e 248.

262 PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993. Pag. 49.

263 PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. p. 349.

voto legítimo ao vice-presidente João Goulart.

No clima de pós Segunda Guerra Mundial, as influências americanas eram muito forte no Brasil e, neste ano, com a implantação do regime socialista em Cuba fez com que aumentassem as propagandas anticomunistas no Brasil.

Os intervencionistas americanos "achavam" que não poderiam perder o domínio sobre o Brasil, país mais influente e maior território da América do Sul. Os EUA estavam dispostos a usar todo seu poderio econômico e a correr qualquer risco para defender o capitalismo no mundo. Foi assim que o Brasil se tornou palco secundário da Guerra-fria e em contrapartida os EUA lançaram no Brasil o programa de ajuda financeira "Aliança para o Progresso".

O governo dos EUA declarava abertamente que não permitiriam que o Brasil se tornasse "outra Cuba", mesmo que para isso fosse necessária uma intervenção militar americana no país.

No fundo, o programa tinha um viés ideológico,[264] patrocinar campanhas de desestabilização do Governo de João Goulart. Os governos dos Estados que se opusessem ao governo de Goulart receberiam empréstimos e suprimentos. Numa mediada ostensiva foi criado e financiado pelos EUA no território nacional o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) mais silencioso e vinculado aos empresários do eixo Rio - São Paulo e militares, liderados pela Escola Superior de Guerra.

O IPES era amparado com recursos financeiros doados por quase 300 empresas americanas e outras centenas de origens diversas. Assim programou diversos seminários e palestras de doutrinação, distribuiu farto material impresso e visual, editou quase 300 mil exemplares de livros e cerca de 2,5 milhões de folhetos para desencadear um plano de ação junto à opinião pública.

Além disso, o IPES aliciou jornalistas e economistas, estabeleceu duradouras ligações com o empresariado da comunicação com reportagens dirigidas para difundir um clima de caos e desesperança. Já o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), também sob a tutela dos EUA, atuou mais declaradamente subvencionando candidatos considerados fiéis no combate às reformas de base. Ambos tinham a missão clara de difundir na sociedade brasileira o temor das reformas e preparar um golpe direitista de estado

264 FICO, Carlos. *O golpe de 1964 – momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV., 2014. p. 26, 27.

para retirar João Goulart do poder.[265]

O mundo estava vivendo um momento de radicalização entre esquerda e direita; contrapondo as influências dos EUA, com a posse de Jango volta à cena uma ampla mobilização das classes operárias, grupos de esquerda, sindicatos urbanos e rurais, membros do PCB, associações estudantis, artistas e intelectuais que acreditavam na possibilidade de transformar o Estado Brasileiro sob a liderança de João Goulart.

Neste ano, o cadastro sindical do Ministério do Trabalho registrava nada menos que 1.203.600 trabalhadores associados a 1.670 sindicatos, uma média de 720 associados por sindicato.[266] Os grupos de esquerda saíram assim unidos em defesa das reformas de base, que na verdade não queria construir uma sociedade socialista, mas sim acelerar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Acreditava-se que a transformação da sociedade deveria atravessá-la de cima para baixo com uma rápida conscientização das massas".[267]

Em outubro de 1962, a crise internacional se agravava com a instalação de mísseis soviéticos em Cuba, ocasião em que o PCB se isolava, posicionando-se ao lado de Cuba.[268] Em dezembro de 1962, o Partido Comunista do Brasil realizou, em São Paulo, a IV Conferência Nacional e, baseado em sua resolução política, lançou o slogan:

> "Plebiscito com reformas".[269]

Desejando a legalidade, o partido se reposicionou e passou a adotar a denominação de Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla PCB,[270] porém passou a não fazer mais referências à ditadura do proletariado,[271]

265 SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 107.

266 MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e tempo, 1989. p. 35, 129.

267 ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Editora Atual Editora LTDA., 1996. p. 57.

268 PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. p. 360.

269 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 3º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 290.

270 FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. *Por uma vanguarda revolucionária: Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964*).Juiz de Fora: Doutorado em História - UFJF. Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

271 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB* – 2a ed. Belo Horizonte: Editora Oficina do Livro., 1989. p. 105.

adotando estratégias pacíficas. O partido estabeleceu novas prioridades para os trabalhos de organização:

1) Recrutar novos membros;
2) Fortalecer as organizações de base e criar novas;
3) Fortalecer os órgãos dirigentes;
4) Formar quadros partidários;
5) Lutar pela aplicação dos princípios;
6) Elevar o nível teórico do PCB.[272]

Essas tarefas são comuns a qualquer partido político!

Em maio deste ano, o presidente Goulart, defendendo as reformas de base, entre elas a tão sonhada Reforma Agrária, manifestou o desejo de alterar o artigo 141 da Constituição que determinava o pagamento em dinheiro vivo e antecipadamente para áreas desapropriadas no Brasil. Goulart acreditava que, sem a retirada desta exigência, a reforma agrária seria fracassada e somente beneficiaria os grandes especuladores.

E foi essa intenção que desencadeou uma luta ideológica nas ruas. De um lado estavam aqueles mais pobres que queriam o acesso à terra, do outro os latifundiários e aqueles ligados a estes, com grande representatividade no Congresso Nacional. A bandeira das reformas de base e da reforma agrária desagradaram as plutocracias rurais e urbana e o executivo viu ruir a cômoda maioria parlamentar.[273]

O Brasil, um país continental com mais de 75 milhões de habitantes, vivia uma caminhada para a democratização do poder político, democratização econômica, democratização da propriedade da terra e democratização do saber. Porém grupos brasileiros, entre eles a burguesia e os latifundiários, com o patrocínio dos EUA, iniciaram uma grande campanha para conter a participação política da população, dos estudantes, da classe operária e dos trabalhadores rurais e, assim, desestabilizar e derrubar João Goulart.

Jango queria mudanças numa sociedade petrificada, egoísta, com traços de feudalismo. A reforma agrária proposta pretendia levar a democracia ao campo, multiplicar as propriedades e criar uma classe média rural próspera capaz de assegurar um futuro brilhante para o Brasil.[274] Nesta época, os

272 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 2º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 6.

273 VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 14.

274 PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993. p. 38.

militares decidiram apoiar a aprovação da realização de um plebiscito antecipado para 6.1.1963. Jango, coerente com seus pensamentos sociais, tinha a garantia do apoio das classes trabalhadoras. Para tentar desestabilizar o governo, as forças militares e civis de direita acusavam João Goulart de dialogar com os pensamentos e demandas dos comunistas.

Na verdade, Jango propunha reformas sociais de base como a reforma agrária, urbana, bancária, fiscal e universitária, o controle sobre o capital estrangeiro, base justa para o salário-mínimo, a nacionalização e o direito de voto para os analfabetos. Ele acreditava que estes pontos de governo eram capazes de estabelecer uma maior harmonia social.

Seguindo suas convicções pró reformas de base, alinhadas com as ideias de Jango, mas precavido e buscando ocultar seu paradeiro para proteger sua família, no início de 1963, Lindolfo Hill mudou a residência de sua esposa e os filhos ainda solteiros para a rua Osório Duque Estrada 133, no município de São Gonçalo GB. A cidade vizinha de Niterói tinha sido uma base importante do partido, desde 1922, com o I Congresso do PCB. Com a família já em segurança, Lindolfo podia seguir seu caminho.

Mesmo contra os anseios da burguesia, do empresariado, dos intelectuais de direita com o derrame de capital estrangeiro, não se conteve a maioria da população, que era pró Jango. Além disso foi notório o apoio político dos interessados nas eleições presidenciais de 7.10.1965: Magalhães Pinto e Juscelino Kubitscheck em MG, Carlos Lacerda no estado da Guanabara e Adhemar de Barros em SP.[275] Eles estavam ali, aparentemente unidos, mas na realidade eram azeite e vinagre, fácil de misturar, mas difícil de combinar.

As pressões populares nacionais eram enormes e, no plebiscito de 6.1.1963, o Presidencialismo vence o Parlamentarismo e assim João Goulart se torna Presidente do Brasil. Dos 18 milhões de eleitores, 11,5 milhões de eleitores foram às urnas e nada menos que 82% dos eleitores,[276] isto é 9.020.000 cidadãos brasileiros acreditavam no líder da nação e devolvia o poder presidencialista para João Goulart.[277]

O povo votou contra as oligarquias e queria mudança!

Contrária a este sucesso, as forças armadas queriam a continuação do par-

275 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p. 51.

276 Disponível em: https://www.camara.leg.br/radio/programas/279426-janio-quadros-renuncia-comeca-o-parlamentarismo/

277 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SaU6pIBv9f4

lamentarismo, por acharem que seria perigoso dar poderes de presidente ao Sr. João Goulart, que seria automaticamente o Comandante Supremo das Forças Armadas e nenhuma das três armas "acreditavam" que João Goulart permitiria a sucessão pacífica nas próximas eleições marcadas para 1965.[278] Mesmo assim, o PCB se posicionava e acreditava que as Forças Armadas ficariam neutras, baseando-se em suposta tradição democrática dos militares brasileiros.[279]

Assim que assumiu o governo, o presidente João Goulart propôs o fim da fome e da miséria. No campo político, revogou a Lei de Segurança Nacional e autorizou a legalidade para todos os partidos, inclusive o PCB. João Goulart, assumindo um risco calculado, acreditava que o governo não poderia fugir da realidade histórica para promover o autêntico desenvolvimento econômico e social, mas sabia que para isso teria que desagradar inevitavelmente os grupos conservadores.[280] Como na época a inflação galopava para os 80%, a insatisfação aumentava e muitos se alinhavam com as lutas do PCB e PTB.

Nesta onda, no ano seguinte, só o PCB de Lindolfo Hill através dos movimentos sindicais e organização das células do partido já contava com aproximadamente 50.000 adeptos em todo o Brasil. O partido comunista atuava nas organizações sindicais mais importantes junto com o forte partido PTB.

Entre 1961 e 1963, ocorreram cerca de 200 greves de caráter basicamente econômicas, poucas de caráter político, e um dos braços do movimento trabalhista em São Paulo era o juiz-forano Clodesmidt Riani;[281] ele era filiado ao PTB, presidente da organização CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) desde 1961, presidente do CGT (Comando-Geral dos Trabalhadores) e presidente do CET (Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais). Ainda em agosto de 1963, Riani conseguiu mobilizar na capital paulista 79 sindicados, 4 federações ligadas e mais de 700.000 trabalhadores para uma greve geral reivindicatória de melhores condições para os trabalhadores, pelas reformas de base, pelo au-

278 SILVA, Hélio. General Olympio Mourão Filho. *Memórias: a verdade de um revolucionário.* Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1978. p. 41-191.

279 MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999. p. 133.

280 VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 25.

281 CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1982. p. 226.

mento salarial de 100% e apoio à manutenção do presidente João Goulart.

Porém a crise econômica que se arrastava desde Juscelino Kubitschek, a deterioração do nível de vida, a ação subversiva e desestabilizadora da burguesia e do imperialismo norte-americano aproveitaram do momento político e jogaram a classe média nos braços da política de direita. O Brasil sofria com a queda dos investimentos, quebra da safra agrícola e inflação disparada. Crise econômica que acabou provocando diversas consequências no processo político.

> **Buscando maior justiça social, em março o presidente Goulart lançou o Estatuto do Trabalhador Rural, com o objetivo de estender ao campo a legislação da cidade, com salário-mínimo e jornada de oito horas.**

Tais medidas foram encaradas pelos setores conservadores como o "autêntico exemplo" de como o governo caminhava para o comunismo. Com certeza um exagero se tratando de um presidente social como Jango! Mas o Brasil tradicionalmente sempre virou as costas para os parceiros da América Latina e recebia de braços abertos o imperialismo americano e europeu. Aproveitando este momento, os EUA atuaram no Brasil para acirrar as contradições políticas através dos princípios da "Aliança para o Progresso". Os sindicatos desencadeavam greves atrás de greves e o congresso, diga-se de passagem, com maioria numérica dos defensores dos latifúndios, rejeitava boa parte das reformas de Jango, que então decidira caminhar para promover as reformas no congresso através da legítima da pressão popular.

A classe senhorial dos latifúndios passaria a perder seu *status* de todo-poderosos e precisariam aprender a discutir com os trabalhadores e seus sindicatos que se formaram e estavam se consolidando. Logo a direita desenvolveu a ideia que a reforma agrária era incompatível com os interesses da classe média,

> **mas na verdade é a reforma agrária que absorve mão de obra no campo, dá a todos a capacidade de ter terra para trabalhar, com crédito, organização de mercado e abastecimento, altamente conveniente à classe média.**

Diante deste cenário, nos meses finais de 1963, a conspiração golpista ganhava forças, tendo como um de seus inspiradores Vernon Walters, o adido militar do serviço secreto americano *Defense Intelligence Agency* (DIA).[282]

282 PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Edi-

Confirmava-se assim a interferência americana em assuntos de segurança nacional brasileira, vista com muita desconfiança pelo PCB, que acusava de entreguista o general comandante do II exército brasileiro Peri Bevilacqua.

Para buscar o apoio popular para as reformas de base, Jango previu uma série de comícios pelo Brasil. O primeiro foi planejado para acontecer na cidade do Rio de Janeiro, na praça da Estação Ferroviária Central do Brasil, por onde passavam diariamente milhares de trabalhadores e convergia com o sistema de transporte urbano, um ponto mais central da cidade. As reformas de base eram projetos democráticos de mudanças.

Mas a direita é sempre insuscetível a reduzir seus privilégios e quando ela percebe que será impossível mantê-los, dispõe-se a tudo, inclusive com a interrupção do processo democrático. Foi nessa época que Roberto Marinho (Globo) abriu uma transmissão de rádio, criticando a política econômica de Jango, que na sua visão empresarial estimulava os trabalhadores a lutarem por melhores salários sem esclarecê-los dos impactos sobre o custo de vida.[283] Era a direita com medo de perder seus bens se mobilizando contra o movimento de reformas sociais, cultivando o medo e o ressentimento do homem comum. Para desespero dos direitistas, em 23.1.1964, o presidente João Goulart regulamentou a lei 1.131, que dispunha sobre a remessa de lucros para o exterior.

tora Boitempo, 2015. p. 368.

283 MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e tempo, 1989. p. 147, 217.

A REVOLTA DOS CIVIS

Para se fortalecer em 13.3.1964, no comício-monstro da Central do Brasil no Rio de Janeiro, o presidente João Goulart agitou os opositores e as massas que exigiam e apoiavam as reformas de base.[284] Mais uma vez tinha sido o juiz-forano Clodesmidt Riani, à frente dos sindicatos CNTI e CGT, quem conseguiu mobilizar para o comício uma massa de mais de 200 mil pessoas.[285] O comício coordenado pelo movimento sindical brasileiro foi co-organizado pelo PTB, PCB e CGT, apoiado pela UNE, pela FPN e pelas correntes de esquerda. Mas sabiam que seria difícil levar tantas "figuras" ao mesmo palanque com tantos interesses diversos, pois todos tinham a consciência que não existia unanimidade e falariam "linguagens diferentes".

Durante sua fala de 66 minutos, o presidente João Goulart anunciou a implantação das reformas e assinou no palanque a desapropriação das refinarias particulares e das terras localizadas numa faixa de 10 km à margem das ferrovias, rodovias e açudes, em todo o Brasil para a reforma agrária, visando a tornar produtivas áreas inexploradas. O que para muitos erroneamente foi interpretado como a tentativa de implantar o socialismo no Brasil![286]

284 ZAGUETTO, Ismair. *Itamar e o bando de sonhadores*. Juiz de Fora: Editora do Autor, 2012. p. 47.

285 PAULA, Hilda Rezende e CAMPOS, Nilo de Araújo. *Clodesmidt Riani: trajetória.* Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2005. p. 169.

286 CHAGAS, Carlos. *A Ditadura Militar e os Golpes Dentro do Golpe 1964 - 1969: a Histó-*

Na verdade, alguns militares de extrema-direita, mesmo antes do comício, já preparavam um golpe sob o manto de eliminar o comunismo, restabelecer a ordem e a democracia. O que a direita não conseguia entender é que predominava na maioria dos pensamentos de esquerda "lutar democraticamente pelas transformações" e o presidente João Goulart se propunha a enfrentar esses reais problemas do país; e isso desagradou as "classes dominantes".[287]

Na verdade, antes de ser abatido militarmente Goulart já tinha sido abatido pela falta de apoio das elites civis, religiosas e militares. Nesse momento de tensão no país o presidente estava iludido e acreditava que as forças militares o apoiavam, assim discursou como quem contava com o apoio dos militares para as reformas. Declarou que: "Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue assegurando absoluta liberdade ao povo brasileiro e nenhuma força impedirá que o povo se manifeste livre e democraticamente. Para isso podemos dizer, com orgulho, que contamos com o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas desta nação."

Mas o estopim foi de fato a política. Naquele comício no Rio de Janeiro Leonel Brizola subiu ao palanque e (ambicioso para chegar ele próprio à presidência em 1965) propôs a formação de um governo "verdadeiramente popular", destruindo com sua fala o poder conciliador de João Goulart. Brizola discursou, perguntando à multidão e recebendo aplausos prolongados:

> "Querem que continue a política de conciliação ou preferem um governo nacionalista e democrático? Aos que desejam um governo nacionalista e popular, peço que levantem as mãos."

Esses fatos levaram o PCB para o isolamento, justamente na época em que os comunistas como partido estavam em ascensão, cresciam numericamente, influíam cada vez mais nos movimentos sindicais e em diversos outros setores da sociedade. Para uma ala radical dos militares o comício tinha sido um escândalo. Para eles era inadmissível um Presidente da República sair de seu palácio e ir à praça pública falar como um demagogo, sendo aplaudido por "todo tipo de gente" bem nas barbas da sede do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro.

---

ria Contada por Jornais e Jornalistas. Editora Record, 2a edição. Rio de Janeiro, 2014. p. 39.
287 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NYytaJ-yOQQ

Os militares de direita perceberam naquele comício que ou davam o golpe ou teriam que conviver com um país mais moderno e mais democrático, com uma face mais humana e justa ao país.

Existia um medo dos burgueses e dos setores religiosos de que os comunistas fossem tomar suas propriedades,[288] um medo também de parte dos militares contra o comunismo. Mas como Jango nem comunista era, a direita radical precisou criar um verdadeiro histerismo anticomunista que se extravasou em ódio e transformou-se em uma espécie de "guerra sagrada", com a repressão, passando a ter um caráter verdadeiramente militarista e fora da lei, com os militares radicais não sendo contidos pela fraca liderança do general Humberto de Alencar Castello Branco.

Logo em seguida, com a inquietação causada pelo comício no Rio de Janeiro, o presidente João Goulart tentava reunir os generais no Palácio das Laranjeiras para garantir o apoio das forças armadas. A esta altura o general Amaury Kruel, que era o Comandante do II Exército, sediado em São Paulo, ainda garantia apoio ao governo. Próxima ao presidente, a cúpula do PCB, por reboquismo, também achava que o dispositivo militar de Jango seria suficiente para impedir um golpe, subestimando o próprio partido e a força da classe operária.

A esquerda esqueceu que quem se mete com reformas populares enfrenta barreiras enormes num país subdesenvolvido e oligárquico como o Brasil.

Dias após o comício, o executivo enviou uma mensagem ao Congresso, propondo as reformas de base, inclusive a reforma agrária sem indenizações. A partir daí, o conflito político entre esquerdas e direitas se radicalizou, sem preocupação a de respeitar as instituições democráticas.

A sociedade brasileira da época era na maioria extremamente conservadora e cristã. Como reação social ao comício do Rio de Janeiro, em São Paulo, no dia 19.3.1964, realizou-se a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", organizada por movimentos de mulheres, pelo empresariado guiado pelo IPES e pela igreja católica. Reuniram-se nas ruas mais de 500 mil pessoas do conservadorismo brasileiro e no Rio de Janeiro 2 milhões de pessoas foram para as ruas manifestar. A multidão clamava pelas tradições cristãs, contra a perda dos privilégios da classe média, das elites e da direita que defendiam a queda imediata de João Goulart por medo de um "avanço comunista". Queriam somente uma "intervenção cirúrgica", rápida

288 CID, Wilson. *À margem do Paraibuna*. Juiz de Fora: Editora Templo, 2018. p. 219.

para eliminar os "subversivos e corruptos" líderes populares da esquerda.[289]

No dia 20.3.1964, o general Humberto Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, ligado à Loja Maçônica da Grande Estrela do Oriente,[290] enviou uma circular aos oficiais do Exército sobre os "supostos" perigos do comunismo no país:

> "Os meios militares não são instituídos para declararem solidariedade a este ou aquele poder... as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil... Defender os privilégios das classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir à ditaduras fascistas ou síndico-comunistas."[291]

Disseminava-se assim uma afirmação fantasiosa que João Goulart estava em tratativas com Luiz Carlos Prestes para implantar um regime comunista no Brasil e esta ideia apavorou grande parte da sociedade. Tudo suposição golpista, pois o presidente legítimo João Goulart era sim um articulador das reformas e não um articulador da revolução. Mas os grupos de direita sempre com medo de perder suas "propriedades" tem interesses concretos para defender e manter as posses que eles têm. Para esse fim é sempre mais fácil obter unidade e invocam sempre a ordem e a disciplina!

Mas o que sabe o saciado sobre o faminto? E o que a elite (com bens) entende dos problemas e necessidades do povo (sem bens)? Nada!

Com palavras de ordem, o líder Integralista ultra direita Plínio Salgado insistia e provocava: "o que esperam os brasileiros?

1) A escravidão?
2) A destruição da família?
3) O domínio do ateísmo?
4) Ameaça dos fundamentos do Lar, da mulher, da religião, dos direitos humanos e da soberania nacional?"[292]

Já no pensamento das classes mais pobres:

1) O escravo vinha sendo o povo desprivilegiado;

289 MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj. 2006. p. 20 e 107.

290 ZANOTTI, Lívio. *Il Golpe al Potere: Il neomilitarismo sudamericano, tre cronache e un saggio.* Roma: Coines Edizioni, 1972. p. 121.

291 MATTOS, Carlos de Meira. *Castello Branco e a revolução*. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1994. p. 200.

292 GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1985-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 345.

2) Quem destrói a família é a pobreza e a desigualdade;
3) O Brasil é um país laico e a liberdade religiosa um direito;
4) As reformas de base não destruiriam os fundamentos do Lar, os direitos humanos e a soberania nacional.

Porém para contextualizarmos não podemos esquecer que, nessa época, o Brasil era um país com uma população com mais de 75% de analfabetos sem direito do cidadão ao voto! Significando que somente 25% da população decidia sobre o destino de todos os brasileiros.

Naquele momento histórico, a Igreja Católica Romana, com 95% dos brasileiros, estava imbuída da luta anticomunista e no país inteiro os padres, usando-se dos púlpitos para "alertar" seus fiéis de que o comunismo estava chegando.[293] Com medo de um suposto "comunismo ateu", a hierarquia católica ainda favorecia as correntes moderadas, porém alinhada com a classe dominante conservadora.

Era um olho no terço e outro no fantasma do comunismo.[294]

293 BARBOSA, Antônio. Doutor em História, Professor da Universidade de Brasília. Disponível em: http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/03/31-de-marco-militares-consumam-golpe-contra-jango-e-a-democracia/

294 MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e tempo, 1989. p. 41.

A QUARTELADA

Na verdade, desde os anos 30, nos "porões da caserna o caldo já cozinhava". Naquela época, o capitão do Exército Brasileiro Olympio Mourão Filho desempenhava funções no Estado-Maior da Milícia da Ação Integralista Brasileira. Já em 28.8.1963, em Juiz de Fora o então general Olympio Mourão Filho tinha assumido o Comando da 4. Região Militar do I Exército. Mourão, ex-membro da AIB, movimento de direita nacionalista-cristão liderado por Plínio Salgado, já vinha isoladamente a alguns anos desde 1937, preparando ideias de combate aos comunistas,[295] acreditando que "restituiria a ordem democrática". Na ocasião Mourão percebeu que poderia aproveitar de sua posição militar e da posição estratégica da cidade de pouco mais de 180 mil habitantes.[296]

Em 27.3.1964, as tropas do general Mourão já estavam em Juiz de Fora MG mobilizadas para a partida.

Em 28.3.1964, no Aeroporto da Serrinha em Juiz de Fora o marechal Odílio Denys e o general Mourão se reuniram secretamente com o governador de

295 ORIDES, Mezzaroba. *Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. Sequência : Estudos Jurídicos e Políticos. 2010*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49618277_Producao_Discente_Plano_COHEN_a_consolidacao_do_anticomunismo_no_Brasil

296 GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1979. p. 125.

Minas Gerais Magalhães Pinto, o general Carlos Luís Guedes, o comandante da Força Pública Mineira coronel José Geraldo de Oliveira, o secretário de segurança pública de Minas Gerais José Monteiro de Castro e o deputado federal mineiro José Maria Alkmin. Eles intencionavam deliberar sobre as ações em conjunto e na ocasião ficou combinado "quando e como" seria o início da quartelada.

O plano articulado era o governador de Minas emitir um manifesto contra o presidente João Goulart e somente depois o general Mourão deslocar as tropas para a capital Rio de Janeiro, como uma "suposta" reação em apoio ao governador. O pretexto do manifesto seria que o presidente João Goulart estava criando uma república síndico comunista no Brasil. Terminada a reunião, o repórter Wilson Cid que estava ao lado do secretário José Monteiro de Castro perguntou jornalisticamente o que estava acontecendo? A resposta foi curta e grossa: "Ah, rapaz, vá cuidar de sua vida!".[297]

Em 29.3.1964, domingo de páscoa, o general Mourão em Juiz de Fora já estava com tudo preparado para a quartelada. Neste dia, o comitê central do PCB se reuniu no Rio de Janeiro e Pedro Pomar considerou que o PCB seria pego de surpresa, pois liderados por Prestes (ele mesmo ex-militar e com passado de luta) continuava a acreditar na tradição democrática das Forças Armadas. O PCB estava redondamente enganado!

Em 30.3.1964, segunda-feira, sob ordens do general Mourão os veículos militares já interditaram os postos de gasolina para abastecer as tropas e lançaram a "Operação Silêncio". O então capitão da PM, Edmar Moreira, era o responsável pela fiscalização. Para que as tropas pudessem se deslocar sem imprevistos e com o tanque cheio, ele controlava o racionamento.[298] Por volta das 7h30min da manhã, a polícia civil já começou a efetuar as prisões, jogando como um bicho dentro do "camburão" o presidente do Sindicato dos Bancários e da Cooperativa de Consumo dos Bancários José Villani Côrtes,[299] na rua Barbosa Lima esquina com a rua Batista de Oliveira e levando-o para a delegacia no outro lado da rua Batista de Oliveira quase esquina com a avenida Getúlio Vargas.[300] Villani era um líder sindical

297 CID, Wilson. Entrevista sobre as memórias de Lindolfo Hill concedida ao autor em 3.1.2019. Juiz de Fora, MG.

298 Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/marcha-dos-tanques-movimentos-que-precipitaram-golpe-de-1964-12030942

299 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1860110-mortes-um-dos-primeiros-presos-da-ditadura-militar.shtml

300 CMV-JF. *Memórias da repressão – relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora MAMM, 2016. Disponível em: http://www.camarajf.mg.gov.

influente na Zona da Mata mineira e declarava seu pensamento social:

> "Eu quero a sociedade mais justa, eu quero é direito pra todo mundo, eu quero uma limitação na receita de cada um, pra poder dividir pra quem precisa mais, eu quero um processo de igualdade relativa, procurar elevar mais o nível das pessoas que estão lá em baixo, quero mais justiça social." [301]

Na cidade, era Villani um dos que mobilizavam trabalhadores para comícios em apoio ao governo do presidente João Goulart; ele liderava greves, fechava os bancos e defendia ideais socialistas em Juiz de Fora.[302] Depois de prendê-lo, as polícias cumpriram diversas outras ordens de prisão e as tropas de Mourão controlaram a central telefônica, os jornais e as emissoras de rádio, TV e também os correios e telégrafos, prendendo seu diretor regional Misael Cardoso.

Era prontidão máxima no QG de Mourão, que se localizava no histórico prédio na rua Mariano Procópio 1180. Esta construção fora a moradia de Mariano Procópio Ferreira Lage e também hospedara o Imperador Dom Pedro II e sua família em 1861. Posteriormente este local viria a ser conhecido como a "Casa da Tortura". Ainda neste dia, o governador Magalhães Pinto lança seu manifesto solitário, exigindo que as reformas respeitassem a ordem democrática. O presidente João Goulart recebeu a notícia no Rio de Janeiro, mas não renunciou.[303]

Luiz Carlos Prestes, ainda não acreditando no golpe, foi se encontrar com os estudantes da UNE e se manifestou: "Não tenham medo. Eles que ponham a cabeça de fora!". O PCB de Lindolfo Hill estava iludido, pois o movimento contra o governo era iminente e o general Kruel telefonou para Jango pedindo que este denunciasse publicamente um "suposto complô" comunista e rompesse com as forças radicais de esquerda.

---

br/docs/ebook_cmv2015.pdf

301 Depoimento de José Villani Côrtes na Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora em 12.09.2014. *Entrevista 013*. Juiz de Fora, MG. p.13. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MXI2UT8YPteV9zamI3Yk5VU2c/view

302 Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513445/noticia.html?sequence=1

303 BRANCO, Carlos Castello. *Introdução à revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975. p. 215.

A esquerda calculou mal. Como era possível pensar que o imperialismo fosse permitir que o socialismo dominasse o Brasil? E pacificamente?! Na verdade, é a conjuntura internacional quem decide.[304]

Foto: General Mourão.[305]

Fiel aos seus princípios, João Goulart respondeu para o general Kruel que essas forças de esquerda representavam a maioria do povo brasileiro e elas queriam as reformas por ele anunciadas. Em resposta, o general declara que "sendo assim", com essa negativa ele não estava com o poder de garantir absoluta fidelidade do II Exército. [306]

304 ZILLER, Armando. *Armando Ziller*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2000. 390 p. (Coleção Memória política de Minas; 3). Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/354/3/354.pdf

305 Disponível em: https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/2014/03/20/especial-50-anos-do-golpe---09nov1964-o-general-olimpio-mourao-filho-em-entrevista-coletiva-a-imprensa-1395347568426_956x500.jpg

306 ZANOTTI, Lívio. *Il Golpe al Potere: Il neomilitarismo sudamericano, tre cronache e un*

Nos meios militares já se previa o movimento para os dias 2 ou 3, mas inesperadamente o relógio de Mourão se adiantara.[307] Era o último dia de lua cheia, em 31.3.1964, às 5 horas, ainda na madrugada, o general Guedes recebe telefonema de Mourão para desencadear a "Operação Popeye" (alusão ao cachimbo de Mourão) e deslocar as unidades militares de Belo Horizonte e São João Del Rei para Juiz de Fora.[308] Somado isso ao manifesto do governador Magalhães Pinto, na tarde do mesmo dia o general Mourão já estava no quartel preparado para ler "via rádio" uma proclamação e exigir que o presidente João Goulart renunciasse ou deixasse a presidência.

No Rio de Janeiro, o general Castello Branco (já consciente do ímpeto de Mourão) reúne-se, em Copacabana, cercado de oficiais, e expede formalmente as diretrizes básicas para os comandantes de tropas para a ação:

1) Restaurar a legalidade;
2) Restabelecer a Federação;
3) Eliminar o desenvolvimento do plano comunista de posse do poder;
4) Defender as instituições militares;
5) Estabelecer ordem para o advento de reformas legais.

Mas hoje, em 2021, precisamos rebater esses 5 pontos:

1) Não existia quebra de legalidade;
2) A Federação Brasileira não estava ameaçada;
3) Existia um plano comunista sim, mas e daí? Isso é democracia. Quem proibiu o pluripartidarismo foram outros governos autoritários;
4) Ninguém estava destruindo as instituições militares;
5) Não existia desordem no país, mas sim uma maioria em nome das propostas de João Goulart. Não é isso a democracia? [309]

Mas voltemos para o dia 31.3.1964.

Logo pela manhã, em Juiz de Fora, as empresas de comunicação receberam a notícia de que o pronunciamento de Mourão seria às 17 horas. Os repórteres da Rádio Industrial, Wilson Cid e Heitor Augusto de Lery, correram para o quartel no bairro Mariano e acabaram fazendo uma histórica transmissão ao vivo. Naquela época, em Juiz de Fora, ouvir a AM ZYT-9

---

saggio. Roma: Coines Edizioni, 1972. p. 22.

307 VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975. p. 27.

308 CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984): Os bastidores das sucessões presidenciais.* Porto Alegre: L&P Editores, 1985. p. 16.

309 MATTOS, Carlos de Meira. *Castello Branco e a revolução*. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1994. p. 191.

Rádio Industrial, significava estar bem informado.[310]

Juiz de Fora contava ainda com a Rádio Sociedade (PRB-3) na época que o país vivia a Era de Ouro do rádio. A emissão radiofônica dos juiz-foranos da Rádio Industrial caiu como uma bomba de repercussão imediata em todo o Brasil.

Logo o comando militar de Juiz de Fora pedia para que a Agência Nacional não retransmitisse o programa *A Voz do Brasil*, que, neste momento, já estava transmitindo o Ato de Desligamento do general Mourão do comando da 4. Região Militar. No mesmo dia da proibição da emissora nacional de transmitir livremente, em todo o país iniciaram as prisões.

310 *A velha AM*. Disponível em: https://www.acessa.com/arquivo/jf150anos/0806/

À NAÇÃO

e às

Fôrças Armadas!

(Manifesto de 31 de Março de 1964)

Faz mais de dois anos que os inimigos da Ordem e da Democracia, escudados na impunidade que lhes assegura o Sr. Chefe do Poder Executivo, vêm desrespeitando as instituições, enxovalhando as Fôrças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes é devido em qualquer nação civilizada, e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de mêdo e desespêro.

Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quanto estimulados pelo Senhor Presidente da República, procuram infundir em todos os espíritos a certeza de que falam em nome do operariado brasileiro, quando é certo que falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interêsses imperialistas estão servindo em criminosa atividade subversiva, para trairem a Pátria Brasileira, tão generosa e cavalheiresca.

E o atual Govêrno, a cujos projetos que negam a soberania do Brasil vêm servindo essas organizações, dá-lhes apôio oficial ou oficiosamente, concedendo-lhes até mesmo a faculdade de nomear e demitir ministros, generais e altos funcionários, objetivando, asim, por conhecido processo, a desfazer as instituições democráticas e instituir aberrantemente o totantarismo que nega a Federação, a República, a Ordem Jurídica e até mesmo o progresso social.

Tentaram revoltar o disciplinado e patriótico "Círculo de Sargentos", e, recentemente, essas organizações e êsse Govêrno tudo fizeram para desmoralizar e humilhar a Marinha de Guerra do Brasil, na mais debochada e despudorada ofensa à sua disciplina e hierarquia, que nela devem predominar.

O Povo, Governos Estaduais e Fôrças Armadas, animados de fervoroso sentimento patriótico, repelem êsse processo de aviltamento das fôrças vivas da Nação, tão bem concebido e caprichosamente executado pelo Sr. Presidente da República, o qual divorciado dos preceitos constitucionais negando solene juramento, pretende transformar o Brasil, de Nação soberana que é, em um ajuntamento de sub-homens, que se submetam a seus planos ditatoriais.

Na certeza de que o Chefe do Govêrno está a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas, as Fôrças Armadas, e, em nome delas, o seu mais humilde soldado, o que subscreve êste manifesto, não podem silenciar diante de tal crime, sob pena de com êle se tornarem coniventes.

Eis o motivo pelo qual conclamamos a todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conôsco, venham ajudar-nos a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da bôa-fé no seu cumprimento.

O Sr. Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, êle mesmo, chefe de govêrno comunista, não merece ser havido como guardião da Lei Magna, e, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa, para, de acôrdo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a Ordem Jurídica.

Gen Div OLYMPIO MOURÃO FILHO

Na verdade, a quartelada de Mourão começou como um blefe, pois as pequenas tropas de Mourão seriam facilmente dizimadas pela enorme força da Polícia Militar do Rio de Janeiro e dos aviões-bomba da Aeronáutica estacionados na capital. Percebendo a importância do momento, a Rádio Industrial montou no local um centro de imprensa e acompanhou de perto os movimentos do general Mourão, conversando por telefone com o general Amaury Kruel, que era o Comandante do II Exército, sediado em São Paulo.

Mas a adesão de Kruel ao golpe só se daria, praticamente, no momento em que este foi deflagrado pelo general Mourão. Só depois do "ímpeto golpista" do general Mourão é que o general Kruel retirou o apoio ao presidente João Goulart e mobilizou as tropas do II Exército para a sublevação militar e sítio ao estado da Guanabara. Mourão ligou também para o governador Magalhães Pinto, depois para o general Carlos Luís Guedes em Belo Horizonte sob os olhares dos radialistas e jornalistas com seus microfones preparados.[311]

Os ventos nacionais tinham mudado e a política de Juiz de Fora, cidade natal de Lindolfo Hill, tentava se adaptar; a Câmara Municipal de Juiz de Fora, que, no dia 30.3.1964, tinha concedido título de cidadão honorário a Leonel Brizola pela brilhante campanha em prol da legalidade do governo do presidente João Goulart; já na sessão ordinária seguinte, no dia 31.3.1964, iniciada às 19h35min, tendo em vista o pronunciamento que o general Mourão tinha feito à tarde, a CMJF aprovou requerimento de congratulações ao general Mourão.

Segue-se na CMJF uma sessão noturna "extraordinária" na qual o vereador Pedro Castro pede a revogação do título concedido no dia anterior a Leonel Brizola, justificando que Brizola nos "dias atuais" não representa a democracia e concita o povo a revoltar-se contra a Câmara Federal e o Senado, pedindo o fechamento do Congresso. O vereador ainda discursa, dizendo que confia na glória das Forças Armadas. A sessão foi encerrada somente às 22h20min![312]

Em 1.4.1964, às 4 horas, ainda na madrugada, raios, trovoadas e chuva torrencial na descida para o Rio de Janeiro efetuada "teoricamente em sigilo" pelos militares comandados pelo general Olympio Mourão Filho.

311 CID, Wilson. Entrevista sobre as memórias de Lindolfo Hill concedida ao autor em 3.1.2019. Juiz de Fora, MG.

312 AHJF. *Fundo atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Livros de Atas,* 1964. fls. 127 e 133.

Sabedor e bem informado, o presidente João Goulart ordena ao Comando Aéreo de Santa Cruz, fiel ao presidente na capital federal, para que sobrevoasse as tropas que estavam em movimento já em Paraíba do Sul-RJ, na divisa com Minas Gerais. O comando aéreo comunicou ao presidente a situação e que poderia abater a "quartelada", ainda na descida da serra, pois os aviões de ataque já estavam com as metralhadoras montadas. Porém o presidente Goulart, já percebendo que não teria o apoio dos altos comandantes militares, preferiu não agir e os aviões retornaram para a base aérea.

Assim, ao chegarem na Capital Federal, as tropas de Mourão não receberam resistência e ficaram acantonadas no Maracanã. A notícia já tinha se espalhado e o presidente decidiu ir se reunir com seus aliados em Brasília, seguindo num avião *Viscount* do aeroporto Santos Dumont (RJ) com destino à Brasília (DF).

O Congresso nacional é o maior símbolo da democracia e fechar esta instituição é o primeiro passo das ditaduras.

Nessa época, a viagem durava pouco mais de duas horas e João Goulart chegou em Brasília por volta das 16:30 horas. O presidente reuniu-se, na Granja do Torto, com o líder da maioria na Câmara, Tancredo Neves, com o líder do PTB na Câmara, Doutel de Andrade e com o líder do PTB no Senado, Artur Virgílio. Jango relatou sobre o telefonema que a presidência tinha recebido do embaixador americano Lincoln Gordon, em uma clara ameaça, que o governo norte-americano já estaria disposto a reconhecer um governo provisório.[313] Nessa ocasião Jango escreveu uma declaração:

> "Numa noite em que as forças reacionárias desencadeiam, mais uma vez, o golpe contra as instituições democráticas e contra a libertação econômica da pátria, reafirmo minha inabalável decisão de defender esse mesmo povo contra as arremetidas da prepotência e da pressão do poder econômico."
>
> Ass. João Goulart

O líder do PTB na Câmara dos Deputados, Doutel de Andrade, reuniu depois a bancada do PTB e informou que o presidente resistiria no Rio Grande do Sul onde tinha o apoio do III Exército. O Presidente foi buscar seus documentos e a família para, na sequência, voar para Porto Alegre,[314] com

313 PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993. p. 52.

314 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 268.

vistas a mobilizar suas forças e aliados e resistir à quartelada. Por volta das 19h30min, João Goulart partiu angustiado para Porto Alegre RS num avião da companhia Varig.

O GOLPE NA QUARTELADA

De volta a Juiz de Fora, o comandante Mourão instala na cidade o QG (quartel-general) da "Força de Defesa da Democracia em Minas Gerais", que deveria "garantir a democracia" no Brasil, pois Mourão intencionava passar o governo democraticamente aos civis, conforme frase final de seu manifesto:

> "... portanto, o chefe do executivo há de ser afastado do poder de que abusa, para, de acordo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a Ordem Jurídica."

Mas após a ação intempestiva da quartelada do general Mourão, no âmbito nacional, rapidamente as três forças militares com o general do exército Arthur da Costa e Silva, da marinha o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e da aeronáutica o brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello criaram o "Comando Supremo Revolucionário" que marcou a transformação de uma quartelada em um golpe militar.

Logo na sequência, o general Costa e Silva se autodenominou Comandante-em-Chefe do Exército Nacional por ser o mais antigo general de quatro estrelas e tomou para si o controle do comando militar do país.[315]

315 CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984): Os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&P Editores, 1985. p. 60.

Foto: *Correio da Manhã* 2.4.1964

O GOLPE POLÍTICO

Mesmo sabendo que o presidente Goulart ainda estava em território nacional e tinha voado para Porto Alegre, o presidente do Senado, o senador Auro Moura Andrade (herdeiro de grande fortuna!) convocou reunião extraordinária e conjunta do Senado e Câmara dos Deputados. Eram 2:45 horas do dia 2.4.1964, Auro Moura Andrade apressou-se, ainda no início da madrugada, em criar uma fachada "institucional", na verdade buscava uma forma aceitável do ponto de vista "legal e constitucional" para o golpe militar.

Em contraponto, o líder janguista Tancredo Neves informou ainda que o presidente estava no Brasil, na casa do comandante do III Exército em Porto Alegre (RS), general Ladário Teles. Além disso, Darcy Ribeiro, chefe do gabinete civil, chegou a entregar um ofício com uma mensagem de João Goulart ao presidente Auro Moura Andrade,[316] mas nada o demovia de suas intenções golpistas. O informe e o documento foram solenemente, e propositalmente, ignorados![317]

> **O Itamaraty e o Departamento de Estado já estavam preocupados com o problema do reconhecimento internacional do novo "governo" brasileiro. Esta situação foi bastante contraditória, pois se tivesse de fato existido uma continuidade constitucional legal, não teria sido necessário qualquer reconhecimento. Não é mesmo?**

Traindo a nação, o povo brasileiro e as instituições democráticas do Brasil, nesta reunião conturbada, Auro Moura Andrade "rasgou a constituição", declarando vago o cargo do Presidente da República e em ato contínuo pediu a posse "legal" do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

316 SIMON, Pedro. *Entrevista à revista Veja*. Disponível em: https://youtu.be/x8QsXD8tYk
317 MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 128.

O GOLPE JURÍDICO

Ainda no calor das discussões, às 3h30min da madrugada, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa, empossou Mazzilli e arrematou juridicamente o golpe. Nesse sentido, a derrubada de Goulart contou com apoio de setores ancorados no Congresso Nacional e de juristas conservadores.

O golpe civil-militar-político-jurídico foi antidemocraticamente "selado" nesta madrugada do dia 2 de abril, dentro do Congresso Nacional, vergonhosamente sem amparo na Constituição, já que o cargo tinha sido inconstitucionalmente declarado vago, mesmo todos tendo ficado sabendo por Darcy Ribeiro (Ministro-Chefe da Casa Civil de João Goulart) que o presidente ainda estava em território nacional! Portanto o golpe aconteceu:

1) Sem Goulart ter renunciado;

2) Sem o presidente ter sofrido impeachment;

3) Ele não estava morto.

Numa democracia, somente numa dessas três circunstâncias isso poderia ter acontecido.[318]

Vergonhosa curiosidade da política internacional foi o fato de os EUA terem reconhecido o "novo governo" em menos de 3 horas, antes mesmo de estar clara a natureza do novo regime revolucionário.

318 Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/

Em 2.4.1964, ao amanhecer, logo após ter sido consumado o golpe civil-militar-político-jurídico, o deslocamento de tanques militares já era intenso em frente ao antigo Ministério do Exército, no Centro do Rio de Janeiro, no mesmo local onde tinha sido o comício do presidente João Goulart dias antes.[319] Em Brasília, os tanques das forças armadas também já estavam estacionados em frente ao Congresso e garantiam militarmente o golpe legislativo.[320] No Estado de São Paulo, alguns sindicatos chave nas políticas trabalhistas como os metalúrgicos de São Paulo, Osasco, Guarulhos e Santo André já amanheceram com interventores militares.

319 Disponível em: https://ichef.bbci.co.uk/news/624/cpsprodpb/10B5Aproduction/_104724486_golpede1964.jpg

320 FICO, Carlos. *O grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. p. 105-108.

JAPONA NÃO É TOGA

O "novo executivo" se transferiu para o Rio de Janeiro e tentou compor o governo que deveria ser transitório de 30 dias para promover eleições indiretas pelo Congresso, conforme a constituição. Mas o general Costa e Silva arrumou uma desculpa e não queria saber de sucessão antes de "limpar o país dos baderneiros e comunistas". Ainda no dia 2, muitos governadores Magalhães Pinto de MG, Carlos Frederico Werneck Lacerda do estado da Guanabara e Adhemar de Barros de SP, Ildo Menghetti do RS, Ney Braga do PN, Mauro Borges de GO (pensando em seus próprios interesses políticos!) desembarcaram no Rio de Janeiro.

Junto com o comando da "revolução" estavam tentando articular para uma eleição indireta, mas Costa e Silva (autointitulado Ministro da Guerra) insistiu que as coisas no momento deveriam ficar como estavam, isto é, Mazzilli como presidente e o comando supremo da revolução em plena atividade.[321]

Os representantes das três armas tinham "enquadrado" o presidente em exercício Ranieri Mazzilli, porém tudo deveria parecer como se "representasse a vontade da maioria da sociedade". Assim o golpe ganhou "uma aparente constitucionalidade".[322]

321 CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984) : Os bastidores das sucessões presidenciais.* Porto Alegre: L&P Editores, 1985. p. 67.

322 MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999. p. 142-143.

Nesta época, acompanhava-se pelo rádio as notícias e todos aguardavam impacientes o jornal rádio jornalístico *Hora do Brasil* para tomar conhecimento das medidas anunciadas pelos novos ocupantes do poder. Os militares radicais, que na verdade juraram como missão "lutar pela democracia e liberdade", com um simples golpe "enquadraram" também o presidente do Senado Auro Moura Andrade, golpista político, que saiu murmurando depois de derrotado: "Japona não é Toga", mas já era tarde, ele que tinha iniciado o golpe legislativo, sofrera um golpe militar.[323]

O discurso do "perigo comunista" foi produzido também no campo da crônica jornalística em todo o Brasil. Alguns cronistas publicaram a importância de evitar que as crianças lessem literatura considerada de esquerda, para não se contaminarem com o comunismo. Algumas discussões políticas encontradas em artigos, notas e matérias de jornais não significaram obrigatoriamente adesão dos periódicos às ideias expostas em suas páginas. Muitos jornais chegaram a abrir suas páginas para diferentes concepções políticas como estratégia para cobrir gastos operacionais, recebendo pelas publicações. Os periódicos, como empresas, tinham também objetivos econômicos e não apenas políticos.[324]

Mas muitos jornais como *O Globo* e a *Folha de São Paulo* apoiaram inicialmente os militares e em seus editoriais escreveram que "O país está salvo da ameaça comunista!" (ameaça que nunca foi provada!) e viam como vitória o "movimento sem derramamento de sangue". Para dar uma fachada de necessidade de restabelecer a ordem no país, os militares tentaram dar um nome de "Revolução" ao seu movimento golpista, porém o que ficou conhecido como AI-1, explicitamente, afastava o princípio da soberania popular, ao declarar que "a revolução vitoriosa como Poder Constituinte se legitima por si mesma". Na verdade, revolucionar a sociedade deveria ser sinônimo de passar o poder ao povo e não aos militares, mas valia o direito da força.

O primeiro Ato Institucional (que mais deveria ser chamado de "Ato Inconstitucional"), assinado pelo general do exército Arthur da Costa e Silva, da marinha o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e da aeronáutica o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello,

323 TENDLER, Silvio. *Documentário: Os militares que disseram NÃO*. Caliban Produções Cinematográficas. 2014.

324 CAVALCANTI, Erinaldo. *Crônica, história e política em tempos de ditadura militar: embates e combates no campo da escrita (PE, 1960-1968)*. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF42/artigo_11_secao_livre_Erinaldo_Cavalcanti_Fenix_Jul_Jan_2018.pdf

conferia ao Congresso poderes para a eleição de um novo presidente e amordaçava as lideranças políticas.

> **Os militares buscaram dar uma aparência de juridicidade constitucional ao Golpe de Estado consumado, assim, logo em seguida, com o Ato Institucional do dia 9.4.1964, os militares deixavam bem claro que a revolução não procurava legitimar-se no Congresso, mas este é que receberia a sua legitimação do "Comando Supremo Revolucionário".**

O Congresso já estava amputado com 41 mandatos cassados. Assim diante de muitas coações e esvaziado pelo poder das armas e a cassações de deputados do PTB, dos nacionalistas e dos esquerdistas, o que sobrou do Congresso Nacional, sob pressão e medo "elegeu", no dia 11.4.1964, ou melhor, somente teve a opção de homologar pela força das armas, o candidato único (!), o general Humberto de Alencar Castello Branco como presidente do Brasil. Esse foi o exato momento que marcou a passagem do golpe civil-militar-político-jurídico para uma ditadura militar.

> **É famoso que o poder corrompe o ser humano; os militares experimentando o "gostinho" do poder não o largariam pelos próximos 21 anos.**

A farsa estava completa! O general Humberto de Alencar Castello Branco troca a farda (roupa militar) pelo terno (roupa civil) e sobe a rampa do Palácio do Planalto como novo presidente "eleito", simulando que tudo ocorria dentro da democracia. Era somente o início de uma série de golpes dentro do golpe.[325]

325 ALMEIDA, Claudio *Aguiar. Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. Editora Atual Editora LTDA. São Paulo, 1996. p. 66.

Foto: Posse de Castello Branco em Brasília.

Mesmo trajando terno, o general-presidente Castello mantinha sua costumeira postura de soldado e gestos cerimoniosos. Em seu juramento ele reiterou: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência". Um juramento estranho para um militar que acabara de liderar um golpe de estado, arruinara o equilíbrio entre os 3 poderes, eliminara os adversários políticos e retirara do poder um presidente eleito democraticamente pelo povo.

Em seguida, o discurso do primeiro militar-presidente parecia uma ironia: "a revolução se fez para restaurar a democracia, preservar as instituições, o congresso e revigorar o país..."; e prosseguiu dizendo que: "as forças armadas não devem interferir na vida política e sua missão precisa ser estritamente constitucional..." e concluiu Castello Branco, garantindo que "...teremos eleições em 1965...".[326]

326 CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984) : Os bastidores das sucessões presidenciais.* Porto Alegre: L&P Editores, 1985. p. 53.

Como assim? Rasgaram a constituição e eliminaram a democracia para respeitar a constituição e a democracia? Que lógica é essa?

A hipótese de Forças Armadas democráticas, isto é, atender somente em hipótese de guerra, mantendo a unidade do país e das instituições, não era um pensamento único dentro das três armas. Nem todos militares entendiam as Forças Armadas como "nacionais", uma instituição de Estado, por isso permanente e não afeiçoadas a qualquer governo. Essa é uma postura histórica e pretoriana, na qual dos militares são exigidas as coberturas para governos e administrações "viciadas ou ilegítimas". Em circular interna Castello Branco defendera que:

> "os meios militares não são propriamente para defender programas de governo, mas para garantir os poderes constitucionais e a aplicação da lei"... "e não sendo milícia as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos; destinam-se a garantir os poderes constitucionais e sua coexistência".[327]

Mas, nesse momento, Castello Branco assumira como novo presidente-militar e, pelo país, a euforia anticomunista se manifestava, assim a parte da população a favor da intervenção militar foi para as ruas comemorar o golpe que depôs pela força um presidente eleito democraticamente. Para preservar a população, defendeu um processo absolutamente sem sangue e sem tiro; em gesto nobre, João Goulart preferiu se exilar depois do golpe consumado.

Com João Goulart derrubado pela força militar, logo as direitas começam a criar a versão demeritória: "O Vencedor agora precisava derrubar a imagem do perdedor", pois "não se pode" derrubar alguém e falar bem dele! A história sempre foi construída e contada pelos vencedores, mas aqui a versão dos que perderam vale a pena ser contada para que os brasileiros mais jovens possam tirar suas próprias conclusões.

Assim, as forças de direita iniciam um discurso de justificativa que o ex-presidente era corrupto, inepto, demagogo, comunista, subversivo, etc. Em verdade João Goulart tentou tornar o Brasil um país mais igual e independente, mas o golpe mudou os rumos do Brasil e foi consequência da aliança da elite brasileira com os militares para fazer prevalecer o predomínio da Casa Grande sobre a Senzala: dos brasileiros ricos sobre as camadas

327 MATTOS, Carlos de Meira. *Castello Branco e a revolução*. BIBLIEx Editora. Rio de Janeiro, 1994. p. 166-167.

mais pobres da população.[328]

Até as esquerdas revolucionárias (as que queriam a luta armada!) começaram a criar versões negativas de João Goulart, denegrindo a imagem do ex-presidente que apoiavam, chamando-o de "pelego", "manipulador de operários", "fujão", "não resistiu ao golpe", etc. Neste cenário parecia que tanto as forças de direita quanto as de esquerda estavam unidas para desmerecerem a imagem de Goulart deposto. No exílio, o presidente já percebia que a chamada "revolução" duraria muitos anos e faria um estrago terrível. Desconsolado, Goulart falava para sua esposa que se preparasse para voltar viúva para o Brasil, quando tudo isso acabasse.

Em Juiz de Fora MG, o general Mourão, que na verdade era contra militares na presidência, recebia as notícias como um "balde de água fria". Para seu desgosto, os golpistas não perderam tempo, no dia seguinte já saíram as listas com as 100 pessoas que seriam inicialmente "expurgadas" e cassados seus direitos políticos por até dez anos.

O militarismo não permite opiniões contrárias!

1ª. Lista dos expurgados da ditadura

1. Luiz Carlos Prestes, Sec. Nacional do PCB
2. João Goulart, Presidente deposto pelo golpe (PTB-RS)
3. Jânio da Silva Quadros, ex-Presidente
4. Miguel Arraes, Governador de Pernambuco (PST-PE)
5. Darcy Ribeiro, Ministro-Chefe da Casa Civil
6. Raul Ryff, Sec. de Imprensa do governo (PCB)
7. Waldir Pires, Consultor-Geral da República
8. Luiz Gonzaga de Oliveira Leite, General
9. Sampson Nóbrega Sampaio, General
10. Leonel Brizola, Dep. Fed. (PTB-RS)
11. Clodesmidt Riani, Presidente da CNTI (PTB-MG)
12. Clodomir Morais, MRT
13. Hércules Corrêa, Dep. Est. (PTB) (CGT/PCB)
14. Dante Pellacani, Vice-presidente da CNTI/CGT
15. Oswaldo Pacheco da Silva, Secretário-geral CGT
16. Samuel Wainer, Jornalista Jornal Última Hora
17. Santos Vahlis, Empresário pró Jango

328 Disponível em: http://www.pdt.org.br/index.php/joao-goulart-tentou-tornar-o-brasil-um-pais-mais-igual-e-independente/

18. Lincoln Oest, Sec. do PCB no Estado do Rio
19. Heber Maranhão, Estrada de Ferro Leopoldina-RJ
20. José Campelo F., Pres. Sind. dos Bancários-RN
21. Osny Pereira, Juiz da comarca do Rio de Janeiro
22. José Aguiar Dias, Min. do Trib. Sup. de Justiça
23. Francisco Mangabeira, Ex-Pres. da Petrobrás
24. Jesus Soares Pereira, Diretor de vendas CSN
25. Hugo Regis dos Reis, Diretor da Petrobrás
26. Jairo José Farias, Diretor da Petrobrás
27. José Joffily, Dep. Fed. (PSD-PB)
28. Celso Furtado, Superintendente da SUDENE
29. Marechal Osvino F. Alves, Pres. da Petrobrás
30. Josué de Castro, Embaixador-chefe em Genebra
31. João Pinheiro Neto, Pres. da SUPRA
32. Antônio Garcia, Comando Nacional dos Sargentos
33. Djalma Maranhão, Prefeito de Natal (PTN-RN)
34. Humberto Pinheiro, Pres. da CONTEC - Bancários
35. Ubaldino Santos, Fed. Nacional do Estivadores
36. Rafael Martinelli, Ferroviário
37. Raimundo Castelo de Souza, Marítimo
38. Rubens Pinho Teixeira, Conferente MVOP
39. Felipe Ramos Rodrigues, Portuário
40. Álvaro Ventura, Carpinteiro Naval
41. Antonio Pereira Neto, Marítimo
42. João Batista Gomes, Assistente Social
43. Ademar Latrilha, Médico
44. Feliciano Wanderley, Marítimo
45. Othon Canedo Lopes, Mecânico de Aviação
46. Paulo de Sant'Ana, Aeroviário
47. Luiz Hugo Guimarães, Professor e Bancário
48. Luiz Viegas da Mota Lima, Bancário
49. Severino Schnaipp, Trabalhador
50. Meçando Rachid, Motorista
51. Newton Oliveira, Gráfico
52. Demistóclides Baptista, Dep. Fed. (PST/PCB-RJ)
53. Roberto Morena, Conselheiro do IAPI
54. Benedito Cerqueira, Dep. Fed. (PTB-GB)
55. Humberto Melo Bastos, Líder CGT

56. Hermes Caíres de Brito, Motorista
57. Aluisio Palhano Ferreira, Advogado e Bancário
58. Salvador Romano Lossaco, Dep. Fed. (PTB-SP)
59. Olympio Fernandes de Mello, Bancário
60. Waldir Gomes dos Santos, Marinheiro CNNC / MVOP
61. Amaury Silva, Cabo do Exército
62. Almino Affonso, Ministro do Trabalho
63. Neiva Moreira, Dep. Fed. (PSB-MA)
64. Clovis Ferro Costa, Dep. Fed. (UDN-PA)
65. Silvio de Macambira Braga, Dep. Fed. (PSP-PA)
66. Adahil Barreto Cavalcante, Dep. Fed. (UDN-CE)
67. Abelardo Jurema, Ministro da Justiça
68. Artur de Lima Cavalcante, Dep. Fed. (PTB-PE)
69. Francisco Julião, Dep. Fed. (PST-PE)
70. José Lamartine Távora, Dep. Fed. (PTB-PE)
71. Murilo Costa Rego, Dep. Fed. (PTB-PE)
72. Pelópidas Silveira, Ex-Prefeito de Recife
73. Barros Barreto, Supl. Dep. Fed. (PSB-PE)
74. Waldemar Alves, Dentista / IAPI-PE
75. Henrique Oest, Militar e Dep. Fed. (PTB-AL)
76. Fernando de Sant'Anna, Dep. Fed. (PTB-BA)
77. Helio Vitor Ramos, Dep. Fed. (PSD-BA)
78. João Doria, Dep. Fed. (PDC-BA)
79. Mario Soares Lima, Dep. Fed. (PSB-BA)
80. Ramon de Oliveira Netto, Dep. Fed. (PTB-ES)
81. Luiz F. Bocayuva Cunha, Dep. Fed. (PTB-RJ)
82. Luiz Gonzaga de Paiva Muniz, Dep. Fed. (PTB-RJ)
83. Adão Pereira Nunes, Dep. Fed. (PSP-RJ)
84. Eloy Dutra, Dep. Fed. (PTB-GB)
85. Marco Antônio, Dep. Fed. (PST-GB)
86. Max da Costa Santos, Dep. Fed. (PSB-GB)
87. Roland Corbisier, Dep. Fed. (PTB-GB)
88. Sérgio N. Magalhães, Dep. Fed. (PTB-GB)
89. José Aparecido, Dep. Fed. (UDN-MG)
90. Plínio de Arruda Sampaio, Dep. Fed. (PDC-SP)
91. José Antônio Rogé Ferreira, Dep. Fed. (PTB-SP)
92. Rubens Beyrodt Paiva, Dep. Fed. (PTB-SP)
93. Paulo de Tarso Santos, Dep. Fed. (PDC-SP)

94. Moysés Lupion, Dep. Fed. (PSD-PR)
95. Milton Garcia Dutra, Dep. Fed. (PTB-RS)
96. Ney Borges, 2º Sargento do Exército
97. Paulo Mincaroni, Dep. Fed. (PTB-RS)
98. Armando Temperani Pereira, Dep. Fed. (PTB-RS)
99. Gilberto Mestrinho, Dep. Fed. (PTB-RO)
100. José Anselmo dos Santos, Cabo da Marinha.[329]

O PCB vinha acreditando, erroneamente, nas antigas ilusões da aliança informal de Luiz Carlos Prestes com o presidente João Goulart, mas a vitória da "quartelada seguida de golpe" foi fulminante e pôs toda a esquerda em fuga. Neste período inicial do novo regime ditatorial militar, o PCB de Lindolfo Hill voltou a sofrer dura repressão com inquéritos sobre todas as atividades consideradas subversivas, como greves, ligas camponesas, revoltas militares, revoltas estudantis, Grupo dos Onze e frentes parlamentares progressistas.

Diversas organizações foram fechadas, pois eram neste tempo de ditadura tidas como subversivas pelos militares e grande parte dos líderes foram presos ou passaram a atuar na clandestinidade. Na realidade, o PCB de Lindolfo Hill não estava preparado para uma emergência como essa e o golpe na democracia pegou todos de surpresa.[330] Foi um salve-se-quem-puder, diante da situação adversa, o primeiro passo consistiu em preservar e resguardar a estrutura do partido e a tarefa básica era a preparação para uma luta dura e prolongada. Uma parte dos militantes cessou a atuação política, mas a maioria procurou a rearticulação na clandestinidade.

Nem os familiares de Lindolfo Hill foram poupados, quando ele foi considerado pelos ditadores como inimigo do Brasil.

Durante um encontro de Lindolfo com sua família em São Gonçalo- GB, o DOPS invadiu a casa da família Hill, homens armados de metralhadoras, rasgaram todos os móveis e as cortinas, derrubaram as estantes, espalhando os livros pelo chão e sem pena destruíram tudo em busca de documentos. Uns canalhas! Os filhos se surpreenderam com o batalhão em frente da casa para levar o pai Lindolfo Hill sem direito de defesa, à revelia, diante

329 Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/ato-1-da-ditadura-rasga-a-constituicao

330 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 280.

dos olhos estarrecidos deles e esposa, Dona Carmen, paralisada.

Mas, graças ao costume de Lindolfo Hill de não guardar fotos e documentos de companheiros do partido, ninguém foi acusado. A família Hill já sabia que somente poderiam ter fotos e documentos de familiares, além disso eram acostumados a viverem com nomes trocados para não levantarem suspeitas. De acordo com os estatutos do partido, Lindolfo tinha instruído toda família que era dever dos militantes fazer todo o possível para preservar suas situações legais, para assegurarem que suas atividades sejam conhecidas somente por um menor número possível de pessoas para evitarem que suas famílias e suas histórias pessoais fossem desnecessariamente conhecidas por outros militantes.[331]

A repressão atingia também as famílias dos lutadores pela liberdade de expressão e democracia, eles sentiam na pele as consequências do golpe e agravamento da conjuntura política. Com o pai preso, em 1964 outro filho de Lindolfo, Carlos Hill Neto, serralheiro de profissão, proprietário da "Serralheria 1. de Julho" no bairro de Alcântara, em Niterói (RJ), foi também chamado a depor no Ministério da Guerra como testemunha por ter guardado um pacote que "deveria ser" um mimeógrafo de Lindolfo. Sim, o pai já tinha trabalhado com o filho como auxiliar financeiro, mas agora o acusavam de ter supostamente usado a empresa sem o conhecimento do filho para esconder supostamente munição.[332]

Os superpoderes do AI foram utilizados 3.535 (!) vezes até 10.10.1965.

O novo regime se mostrou ditatorial antidemocrático e usou o mecanismo e a estratégia de decapitar as lideranças políticas de todos os segmentos que não se curvavam aos militares na chamada "Operação Limpeza". Os militares no poder diziam que a operação era destinada a drenar o "bolsão comunista" e "baderneiros" não só na cúpula do governo, mas também nas suas dependências administrativas.

Com a ideologia comunista demonizada e empurrada para a ilegalidade, os parentes próximos de Lindolfo Hill de Juiz de Fora (MG) diziam que "não sabiam de nada" mesmo ou nem queriam saber de seu membro

331 CARVALHO, Ferdinando. *Inquérito Policial Militar Nº 709: O comunismo no Brasil*. Volume 2º. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 1966. p. 44.

332 Projeto Brasil Nunca Mais — *Termo de declaração da testemunha Neusa Cupertino Guimarães* — Ministério da Guerra. Niterói, 1972. p. 216-221. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=32325

"comunista". Assim, excluído das conversas familiares, por medo, o assunto comunismo e as atividades de Lindolfo eram imediatamente "varridos para debaixo do tapete"; e caso alguém mais jovem se atrevesse a perguntar, era silenciado pelos mais velhos: "deixa esse assunto prá lá". Essa situação eu vivi na pele e perdurou até o começo desta pesquisa.

Naquele momento político, após o golpe era necessário evitar manifestações, todos com receio de serem presos ou retaliados. Na família, somente o primo de primeiro grau de Lindolfo, Geraldo Hill, ainda se encontrava com ele, porém sem se atrever a se envolver na política. Como empresário de sucesso do setor moveleiro, Geraldo era proprietário da Marcenaria Renascença e a época pedia que fosse discreto, além disso, como descendente de alemães ele e também seu pai, Jacob Hill, já tinham sido prejudicados quando o Brasil rompeu relações com os países do Eixo em 1942.[333]

Esperando uma salvação contra o momento de carestia, o país se afundava não em um fascismo com um caudilho ditador, mas um regime com a militarização totalitária do Estado Brasileiro.[334]

Foram revogadas as reformas de base, devolvidas as empresas desapropriadas, congelaram o salário-família, foi revogada a lei de remessas de lucros assinada por João Goulart e a lei de garantia de emprego e proibiu-se o direito democrático de greve.

Neste contexto, foi criado em junho de 1964 o SNI (Serviço Nacional de Informações), somente poucos meses depois do verdadeiro golpe militar de 9.4.1964 representado pelo AI-1 (dentro da quartelada de 1.4.1964). O SNI, idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, era composto por uma Agência Central em Brasília, agências e escritórios espalhados por todo o território nacional. O SNI estava infiltrado em todos os órgãos do governo e o conjunto completo era chamado de "comunidade de informações do regime".[335] Golbery era um notório teórico da Escola Superior de Guerra e tinha escrito dois trabalhos para a elite militar: Geopolítica do Brasil e a Doutrina de Segurança Nacional, se tornando a base ideológica do exército brasileiro em "defesa da civilização ocidental e cristã".

A suposta revolução de 31.3.1964 fundava-se nos princípios basilares

333 MAESTRINI, Marilda Helena Hill. Entrevista com a filha de Geraldo Hill. Juiz de Fora, 5.5.2020.

334 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p. 81,95.

335 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46547305

da Doutrina de Segurança Nacional: autoridade, austeridade, eficiência administrativa, dinâmica das ações políticas, produtividade, liberdade com responsabilidade, imprensa livre, justiça social dignidade das pessoas.[336]

336 BUONICORE, Augusto. *João Amazonas: um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. p. 130-131, 137.

LIMPEZA POLÍTICA

Não se pode esquecer que grande parte da população brasileira se opunha ao regime cruel dos militares; lembrando que 67% (sessenta e sete!) do povo acreditava no líder da nação João Goulart e tinham devolvido a ele em plebiscito o poder presidencialista, porém diante do inimigo militarizado e para evitar o massacre, parte da população e da oposição tiveram que recuar para sobreviver.

Não era só o PCB que sofria com a repressão, se também "cheirava" a PTB nada era poupado. Nesta época, as acusações mais frequentes para eliminar os comunistas eram o proselitismo e preparação de luta armada.[337] Porém, de acordo com o AI, os procedimentos não garantiam ao acusado a oportunidade de conhecer quais eram as acusações contra ele, o desconforto das prisões arbitrárias feitas sem a devida base legal e nem davam ao acusado a possibilidade de defender-se.

Depois do Golpe de 64, a ditadura implantou o modelo combinando repressão e expansão econômica sob o manto de transformar o Brasil em uma grande potência; porém de fato implantaram a subordinação dos demais poderes ao executivo, que estava na mão dos militares. Uma aberração! Uma unificação autoritária do país com as forças armadas, aparecendo como partido político. E o novo regime não permitia oposição democrática!

Juiz de Fora MG, terra natal de Lindolfo Hill e estopim do golpe, foi

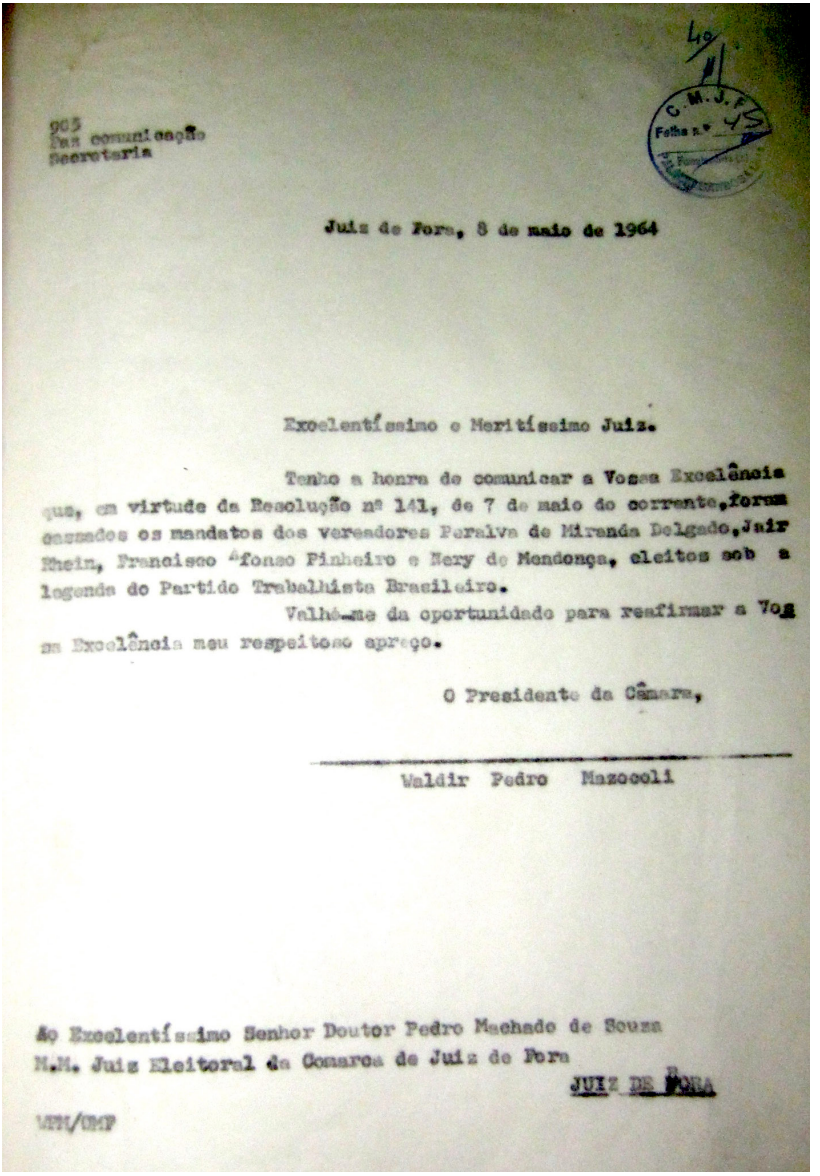
337 CID, Wilson. *À margem do Paraibuna*. Juiz de Fora: Editora Templo, 2018. p. 218.

também uma das primeiras cidades a enfrentar a repressão do Estado ditatorial golpista. Apesar de não serem comunistas, quatro vereadores do PTB da cidade, que tinham apoiado as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, tiveram seus mandatos cassados logo, em 7.5.1964, pela Câmara Municipal de Juiz de Fora: Francisco Afonso Pinheiro, Jair Reihn, Nery de Mendonça e Peralva de Miranda Delgado. A Câmara Municipal de Juiz de Fora informou ao Juiz Eleitoral sobre a cassação e, já no dia 18.5.1964, o capitão encarregado do IPM, Maurício Vellôso, em nome do Ministério do Exército, solicita e recebe o processo de cassação dos vereadores para constar nos autos do Inquérito Policial Militar, incluindo do vereador Newton Viana de Oliveira.

A partir de 1964, "todo mundo", entre eles os comunistas, os socialistas, os antilacerdistas e os trabalhistas foram chamados de "comunistas" e, por conseguinte, "terroristas"; todos que na visão dos militares precisavam ser presos. Pura limpeza política antidemocrática!

Foi neste sentido que os políticos do PTB, PSB e PCB foram cassados em todo território nacional. Em Juiz de Fora, a ditadura investiu mais fundo com as prisões de Raimundo Nonato Lopes, José de Castro Ferreira, Tomaz Bernardino e José Luiz Guedes, que eram "tidos como comunistas", mas eram na verdade do PTB ou estavam na AP (Ação Popular).[338]

338 Entrevista de José Luiz Guedes e Nair Guedes concedida ao autor. Juiz de Fora, 28.4.2021.



905
Via comunicação
Secretaria

C.M.J.F.
Folha n.º 45

Juiz de Fora, 8 de maio de 1964

Excelentíssimo e Meritíssimo Juiz.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude da Resolução nº 141, de 7 de maio do corrente, foram cassados os mandatos dos vereadores Peralva de Miranda Delgado, Jair Rhein, Francisco Afonso Pinheiro e Mery de Mendonça, eleitos sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência meu respeitoso apreço.

O Presidente da Câmara,

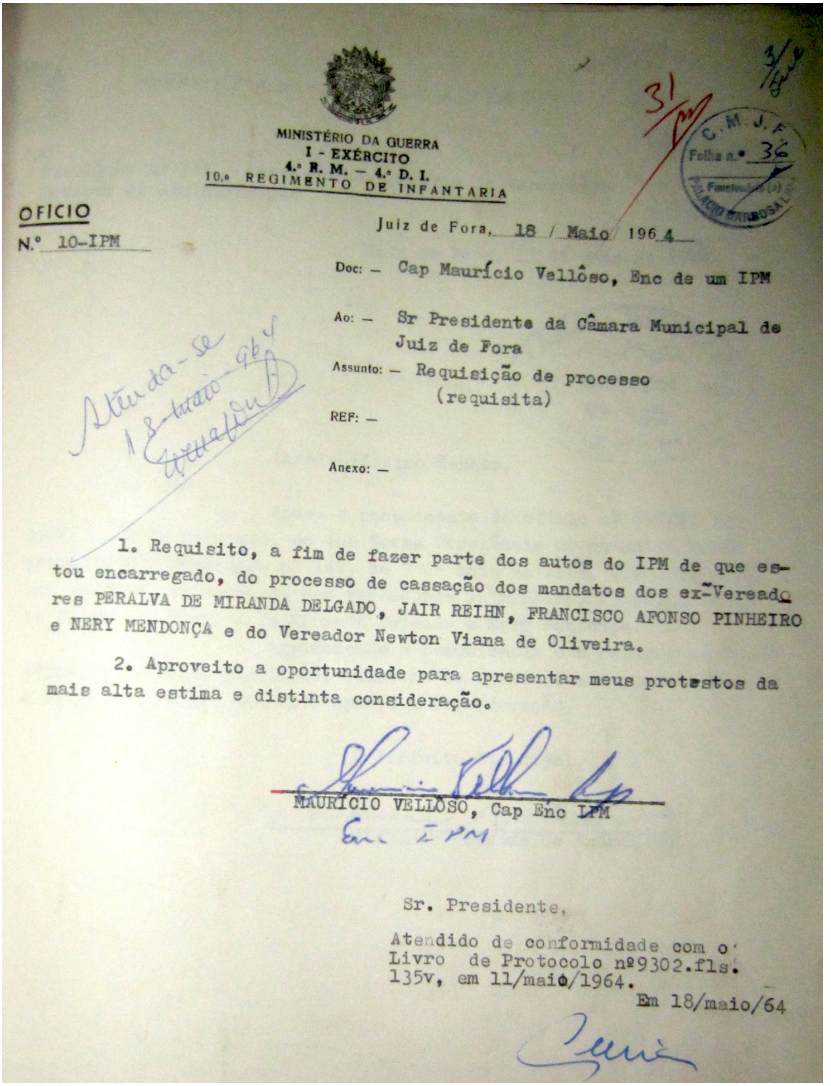
Waldir Pedro Mazoccoli

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Machado de Souza
M.M. Juiz Eleitoral da Comarca de Juiz de Fora
JUIZ DE FORA

WPM/CMF

Foto: Arquivo da CMJF.[339]

339 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Pasta de Cassação dos Vereadores de Juiz de Fora.* 8.5.1964



MINISTÉRIO DA GUERRA
I - EXÉRCITO
4.º R. M. — 4.ª D. I.
10.º REGIMENTO DE INFANTARIA

C. M. J. F. Folha n.º 36

OFICIO
N.º 10-IPM

Juiz de Fora, 18 / Maio / 1964

Doc: — Cap Maurício Vellôso, Enc de um IPM

Ao: — Sr Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora

Assunto: — Requisição de processo (requisita)

REF: —

Anexo: —

Atenda-se 18-maio-64

1. Requisito, a fim de fazer parte dos autos do IPM de que estou encarregado, do processo de cassação dos mandatos dos ex-Vereadores PERALVA DE MIRANDA DELGADO, JAIR REIHN, FRANCISCO AFONSO PINHEIRO e NERY MENDONÇA e do Vereador Newton Viana de Oliveira.

2. Aproveito a oportunidade para apresentar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração.

MAURÍCIO VELLÔSO, Cap Enc IPM

Enc IPM

Sr. Presidente,

Atendido de conformidade com o Livro de Protocolo nº9302.fls. 135v, em 11/maio/1964.

Em 18/maio/64

Foto: Arquivo da CMJF.[340]

340 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Pasta de Cassação dos Vereadores de Juiz de Fora*. 18.5.1964

Como reparação, os quatro vereadores de Juiz de Fora cassados em 1964 somente foram restituídos simbolicamente "in memoriam" em 2.12.2014 com a resolução 1290 da CMJF.

Câmara Municipal de
Juiz de Fora

A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA,
ATENDENDO AO QUE DISPÕE A RESOLUÇÃO Nº 1290 /2014
OUTORGA AO SENHOR

Francisco Afonso Pinheiro

DIPLOMA SIMBÓLICO DE VEREADOR DE JUIZ DE FORA IN MEMORIAN, DEVOLVENDO NESTE ATO HONROSO O MANDATO POPULAR QUE LHE FOI CONFERIDO PELO POVO JUIZ-FORANO EM 1962, SENDO ELEITO PELO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO COM **1293** VOTOS NOMINAIS.

PALÁCIO BARBOSA LIMA, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Vereador Julio Gasparette
Presidente
Membro da Comissão Parlamentar Especial
Memória, Verdade e Justiça

Vereador José Márcio
Membro da Comissão Parlamentar Especial
Memória, Verdade e Justiça

Vereador Jucelio Maria
Membro da Comissão Parlamentar Especial
Memória, Verdade e Justiça

Roberto Cupolillo (Betão)
Membro da Comissão Parlamentar Especial
Memória, Verdade e Justiça

Vereador Rodrigo Mattos
Membro da Comissão Parlamentar Especial
Memória, Verdade e Justiça

Foto: Arquivo pessoal da Família de Francisco Carlos Limp Pinheiro

INIMIGOS DO REGIME

Mas não eram só os envolvidos na vida partidária que sofreram prisões e torturas; ser simpatizante e ou praticante do proselitismo político partidário era também condenável. O que em uma democracia caracterizava a liberdade de expressão, no regime ditatorial, os "faladores", que se expressavam abertamente ou qualquer um que fosse denunciado anonimamente, ganhavam a alcunha de inimigos e, por conseguinte, de "comunistas" - palavra de significado amplo para denominar "inimigo do regime".

Em Juiz de Fora, o investigador Jorge Braga recebia as denúncias e registrava todas as suspeitas, inclusive as infundadas, de que "fulano de tal explodiria a represa", dando margens a acertos de contas que nada tinham a ver com a ideologia, mas sim com rancores pessoais. "Bastava um telefonema ao Braguinha!"[341]

> **Foi assim que a ditadura começou, indistintamente, a desarticular tudo que era de opinião diferente e que oferecia ameaça ao golpe militar. Acabou a liberdade de expressão e a democracia!**

Nesta onda, foram detidos não só líderes e formadores de opinião, mas também muitos professores, estudantes, profissionais liberais, trabalhadores manuais e operários. A grande maioria militava em movimentos de resistência

341 CID, Wilson. Entrevista sobre as memórias de Lindolfo Hill concedida ao autor em 3.1.2019. Juiz de Fora, MG.

à ditadura, sindicatos, movimentos revolucionários, movimentos de caráter religioso-político ou em partidos políticos. Logo os nomes dos deputados Sinval Bambirra (PTB), José Gomes Pimenta (PDC) e Clodesmidt Riani (PTB) foram apontados como passíveis de terem seus mandatos cassados, pois esses políticos eram alcunhados de "reconhecidamente" comunistas, aqui escrito com aspas como sinal de suposição por parte do regime militar.

Mas nem tudo era resignação: a parte mais organizada da classe operária resistiu ao golpe desde o primeiro momento, organizando ações de solidariedade aos presos e perseguidos políticos, ora pressionando as juntas militar e civil no sentido de normalizar a vida sindical e convocar eleições, ora tentando liderar movimentos grevistas.[342]

Entre a edição do AI-1 em 9.4. e 15.6.1964, trezentos e setenta e oito (378!) brasileiros já tiveram seus mandatos eletivos cancelados e/ou seus direitos políticos suspensos. Nos primeiros 90 dias, milhares (milhares!) de pessoas foram presas, ocorreram as primeiras torturas e assassinatos. Nestes poucos meses tinham sido cassados os direitos políticos de 441 (quatrocentos e quarenta e uma!) pessoas, entre elas os dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, e João Goulart, de seis governadores, 55 congressistas, além de diplomatas, militares, sindicalistas e intelectuais.

É claro que numa democracia podem e devem coexistir mais de uma visão política e diversas convicções; o problema começa quando quem tem uma determinada linha de pensamento acha que precisa eliminar quem não pensa igual.

Outros 2.985 funcionários públicos civis e 2.757 militares foram demitidos ou forçados à aposentadoria nesses dois primeiros meses. Dentro das forças armadas foram presos todos que combatiam a miséria, o atraso e a desigualdade, os assim considerados "comunistas inimigos do Brasil". Também foi elaborada uma lista de 5 mil "inimigos" do regime. Os militares golpistas subjugaram também o judiciário, nas notícias sobre as prisões políticas, os indivíduos eram logo tratados como culpados, não havendo em nenhum momento o tratamento de "suspeito" para os presos.[343]

342 NERES, José Francisco. *Porque sou comunista. Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 46.

343 LISIEUX, D. Oliveira e MUSSE, Christina Ferraz. *O "Diário Mercantil" no Golpe Militar de 1964: como um jornal de província auxiliou na consolidação do golpe.* Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Impressa, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. UFOP.

Antes os sindicatos existiam para reivindicar os direitos e denunciar problemas dos trabalhadores, mas em 1964, logo após o golpe, foram "confundidos" com desordeiros e aqueles que somente queriam disseminar a discórdia. Todos estes sindicalistas, chamados pejorativamente de "comunistas", eram presos, torturados e alguns tinham suas famílias destruídas.

Entre todos os sindicalistas do Brasil, um dos mais perseguidos pelo novo regime ditatorial foi Clodesmidt Riani, líder sindical, presidente do PTB de Juiz de Fora. Natural de Rio Casca, com 44 anos de idade, ele foi acusado de agitador e comunista, teve sua prisão decretada e levado preso no dia 5.4.1964, logo após o golpe militar, torturado e separado da convivência familiar. Além disso, baseado no AI-1, Riani foi considerado subversivo, condenado a 17 anos de prisão e teve cassado seu mandato como deputado estadual de Minas Gerais conseguido democraticamente com 14 mil votos; função que exercia desde 1954.[344] Entre os partidos e organizações mais visadas pela repressão estavam o PCB, o PCdoB, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais e o Comando de Libertação Nacional. Ninguém escapava das garras dos militares, nem mesmo os militares!

> **A ditadura já começou implacável! Estranhamente, mesmo sabendo das arbitrariedades no Brasil os Estados Unidos providenciaram em junho US$ 50 milhões como ajuda econômica e em dezembro seriam mais US$ 150 milhões. Logo no mês de janeiro de 1965, seria a vez do FMI disponibilizar ao Brasil um crédito de US$ 125 milhões.**

Em Juiz de Fora, o movimento golpista não tinha restrições ao prefeito Adhemar Andrade, mas foi a primeira autoridade civil que o general Mourão convidou para ir ao quartel ouvir sua proclamação em favor da destituição do presidente da República. Mesmo assim, o "comando revolucionário" considerou conveniente, particularmente para aquele momento, a imposição de um "prefeito militar da cidade" improvisado que teve somente um papel quase limitado ao marketing militar.

Este prefeito militar da cidade serviu para dar um sentido de superioridade militar sobre a organização civil. Nada se alterou nos expedientes anteriores do prefeito Adhemar Andrade, como também nada tinha para inovar. O general Frederico Adolfo Fassheber ficou somente dez dias no

344 CMV-JF. *Memórias da repressão – relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora*. Editora MAMM. Juiz de Fora, 2016. p. 88-195. Disponível em: http://www.camarajf.mg.gov.br/docs/ebook_cmv2015.pdf

cargo, limitado a receber visitantes, muitos dos quais preocupados em conseguir sua interferência em favor de presos ou pessoas em vias de serem levadas aos interrogatórios nos quartéis.

Mas era um poder paralelo, pois as ações militares da hora ocorriam sem qualquer conhecimento prévio de autoridades civis. Ainda em Juiz de Fora, o jovem engenheiro Itamar Franco, filiado ao PTB e chefe do Departamento de Águas da cidade, somente conseguiu viajar para o Rio de Janeiro para um tratamento médico com a ajuda de um salvo conduto assinado pelo próprio general Fassheber, considerado o fim da liberdade de ir e vir. Um exílio silencioso e triste para um sonhador que anos mais tarde se tornaria prefeito da cidade e depois presidente do Brasil.[345]

A Câmara Municipal de Juiz de Fora não funcionou entre os dias 1. e 11.4.1964, voltando a funcionar depois do AI-1 em sessão do dia 13.4.1964 com votos de congratulações ao general "eleito" Castello Branco. Nesta primeira sessão após a "quartelada seguida de golpe", a CMJF propôs título de cidadão honorário aos generais Carlos Luiz Guedes e Antônio Carlos Muricy; título de cidadão benemérito ao governador Magalhães Pinto e título de cidadão honorário e benemérito ao general Olympio Mourão Filho. Era a valorização dos golpistas pelo poder legislativo local. No dia 22.4.1964, mais uma vez os vereadores de Juiz de Fora se pronunciam em favor de título de cidadão honorário a outro general, Frederico Adolfo Fassheber, o "prefeito militar de Juiz de Fora".[346]

345 ZAGUETTO, Ismair. *Itamar e o bando de sonhadores*. Juiz de Fora: Editora do Autor, 2012. p. 47.

346 AHJF. *Fundo atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Livros de Atas*, *1964*. fls. 127 e 133.

IMPOSIÇÃO DO SILÊNCIO

Nesta época se temiam os métodos e as conhecidas práticas de graves violações de direitos humanos. Entre eles a detenção arbitrária ou ilegal, as torturas que desumanizam os seres humanos, a execução sumária ou extrajudicial, o desaparecimento forçado e a ocultação de cadáveres.

Os militares envergonharam o Brasil e sujaram de sangue suas fardas.

Lindolfo Hill tinha tomado conhecimento que só em Juiz de Fora, sua cidade natal, no ano de 1964 já tinham sido registrados 33 casos abusos contra a democracia e o estado de direito. Para os olhos tristes de Hill e seus companheiros nada mais os espantava. Uma verdadeira "operação de silenciamento forçado" tinha sido colocada em prática no país.

Lindolfo Hill foi preso pela ditadura em Niterói.[347]

As prisões ocorriam em casa, na presença de familiares, amigos e desconhecidos, a qualquer hora do dia ou mesmo no meio da noite. Prisões também eram efetuadas durante comícios, atos políticos, durante passeatas

347 Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0001c/br_dfanbsb_zd_0_0_0001c_0111/br_dfanbsb_zd_0_0_0001c_0111_d0001de0001.pdf

e em momentos de ações dos grupos revolucionários.

Escutavam-se relatos assustadores de agressões sofridas no ato da prisão, ameaças, torturas psicológicas, confisco de materiais e livros. Em todo o Brasil, milhares de livros foram sumariamente confiscados de livrarias e das editoras pelas mais diversas razões: por falarem de comunismo (mesmo que fosse contra), porque o autor era *persona non grata* do regime, por serem traduções do russo, ou simplesmente porque tinham capas vermelhas. As editoras progressistas sofreram o boicote da ditadura, que pressionava os bancos a não concederem empréstimos, e as bancas de rua e livrarias a não venderem os livros daquelas editoras.[348]

O livreiro juiz-forano, João Carlos Reis Horta, foi um dos que sofreram a arbitrariedade por somente ser dono de uma livraria que vendia todo tipo de livros, inclusive os considerados pelo novo regime como "subversivos". A partir desse dia ele foi injustamente denominado "João Comunista", indiciado, preso e torturado. Tendo isso arruinado sua vida para sempre.[349]

Outra barbárie muito comum era manter os detidos em situação de incomunicabilidade durante dias.[350] A ditadura tinha montado e forjado uma Polícia Política, um esquema de controle sistemático, espionagem, trocas de informações e arbítrios de diferentes matizes no intuito de garantir o que eles chamavam de "ordem". Visavam a debelar as eventuais "ameaças" à segurança nacional, mas que na verdade rompiam com a constituição vigente desde 1946.

Uma das maiores desculpas do regime ditatorial implantado era de conter o suposto "perigo comunista". Perigo que nunca foi provado! Para tanto iniciou-se uma série de Atos Institucionais orientado no sentido de cassar direitos políticos dos opositores, em especial aos pertencentes ao PTB e PCB.

Seguindo ordens, numa devassa na casa do líder político do PCB Luiz Carlos Prestes, em 12.4.1964, a Polícia Política encontrou 54 pastas de documentos e 20 cadernetas, contendo anotações de conversas e dados do PCB, gerando assim o primeiro grande processo jurídico contra os comunistas e iniciando uma verdadeira caçada aos dirigentes do partido e levando per-

348 HALLEWELL, L. *O livro no Brasil (sua história*). São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. p. 483-501.

349 CMV-JF. *Memórias da repressão – relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora MAMM, 2016. p. 59. Disponível em: http://www.camarajf.mg.gov.br/docs/ebook_cmv2015.pdf

350 Entrevista de João Carlos Reis Horta concedida ao autor. Juiz de Fora, 5.6.2018.

plexidade aos militantes dos partidos pelas arbitrariedades sofridas.[351]

Erro fatal de Prestes, contrariando as diretrizes do PCB.

Luiz Carlos Prestes participava das reuniões comunistas com uma caderneta folhuda de 12x10 cm onde anotava os oradores com seus nomes verdadeiros e suas falas. Com caprichada caligrafia e perfeita legibilidade, ele vinha anotando centenas de reuniões desde 1961.[352]

Mas os militares não estavam sozinhos! Parte da sociedade demonstrou abertamente apoio e marcharam em abril, maio e junho do mesmo ano, comemorando a vitória dos militares golpistas. Mas, as medidas adotadas pelo governo do primeiro presidente militar Castello Branco, o tornou bastante impopular pelas ações, visando ao saneamento financeiro que acarretaram alta dos preços e carestia da vida. As forças de direita, entre elas parte da população, parte da classe média, a elite e os jornais, foram também surpreendidas. Tinham apoiado os militares na esperança de que eles "colocassem a casa em ordem", mas não que eles impusessem uma ditadura.

Uma vez no poder, os militares "resolveram" permanecer no poder!

Quem apoiou e se arrependeu esqueceu que a conjuntura política de um país e do mundo é sempre um momento de seu desenvolvimento cinético, um elo da cadeia lógica de eventos ao longo do tempo. O futuro está ligado ao presente como este ao passado pela linha dos acontecimentos históricos mundiais, em uma clara sequência lógica.[353]

Portanto, se quisermos entender o momento político não podemos analisar os acontecimentos no Brasil isoladamente, é preciso sempre que levemos em consideração as influências mundiais.

351 VINHAS, Moisés. *O Partidão – A luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. p. 185-236.

352 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p. 96.

353 SILVA, Helio. *General Olympio Mourão Filho. Memórias: a verdade de um revolucionário.* Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1978. p. 16.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU SUBVERSÃO?

Nesta época, como ativo membro do PCB, Lindolfo Hill exercia suas atividades militantes nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e na capital Brasília. Como todos, Lindolfo sentia também que a pressão aumentava e, a partir de 1º de maio de 1964, os militares iniciaram o "Inquérito Policial Militar da Subversão" nas cidades de Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí.

Hoje, olhando para o passado, os documentos dos arquivos da ditadura devem ser vistos com o olho crítico da dúvida, pois foram escritos por pessoas treinadas para disfarçar, mentir, contrainformar, caluniar, prender, torturar e matar.[354]

A democrática "liberdade de expressão" torna-se sinônimo de "comunismo subversivo".

Inicialmente, os golpistas (a ditadura os chamava de revolucionários) "apuravam" com o Inquérito Policial Militar da Subversão as organizações, as atividades e os agentes políticos do PCB nestas cidades. Por conexão, apurou também atividades sindicais e parlamentares e do grupo dos onze: dentre as pessoas indiciadas, nesse inquérito, encontravam-se líderes políticos

354 PALMAR, Aluizio. Disponível em: https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/lindolfo-hill-o-primeiro-vereador-de-juiz-de-fora/attachment/image-8-2/

de importância nacional como Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Wladimir Pomar, entre outros.

Inicialmente, o moderado general presidente Humberto de Alencar Castello Branco queria logo transmitir e devolver o poder aos civis na promessa de passar o cargo de presidente ao seu sucessor eleito, democraticamente, em 7.10.1965, mas o congresso, por medo dos tanques de guerra e com a oposição cassada, votou a prorrogação por um ano do mandato do presidente para fins de 1966. Estavam adiadas as eleições, pois os militares radicais achavam melhor continuar a "obra revolucionária".

Infelizmente os militares se esqueceram que nenhuma política é certa quando se esquece o ser humano, o povo brasileiro.

Os civis sofrerem violações dos direitos humanos com prisões arbitrárias e acusações "construídas sob pressões de ameaças" do terror militar dos quartéis e do "ambiente de caça aos comunistas". A repressão também aos militares começou logo após o golpe, com a cassação, execução, prisão e constrangimento de oficiais e militares que divergiam do grupo radical que "tomou o poder com o golpe militar". Militares que não se subordinavam eram perseguidos de várias formas: mediante expulsão, instigados a solicitarem passagem para a reserva ou pedirem a aposentadoria.

Alguns que protestaram foram processados, presos arbitrariamente e torturados. Mesmo, quando eram inocentados, não eram reintegrados às suas corporações e, caso fossem reintegrados, sofreriam discriminação no prosseguimento de suas carreiras.[355] Em mais de duas décadas de ditadura no Brasil, o regime perseguiu, prendeu ou torturou 6.591 (!) militares.

Demonstrando a importância política da região Fluminense para as forças repressoras no processo de consolidação da ditadura, iniciada no "golpe militar de 64", o Inquérito Policial Militar da Subversão foi presidido pelo major do Exército Milton Martins Ribeiro e teve, como relator, o tenente Silmar Cardoso Sandermann, ambos designados pelo general de divisão Estevão Taurino de Rezende Neto.

A apuração de crimes contra a Segurança Nacional ficou centralizada no 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), em Barra Mansa-RJ, sob o comando do coronel Nilo de Queiroz Lima.

Sob a direção do general de divisão Hugo Panasco Alvim, em 21.9.1964, a

355 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46532955

ditadura instaurou o IPM número 709, uma delegação de poderes para o coronel Ferdinando de Carvalho investigar a vida do Partido Comunista Brasileiro. Como ocorreu com muitos companheiros, Lindolfo Hill illHfoi também indiciado no IPM 709, pois integrava o Comitê Municipal do PCB em Volta Redonda, onde ajudou a formar a célula do PCB dessa cidade e a célula do PCB dentro da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Segundo o relatório, Hill atuava no Comitê Municipal do PCB em Volta Redonda, no Comitê Estadual do PCB em Niterói e era responsável por transmitir as ordens para os Comitês Comunistas dos municípios vizinhos.

Mesmo para quem não estava sob suspeita, os IPMs constituíam forte elemento repressor, pois, ao ter um nome publicado em jornais relacionados à "subversão", a pessoa acusada enfrentava constrangimentos com os amigos, a família e via sua vida profissional obstruída por essas acusações. Quem era indiciado e preso podia chegar a ser torturado e esse medo gerou efeito na sociedade civil. Inicialmente, o combate à oposição tinha ficado com o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) que, junto com o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), realizava perseguições, prisões e interrogatórios.

Em dezembro de 1964, Lindolfo Hill foi indiciado no IPM coordenado pelo coronel comandante da Polícia do Exército, Olavo Viana Moog, encarregado de apurar 76 suspeitas de "atentado" contra o "trem da esperança" que conduzia, de volta de São Paulo, o governador da Guanabara Carlos Lacerda e os convencionais da UDN. Moog enviou os autos para a Segunda Auditoria de Guerra.[356] Em "custódia" no DOPS da Guanabara, o delegado Valdir Cabral segurava presos, a mais de 60 dias, Lindolfo Hill, José Mota e Osvaldo José Vicente, sem prisão preventiva decretada, ultrapassando o prazo legal e sem poder receber visitas da família ou sair das celas.[357] Os policiais esgotavam a paciência dos detidos ao fazerem diversas vezes as mesmas perguntas e provocações primárias nos sucessivos interrogatórios e inquisições dos IPMs. Acuados, sem esperanças e sem perspectivas, Lindolfo e os outros só foram libertados no dia 13.1.1965.

O PCB clandestino continuava ativo e, em 1965, o Comitê Estadual do PCB Mineiro era composto pelo secretário político Ney Zossi Veloso, o líder sindical e secretário Lindolfo Hill, o jornalista Nilton Nunes de Avi-

356 *Jornal Última Hora* RJ 5.1.1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/386030/106187

357 *Jornal Última Hora* RJ 12.1.1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/386030/106358

lar Jr, o professor granberyense Irineu Guimarães, o vereador Itamar Rates Barroso, o vereador Peralva de Miranda Delgado, o sapateiro Geraldino Natividade, o ex-vereador José Moreira Lana, o pintor José Messias Teixeira e pelo barbeiro Milton Fernandes.

Em Juiz de Fora, o partido tinha ainda, em suas bases, o militante granberyense e professor de Direito Civil, Thomaz Bernardino, orador de diversas comissões do PCB da Célula Comunista local que, junto com Lindolfo Hill, Irineu Guimarães e José Walter Moreira, eram considerados como os comunistas de maior projeção no Estado de Minas Gerais.[358]

Hill acabou sendo considerado "elemento perigoso" e de grande atividade nas hostes do partido da subversão, ainda acusado de participação nas reuniões dos comitês a fim de promover a revolução comunista por meio da violência.[359] Sem prisão preventiva decretada, Lindolfo e seus camaradas foram arbitrariamente considerados "terroristas" pelo regime militar,[360] ficando presos por mais de sessenta dias na cadeia do DOPS, totalmente incomunicáveis.[361] Lindolfo Hill, logo após uma de suas prisões, insistia que, para dar um exemplo aos companheiros de partido, era preciso resistir e citava Carlos Marighella:

> "Sou comunista, sou dirigente comunista, não abdicarei jamais da minha condição de comunista; este direito eu tenho assegurado pela constituição e não existe força humana que possa me afastar do ideal que abracei. É uma questão de convicção e minhas ideias são públicas e legais, conhecidas pela população e obviamente também pela polícia."

Tinha sido um golpe duro nos ativistas comunistas. Assim, somente em maio de 1965, o Comitê Central do PCB conseguiu se reunir em São Paulo, onde perceberam que não estava fácil encontrar novos militantes e resolveram adotar um programa mínimo de luta centrado na defesa da liberdade democrática e na organização das massas contra o regime ditatorial.[362] Mais

358 NOVAES NETTO, Arsênio Firmino de. *Irineu Guimarães, a prática socialista de um educador cristão*. Yangraf Gráfica e Editora Ltda. São Paulo, 2004. p. 190.

359 *Relatório final da Comissão municipal da verdade de Volta Redonda, 2013-2015*. Volta Redonda, 2015. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/ administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf

360 *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro, 16.12.1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/386030/104747

361 *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro, 12.1.1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/386030/106358

362 VINHAS, Moisés. *O Partidão – A luta por um partido de massas 1922-1974.* São Paulo:

uma vez, em 1.7.1965, Lindolfo Hill e outras 26 pessoas foram acusados no Estado da Guanabara de violação da Lei de Segurança Nacional, por tentativa de organizar insurreição armada contra os poderes públicos.[363]

Mas as intimidações continuavam e, em novembro de 1965, o Exército abriu outro Inquérito Policial Militar para apurar fatos e responsabilidades das pessoas do "teoricamente" extinto PCB que "supostamente" tinha desenvolvido atividades contra a lei, crimes militares e os crimes contra o Estado e a ordem política e social. Mais uma vez, entre os intimados estava Lindolfo Hill, interrogado na sede dos trabalhos da IPM do Rio de Janeiro, na avenida Presidente Vargas n. 595, 9º andar.[364]

O Golpe de Estado de 1964 não vinha sendo marcado pela banalidade, mas sim pela brutalidade evidenciada não só pelo sangue das pessoas que morreram, mas também pela quantidade de ações arbitrárias que tomaram conta do país a partir de abril daquele ano; prisões sem mandato, interrogatórios violentos e tortura.

> **Depois de meses de incansáveis e obstinadas buscas, nem mesmo o anticomunista coronel Andrade Serpa conseguiu encontrar sequer um indício de que uma subversão comunista ameaçasse a democracia e que justificasse o golpe no governo do presidente João Goulart!**

O que existiam eram puras e maquiavélicas invencionices do UDN-ismo raivoso e do Lacerdismo ávido de poder. Todas fantasias da direita bem organizadas, bem municiadas de armas, dinheiro e o apoio americano configurou uma sinistra orquestração das forças tradicionalistas visando a derrubada um governo legítimo. Na visão da direita radical, não interessavam as preocupações de João Goulart de introduzir no Brasil reformas capazes de arrancar o país da inércia, benéfica somente para as classes mais privilegiadas.[365]

Editora Hucitec, 1982. p. 236-237.

363 *Jornal do Commercio RJ* 1.7.1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/36485

364 *Diário Oficial da União* (DOU) de 8.11.1965, Seção 1, p. 44. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3051891/pg-44-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-11-1965/pdfView

365 PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993. Pag. 150.

OPOSIÇÃO CONSENTIDA

Com a ajuda de Lindolfo Hill, no ano de 1965, o partido PCB procurava se organizar em três comissões: agitação, educação e ação universitária. Para Hill, resolver o legado de uma catástrofe nacional e ditatorial não era só um direito, mas sim um dever.

> **Lindolfo Hill dizia que apenas falar não melhoraria o Brasil e o mundo, ele repetia aos companheiros: sejam ativos, pois ser ativo faz toda a diferença. A revolução é individual!**

Mas nem tudo era resignação. Mesmo tendo usurpado o poder legítimo de João Goulart pela força militar e adiado as eleições, o comando "linha dura" da ditadura percebia um fortalecimento da oposição em estados estratégicos como Minas Gerais e Guanabara para as eleições presidenciais de 1966.[366] Nestes dois estados da federação, as eleições para governador foram vencidas pela oposição, respectivamente Israel Pinheiro em Minas Gerais e Negrão de Lima na Guanabara. Com a derrota dos candidatos governistas, consequentemente, soou o alarme da desaprovação dos militares! Em Alagoas, nenhum dos candidatos obteve a maioria desejada e os "revolucionários" nomearam um interventor general.

Frente a esse cenário e a possibilidade de a revolução perder também

366 CMV-JF. *Memórias da repressão* – da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora MAMM, 2016. p. 116.

o posto de presidente, surgiu, em 27.10.1965, o Ato Institucional (AI-2), extinguindo os partidos existentes e como uma "camisa-de-força" estabelecendo um novo sistema bipartidário bitolado, um monstrengo de duas cabeças. O general-presidente chamou este ato de "documento de extraordinária importância para a normalização da democracia brasileira",[367] mas, na verdade, era mais concentração de poder e menos democracia!

Não apenas mandatos dos opositores foram cassados, mas os antigos partidos também foram varridos do cenário político e dois "novos" partidos surgiram. De um lado, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), de feitio conservador, era o braço político do sistema de exceção vigente que representava os dominantes. Do outro lado, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que de liberdade democrática nada tinha. A ARENA tinha a missão de apoiar incondicionalmente todos os "caprichos do governo", já no MDB se aglutinavam todos os opositores à nova ordem imposta pela força dos militares.

Teoricamente, a função do MDB era vigiar os atos governamentais e denunciar erros cometidos sob o ângulo da crítica oposicionista, porém sem contestá-la. O governo golpista queria fazer a opinião pública internacional crer que no Brasil existia liberdade e democracia; o que de fato não tínhamos. Mas, na verdade, o ato AI-2 tinha dado ao presidente poderes de fechar o Congresso Nacional e tornou as eleições presidenciais indiretas, além de estender para a sociedade civil a justiça militar. Como passaram para a justiça militar essa atribuição de julgar os "crimes" contra a segurança nacional, enfraqueceram o poder judiciário![368]

Em Juiz de Fora, cidade natal de Lindolfo Hill, nesta época com 250 mil habitantes, venceu as eleições para prefeito Itamar Franco e para vice o general da reserva Oscar Silva, ambos do partido MDB; partido de oposição consentida, que na verdade não era uma oposição verdadeiramente democrática.

Mesmo com a aparente normalidade, vivia-se em clima de angustiante tensão, pois o AI-2 não só ameaçava com a suspensão dos direitos políticos, como também previa para o poder executivo na mão dos militares de impor liberdade vigiada, proibição de frequentar certos lugares públicos, proibição de manifestações políticas, atingindo de frente a liberdade de ex-

367 VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975. p. 332 e 359.

368 MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 132.

pressão dos cidadãos.

Em 5.2.1966, veio o AI-3, impondo eleições indiretas nos Estados; já os municípios das capitais teriam o chefe do executivo "nomeado" (na verdade imposto!) pelos governadores, sendo que alguns deles eram interventores militares. Ficando claro que o regime ditatorial não toleraria qualquer contestação!

Em ofício de 21.3.1966, um representante do Ministério Público, denunciou, "sem provas" mais uma vez, Lindolfo Hill para o Juiz auditor da 2ª Auditoria da 1ª Região Militar da 1ª CJM,[369] visando a incriminar os ativistas, por "suposta participação comunista" no atentado ao trem, onde se encontrava o governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda.[370] O cerco ficava cada vez mais apertado para os amantes da liberdade e dos direitos sociais e democráticos.

Logo em seguida, em dezembro de 1966, veio o AI-4, que dava poderes ao executivo para aprovar normas sem que fosse preciso da deliberação do congresso ou da apreciação do Poder Judiciário. Em todo Brasil, as incriminações e acusações eram uma das estratégias comuns e midiáticas do governo golpista para criminalizar o Partido Comunista, sempre citando "nomes de peso" em inquéritos e acusando-os de várias ações que iam contra o "Status Quo" do sistema militar ditatorial da época.[371]

A visão maniqueísta construída pela ideologia dominante consiste em fazer passar a todos a ideia de que os que pensam diferente são desviantes, marginais ou simplesmente agitadores, desordeiros, enfim.

Ainda em 1966, servindo fielmente ao partido como profissional, Lindolfo Hill tinha sido enviado pelo Comitê Central do Partido Comunista para reorganizar as estruturas e dar assistência política ao Comitê Metropolitano do PCB em Brasília; este passou a ter uma maior amplitude orgânica, contando com comitês em Taguatinga, Gama e Sobradinho, além dos comitês nos setores universitários, secundarista, bancário, Câmara dos Deputados, intelectuais e construção civil. Como preparação para o VI Congresso Nacional do PCB, o secretário Lindolfo Hill levou para as discussões as

369 Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=32092

370 Relatório final do projeto de pesquisa *Justiça Autoritária: O judiciário do Rio de Janeiro e a ditadura militar (1964-1988)*. UFRJ (PPGD). Disponível em: http://www.cev-rio.org.br/site/arq/FND-UFRJ-Justica-autoritaria.pdf

371 GRABOIS, Igor. Entrevista ao autor em 15.10.2017. São Paulo, 2017.

teses políticas e as propostas do Comitê Central. Hill manteve-se na linha marxista-leninista da luta de classes.

BRUTALIDADE DISFARÇADA DE LEGALIDADE

Depois do golpe de 1964 e quatro Atos Institucionais no governo do primeiro presidente general Castello Branco, ocorreram 3349 punições políticas, 25 mortos e desaparecidos e mais de 363 denúncias de tortura. A "heróica promessa" dos militares tinha sido se livrar do comunismo, estabilizar o país e devolvê-lo aos civis em um regime democrático. Mas o prometido não se concretizou, nem com o adiamento das eleições de 1965 para 1966.

Em 9.2.1967, já no apagar das luzes de seu governo, Castello Branco ainda editou a Lei da Imprensa, colocando os meios de comunicação da oposição sob os olhares ditatoriais dos militares. A oposição estava definitivamente calada! Consagrava-se a ideia de "guerra interna" para justificar as atrocidades. Dois dias antes da "eleição", o general presidente Castello Branco editou o Decreto-Lei Nº 314, de 13.3.1967, que "Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências", base da Lei de Segurança Nacional.[372]

Ao invés de voltarem para os quartéis e assumir aquilo que são, isto é, funcionários públicos uniformizados(!), em 15.3.1967, o congresso nacional "elegeria" indiretamente (de acordo com o AI-2) o novo "presidente" do Brasil, mais um general Arthur da Costa e Silva para substituir o general Castello Branco; o vice empossado foi o "civil figurativo" Pedro Aleixo.

372 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0314.htm

As promessas iniciais dos militares de democracia acabavam aos poucos e foi nesse cenário que o PCB continuava suas atividades, mas era empurrado cada vez mais para a clandestinidade. Seus membros permaneceram ativos, se reuniam em congressos e elegiam seus comitês. Mesmo com as repressões, os movimentos sociais continuaram a acontecer "ilegalmente", as greves operárias ainda clamavam por justiça, os direitos civis e sociais ainda eram reivindicados.

Ainda em 1967, vários membros do PCB se reuniram durante quatro dias num sítio próximo à Brasília, em Formosa – GO, na IV Conferência Metropolitana, ocasião em que foram apresentados materiais do Comitê Central do Partido Comunista. Alguns como Lindolfo Hill, codinome "Guilherme", fiéis à doutrina marxista-leninista, achavam que as reformas necessárias e a implantação do socialismo deveriam vir com as reivindicações de classe, baseadas em métodos pacíficos, através do esclarecimento das massas. Porém outro grupo do PCB discordava e julgava que somente a luta armada poderia mudar a situação política do Brasil para se chegar ao socialismo. Nesta reunião, ainda se pretendia eleger um Comitê Municipal, mas Hill não aceitou a indicação por discordar dos nomes e achar que as ideias eram aventureiras e que acarretaria na prisão de todos.

A sociedade via que o discurso dos militares era mais uma vez "democrático", mas a prática era ditatorial, uma raposa na pele de um cordeiro. A "posse" do novo general-presidente Costa e Silva coincidia com o fim da vigência do AI-2, isto é, a vida parecia que voltaria ao normal com o fim da liberdade vigiada, o fim da proibição de frequentar certos lugares públicos, o fim da proibição de manifestações políticas, o retorno da liberdade de expressão dos cidadãos.

Mas, na verdade, os militares "linha dura" pediam endurecimento e mais punições, portanto foram as radicalizações dos militares que retroalimentaram as reações da população disposta a lutar pelos seus direitos. Conforme a repressão militar aumentava, a esquerda justificava também suas ações, o que escalou para assaltos a bancos e sequestros de diplomatas; o círculo vicioso se fechava e as forças linha dura de repressão justificavam com isso seus métodos violentos, torturas e mortes.[373]

O sistema militar começou a transferência neste ano de 1967 de presos políticos da Guerrilha do Caparaó para a Penitenciária de Linhares em

373 FICO, Carlos. *O grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. p. 199.

Juiz de Fora.[374] Oficialmente a Penitenciária Regional José Edson Cavalieri tinha sido criada no ano anterior com presos vindos de Belo Horizonte.[375]

Em julho de 1967, em Brasília-DF, sob orientação do Comitê Central do partido, manteve o comitê anterior do PCB de Goiás, mas excluindo os partidários da luta armada, que posteriormente seriam expulsos do PCB. Lindolfo tinha ficado com a responsabilidade de aplicar a linha política do partido no planalto central pelas cidades satélites e a capital federal era tarefa de Geraldo Campos, Sérgio Ribeiro e Fábio Bruno.

Em São Paulo, sob a mais estrita clandestinidade, o PCB realizou, em dezembro de 1967, o seu VI Congresso Nacional, com a presença de 100 pessoas, entre eles estava o atuante Lindolfo Hill. Nesta ocasião, as discussões foram intensas em difíceis batalhas ideológicas, mas a resolução final previa que a prioridade era a luta contra a ditadura e as liberdades democráticas. Porém as divergências de abordagens e linha do partido levaram numerosos militantes e dirigentes a tomarem caminhos diferentes e menos pacíficos; entre eles estavam os seguidores da Corrente Revolucionária Carlos Marighella e Jacob Gorender.[376]

Os radicais não se impuseram e o partido manteve firme na linha pacífica em torno de Luiz Carlos Prestes.[377] Ele sabia que partir para uma luta armada somente com os setores da vanguarda não daria certo caso não tivessem o apoio da grande massa popular. O PCB se manteve firme em defender que o caminho era reorganizar pacientemente a questão sindical.

Se por um lado o partido perdeu líderes de projeção, por outro ganhou um programa tático sólido entre os militantes e um coletivo disposto a aplicar efetivamente a concepção etapista proposta para a revolução brasileira, começando por liquidar o domínio imperialista e o monopólio da terra.[378] Mas nem todos se mantiveram neste caminho, na época mais de 20 orga-

374 NERES, José Francisco. *Porque sou comunista. Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 92.

375 MARLON, Christopher. *História do Sistema Penitenciário de Juiz de Fora*. UNIVERSO.

376 SEGATTO, José Antônio et alli. *PCB: Memória fotográfica (1922-1982)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 140.

377 Disponível em: http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=151

378 SOUZA, Igor Dias Domingues. *Neres e o VI Congresso do PCB: organizar as massas contra a ditadura pela base*. Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 169.

nizações revolucionárias optaram pela luta armada e ações de desapropriações de bancos, ao contrário do PCB de Lindolfo Hill que ainda compreendia que a classe trabalhadora e a população em geral não tinham ainda se recomposto da derrota imposta pelo golpe militar.

Mas mesmo com o clima de terror imposto pelos militares, em muitos lugares foram os trabalhadores que tomaram a iniciativa de ir aos sindicatos cobrar de interventores militares o funcionamento normal das entidades, eleições diretas e restabelecimento das funções reivindicativas.[379]

Em 1968, a resistência civil se torna mais ousada e forte e o mundo vivia uma convulsão com os movimentos dos estudantes e operários na França, o movimento dos Panteras Negras nos EUA, a campanha contra a guerra do Vietnã e outros.[380] O ano de 1968, foi um "grande experimento social feito por uma pequena minoria. Quase tudo da política e da sociedade foi posto em questão: os parlamentos e os partidos, a justiça, a polícia, a igreja, os sindicatos, os bancos, os grupos empresariais, a imprensa, a mídia, as instituições sociais centrais, como a família, a escola e a universidade".[381]

Quase nenhum setor escapava da crítica. O mundo estava conectado e, no Brasil, Lindolfo Hill acompanhava de Brasília os protestos frequentes dos estudantes, que eram reprimidos com violência pela polícia. Em março, o estudante secundarista paraense Edson Luís de Lima Souto, que trabalhava na limpeza do Restaurante Universitário Calabouço para se sustentar, acabou morto em uma dessas manifestações no Rio de Janeiro por melhores condições de alimentação. Logo em seguida, após missa de sétimo dia de Edson onde declaravam que "neste luto começa a luta", policiais a cavalo reprimiram manifestação de estudantes na Candelária.

Foi esse episódio que motivou mais de 56 passeatas contra o regime ditatorial, levando a ala mais radical dos militares a pressionar o presidente para decretar um novo ato institucional que permitisse punições excepcionais mais severas. Era de fato o endurecimento do regime antidemocrático e o recado direto dos militares para os opositores era claro:

379 NERES, José Francisco. *Porque sou comunista. Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 49-50.

380 PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. p. 421.

381 KRAUSHAAR, Wolfgang. *1968: um ano transforma a sociedade*. Disponível em: https://www.deutschland.de/pt-br/topic/politica/1968-na-alemanha-a-origem-e-as-consequencias-do-movimento-de-protesto

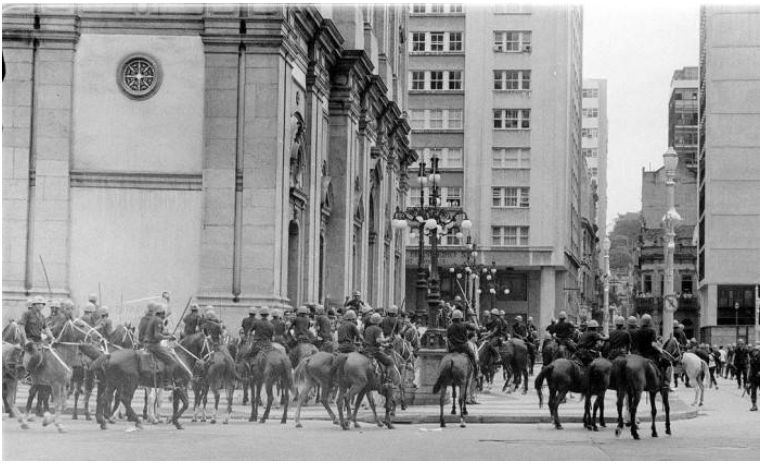


Foto: Arquivo *O Globo*, 4.4.1968

"Saiam do país, não haverá contemplações, nem prisioneiros".[382]

Como os movimentos democráticos e demonstrações foram proibidos, quem ainda ousava contestar foi obrigado a engajar-se nas lutas armadas. Mas Lindolfo Hill, neste ano, coordenou os trabalhos de arrecadação de finanças, quando foi instituído, pelo Comitê Central, o mês nacional de finanças. Ainda como assistente político do comitê metropolitano de Brasília, Hill orientou os trabalhos de preparação de TE (trabalho especial).[383]

Em setembro de 1968, o Festival Internacional da Canção no Rio de Janeiro apresenta vários artistas em busca de liberdade com o protesto como tema principal:

> ... vem vamos embora, que esperar não é saber
> ... há soldados armados, amados ou não
> ... caminhando e cantando e seguindo a canção
> ... quem sabe faz a hora, não espera acontecer
> ... ou morrer pela pátria ou viver sem razão.[384]

Neste momento histórico, houve perseguição inclusive de militares que ti-

382 POMAR, Wladmir. *Pedro Pomar, uma vida em Vermelho*. São Paulo: Editora Xamã, 2003. p. 14.

383 SNI Presidência da República. *Ofício n. 038 - 730539 de 1973*. Relatório e Solução do IPM para o chefe do SNI. Brasília 8.2.1973

384 VANDRÉ, Geraldo. Trechos extraídos da música *Para não dizer que não falei das flores*. 1968.

nham apoiado o golpe em 1964, mas que se opunham às ações mais violentas. Livres até dos opositores internos da caserna, o caminho estava livre para os militares radicais. Golpe maior sofreram os ativistas da liberdade, em 13.12.1968, quando as forças militares aumentaram a brutalidade e a pressão promulgando o AI-5. O Ato Institucional número 5 diminuía ainda mais as garantias democráticas, conferindo ao governo ditatorial maior liberdade para as cassações políticas e suspensão de direitos. Desta vez sem prazo para terminar!

Neste dia, no Palácio das Laranjeiras no Rio de Janeiro, o gabinete do Conselho de Segurança Nacional se reuniu e aprovou por "unanimidade" o AI-5. Estavam presentes o vice-presidente Pedro Aleixo e o general-presidente Arthur da Costa e Silva, os ministros e militares Augusto Rademaker, general Lyra Tavares, coronel Mário Andreazza, major Jarbas Passarinho, brigadeiro Márcio de Souza e Mello, general Costa Cavalcanti, general Emilio Garrastazú Medici, general Orlando Geisel, almirante Adalberto de Barros Nunes, general Adalberto Pereira, brigadeiro Carlos Huet Sampaio, Gama e Silva, Rondon Pacheco, Albuquerque Lima, Helio Beltrão, Carlos Simas, Tarso Dutra, Leonel Miranda, Jayme Portella, Magalhães Pinto, Ivo Arzua e Delfim Netto. Mas, por questão de praxe, somente os 15 ministros assinaram o documento.[385]

Finalmente assinado pelo general-presidente Arthur da Costa e Silva, o AI-5 autorizou uma série de medidas de exceção, autorizando o fechamento do Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, intervir em Estados e municípios e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por até dez anos, inclusive dos militares. Mas o ponto culminante do AI-5 foi o fim do *habeas corpus* nos casos de "crimes" políticos, deixando os civis prisioneiros políticos nas mãos arbitrárias das autoridades do regime.

> **Para "garantir o AI-5", mesmo antes da assinatura do ato, aconteceu a "Operação Arrastão" com a prisão sumária de juristas, operários, políticos, jornalistas, artistas e líderes estudantis.[386]**

Para muitos militares o AI-5 foi o maior erro cometido no Brasil e comprometeu os ideais do movimento de 31.3.1964, cujo objetivo era de somente estabilizar o país por um curto período e devolver o governo democra-

385 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/index.html

386 ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Editora Atual Editora LTDA, 1996. p. 82

ticamente aos civis. Mas as medidas antidemocráticas do AI-5 atingiram diretamente, e profundamente, o PCB de Lindolfo Hill, representando gravíssima derrota para as forças democráticas.

Foto: Arquivo *O Globo*, 13.12.1968

Tendo a seu lado o ministro da Justiça, Gama e Silva, ainda no Palácio Laranjeiras, Rio de Janeiro, às 23 horas, o locutor da Agência Nacional Alberto Cury leu, em cadeia nacional, as oito páginas do Ato Institucional Nº 5; logo após entrou no ar o programa *A Voz do Brasil* que transmitiu o pronunciamento do ministro da Justiça.[387]

Era a brutalidade de caráter fascista disfarçada de legalidade.

O ato representou uma inflexão do regime militar no Brasil e conferiu ao general-presidente da República autoridade para cassar mandatos parlamentares e fechar o Congresso. Era facultado ainda nomear interventores para dirigir estados e municípios, demitir qualquer funcionário público e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão.

A censura prévia na imprensa e nas expressões artísticas completaram o cenário do período mais antidemocrático da história brasileira. Era o en-

387 MATOS, Lidiane Leite de. *Voz do Brasil - Do Estado Novo ao século XXI*. Juiz de Fora: UFJF, 2001. Disponível em: http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/LMatos.pdf

durecimento do regime em reação ao acirramento do clima político em 1968. Na mesma noite do decreto, o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi preso e o Congresso Nacional foi fechado. No dia seguinte ao decreto do AI-5, foi a vez da prisão do ex-governador Carlos Lacerda, além de começarem com as cassações de deputados federais e senadores, num total de 333 políticos que tiveram seus direitos políticos suspensos.

A repressão política foi deste modo institucionalizada a partir do decreto e no PCB reinava a opinião de que era imprescindível resguardar melhor a estrutura partidária.[388] Assim, neste final do ano de 1968, o Comitê Central decidiu que Lindolfo Hill deveria retornar ao Rio de Janeiro para suas atividades anteriores.

Um poder ditatorial não tolera crítica.

Para a sociedade, o AI-5 foi um ato brutal de força e a cassação de centenas de pessoas, tornou quase impossível uma reação sem consequências. Quem não chegava em casa de noite, poderia estar preso em algum quartel, m alguma delegacia ou em um centro clandestino de interrogatório e tortura.[389] Era gente fugindo de casa, limpando estantes de livros "suspeitos", um corre-corre geral.

Em fins de 1968, Caetano Veloso, Gilberto Gil e outros artistas só foram libertados sob o compromisso de deixarem o país. O Brasil sangrava e, sem alternativas, os artistas intelectuais deixavam o Brasil, mas não sem antes deixarem suas ácidas mensagens aos que ficavam. Gilberto Gil deixou a música "Aquele abraço", que com muita ousadia e ironia num cenário de violência e intolerância dizia que "o Rio de Janeiro continua lindo". Para os que ficavam na terra *brasilis,* que ele estava tendo que abandonar à força, ele deixava aquele abraço; irônico é claro! O Rio se tornou a metáfora do Brasil e quem ficou se incomodava em ouvir "Aquele abraço", mas todos sabiam que as tropas das polícias civil e militar estavam dando choques com armas e cacetetes nas ruas e nos morros.[390]

Depois do AI-5, o regime militar - que dizia ter vindo para acabar com a corrupção - criou estruturas nacionais clandestinas de repressão política e

388 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Editora Record. Rio de Janeiro, 2000. p. 361.

389 CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984: Os bastidores das sucessões presidenciais.* Porto Alegre: L&P Editores, 1985. p. 138.

390 ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968*. São Paulo: Editora Atual Editora LTDA, 1996. p. 5.

não existia a possibilidade de se recorrer à justiça. Todos os atos praticados pelos ditadores militares com base no AI-5 estavam fora da jurisdição da justiça comum, pois as pessoas acusadas de crimes políticos passaram a ser julgadas pela justiça militar; o que era uma aberração!

No Brasil do AI-5, a ditadura arbitrária acabou com a separação de poderes, intervinha nos estados da federação, sequestrava pessoas sem a possibilidade de *Habeas Corpus,* prendia ilegalmente e não falava para onde estariam sendo levadas as pessoas e não informava os motivos das prisões. Depois de muita busca de parentes pelos presos, descobria-se o paradeiro do preso e sabia-se que estava "à disposição", às vezes por simplesmente terem sido citado como suspeito por outro preso em condição semelhante de tortura. As autoridades insistiam em dizer que estavam bem e muito bem tratados, porém os entes queridos continuavam incomunicáveis e em situação de prisão ilegal.[391]

O maior agravante do AI-5 era o fato de não ter estabelecido prazo para o final de sua vigência.

Esse foi o clima que permitiu e facilitou emergir dos porões da ditadura grupos repressivos e até animalescos de inspiração fascista como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), o MAC (Movimento Anticomunista) e outros. Estas organizações paramilitares permitiram o ingresso de pessoas de baixo nível de humanidade e tendências fascistas e instaurou o período de "caça às bruxas".[392] Nessa época, as pessoas eram levadas para a justiça militar ou caiam nas mãos do aparato clandestino de repressão política e tortura, que era praticada sobretudo no sistema DOI-CODI. Esse órgão fazia as prisões e interrogatórios, em geral seguidos de tortura. Já o Sistema Nacional de Informações fazia espionagem e censura política.[393] Conheça o AI-5 na íntegra e tire suas próprias conclusões.

391 SILVA, Hélio. *General Olympio Mourão Filho. Memórias: a verdade de um revolucionário.* Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1978. p. 173.

392 NERES, José Francisco. *Porque sou comunista. Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 52-53.

393 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46496289

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate a subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, dêste modo, " os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Govêrno da República responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categòricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que êsse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nìtidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os

ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos êsses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por êle se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL;

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes dêste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dêle, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em tôdas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interêsse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo Único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão tôdas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interêsse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo Único - Aos Membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultâneamente, em:

I - cessação de privilégio de fôro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sôbre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária das seguintes medidas de segurança:

a) - liberdade vigiada;

b) - proibição de freqüentar determinados lugares;

c) - domicílio determinado.

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV dêste artigo, serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, emprêsas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando fôr o caso, os vencimentos e vantagens pro-

porcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu parágrafo 1º, aplica-se também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorroga-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilìcitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuizo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo Único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução dêste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas "d" e "e", do parágrafo 2º do artigo 152 da Constituição.

VIDA NA CLANDESTINIDADE

Em 1969, o partido decidiu retirar Lindolfo Hill do Comitê do PCB de Brasília e o transferiu para São Paulo, onde se tornou um dos integrantes do Comitê Estadual do PCB-SP, participando da Comissão de Organização do partido.[394] Longe da família, foi morar com um sobrinho no bairro Vila Guilherme e trabalhar com um companheiro no bairro Santo Amaro, em um laboratório de próteses dentárias em funções que não exigiam conhecimentos específicos.

> O governo dos EUA vinha observando o Brasil e sabia que o imenso país com suas dimensões continentais e recursos naturais e financeiros disponíveis poderia se tornar uma liderança mundial, caso resolvesse seus problemas estruturais e sociais crônicos, como as disparidades regionais, a pobreza, o analfabetismo em larga escala, o crescimento populacional assustador e um sistema educacional pavoroso.[395]

Para doutrinar a população, em setembro de 1969, o governo militar representado pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, "respaldando-se" no AI-5 e no AI-12, decreta e impõe, em caráter obrigatório(!), a disciplina Educação Moral e Cívica para todo o sistema de ensino no país. Justificaram que estavam se "apoiando nas tradições nacionais em defesa

394 Ministério do Exército. CMD II Ex. 2. *Seção. Informação N 328/76-CB*. São Paulo, 17.2.1976.

395 US Government. *Country Analysis and Strategy Paper*. 15.4.1968. p.2. RG59, 1967-1969, caixa 1900.

do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade do ser humano e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus.

Entre outros temas, o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade". Em 2.12.1969, o decreto-lei n. 869 estabeleceu obrigatoriedade, nos estabelecimentos de grau médio, da disciplina de Educação Moral e Cívica e também o curso de OSPB (Organização Social e Política Brasileira); já no ensino superior, inclusive nas pós-graduações, introduziram-se os Estudos de Problemas Brasileiros.[396] O discurso era nacionalista baseado nos preceitos cristãos e conservadores em defesa da família, nação, pátria, casamento, origens nacionais, cidadania e vários outros.[397]

No país, já não cabia mais oposição ideológica democrática, e política não suporta o vácuo.

Para crescer o país precisava de estabilidade, o que não acontecia, pois o general-presidente Costa e Silva estava com problemas médicos de trombose cerebral. Porém o vice-presidente Pedro Aleixo foi impedido, pelos militares, de tomar posse, mais uma vez contrariando a constituição! Com mais esse golpe na democracia, o país começou a ser gerido por uma Junta Militar, a qual alegava que Pedro Aleixo tinha sido contra a edição do AI-5. A Junta Militar era formada por três ministros militares: Lyra Tavares do Ministério da Guerra, Augusto Rademaker da Marinha e Márcio de Souza e Mello da Aeronáutica;[398] estes dois últimos conhecidos integralistas.

Uma nova regra eleitoral tinha sido estabelecida na constituição de Castello Branco, na qual o próximo presidente seria eleito não pelo povo, mas sim por um colégio eleitoral integrado pelos deputados federais, senadores e delegados das assembleias legislativas. Mas os militares não estavam dispostos a devolver o poder executivo aos civis e o jogo de cartas marcadas continuou. Para garantir a linha dura no poder, os chefes milita-

396 Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html

397 GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1985-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 350.

398 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p. 183.

res resolveram que seria "melhor" realizarem uma consulta eleitoral entre oficiais generais para escolher o terceiro presidente militar.

Mais uma vez sem o povo brasileiro ser consultado, o alto-comando das forças armadas escolheu o general Emílio Garrastazu Médici, ferrenho defensor do AI-5, ex-chefe do SNI e comandante do III Exército no Rio Grande do Sul.

A ditadura manteve uma cortina de silêncio impenetrável sobre os acontecimentos, impedindo que os cidadãos do país tomassem real conhecimento dos acontecimentos. As pessoas e os políticos eram mantidos desinformados pela censura do que se passava realmente no Brasil e isso teve um efeito avassalador sobre o espírito de luta e resistência do povo.

Em 25.10.1969, para servir aos seus interesses, os militares "reabriram o Congresso" para que "votassem", ou melhor, legitimassem o novo general presidente previamente escolhido pelo alto-comando militar. Para garantir os votos, promoveram um festival de cassações de mandatos para que nenhum opositor pudesse votar contra o general Garrastazu.

Os militares intimidaram os parlamentares, declarando com uma sutileza "elefantina": Se precisar, fechamos de novo o congresso!

Durante a "votação", o terceiro "presidente" militar foi "eleito", na verdade homologado, como candidato único e com a abstenção de 100% dos parlamentares do partido de oposição, o MDB. Consumado mais um golpe dentro do golpe, em 30.10.1969, assume a presidência do Brasil o general Emílio Garrastazu Médici, com um discurso de redemocratização, ...

...porém o que se viu foi o início aos anos de chumbo no Brasil. Já em 4.11.1969, um grave golpe chocou os comunistas; Lindolfo Hill foi informado do assassinato pela ditadura do ativista Carlos Marighella em São Paulo.

Mas a realidade era nada brilhante. Durante a ditadura, era comum o sepultamento de militantes políticos em covas rasas, sem cruz, nem vela, nem identificação, tratando-os como indigente. Tratava-se de uma medida visando a dificultar a localização dos corpos e isentar a repressão política dos crimes cometidos.[399] Mesmo com essa pressão psicológica, Lindolfo Hill se mantinha ativo em São Paulo e sabia que no momento não podia desistir,

399 SILVA JUNIOR, Edson Teixeira da. Carlos. *A face oculta de Marighella*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p.44.

mas era preciso cautela.

Outro golpe de misericórdia nas liberdades foi dada com o decreto 1.077, de 26.1.1970, que definia a censura prévia aos livros, jornais e revistas e dava às autoridades o poder de busca e apreensão de qualquer material considerado pelo regime ditatorial como "subversivo"; livros que para Lindolfo e seus companheiros representavam as liberdades de expressão.

A vida dos comunistas ficava cada vez mais difícil. Outra vez, no dia 2.6.1970, Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Lindolfo Hill, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Lincoln Cordeiro Oest e Dimistócles Batista foram acusados no Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército, baseando-se na Lei de Segurança Nacional, de atividades subversivas na cidade fluminense de Barra Mansa durante o governo do presidente João Goulart.[400]

Lei de Segurança Nacional que, até hoje, no momento do lançamento deste livro, ainda não foi derrubada completamente e assombra as brasileiras e os brasileiros![401]

Em 26.6.1970, a justiça militar, no Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército julgou 56 pessoas por "idealismo" e por tentarem reorganizar o PCB em Barra Mansa-RJ. Idealismo é crime ou liberdade de pensamento democrático? Eles foram denunciados em numerosos artigos da antiga Lei de Segurança Nacional e condenados.[402] No mês seguinte, em julho de 1970, os líderes Prestes, Brizola, Grabois e Oest foram acusados de atividades terroristas e condenados, mas, no mesmo processo, Hill e outros 51 camaradas foram absolvidos.[403]

> O quadro desta época poderia ser pintado desta maneira: congresso, imprensa, estudantes, professores, sindicatos, sindicalistas, padres, religiosos e trabalhadores (quase) todos amordaçados. Já no meio "oficial" tudo "parecia" só alegria com a comemoração da Copa do Mundo de Futebol.[404]

400 *Jornal Correio da Manhã RJ* 1.6.1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_08/8395

401 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm

402 *Jornal Tribuna da Imprensa RJ* 27.6.1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_03/1838

403 *Diário do Paraná*, Curitiba, 28.7.1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/761672/77512

404 NERES, José Francisco. *Porque sou comunista. Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 53.

Começa a política de "os incomodados que se retirem". Com o slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o", antidemocrático e propagandista, criado pela Operação Bandeirantes (OBAN), os militares no poder tentaram jogar uma cortina de fumaça na população, se aproveitando da Copa do Mundo de Futebol no México e a disseminação da alcunha "Milagre Brasileiro".

Na verdade, o slogan foi copiado dos americanos: "*USA, Love or leave it*". Lá nos Estados Unidos, o movimento visava a calar os que contestavam a guerra imperialista americana no Vietnã. Mera coincidência ou apoio norte-americano?

Com os slogans "Ninguém segura este país", "Este é um país que vai pra frente", o governo do general Médici criou uma falsa imagem otimista e grandiosa do Brasil, baseada no patriotismo (dos militares!) e quem se opunha era considerado "mau Brasileiro". [405]

O regime militar brasileiro ainda se utilizou da paixão nacional para disseminar a ideia de coletividade, característica valorizada pelos militares que deveria ser estendida ao povo. O povo escutava, ou melhor era bombardeado pela mídia, o hino da copa de 1970 em ritmo de marcha e com frases ufanistas:

> Noventa milhões em ação...
> Pra frente Brasil, do meu coração...
> Todos juntos, vamos pra frente Brasil... Salve a seleção!!!
> De repente é aquela corrente pra frente,...
> Parece que todo o Brasil deu a mão!...
> Todos ligados na mesma emoção, ...Tudo é um só coração!
> ...Somos milhões em ação... Pra frente Brasil, no meu coração...

O governo emplaca o sentimento de integração nacional que atinge seu apogeu com o Brasil sendo exaltado como um país integrado através do futebol. O momento do esporte também ajudou, pois foi a primeira Copa do Mundo de Futebol transmitida ao vivo pela televisão. As multidões "vitoriosas" pintavam suas ruas com cores nacionais e depois de cada partida saiam às ruas com os versinhos patrióticos que empanturravam as transmissões dos jogos. No dia 21.6.1970, no Estádio Azteca na Cidade do México, o Brasil conquistou o Tricampeonato e as multidões lotaram às ruas do país.

O general presidente Médici adorou. Depois de conseguir associar o sucesso no futebol aos sucessos da ditadura, o povo nas passeatas era acompanhado por agentes do DOPS e por policiais militares. As campanhas publicitárias

405 MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 147.

do governo militar, com cartazes por todo Brasil, visavam a instigar a própria população brasileira para que denunciasse aos que combatiam a ditadura como se eles fossem terroristas e inimigos da pátria de um "regime legítimo".

> Com essa campanha, o partido do governo ARENA cresceu enormemente e conseguiu desviar as atenções do povo das atrocidades que estavam sendo cometidas nos porões de tortura.[406]

Por detrás de toda essa "Cortina de Fumaça Ufanista Tropical", em 30.10.1970, Lindolfo Hill, junto com alguns companheiros, foi sentenciado à pena de 12 meses de reclusão.[407] Pior sorte tiveram outros contrarrevolucionários assassinados e "desaparecidos". Era uma prática da repressão fascista prender as pessoas em locais clandestinos que estavam sempre mudando para dificultar qualquer ação legal e, em caso em que assassinassem o preso, ninguém se responsabilizava; seria mais um desaparecido da Operação Bandeirantes.

Nem o futebol conseguiu esconder o clima de terror que se fez presente nas "eleições" de 15.11.1970 para o Congresso Nacional, ocasião em que pouquíssimos candidatos conseguiram furar a repressão, outros 93 já tinham sido cassados em 1968! Apesar disso, a eleição teve 46% de votos nulos e brancos, demonstrando um fracasso (!) da ditadura contra as oposições. Foi nessa eleição que a ARENA "elegeu" 223 Deputados Federais e se tornou o maior partido do país. O MDB fez 87 deputados. No senado 41 senadores da ARENA foram "eleitos" e 5 do MDB. Na verdade o MDB era uma oposição consentida, de "mentirinha".

Nada mais surpreendia Lindolfo Hill. Inusitado teria sido uma herança democrática depois de um passado escravista, seguido por uma Primeira República coronelista, clientelista, latifundiária, com eleições fraudadas e controladas pelos coronéis, seguido por longos anos getulistas; [408] com um sistema eleitoral que excluía os analfabetos, isto é, 75% da população.

Resistir era quase impossível contra um regime militarizado. Assim, em 1971, o PCB decide retirar do país 1/3 dos dirigentes do Comitê Central. O ex-militar Luiz Carlos Prestes sabia do perigo e se exilou em Moscou.

---

406 NERES, José Francisco. *Porque sou comunista. Em Neres, da luta contra a ditadura à reconstrução do PCB*. São Paulo / Belo Horizonte: Editora Raízes da América / Instituto Caio Prado Junior, 2019. p. 47,58.

407 Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=32092

408 MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006. p. 151.

> Prestes manifestou-se sobre a conquista considerando-a uma nova democracia que seja estável e que impeça a volta do fascismo. [409]

Lindolfo Hill não se exilou no exterior, mas se viu obrigado a levar uma vida mais pacata. Em março de 1972, a Comissão executiva do PCB divulgou nota destinada a orientar as atividades dos comunistas no movimento sindical e chamou a atenção para que se concentrassem os esforços dentro das empresas e de fora pra dentro, visando a combater, isolar e derrotar a ditadura.

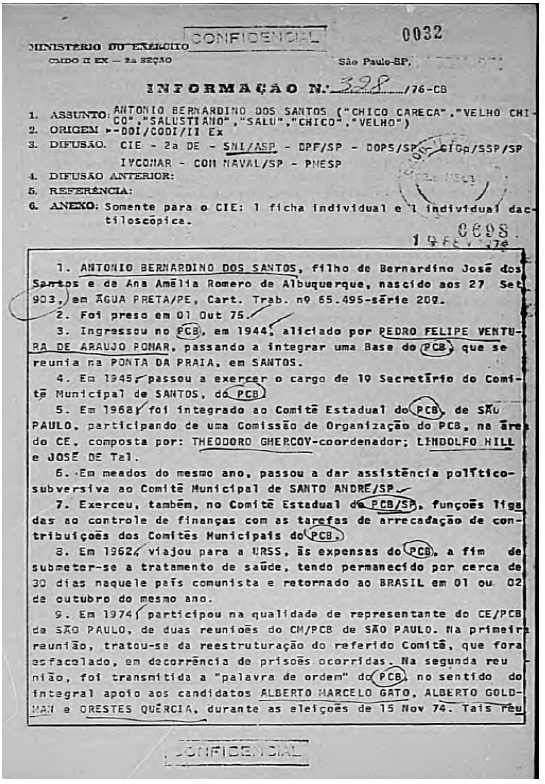
Foto: Lindolfo e esposa no casamento da filha em dezembro de 1972, RJ.

Em 14.12.1972, o Comandante da 11ª Região Militar do Exército instaurou

409 PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015. p. 437.

em Brasília um Inquérito Policial Militar para apurar a responsabilidade criminal e as atividades do Comitê Estadual do PCB em Goiás e dos respectivos Comitês Municipais de Goiânia e Anápolis. Fizeram diligências sigilosas e prenderam o militante do PCB, Manoel Farias de Souza, de codinome "Carlos"; o que acarretou as prisões de outros militantes, bem como a apreensão de vários documentos políticos, de caráter subversivo e de farta literatura comunista.

Os militares comprovaram a existência de um Comitê Metropolitano do PCB em Brasília que agia e desenvolvia atividades políticas clandestinas sob a orientação direta de um assistente político enviado pelo Comitê Central, inicialmente sob a direção de uma Comissão Metropolitana e posteriormente sob a direção de um Comitê Metropolitano. Entre outros, deixou de ser ouvido Lindolfo Hill, por este se encontrar "foragido".[410]



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — CONFIDENCIAL — 0032

CMDO II EX — 2a SEÇÃO — São Paulo-SP,

INFORMAÇÃO N. 328 /76-CB

1. ASSUNTO: ANTONIO BERNARDINO DOS SANTOS ("CHICO CARECA","VELHO CHICO","SALUSTIANO","SALU","CHICO","VELHO")
2. ORIGEM: I-OOI/CODI/II Ex
3. DIFUSÃO: CIE - 2a DE - SNI/ASP - DPF/SP - DOPS/SP - CIOp/SSP/SP IVCONAR - COM NAVAL/SP - PMESP
4. DIFUSÃO ANTERIOR:
5. REFERÊNCIA:
6. ANEXO: Somente para o CIE: 1 ficha individual e 1 individual datiloscópica.

0698

1. ANTONIO BERNARDINO DOS SANTOS, filho de Bernardino José dos Santos e de Ana Amélia Romero de Albuquerque, nascido aos 27 Set 903, em ÁGUA PRETA/PE, Cart. Trab. nº 65.495-série 209.

2. Foi preso em 01 Out 75.

3. Ingressou no PCB, em 1944, aliciado por PEDRO FELIPE VENTURA DE ARAUJO PONAR, passando a integrar uma Base do PCB, que se reunia na PONTA DA PRAIA, em SANTOS.

4. Em 1945, passou a exercer o cargo de 1º Secretário do Comitê Municipal de SANTOS, do PCB.

5. Em 1968, foi integrado ao Comitê Estadual do PCB, de SÃO PAULO, participando de uma Comissão de Organização do PCB, na área do CE, composta por: THEODORO GHERCOV-coordenador; LINDOLFO HILL e JOSÉ DE Tal.

6. Em meados do mesmo ano, passou a dar assistência político-subversiva ao Comitê Municipal de SANTO ANDRÉ/SP.

7. Exerceu, também, no Comitê Estadual do PCB/SP, funções ligadas ao controle de finanças com as tarefas de arrecadação de contribuições dos Comitês Municipais do PCB.

8. Em 1962, viajou para a URSS, às expensas do PCB, a fim de submeter-se a tratamento de saúde, tendo permanecido por cerca de 30 dias naquele país comunista e retornado ao BRASIL em 01 ou 02 de outubro do mesmo ano.

9. Em 1974, participou na qualidade de representante do CE/PCB da SÃO PAULO, de duas reuniões do CM/PCB de SÃO PAULO. Na primeira reunião, tratou-se da reestruturação do referido Comitê, que fora esfacelado, em decorrência de prisões ocorridas. Na segunda reunião, foi transmitida a "palavra de ordem" do PCB, no sentido do integral apoio aos candidatos ALBERTO MARCELO GATO, ALBERTO GOLDMAN e ORESTES QUÉRCIA, durante as eleições de 15 Nov 74. Tais reu

CONFIDENCIAL

410 SIAN - Imagem do Arquivo Nacional - IPI 14.12.1972

LUTA PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A polícia não havia notado, mas, em 1971, Lindolfo Hill tinha trabalhado com o filho Maurício Hill, ajudando-o na redação do jornal *O Fluminense*. Maurício era chefe de redação de um dos mais importantes jornalistas do eixo Niterói.

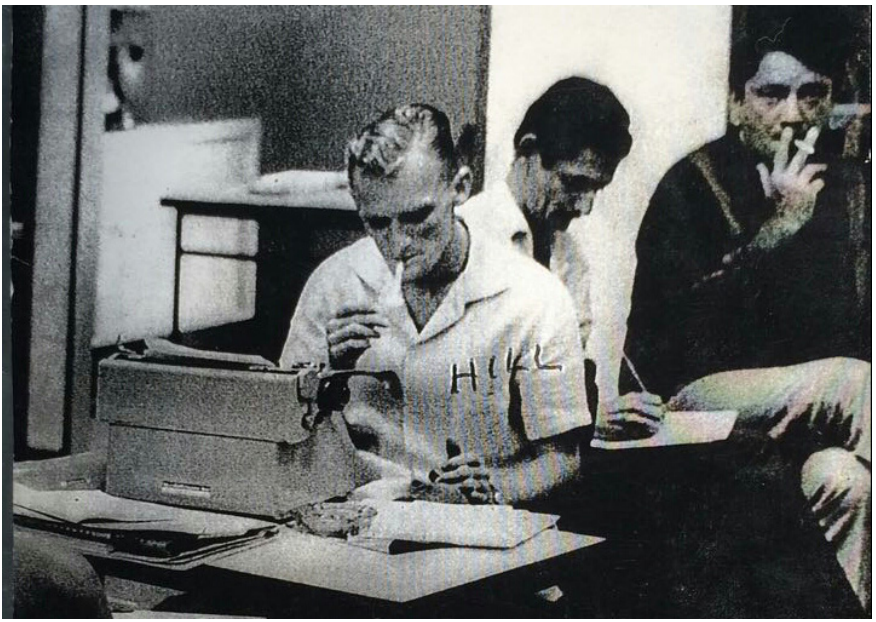
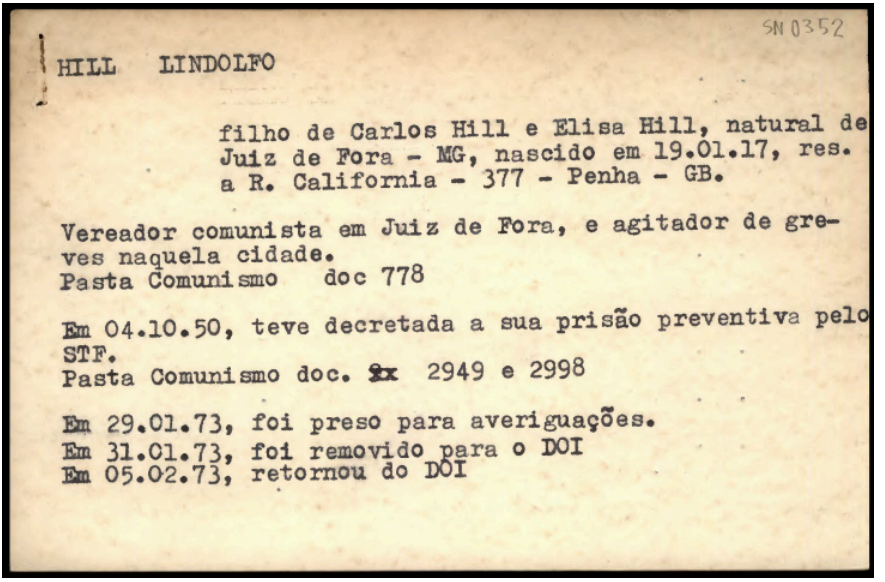


Foto: Maurício Hill no Jornal *O Fluminense*.

Maurício tinha sido demitido como repórter do jornal, em 1964, pois, como o pai Lindolfo Hill, era simpatizante do pensamento de esquerda, sendo também perseguido pelas suas posições políticas.[411]



SN 0352

HILL LINDOLFO

filho de Carlos Hill e Elisa Hill, natural de Juiz de Fora - MG, nascido em 19.01.17, res. a R. California - 377 - Penha - GB.

Vereador comunista em Juiz de Fora, e agitador de greves naquela cidade.
Pasta Comunismo doc 778

Em 04.10.50, teve decretada a sua prisão preventiva pelo STF.
Pasta Comunismo doc. ~~2x~~ 2949 e 2998

Em 29.01.73, foi preso para averiguações.
Em 31.01.73, foi removido para o DOI
Em 05.02.73, retornou do DOI

Foto: DEOPS SP.[412]

Com toda carreira política e sindical, Lindolfo Hill foi preso novamente, em 17.1.1973, em Campinas, e encaminhado ao DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) de São Paulo. Em 29.1.1973, Hill foi preso para "averiguações", dois dias depois removido do DOI e, em 5.2.1973, retornou ao DOI. Em 9.2.1973, Lindolfo Hill obteve o benefício da liberdade, mas ficou o compromisso de comparecer quinzenalmente ao DEOPS-SP.

Para quem ainda acha hoje, em 2021, que os militares salvaram o Brasil, lembrem-se que a economia brasileira, em 1973, já estava com um *déficit* de mais de 1 bilhão de dólares e diante de um naufrágio iminente. No campo democrático, o cenário era de repressão e tinha na linha de frente militares acostumados a "vencer o jogo". Com uma hierarquia verticalizada eles ocupavam os cargos de direção das empresas estatais e mais de quatro centenas dos postos mais importantes do país.

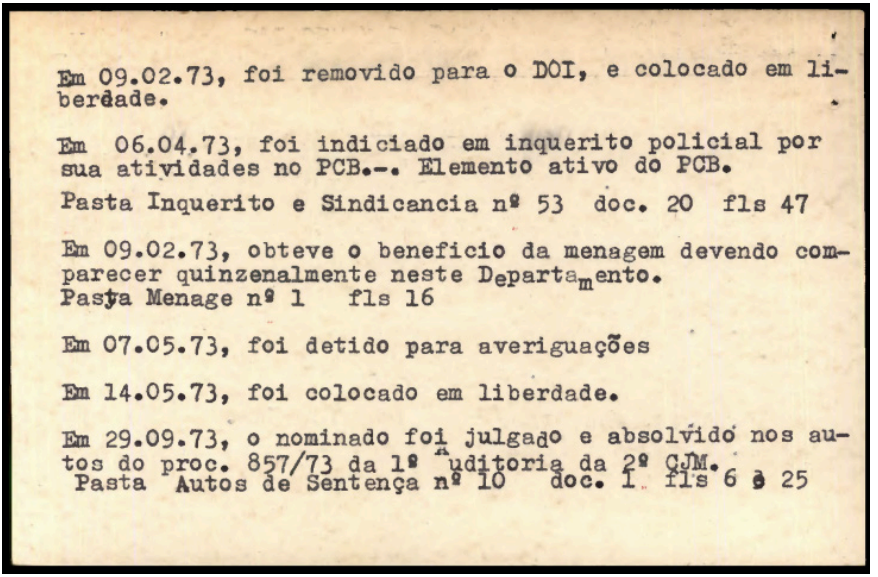
411 CARVALHO, Anderson Carlos Madeira de. *Niterói na época da ditadura*. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2019. p. 145-146.

412 Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNH000352.pdf

Será coincidência o que estamos vendo hoje no executivo nacional?

Os militares tinham olhos e ouvidos por todo lado, órgãos públicos, empresas estatais, divisões de segurança e informação. Essa comunidade de informação era uma imensa rede de espionagem que transbordava na vida civil com milhares de colaboradores e 250 mil agentes com um único objetivo de manter o general no cargo de presidente do Brasil informado, reprimir ideias contrárias e evitar surpresas para o comandante em chefe.[413]

Em 10.4.1973, o mesmo departamento DOPS paulista qualificou Lindolfo Hill, codinomes "Guilherme" ou "Antonio" ou "Luiz", brasileiro, com 56 anos de idade, nesta época residente à rua Califórnia, 377, bairro da Penha, Estado da Guanabara, de profissão Pedreiro, trabalhava por conta própria. Mas o que a polícia ainda não sabia era que na verdade Hill já estava desligado das atividades do PCB e buscava levar uma vida tranquila com a família. Mesmo tendo residência fixa com a família no Rio de Janeiro, segundo os arquivos da polícia Lindolfo Hill continuava a viver em São Paulo.



Em 09.02.73, foi removido para o DOI, e colocado em liberdade.

Em 06.04.73, foi indiciado em inquerito policial por sua atividades no PCB.-. Elemento ativo do PCB.
Pasta Inquerito e Sindicancia nº 53 doc. 20 fls 47

Em 09.02.73, obteve o beneficio da menagem devendo comparecer quinzenalmente neste Departamento.
Pasta Menage nº 1 fls 16

Em 07.05.73, foi detido para averiguações

Em 14.05.73, foi colocado em liberdade.

Em 29.09.73, o nominado foi julgado e absolvido nos autos do proc. 857/73 da 1ª Auditoria da 2ª CJM.
Pasta Autos de Sentença nº 10 doc. 1 fls 6 à 25

Foto: DEOPS SP.[414]

413 POMAR, Wladmir. *Pedro Pomar, uma vida em Vermelho*. São Paulo: Editora Xamã, 2003. p. 19.

414 Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNH000352.pdf

No dia 11.3.1973, o DOPS paulista enviou à justiça militar novo inquérito sobre as atividades do Partido Comunista Brasileiro e entre os acusados estava mais uma vez Lindolfo Hill.[415] Detido em 7.5.1973, para averiguações, foi mantido preso até 14.5.1973, quando foi novamente colocado em liberdade, sendo absolvido em 29.9.1973 nos autos do processo 857/1973 da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) em São Paulo.

415 *Jornal do Brasil RJ* 12.4.1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/81997

SNI/AC
1

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA-DF, 1º de Junho de 1973

57676

INFORMAÇÃO N.º 672/S-102-S5-CIE.

S.N.I.
AGÊNCIA CENTRAL
009829 -4 JUN 73
PROTOCOLO

1. ASSUNTO: LINDOLFO HILL
2. ORIGEM: II Ex
3. DIFUSÃO: I EX - CMP - CISA - CENIMAR - SNI/AC
4. DIFUSÃO ANTERIOR: CIE
5. REFERÊNCIA:
6. ANEXO: Cópia xerox de declarações com 20 fls.

- LINDOLFO HILL, filho de CARLOS HILL e ELISA HILL, nascido em 19 Jan 1917 em JUIZ DE FORA/MG.
- Velho militante e dirigente do PCB, com missão atual de reorganizar o Partido em CAMPINAS/SP e cidades vizinhas.
- Indicado pelo Partido para realizar curso em MOSCOU, onde teve a oportunidade de estudar História Geral do Movimento Operário, Geografia Geral, História do PCUS e língua russa.
- Como militante do PCB exerceu sua atividade particularmente nos Estados de MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, GUANABARA, SÃO PAULO e em BRASILIA-DF.
- Preso em 17 Jan 73, em CAMPINAS, e encaminhado ao DOPS/SP.

-o-o-o-

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
CIE

fs/6: 1. Ciente
2. Fichário
3. Arq.

CONFIDENCIAL

AC/ARGE/FL. 08

DECLARAÇÕES QUE PRESTA ADEMIR GUBARA ("RUI" ou "PROFESSOR")

A TURMA DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR "C" DAS 1400 AS 1800 DO DIA 1º/2 / Nov. / 1975

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE:- PCB.

Continua seus depoimentos anteriores.

Esclarece que fez parte da Comissão Eleitoral do partido junto ao MDB, ao lado dos seguintes militantes:

-GUSTAVO ZIMMERMANN ("CARLOS")? e

-CARLOS PEREZ HAIDAR;

O objetivo desta comissão era o estabelecimento de normas // para a atuação do partido diante das eleições de Nov de 1974.

O trabalho realizado preendeu-se exclusivamente na elaboração de um documento que levado à discussão no CM foi julgado impraticavel. Diante de tal situação o CM resolveu dissolver a comissão/ em tela, orientando seus elementos no sentido de engajarem-se legalmente ao processo eleitoral, principalmente infiltrando-se na / Juventude Democrática do MDB. Além dessa orientação o CM resolveu / desenvolver um trabalho prenamente massista, valendo-se para tanto de campanhas junto as populações de mais facil acesso.

Nega ter sido assistente de pessoa ou organismos da cidade / de Jundiaí, informando ainda que na realidade tal designação coube a HELIO RODRIGUES ("FELIX"), nada mais sabendo a este respeito.

Sobre a base dos dispersos que estavam sob sua responsabilidade informa que seus componentes eram os seguintes:

-HELIO RODRIGUES;

-GUSTAVO ZIMMERMANN;

-OSWALDO LUIZ DE OLIVEIRA;

-LUIZ CLODOALDO; e

-CARLOS PEREZ HAIDAR.

Declara reconhecer fotograficamente o seu aliciador, militante codinominado "LUIZ", como sendo LINDOLFO HILL.

ACAREAÇÃO:

Acareado com HELIO RODRIGUES e FREDERICO PESSOA DA SILVA /// ("ANTONIO NOGUEIRA","FREDERICO","FABIO","FRED","FABIO PEDROSA","FELIX II" ou "GNGU"), ficou esclarecido que o contato com Jundiaí / estaria em realidade a cargo de HELIO RODRIGUES, o qual recebia em Campinas um contato que usaria a seguinte senha: "Estou aqui a mando do RAMOS". Este ponto, HELIO RODRIGUES esclarece nunca ter recebido tal contato. Tanto HELIO RODRIGUES como FREDERICO PESSOA DA / SILVA alegaram desconhecer qualquer meio utilizado para que NELSON/ POLASTRO ("AMERICO") passasse a ser o assistente de Jundiaí, como /

:-:-:-:- continua:-:-:-:-:-

16/19

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

São Paulo, em 10/4/73 1934
12 ABR 1973

1. Assunto: QUALIFICAÇÃO DOS INDICIADOS
2. Origem: A DOPS
3. Classificação:
4. Difusão: A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES/DOI
5. Referência:
6. Difusão desde a origem:
7. Anexo:

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO N.º 676-B / 73

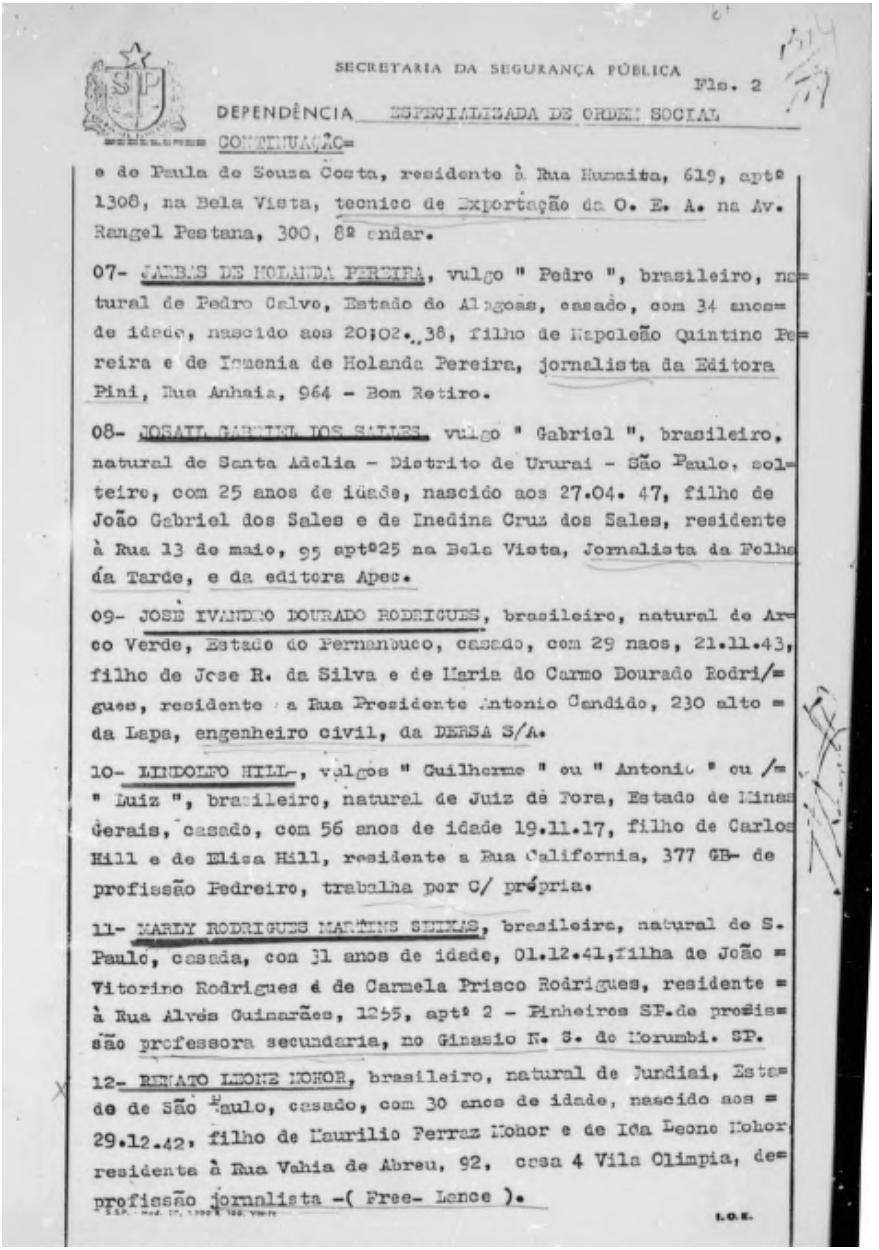
Anexo xerox do relatório elaborado pela Delegacia Especializada da Ordem Social deste Departamento, versando sobre os seguintes elementos:

ALBERTO DE SOUZA
ANA MARIA DA CUNHA HONOR
ARTHUR GONÇALVES FILHO
EDMUNDO EPIFANIO DIAS
FRANCISCO EDUARDO COELHO DE FIGUEIREDO
GILSON DE SOUSA LEÃO
JAIRAS DE HOLANDA PEREIRA
JOSAIL GABRIEL DOS SANTOS
JOSÉ IVANDRO DOURADO RODRIGUES
LINDOLFO NILO
MARLY RODRIGUES MARTINS NEIVAS
SANDRA APARECIDA BATISTA DE SOUSA GARCIAS
YOSHI SANO

-o-o-o-o-o-o-

S.S.P. - Mod. 11 B, 250 f, 100, VIII/71 I.O.E.

S.S.P. - Mod. 27, 1000 f, 101, VII/71 I.O.E.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Fls. 2

DEPENDÊNCIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL

CONTINUAÇÃO=

e de Paula de Sousa Costa, residente à Rua Humaita, 619, aptº 1308, na Bela Vista, tecnico de Exportação da O. E. A. na Av. Rangel Pestana, 300, 8º andar.

07- JAIRO DE HOLANDA PEREIRA, vulgo " Pedro ", brasileiro, natural de Pedro Calvo, Estado de Alagoas, casado, com 34 anos de idade, nascido aos 20.02.38, filho de Napoleão Quintino Pereira e de Ismenia de Holanda Pereira, jornalista da Editora Pini, Rua Anhaia, 964 - Bom Retiro.

08- JOSAFÁ GABRIEL DOS SALLES, vulgo " Gabriel ", brasileiro, natural de Santa Adelia - Distrito de Ururai - São Paulo, solteiro, com 25 anos de idade, nascido aos 27.04.47, filho de João Gabriel dos Sales e de Inedina Cruz dos Sales, residente à Rua 13 de maio, 95 aptº25 na Bela Vista, Jornalista da Folha da Tarde, e da editora Apec.

09- JOSÉ IVANDRO DOURADO RODRIGUES, brasileiro, natural de Arco Verde, Estado do Pernambuco, casado, com 29 anos, 21.11.43, filho de Jose R. da Silva e de Maria do Carmo Dourado Rodrigues, residente a Rua Presidente Antonio Candido, 230 alto da Lapa, engenheiro civil, da DERSA S/A.

10- LINDOLFO HILL-, vulgos " Guilherme " ou " Antonio " ou " Luiz ", brasileiro, naturel de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, casado, com 56 anos de idade 19.11.17, filho de Carlos Hill e de Elisa Hill, residente a Rua California, 377 GB- de profissão Pedreiro, trabalha por C/ própria.

11- MARLY RODRIGUES MARTINS SEIXAS, brasileira, natural de S. Paulo, casada, com 31 anos de idade, 01.12.41,filha de João Vitorino Rodrigues é de Carmela Prisco Rodrigues, residente à Rua Alvés Guimarães, 1255, aptº 2 - Pinheiros SP.de profissão professora secundaria, no Ginasio N. S. do Morumbi. SP.

12- RENATO LEONE MOHOR, brasileiro, natural de Jundiai, Estado de São Paulo, casado, com 30 anos de idade, nascido aos 29.12.42, filho de Maurilio Ferraz Mohor e de Ida Leone Mohor residente à Rua Vahia de Abreu, 92, casa 4 Vila Olimpia, de profissão jornalista -(Free- Lance).

I.G.E.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL -fls.8

do PCB, que era coordenada por EDMUNDO EPIFÂNIO DIAS, vulgo "Frazinho".

Participou da Diretoria da Federação Brasileira de Centros de Estudos de História, que funcionou segundo diretrizes do PCB.

Recebeu exemplares do jornal "Voz Operaria", contribuiu financeiramente para o Partido e participou de reuniões politicas.

09 - FRANCISCO RUBENS COELHO DE FIGUEIREDO
fls. 91 a 94

A partir do segundo semestre de 1972, integrou a "base de intelectuais" do PCB, participando de reuniões politicas em casa de militantes da organização, recebendo exemplares do jornal "Voz Operaria" e contribuindo financeiramente para o Partido.

Ocupou o cargo de secretário geral na Associação dos Professores de Madureza e Cursos Livres do Estado de São Paulo, onde os militantes da "base dos intelectuais", seguiam as diretrizes do PCB.

10 - LINDOLFO HILL
fls. 96 a 102.

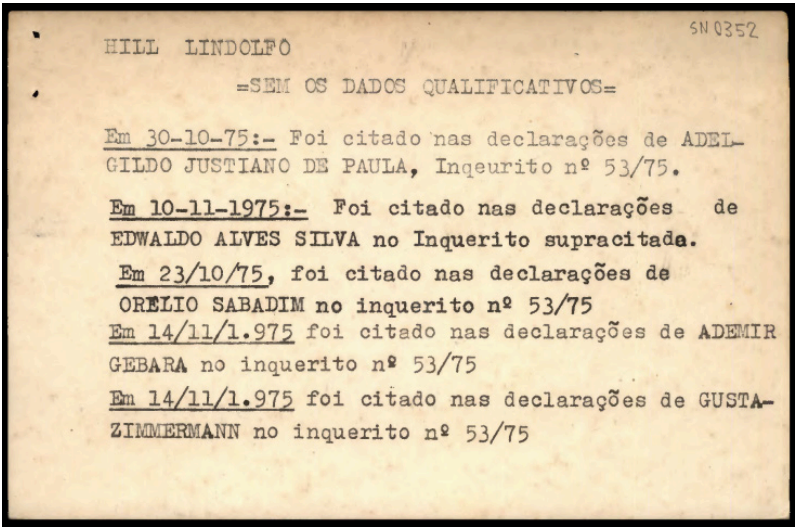
Velho militante do PCB, nele ingressando no ano de 1934. Em 1947, quando o Partido foi considerado fora da Lei, continuou nessa militancia, motivando sua prisão. Tão logo encontrou-se em liberdade, reiniciou nessas atividades subversivas, durante longos anos, atuando nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasilia.

Viajou para o exterior a serviço do PCB, tendo comparecido: em 1945 num Congresso na Europa, onde estiveram todas as organizações operarias, como a CGT francesa, a União dos Trabalhadores da Inglaterra, a PSO dos Estados Unidos, etc.; na URSS, participando de um curso com duração de dezoito meses, juntamente com trinta pessoas, todas brasileiras, dentre elas JOÃO AMAZONAS, PEDRO POMAR, OSVALDO PERALVA, ARMANDO FRUTUOSO, JOÃO MACENA e APOLONIO DE CARVALHO, de onde retornou ao Brasil em abril de 1955.

Por ocasião do movimento revolucionário de 1964, foi preso e processado, sendo absolvido na Auditoria do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar do general Ernesto Geisel ter assumido o poder de presidente do Brasil, em 15.1.1974, e prometer uma "abertura lenta gradual e segura", em 14.5.1974, o DOI (Destacamento de Operações de Informação) de São Paulo "relatou" que Lindolfo Hill, ainda estava ligado ao PCB, usava os codinomes "Guilherme" ou "Luiz" e que suas declarações tinham sido colhidas em 2.2.1974.[416]

Por causa das perseguições, a maioria dos membros do Comitê Central do PCB já se encontrava fora do Brasil, mas, neste ano, Lindolfo sofreu enfisema pulmonar, se afastou da militância e passou a permanecer em sua última casa no bairro Vila da Penha. Em Minas Gerais, o processo contra Lindolfo Hill na Secretaria de Estado de Segurança Pública foi arquivado já em 6.7.1974.[417] Mas, como Lindolfo Hill tinha sido muito ativo, mesmo afastado, ele "ainda" era sempre muito citado nas declarações de vários outros companheiros interrogados como Adelgildo Justiano de Paula, Edwaldo Alves da Silva, Orélio Sabadim, Ademir Gebara e Gusta Zimmermann.



SN 0352

HILL LINDOLFO

=SEM OS DADOS QUALIFICATIVOS=

Em 30-10-75:- Foi citado nas declarações de ADEL-
GILDO JUSTIANO DE PAULA, Inqeurito nº 53/75.

Em 10-11-1975:- Foi citado nas declarações de
EDWALDO ALVES SILVA no Inquerito supracitada.

Em 23/10/75, foi citado nas declarações de
ORÉLIO SABADIM no inquerito nº 53/75

Em 14/11/1.975 foi citado nas declarações de ADEMIR
GEBARA no inquerito nº 53/75

Em 14/11/1.975 foi citado nas declarações de GUSTA-
ZIMMERMANN no inquerito nº 53/75

Foto: DEOPS SP.[418]

416 Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXNSL000374.pdf

417 *Lindolfo Hill, o primeiro vereador comunista de Juiz de Fora*. Disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/geral/lindolfo-hill-o-primeiro-vereador-de-juiz-de-fora

418 Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNH000352.pdf

Lindolfo Hill vinha sendo monitorado pelos órgãos de segurança pública, desde 1950, bem antes da ditadura. Como a repressão tinha atingido diretamente a Comissão Executiva do PCB, em 30.10.1975, Lindolfo, já bem doente, e sem sair mais de casa, foi novamente citado nas declarações de Adegildo Justiniano de Paula no inquérito de número 53/75 do DEOPS de São Paulo;[419] muito provavelmente Adegildo falou "sob pressão" do interrogatório, pois todos os encarcerados nos porões do DEOPS se achavam sujeitos à tortura.[420] Sob ameaça de liquidação física, o Comitê Central do PCB foi compelido a funcionar no exterior.

Em janeiro de 1976, já sem Lindolfo Hill, o Comitê Central reuniu-se em Moscou, reorganizaram os trabalhos da direção e elegeram a Executiva e o Secretariado.[421]

419 Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNH000352.pdf

420 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p. 249.

421 SEGATTO, José Antônio et alli. *PCB: Memória fotográfica (1922-1982*). São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 157.

TRISTE FIM DE UM VISIONÁRIO

Durante os anos do regime militar aconteceram torturas, mortes, prisões ilegais, 5785 sanções políticas! Além disso, 1774 trabalhadores demitidos, 1167 funcionários aposentados, 1062 cidadãos sem direitos, 750 militares reformados, 154 militares enviados para a reserva, 127 brasileiros banidos do Brasil e 565 mandatos cassados, tudo isso com base nos Atos Institucionais.

Somente por causa do AI-5, a censura mutilou 500 filmes, 500 letras de música, 450 peças de teatro, 200 livros, 100 revistas, dezenas de telenovelas e muitos documentários;[422] sem falar nas inúmeras autocensuras por medo!

Com certeza não era isto que Lindolfo Hill queria. Ele era um homem de formação forjada por rígidos princípios, exerceu seus trabalhos com enorme devoção, acreditando sempre em dias melhores com justiça social. Lindolfo demonstrou sempre grande honestidade e postura para com seus semelhantes e jamais se esquivou diante de momentos de arbítrio e prepotência, qualidades que lhe valeram o sacrifício durante o período da ditadura de Getúlio Vargas.

Amigos, familiares, trabalhadores e sindicalistas comprovaram suas qualidades como homem público dedicado, com espírito humanitário e sem os golpismos e individualismos eleitoreiros.[423]

---

422 MARKUN, Paulo. *Documentário AI-5 o dia que não existiu*. TV Câmara / TV Cultura. Florianópolis, 2001. Disponível em: https://youtu.be/QM2eZTaR0Ng

423 Câmara Municipal de Juiz de Fora, Divisão de Arquivos e Registros Processuais. *Pasta de denominações de Logradouros Públicos de Juiz de Fora*. Projeto de Lei 093 de 27.9.1984

"Não chores meu filho. Não chores que a vida é luta renhida.
Viver é lutar. A vida é combate que aos fracos abate.
Que os fortes os bravos só pode exaltar.(...)
E a mãe nestas tabas, querendo calados.
Os filhos criados na lei do terror.
Teu nome lhes diga que gente inimiga talvez não escute sem pranto sem dor. (...)
As armas ensaiam. Penetra na vida: pesada ou querida, viver é lutar.
Se o duro combate, os fracos abate, aos fortes aos bravos só pode exaltar."[424]

Nem essa canção do Tamoio consolaria o militante comunista Lindolfo Hill no fim de sua vida.

A partir de 1976, o general presidente Ernesto Geisel decidiu controlar de maneira mais direta os "porões da repressão", dentro da estratégia de preparar o regime para uma futura transição para um governo civil. Mas, durante esse período chamado de "abertura", registrou-se ainda uma sequência de atentados à bomba contra pessoas, órgãos da imprensa, livrarias, universidades e instituições identificadas com a oposição, marcaram a escalada de violência de direita.[425]

Eram os cães que não queriam largar o osso!
Porém tudo na vida tem um fim.

Os resultados das eleições municipais de dezembro de 1976 foram uma derrota clara da ditadura, mas para algumas pessoas a abertura chegaria tarde demais. Um deles foi o presidente João Goulart, que esquecido no exílio na Argentina faleceu em sua estância La Villa, na cidade de Mercedes, às 22 horas, do dia 6.12.1976, sem nunca ter conseguido voltar ao país que o elegeu comandante em chefe da nação.[426]

Outro que injustamente vivenciou o ostracismo foi meu idealista e visionário tio-avô Lindolfo Hill, depois de tanta luta e miséria com outro olhar para a esquerda, precisou levar uma velhice, dependendo dos filhos e da esposa. Tio Lindolfo, como era conhecido por meus familiares, sofria também de neoplasia maligna da próstata e metástase renal. Esse ícone juiz-forano, pedreiro, mestre de obras, vereador e ativista político faleceu em casa, no dia 11.5.1977, depois de ter sofrido um infarto às 22h30min, constatado logo depois ao ser levado para o Hospital de Bonsucesso na avenida Londres s/n, Rio de Janeiro.

424 DIAS, Antônio Gonçalves. *Canção do Tamoio*.

425 Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/abertura-lenta-e-anistia-parcial

426 PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Editora Record. Rio de Janeiro, 1993. p. 21.

Lindolfo Hill não viveu para ver o seu querido PCB de volta à legalidade e nem recebeu os benefícios da Lei da Anistia de 28.8.1979. Ele foi enterrado no cemitério de Irajá, em cerimônia simples, com a presença somente dos filhos e da esposa. Foi relegado e esquecido, porém este foi o preço da sua coerência social, política e ideológica.

A memória coletiva é surpreendente, já que, com o tempo, dissolve de forma inexorável os acontecimentos. A lei da anistia cobriu com a impunidade tanto os radicais revolucionários de esquerda que lutavam pela liberdade e democracia, quanto os torturadores e homicidas da direita militarizada. Para os mais velhos, as lembranças vão se apagando e se tornam tão somente histórias.

Infelizmente, para os novos, tudo abordado neste livro parece somente longínquas "estorinhas".[427]

Mas não podemos deixar que apaguem de nossa memória que as décadas de ditadura militar deixaram um estrago incalculável com a perda de vidas humanas, o retrocesso social, uma dívida externa impagável de mais de 100 bilhões de dólares (no tempo do presidente deposto João Goulart, a dívida era de somente 3 bilhões de dólares!).[428] O pior foi que o povo brasileiro viu o sonho de justiça social e as reformas de base serem enterradas em nome da megalomania dos militares em construir pontes, estradas, usinas nucleares; atitudes ultrajantes para uma população, passando fome e sedenta por educação.[429]

427 COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 303.

428 KONDER, Leandro. *As ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1996. p 57.

429 PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993. p. 174.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DÉCIMA PRIMEIRA CIRCUNSCRIÇÃO - SEXTA ZONA

RAMOS - Rua Uranos, 1213 - A - Tels. 230-5231 - 260-1483

FREGUEZIA DE INHAÚMA

ÓBITO № 1371

MOACYR MOURA, Oficial do Registro Civil e Tabelião da 11.ª Circunscrição 6.ª Zona, Freguezia de Inhaúma, Cidade do Rio de Janeiro - RJ

CERTIFICO que revendo em meu cartório o livro n.º C2F131 do Registro de Óbitos nele as folhas 226 acha-se lavrado o termo sob o número 3193 do Óbito de "LINDOLFO HILL".-

do sexo Masculino.-

Falecido em 11 de Maio de 1977.-

às 22 horas e 35 minutos, filho de Carlos José Hill e Eliza Scoralich Hill.-

Idade 60 anos.- Estado Civil Casado com Carmem Barroso - Hill.-

Côr .-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.Natural de Juiz de Fora.-

Profissão Mestre de Obra.- Falecido em consequência de Neoplasia maligna da prostata. Metastase renal. Enfisema pulmonar.-

Médico atestante Dr. Francisco Valter de Almeida Costa.-

Lugar do falecimento a Ave.Londres s/nº.-

Lugar do enterramento, Cemitério de Irajá.-

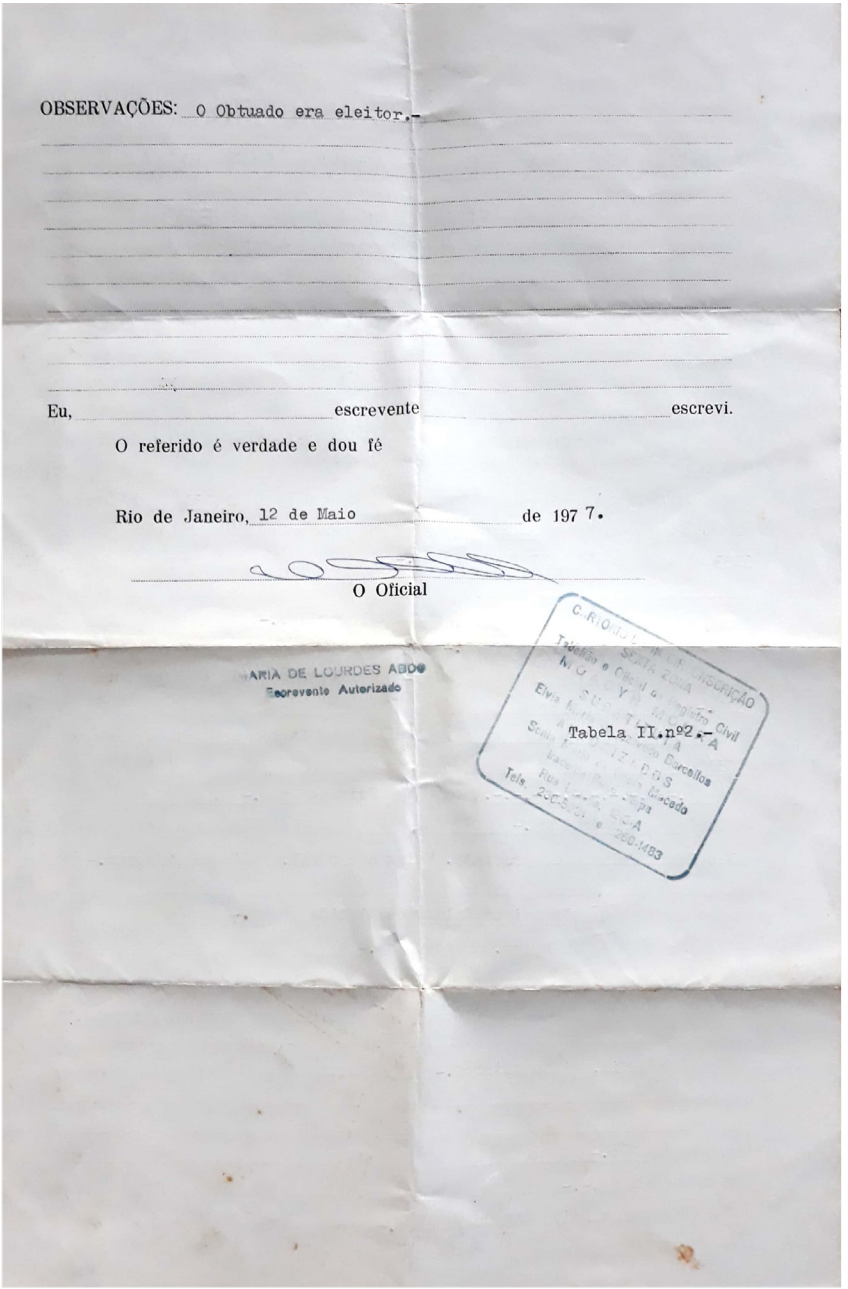
Deixa filho? Sim, cinco maiores.-

Deixa bens? Não.-

Fez testamento? .-.-

Foi declarante Antonio Machado Marques.-

ARQUIVO EM CASA FORTE



OBSERVAÇÕES: O Obtuado era eleitor.-

Eu, escrevente escrevi.

O referido é verdade e dou fé

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 197 7.

O Oficial

MARIA DE LOURDES ABDO
Escrevente Autorizado

Tabela II.nº2.-

Anos após o falecimento de Lindolfo Hill, o vereador de Juiz de Fora Geraldo Majela de Salles Guedes apresentou, em 18.9.1984, projeto de lei que dispunha sobre a denominação de um logradouro público em homenagem ao falecido ex-vereador Lindolfo Hill. O Projeto de Lei 93 foi discutido no dia 29 no plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora e aprovado pela lei n. 6610, de 3.10.1984.[430]

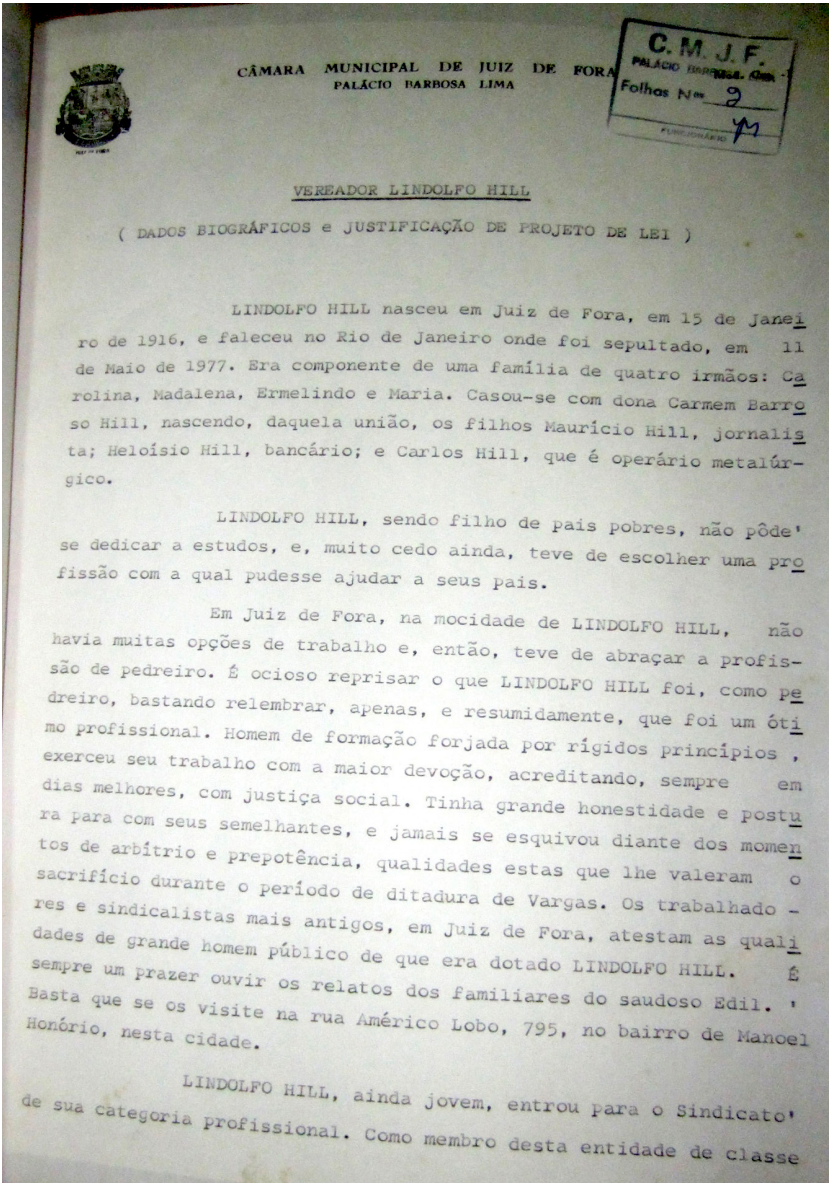
Assim, o já falecido líder sindical, e ex-vereador cassado, recebeu finalmente uma singela homenagem da Câmara Municipal de Juiz de Fora, aprovando a alteração da então rua "P", do Loteamento Santos Dumont, no bairro de São Pedro para rua Vereador Lindolfo Hill.[431]

> **Mesmo que a rua seja de baixa importância para a cidade, ao menos foi uma chama acesa em reconhecimento ao papel importante deste ativista juiz-forano pela liberdade, pelos direitos sociais de todos e pelo bem comum.**

Depois da perda de Lindolfo, foi a esposa Carmen Barroso Hill quem manteve durante 33 anos a tradição de reunir os filhos e netos todos os sábados no Rio de Janeiro. Ela veio a falecer somente em 2010, aos 93 anos, em sua casa pequena no bairro Vila da Penha, Rio de Janeiro, onde tinha vivido os últimos momentos de Lindolfo Hill.

430 AHJF. *Fundo livros Manuscritos e Impressos da Câmara Municipal e da Prefeitura de Juiz de Fora. Livros de Atas,* 29.9.1984, fl. 336 a 354.

431 Sistema JFlegis. Disponível em: http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000018610



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
PALÁCIO BARBOSA LIMA

C. M. J. F.
PALÁCIO BARBOSA LIMA
Folhas Nos 2

VEREADOR LINDOLFO HILL

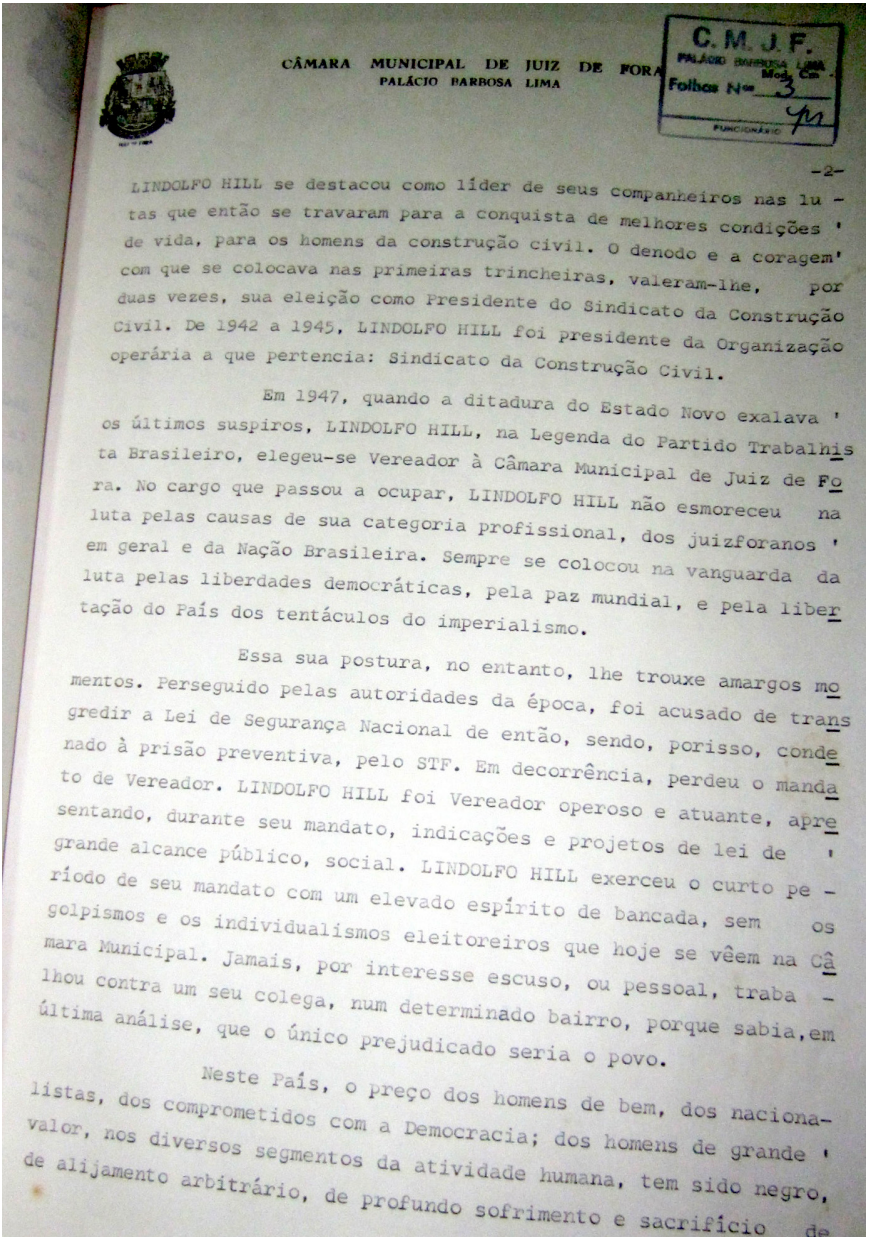
(DADOS BIOGRÁFICOS e JUSTIFICAÇÃO DE PROJETO DE LEI)

LINDOLFO HILL nasceu em Juiz de Fora, em 15 de Janeiro de 1916, e faleceu no Rio de Janeiro onde foi sepultado, em 11 de Maio de 1977. Era componente de uma família de quatro irmãos: Carolina, Madalena, Ermelindo e Maria. Casou-se com dona Carmem Barroso Hill, nascendo, daquela união, os filhos Maurício Hill, jornalista; Heloísio Hill, bancário; e Carlos Hill, que é operário metalúrgico.

LINDOLFO HILL, sendo filho de pais pobres, não pôde se dedicar a estudos, e, muito cedo ainda, teve de escolher uma profissão com a qual pudesse ajudar a seus pais.

Em Juiz de Fora, na mocidade de LINDOLFO HILL, não havia muitas opções de trabalho e, então, teve de abraçar a profissão de pedreiro. É ocioso reprisar o que LINDOLFO HILL foi, como pedreiro, bastando relembrar, apenas, e resumidamente, que foi um ótimo profissional. Homem de formação forjada por rígidos princípios, exerceu seu trabalho com a maior devoção, acreditando, sempre em dias melhores, com justiça social. Tinha grande honestidade e postura para com seus semelhantes, e jamais se esquivou diante dos momentos de arbítrio e prepotência, qualidades estas que lhe valeram o sacrifício durante o período de ditadura de Vargas. Os trabalhadores e sindicalistas mais antigos, em Juiz de Fora, atestam as qualidades de grande homem público de que era dotado LINDOLFO HILL. É sempre um prazer ouvir os relatos dos familiares do saudoso Edil. Basta que se os visite na rua Américo Lobo, 795, no bairro de Manoel Honório, nesta cidade.

LINDOLFO HILL, ainda jovem, entrou para o Sindicato de sua categoria profissional. Como membro desta entidade de classe



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
PALÁCIO BARBOSA LIMA

C. M. J. F.
PALÁCIO BARBOSA LIMA
Folhas Nos 3

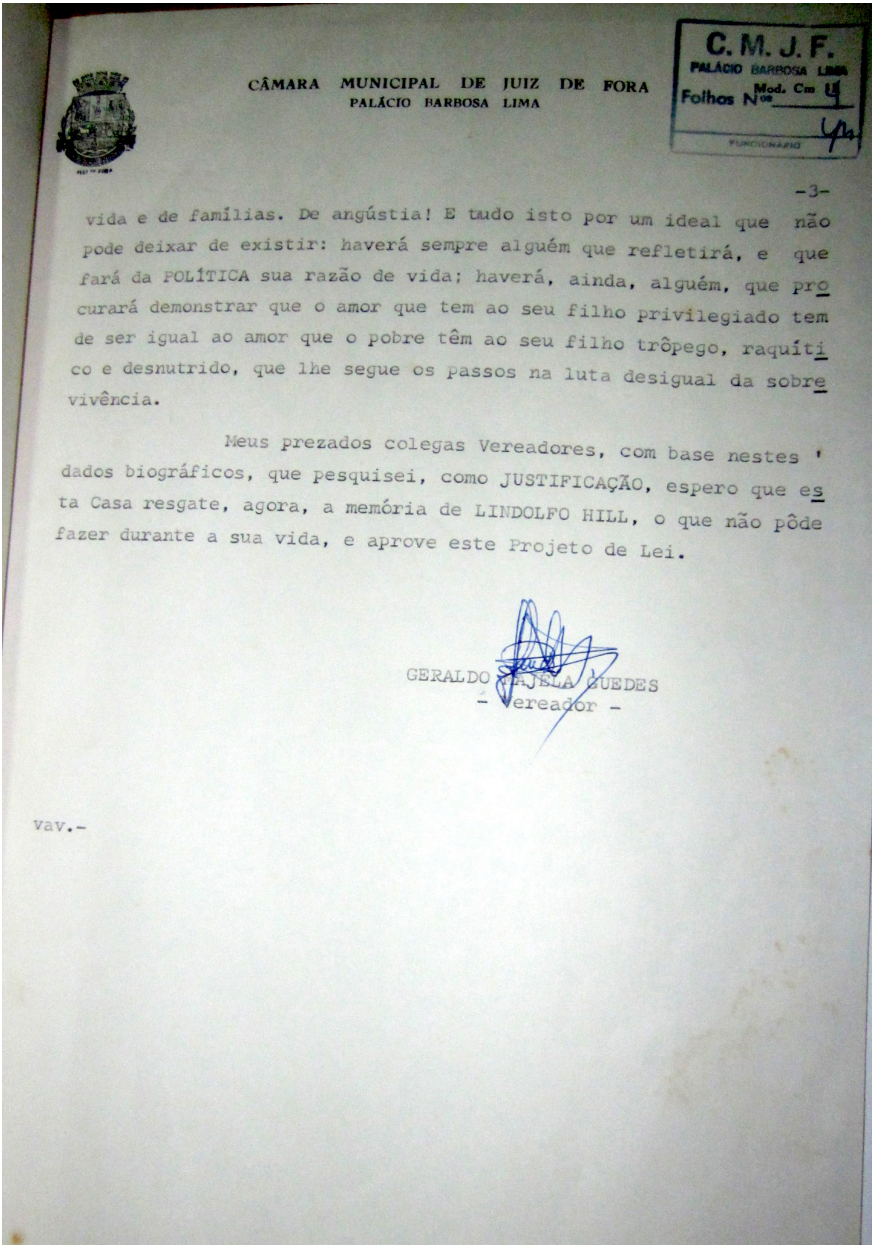
-2-

LINDOLFO HILL se destacou como líder de seus companheiros nas lu - tas que então se travaram para a conquista de melhores condições ' de vida, para os homens da construção civil. O denodo e a coragem' com que se colocava nas primeiras trincheiras, valeram-lhe, por duas vezes, sua eleição como Presidente do Sindicato da Construção Civil. De 1942 a 1945, LINDOLFO HILL foi presidente da Organização operária a que pertencia: Sindicato da Construção Civil.

Em 1947, quando a ditadura do Estado Novo exalava ' os últimos suspiros, LINDOLFO HILL, na Legenda do Partido Trabalhis ta Brasileiro, elegeu-se Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fo ra. No cargo que passou a ocupar, LINDOLFO HILL não esmoreceu na luta pelas causas de sua categoria profissional, dos juizforanos ' em geral e da Nação Brasileira. Sempre se colocou na vanguarda da luta pelas liberdades democráticas, pela paz mundial, e pela liber tação do País dos tentáculos do imperialismo.

Essa sua postura, no entanto, lhe trouxe amargos mo mentos. Perseguido pelas autoridades da época, foi acusado de trans gredir a Lei de Segurança Nacional de então, sendo, porisso, conde nado à prisão preventiva, pelo STF. Em decorrência, perdeu o manda to de Vereador. LINDOLFO HILL foi Vereador operoso e atuante, apre sentando, durante seu mandato, indicações e projetos de lei de ' grande alcance público, social. LINDOLFO HILL exerceu o curto pe - ríodo de seu mandato com um elevado espírito de bancada, sem os golpismos e os individualismos eleitoreiros que hoje se vêem na Câ mara Municipal. Jamais, por interesse escuso, ou pessoal, traba - lhou contra um seu colega, num determinado bairro, porque sabia,em última análise, que o único prejudicado seria o povo.

Neste País, o preço dos homens de bem, dos naciona- listas, dos comprometidos com a Democracia; dos homens de grande ' valor, nos diversos segmentos da atividade humana, tem sido negro, de alijamento arbitrário, de profundo sofrimento e sacrifício de



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
PALÁCIO BARBOSA LIMA

C.M.J.F.
PALÁCIO BARBOSA LIMA
Folhas Nos Mod. Cm 4
FUNCIONÁRIO

-3-

vida e de famílias. De angústia! E tudo isto por um ideal que não pode deixar de existir: haverá sempre alguém que refletirá, e que fará da POLÍTICA sua razão de vida; haverá, ainda, alguém, que procurará demonstrar que o amor que tem ao seu filho privilegiado tem de ser igual ao amor que o pobre têm ao seu filho trôpego, raquítico e desnutrido, que lhe segue os passos na luta desigual da sobrevivência.

Meus prezados colegas Vereadores, com base nestes dados biográficos, que pesquisei, como JUSTIFICAÇÃO, espero que esta Casa resgate, agora, a memória de LINDOLFO HILL, o que não pôde fazer durante a sua vida, e aprove este Projeto de Lei.

GERALDO [illegible] BUEDES
- Vereador -

vav.-

DITADURA NUNCA MAIS

Apesar das pesquisas exaustivas sobre Lindolfo Hill, para se fazer realmente justiça a este ativista de ideias nobres muito ainda está por ser descoberto. Porém com este livro espero que a luta de Lindolfo Hill, um ser extremamente social, não tenha sido em vão.

Hoje em dia, sem desprezar os erros cometidos pelo PCB no passado, acho que seria o caso de se verificar e valorizar, partindo de vasta documentação, qual foi a real contribuição histórica do partido comunista para a luta dos trabalhadores e o fortalecimento da democracia e da liberdade de expressão no Brasil. Sem que este processo seja feito, incorre-se no risco de "ao se eliminar a água do banho, jogar a criança fora".[432]

Por este motivo, desejo que no futuro se encontre mais informações sobre Lindolfo Hill e seus camaradas, seus atos, suas ideias, pois por causa da ditadura e repressão vários fatos históricos do PCB em Juiz de Fora e, em outras cidades, não eram documentados para não delatarem as atividades do partido.[433]

Durante os governos militares, cerca de 20 mil foram torturados, 360 assassinados e 210 declarados como desaparecidos, centenas baleadas em manifestações públicas, 8 mil acusados, 11 mil indiciados em 800 processos

432 PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luís Carlos Prestes e a política do PCB.* São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. p. 25.

433 Entrevista com Luiz Carlos Torres Martins Júnior, Secretário Político do PCB de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 30.8.2017.

judiciais por crimes "contra a segurança nacional", 4 condenações a pena de morte, 130 banidos do Brasil, milhares de exilados, 780 cassações de direitos políticos, incontáveis reformas forçadas de militares, aposentadorias e demissões do serviço público por atos discriminatórios.[434]

Este livro pretende recuperar o caminho do reconhecimento e denunciar os desmandos de autoritarismo militar que muitos hoje em dia insistem em questionar sua veracidade. Infelizmente vários adultos com os quais eu conversei, pois viveram nesta época, insistem em esconder de si mesmo a verdade e "doram a pílula" afirmando que, com o passar do tempo, dentro da ditadura a vida transparecia certa normalidade, o cidadão comum levava uma vida relativamente "normal" e "livre", contanto que ele se abstivesse de atividades "políticas" ou "terroristas".[435] Comentários que só posso entender como medo!

Com receio de conhecer a verdade sobre a virulenta repressão que se abateu sobre o Brasil, desde 1964 até 1985, tenta-se até hoje "tapar o sol com a peneira" e ignorar os desrespeitos aos direitos humanos que vitimaram inúmeras pessoas por conta de um sistema de informação e uma máquina de coerção infiltrada por toda a sociedade da época. Alguns até negam a existência da ditadura.

Acredito que com este livro eu tenha resgatado um pouco da história de Lindolfo Hill e que isto sirva de exemplo para abrirmos as caixas dos arquivos, valorizarmos nossa história e passarmos nossa trajetória a limpo, na luz da verdade, sem falso positivismo.

Espero também que, um dia, o Presidente da República Federativa do Brasil, que é o Comandante Supremo das Forças Armadas, determine claramente: "Quero que as forças armadas façam um pronunciamento, declarando consciente que foi errado ter derrubado o presidente, eleito democraticamente, João Goulart e pedir desculpas por todas as violações de direitos humanos cometidas nos 21 anos da ditadura no Brasil."

Homenageando Lindolfo Hill, gostaria de homenagear também a todos os militares que disseram não à ditadura, honrando suas fardas e seus juramentos de servir a nação e não de subjugá-la. Perseguidos foram: 3340 militares da Aeronáutica, 2214 da Marinha, 800 do Exército e 237 policiais estaduais.[436]

434 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014. p. 272.

435 US Government. *Country Analysis and Strategy Paper*. 11.2.1972. p.68. RG59, 1970-1973, caixa 2135. SECRETO.

436 *Relatório final da Comissão Nacional da Verdade*. Disponível em: http://g1.globo.com/

Quem diria! O próprio general Olímpio Mourão Filho chegou a declarar em suas memórias que:

> **"A história revolve arquivos, arrebenta mausoléus, obriga os mortos a falar, e verdade se restabelece ao cabo de certo tempo".**

E como gesto de justiça e conhecendo a história de vida de Lindolfo Hill, lutarei para dar visibilidade à injustiça e para que a decisão dos vereadores de Juiz de Fora na sessão de 15.12.1950 - que cassou injustamente e antidemocraticamente o mandato de vereador de Lindolfo Hill conseguido com o voto popular - seja anulada e por conseguinte devolvido em legítimo mandato "*in-memoriam*" a este lutador pelos direitos sociais dos trabalhadores.

politica/noticia/2014/12/consulte-integra-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade.html

AGRADECIMENTOS

Em nome da filha de Lindolfo Hill, Carmem Déa Hill, agradeço a todos que colaboraram com as pesquisas para o resgate histórico de um ícone da política de Juiz de Fora e do Brasil.

Obrigado Elione Guimarães e Antônio Henrique Duarte de Lacerda em nossa luta conjunta para salvar o riquíssimo patrimônio imaterial do Arquivo Histórico de Juiz de Fora para futuras gerações.

Uma sociedade sem memória é uma casa sem fundamentos sólidos.

Em especial, agradeço à minha esposa Christine Müller Hill Maestrini pela infindável paciência com minhas horas de pesquisa, leituras e escrita em frente ao *laptop*. Desde sua juventude, Christine já se posicionava contra as injustiças sociais e cresceu numa sociedade com liberdade de expressão. Christine foi meu apoio intelectual em centenas de conversas produtivas e debates em casa. Ela sofreu junto comigo durante a pesquisa quando eu relatava cada detalhe encontrado, as lutas e as dificuldades familiares de

Lindolfo Hill. Quando descobrimos sobre as situações da clandestinidade, as perseguições, as injustiças, os documentos secretos e o isolamento dos militantes, nossos corações se entristeciam juntos. Várias vezes com os olhos cheios d'água, podíamos imaginar os sofrimentos de Lindolfo e em infindáveis ocasiões nós nos indignamos juntos. Dankeschön.

Agradeço também aos meus pais pela vida e pela liberdade de pensar, vestir, decidir e ser quem eu quisesse ser. Nossa convivência não foi sem discussões e divergências de opinião, mas justamente isso foi o berço para que eu pudesse me tornar um ser social questionador em busca de justiça social.

Postumamente agradeço de coração ao meu tio-avô Lindolfo Hill por sua coragem e coerência política que, independentemente de partido, foi um exemplo de liberdade e democracia por sua luta pelo direito humano atemporal e infinito de se expressar livremente, mesmo que as ideias tenham sido contrárias ao regime governamental temporário e finito.

Antes de ser considerado um personagem comunista, Lindolfo era um "ser humano de carne e osso" que viveu a justa ilusão de alcançar o socialismo por meio de reformas, sem a tomada revolucionária do poder. Lindolfo Hill sonhava com um mundo onde o valor da vida estaria acima do lucro das elites, com igualdade de oportunidades e solidariedade entre as pessoas.

PERGUNTAS E REFLEXÕES

Reconhecer que erramos é o primeiro passo para nossa redenção e para a criação de um novo sentido de nação que nos unirá! Com certeza não era este país que Lindolfo Hill queria para seus compatriotas! Agora que você chegou ao final do livro, reflita comigo leitor(a):

1) Será essa a liberdade que queremos?

2) Como avançar rumo a uma sociedade racional e justa se a renda e a posse da terra estão concentradas em limites insuportáveis?

3) Como edificar uma nação livre, democrática e fraterna se temos uma legião de analfabetos agarrados com salários indignos para um ser humano e sem poder de barganha?

4) Existe no país o sentimento de Nação Brasileira?

5) Por que o Brasil tem tudo, mas não ... ?

6) Será que as "elites" quiseram realmente acabar com o comunismo radical? Ou será que o usaram como um bode expiatório para justificar sua manutenção do poder?

7) Ser comunista é legal? Está dentro da lei vigente?

8) Ser comunista é legal? É democrático pensar assim?

9) Ser comunista é legal? Tenho direito de ser comunista?

10) Ser comunista é legal? Faz bem sonhar como comunista?

11) Quais são as suas perguntas sem respostas para o Brasil?

Precisamos enterrar nossos fantasmas insepultos e nos libertarmos da implacável camisa de força, pondo um fim nos privilégios de uma minoria, para seguirmos nas reformas, visando a dar um caráter humano ao sistema

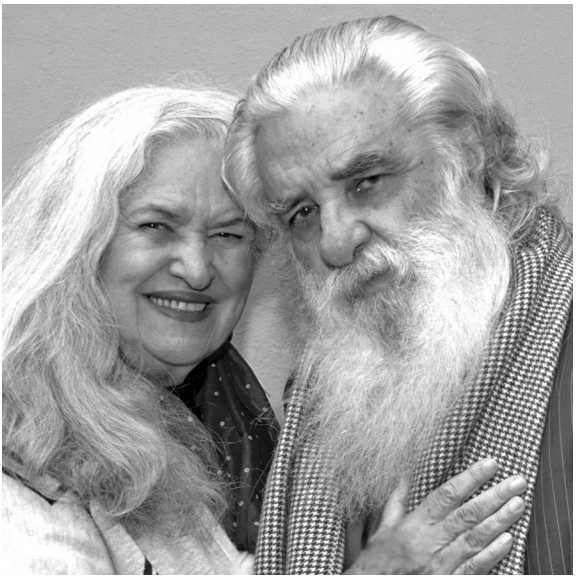
capitalista! Lembrem-se das lições de Lindolfo Hill.

Por fim leitor(a), deixo bem claro que sou um defensor implacável da democracia, e nada impede que admire meu tio-avô Lindolfo por ele ter vivido na busca da justiça social. Admiro-o, pois ele sonhava com uma sociedade mais justa com as "classes dominantes" fazendo as reformas sociais necessárias, que alimentavam as engrenagens de ideais radicais.

Lindolfo Hill foi um dos que lutou contra o caráter excludente da sociedade brasileira. Afinal de contas, sem as desigualdades sociais as ideias igualitárias de Lindolfo e seus camaradas já não teriam feito mais sentido, eliminando assim qualquer necessidade de radicalismos. Sua luta continua por um mundo mais justo e mais social.

Obrigado tio-avô Lindolfo Hill

POSFÁCIO



Saudações comunistas. Estamos aqui escrevendo este posfácio para prestar nossa homenagem e pagar uma dívida que nós todos temos com o camarada Lindolfo Hill. Mesmo tendo dedicado nossas vidas ao comunismo, não conhecíamos em detalhes a história, a vida e a luta de Lindolfo Hill.

Lindolfo foi um grande exemplo para toda nossa militância comunista, inclusive no seu aspecto, que pode parecer um detalhe, mas que está presente na história de Lindolfo e da nossa. Como o autor descobriu em suas extensivas pesquisas, Lindolfo Hill nos ensinou o caminho; sendo comunista e vivendo de verdade uma militância comunista, exerceu atividade política através de um partido que estava na legalidade e que tinha um mínimo de coincidência em suas posições. Como foi o caso do PTB que acolheu e aceitou a participação do comunista Lindolfo, que exerceu seu mandato com grande coerência.

Nair foi vereadora de Juiz de Fora pelo PCdoB 2003-2004 e eu José Luiz fui deputado federal por MG pelo PMDB 1983-1987. Um diferencial entre nossa trajetória e a de Hill é que ele foi cassado e nós não. Sempre fomos comunistas, mas também tivemos que exercer nossos mandatos de vereadora e deputado federal em outros partidos, mas nossa história ficará para outra ocasião.

Lindolfo viveu numa época pós Segunda Guerra Mundial, com muitas tensões, depois de guerras sangrentas e uma guerra fria. Época conturbada em que já existia o Estado Soviético comunista com participação decisiva para o fim da Segunda Guerra e a derrubada do fascismo alemão. Esses fatos traziam para Juiz de Fora, e para todo o Brasil, o alto grau de tensão mundial de lutas de classe acirradas em todo mundo. Foi nesse contexto histórico que não existia alternativa para os militantes comunistas senão a de exercer sua atividade política através de um outro partido que, na época, desse abertura para participações de militantes comunistas.

Assim, posteriormente, ocorreria também um fato extremamente importante. Nós não fomos cassados como Lindolfo, então qual foi a diferença? Eram os ambientes mundial e nacional que projetavam no âmbito municipal a realidade brasileira e internacional. Nós, Nair Barbosa Guedes e José Luiz Moreira Guedes, dedicamos a nossa vida à causa erguida por esse grande homem, Lindolfo Hill, que soube prever o futuro.

É preciso tirar dos arquivos da Câmara Municipal de Juiz de Fora informações sobre a vida e os feitos desse grande homem. Hoje, após leitura desta obra, acreditamos que a justiça precisará ser feita para corrigir os crimes cometidos contra esse cidadão juiz-forano. Para nós militantes, Hill precisa assumir o pedestal de herói e, ao mesmo tempo, de vítima de um Estado burguês, que discriminava todos que lutavam para o fim desse Estado reacionário.

Uma correção da injustiça só poderá ser feita com a restituição do mandato de vereador a Lindolfo Hill, pela atual Câmara Municipal de Juiz de Fora. Lindolfo Hill foi criminosamente cassado e esse ato tem que ser condenado. Isso é o que precisará ser feito e nós estaremos empenhados nesta luta para corrigir esse crime e alcançar a reparação para a família, reparação da vida pessoal, da vida política, da vida revolucionaria, da vida socialista, da vida comunista de Lindolfo Hill e de sua memória.

Saudações comunistas, saudações revolucionárias e saudações proletárias.

Por Nair Barbosa Guedes e José Luiz Moreira Guedes

Foto: Hiram Azevedo Witt

Informações Gráficas
Formato: 15 x 21cm
Mancha: 11,5 x 17cm
Tipologia: Minion Pro, Palatino Linotype, Optima 8 a 14pt
Papel: AP90 g/m²(miolo) - Triplex 250 g/m² (capa)
Tiragem: 300 exemplares

Comunista é aquele que quer a negação da miséria e da fome, do atraso, do analfabetismo, da tuberculose, do impaludismo, do barracão e do trabalho de enxada de sol a sol nas fazendas do senhor, além da negação da censura à imprensa e das limitações de toda ordem às liberdades civis, a negação enfim de exploração do homem pelo homem.

Luiz Carlos Prestes

Sem a participação direta e ativa do proletariado na vida política não pode haver democracia.

Lindolfo Hill

Não se corrige as falhas da democracia com menos democracia, mas sim com mais democracia.

Alexandre Müller Hill Maestrini

ISBN: 978-65-87543-07-9